



UNIVERSIDADE
CATÓLICA
PORTUGUESA

A REPRESENTAÇÃO DA CRISE DOS REFUGIADOS NOS
MEDIA: A PERSPETIVA DOS JORNALISTAS

Dissertação apresentada à Universidade Católica
Portuguesa para obtenção do grau de mestre em Ciências
da Comunicação com especialização em Jornalismo

Por

José Miguel Pereira Costa

Faculdade de Ciências Humanas

Outubro de 2023



UNIVERSIDADE
CATÓLICA
PORTUGUESA

A REPRESENTAÇÃO DA CRISE DOS REFUGIADOS NOS
MÉDIA: A PERSPETIVA DOS JORNALISTAS

Dissertação apresentada à Universidade Católica Portuguesa para
obtenção do grau de mestre em Ciências da Comunicação com
especialização em Jornalismo

Por

José Miguel Pereira Costa

Faculdade de Ciências Humanas

Sob orientação de Professora Doutora Rita Figueiras

Outubro de 2023

Resumo

Esta dissertação de mestrado tem como tema a representação da crise dos refugiados nos media. Pretendemos perceber de que forma esta temática tem sido estudada no jornalismo, a partir da perspectiva dos jornalistas. Tendo como questão de investigação “como é que os jornalistas percecionam o seu trabalho acerca da crise dos refugiados nos media?”, iremos procurar discernir quais as dificuldades que os jornalistas identificam na cobertura do tema, quais os principais obstáculos à inclusão do tema na agenda dos media, bem como entender como é que os direitos humanos se podem relacionar com o jornalismo, na ótica da classe profissional em questão. No fundo, pretende-se dar voz a quem habitualmente dá o protagonismo aos “outros”, bem como entender aquele que é, na nossa opinião, o grande valor do jornalismo: o de conseguir colocar na agenda mediática temas pertinentes, assumindo-se como garante dos Direitos Humanos. Entre outras conclusões, destacamos que para os jornalistas este é um assunto que merecia ter uma maior cobertura mediática e que um dos principais obstáculos se relaciona precisamente com a lógica comercial do jornalismo, sendo de ressaltar, no entender dos próprios jornalistas, a qualidade do trabalho produzido pelos media portugueses sobre este tema nos últimos anos.

Palavras-Chave: Crise dos Refugiados; Jornalismo Humanitário; Direitos Humanos; Europa; Jornalistas

Abstract

This master's thesis is about the representation of the refugee crisis in the media. We want to understand how this issue has been studied in journalism, from the perspective of journalists. With the research question "how do journalists perceive their work on the refugee crisis in the media?", we will try to discern what difficulties journalists identify in covering the issue, what are the main obstacles to including the issue on the media agenda, as well as understanding how human rights can relate to journalism, from the perspective of the professional class in question. Basically, the aim is to give a voice to those who usually give the lead to the "others", as well as to understand what is, in our opinion, the great value of journalism: being able to put pertinent issues on the media agenda, assuming itself as a guarantor of human rights. Among other conclusions, we highlight the fact that for journalists this is an issue that deserves more media coverage and that one of the main obstacles is precisely related to the commercial logic of journalism, although the quality of the work produced by the Portuguese media on this issue in recent years is noteworthy in the opinion of the journalists themselves.

Keywords: Refugee Crisis; Humanitarian Journalism; Human Rights; Europe; Journalists

Agradecimentos

À Professora Rita Figueiras, o meu agradecimento pelo seu apoio incansável durante a realização desta investigação e por todo o seu profissionalismo. O sucesso desta dissertação deve-se, também, à orientação da Senhora Professora.

À Faculdade de Ciências Humanas da Universidade Católica Portuguesa, agradeço as aprendizagens durante estes dois anos. Estendo este agradecimento aos professores e colegas de mestrado, com quem aprendi muito durante este ciclo. Agradeço, também, aos jornalistas que se disponibilizaram a participar na minha investigação.

À Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, pelos quatros anos da minha licenciatura, pelo impacto que teve na minha vida pessoal e profissional. Por ter sido um marco determinante na pessoa que sou hoje. Estendo, também, este agradecimento aos professores e colegas que comigo se cruzaram durante essa fase académica pelas suas valiosas lições.

Aos meus amigos, obrigado pela motivação durante esta etapa e por estarem sempre ao meu lado. Um agradecimento especial à Bruna e à Beatriz.

À minha família, devo o maior agradecimento, principalmente aos meus pais e avós, pelo seu importante contributo, não só durante este mestrado, mas durante todo o meu percurso escolar.

À minha Mãe e à minha Avó Odília, um agradecimento muito especial, por tudo aquilo que representam para mim e por me ensinarem a nunca desistir dos meus sonhos.

A Deus, pela força que me deu para começar e terminar esta dissertação, bem como por me iluminar em todos os momentos da minha vida.

*“Vemos, ouvimos e lemos
Não podemos ignorar
Vemos, ouvimos e lemos
Relatórios da fome
O caminho da injustiça
A linguagem do terror”*

Excerto do poema “*Cantata da Paz*” de Sophia de Mello Breyner Andresen

Índice

Introdução	9
Parte I – Componente Teórica	16
Capítulo 1. A Crise dos Refugiados na Europa: enquadramento e desafios da EU	17
1.1. A Crise dos Refugiados na Europa em números.....	17
1.2. Nacionalidades e fluxos migratórios.....	22
1.3. Impacto no contexto português.....	26
Capítulo 2. A relação do Jornalismo com os Direitos Humanos	31
2.1. Conceitos de Jornalismo Humanitário e de Direitos Humanos.....	31
2.2. A presença dos Direitos Humanos na agenda dos media ao longo do tempo...37	
2.3. O papel do Jornalismo como garante dos Direitos Humanos.....	41
Capítulo 3. A representação da Crise dos Refugiados no Jornalismo	47
3.1. A transformação de acontecimentos em notícias.....	47
3.2. A abordagem da Crise dos Refugiados no Jornalismo.....	51
Parte II – Componente Empírica	63
Capítulo 4. Metodologia	64
5.1 A entrevista enquanto método de investigação qualitativo.....	64
5.2 A amostra.....	66
5.3 Guião, recolha e tratamento de dados.....	67
5.4 Método de análise e limitações à investigação.....	69
Capítulo 5. Apresentação e discussão de resultados	72
5.1. Atenção dada à Crise dos Refugiados.....	72
5.2. Condicionanismos na cobertura.....	82
5.3. Relação do Jornalismo com os Direitos Humanos.....	85

Conclusão.....	91
Bibliografia.....	97
Anexos.....	109
1. Transcrição de entrevistas.....	109
2. Tabelas de análise.....	199

Introdução

As migrações fazem parte da história da humanidade e a crise dos refugiados, enquanto problema social, é algo que se tem vindo a tornar cada vez mais evidente na nossa sociedade e, por isso mesmo, a ser tendencialmente mais banalizado e relativizado, inclusivamente pelos media. Posto isto, e tendo em conta o mundo cada vez mais global em que vivemos, torna-se cada vez mais pertinente olhar para tal realidade e perceber de que modo é que a mesma tem sido abordada pelo jornalismo.

Esta dissertação pretende contribuir para esse objetivo. Para tal, abordamos a perspetiva dos jornalistas que se dedicam ao tema nos media portugueses. Tendo em conta os múltiplos constrangimentos associados à profissão, nomeadamente financeiros e ligados aos intermediários digitais, pretendemos saber de que modo o tema dos refugiados, tema central na comunidade global, é integrado na agenda do jornalismo.

A definição de refugiado no direito internacional baseia-se em três instrumentos internacionais: o Estatuto do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR) de 14 de Dezembro de 1950, a Convenção de Genebra de 28 de Julho de 1951 e o Protocolo de Nova Iorque de 31 de Janeiro de 1967.

Em conformidade com o nº 2 do artigo 1º da Convenção de Genebra um refugiado é definido como uma pessoa que, devido ao receio fundado de ser perseguida por motivos de raça, religião, nacionalidade, pertença a um determinado grupo social ou opinião política, se encontra fora do país da sua nacionalidade e não pode ou não quer deixar esse país, que é um apátrida e que, devido a esse receio, se encontra fora do seu país de residência habitual e não pode ou não quer regressar ao seu país de residência habitual, ou que, devido a esse receio, não pode ou não quer regressar ao seu país de residência habitual (ACNUR, 1951; ACNUR, 1967).

A deslocalização voluntária ou forçada de grande número de pessoas é um fenómeno tão antigo como a própria humanidade. No entanto, as fronteiras que separam milhares de refugiados da Europa mostram que ainda há muito trabalho a fazer e que o nível de participação dos cidadãos nos assuntos públicos reflete a qualidade da sua democracia. Embora não seja fácil encontrar literatura sobre a história dos refugiados no mundo, o termo "refugiado" tem sido amplamente utilizado desde a antiguidade.

Na Europa, o conceito de "refugiado" remonta ao século XVI, sugerindo o aparecimento de uma sensibilidade a certos fenômenos sociais que se manifestava na falta de proteção dos grupos vulneráveis (Zolberg et al., 1989). O termo foi utilizado pela primeira vez em França em 1573, em ligação com a ideia de dar asilo a calvinistas dos Países Baixos. Um século depois, o mesmo termo foi utilizado em Inglaterra para se referir a Huguenotes, calvinistas franceses que tinham fugido para Inglaterra por causa das suas crenças religiosas. As origens da perseguição, que remontam a 1685 quando Luís XIV adotou o Édito de Nantes, são símbolos e autoridade (Huntington, 1999).

Durante toda a história, milhões de pessoas e famílias foram forçadas a abandonar as suas casas e a fugir da fome, da violência, da guerra e de inúmeras dificuldades e adversidades em busca de uma nova esperança e de um novo modo de vida. Esta esperança é simbolizada pelas conquistas frequentemente bem-sucedidas, alcançadas através de dificuldades, lágrimas e dor, que, na melhor das circunstâncias, levaram a novas formas de coexistência humana e permitiram a formação de sociedades com culturas e tradições.

A migração forçada, um fenómeno secular causado pela guerra, tem várias soluções inter-relacionadas que contribuem para a instabilidade e o caos no interesse de grupos sociais ou atores internacionais. De acordo com a Organização Internacional para as Migrações (OIM), a migração forçada é um termo abrangente para movimentos migratórios em que existe um elemento de coerção, ou seja, uma ameaça à vida ou à sobrevivência, seja ela natural ou humana (refugiados e pessoas deslocadas internamente, bem como pessoas deslocadas devido a catástrofes naturais ou ambientais, acidentes químicos ou nucleares, fome ou projetos de desenvolvimento) (OIM, 2009).

A diferença entre migrantes e refugiados é que os refugiados vêm de lugares onde existem ameaças constantes (guerra, clima, catástrofes) que os impedem de regressar com o risco das suas vidas. Os migrantes podem deixar a sua pátria devido a mudanças ou aventuras, por razões familiares ou pessoais (ACNUR, 1979).

A compreensão do fenómeno dos refugiados é certamente a tarefa mais fácil, dada a dor e o sofrimento envolvidos. Com o tempo, descobrimos que a chegada em massa de refugiados está ligada a movimentos migratórios, movimentos que ajudaram a criar o mundo em que vivemos hoje. No século XIX, a Europa foi palco de várias crises que levaram a grandes fluxos de refugiados nos vários conflitos entre revolucionários e contrarrevolucionários, bem como noutras lutas entre potências imperiais e movimentos

independentistas, muitos refugiados fugiram da perseguição e da opressão política (Costa, 1996).

No século XX, no contexto do colapso dos antigos impérios e da inevitável emergência de novos Estados, ocorreram muitas guerras civis. O Gabinete do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR) foi criado por uma resolução da Assembleia Geral da ONU a 1 de Janeiro de 1951. O Estatuto do ACNUR foi anexado à Resolução 428 (V) da Assembleia Geral das Nações Unidas, adotada a 14 de Dezembro de 1950. O Estatuto do ACNUR declara que a sua missão é a de proporcionar proteção internacional aos refugiados.

A missão do ACNUR é assegurar que cada pessoa tenha a oportunidade de exercer o seu direito de procurar asilo noutro país, se necessário, e de o ajudar a regressar ao seu país de origem, se as circunstâncias o permitirem. ACNUR, agindo no âmbito do mandato que lhe foi conferido pela Assembleia Geral das Nações Unidas, procura proporcionar proteção internacional aos refugiados que satisfaçam os requisitos desta Carta e procurar soluções duradouras para o problema dos refugiados, ajudando os governos e, com o consentimento dos governos, as organizações privadas a facilitar o regresso voluntário ou a reinstalação de tais refugiados nos novos Estados Membros.

A ONU estima que 45 milhões de pessoas foram deslocadas em 2013, com novos refugiados a chegar diariamente do Afeganistão, Somália, Iraque, Síria e Sudão. A dificuldade da comunidade internacional em prevenir conflitos e promover soluções duradouras reflete-se na suspeita de países que acolhem refugiados, que a comunidade internacional diz serem vítimas de uma rede de migração ilegal que tira partido desta fraqueza percebida.

A crise dos refugiados na Europa é uma crise de solidariedade, refletindo o individualismo e a falta de capacidade organizacional coletiva dos países que enfrentam um problema humanitário tão grave sem nunca verem os benefícios mútuos que deveriam estar na base de uma nova visão de proteção sustentável dos refugiados.

É preocupante que o número dos que exploram a situação dos refugiados e incitam à xenofobia através do discurso do ódio esteja a aumentar. Os refugiados de hoje partilham as mesmas experiências que os refugiados no passado e procuram segurança, estabilidade e um futuro melhor para as suas famílias - em suma, somos todos parte da humanidade, onde quer que estejamos.

A crise de refugiados que o mundo enfrenta no século XXI mostra que não existem valores, crenças e respostas aos desafios de centenas de milhares de pessoas que fogem de conflitos e sofrimentos no Médio Oriente e na África subsaariana em busca de um ideal europeu unido em terra e no mar.

A Europa, um continente com uma tradição humana cujas culturas são o resultado de milhares de anos de entrelaçamento, enfrenta um número crescente de pessoas que atravessam o Adriático e o Mediterrâneo em pequenas embarcações. Muitas delas perdem a vida em tragédias que ainda são muito reais, mesmo antes de pisarem um país que, ao recebê-las, ignora as suas obrigações de direitos humanos e abandona os seus princípios e valores. Em resposta a esta necessidade, os organismos europeus estão a tentar limitar ou, na melhor das hipóteses, controlar o afluxo de migrantes.

O relatório *Global Trends 2017*, publicado na véspera do Dia Mundial do Refugiado, salienta que o número de refugiados em todo o mundo aumentou em 2,9 milhões desde 2016. No final de 2017, 68,5 milhões de pessoas em todo o mundo foram deslocadas devido a perseguições, conflitos ou violência generalizada.

No passado, o compromisso com uma política comum europeia de refugiados foi considerado muito importante, o que se refletiu em vários relatórios. Hoje, há sinais claros de que os tempos mudaram, novas prioridades, novos desafios e novas ameaças surgiram, mas os obstáculos à reinstalação de refugiados na Europa continuam a ser reais.

É importante notar que ao longo da história o mundo tem enfrentado conflitos, guerras, desastres ambientais e exclusão política, mas o problema dos grandes fluxos migratórios continua a ser um problema que só pode ser resolvido através da aceitação. No entanto, esta resposta deve ser rápida e necessária, e todo o processo de verificação do estatuto de refugiado é essencial para uma rápida proteção dos refugiados.

Em Portugal, o direito de asilo e o estatuto de refugiado foi estabelecido pela Lei 26/2014 de 5 de Maio, que precedeu a Lei 27/2008 de 30 de Junho, que define as condições e procedimentos para a concessão de asilo ou proteção subsidiária e o estatuto dos requerentes de asilo, refugiados e beneficiários de proteção subsidiária.

A primeira lei de asilo em Portugal foi adotada em 1980, mas isto não significa que não houvesse refugiados antes dessa data, uma vez que as decisões sobre os pedidos de asilo já tinham sido tomadas em 1974. O asilo é uma parte importante de todas as leis de direitos humanos na Europa (Sousa, 1999).

Recentemente, com a situação da guerra na Ucrânia, segundo o ACNUR, já são mais os sete milhões de refugiados que foram recebidos na Europa, sendo que a UE tem demonstrado uniformidade e força, socorrendo a Ucrânia com apoio humanitário, político, financeiro e material organizado.

O Estatuto Do Alto Comissariado Das Nações Unidas Para Os Refugiados (1950) determina¹⁵, no seu Capítulo 2, art. 6^aº, al. ii), que refugiado é qualquer pessoa que, em consequência de acontecimentos ocorridos antes de 1 de janeiro de 1951 “e receando com razão ser perseguida em virtude da sua raça, religião, nacionalidade, filiação em certo grupo social ou das suas opiniões políticas, se encontre fora do país de que tem a nacionalidade e não possa ou, em virtude daquele receio, não queira pedir a proteção daquele país; ou que, se não tiver nacionalidade e estiver fora do país no qual tinha a sua residência habitual após aqueles acontecimentos, não possa ou, em virtude do dito receio, a ele não queira voltar.”

De acordo com o Direito Internacional, cada Estado tem a liberdade de admitir ou não estrangeiros no seu território, não existindo um direito do estrangeiro à entrada no território de um Estado que não seja o da sua nacionalidade, tal como também refere a jurisprudência constante do Tribunal Europeu dos Direitos do Homem.

Apenas o direito de as pessoas saírem livremente de um país e de serem admitidos no país da sua nacionalidade está consagrado na ordem jurídica internacional, mas não o direito de entrar e residir num país estrangeiro

Deste modo, o art, 13.º, n.º 2 DUDH refere que a pessoa tem o direito de abandonar o país em que se encontra, incluindo o seu, e o direito de regressar ao seu país. O mesmo está plasmado no n.º 2 do artigo 12.º do Pacto Internacional de Direitos Cívicos e Políticos, e no n.º 2 do artigo 2.º e n.º 2 do seu artigo 3.º do 4.º Protocolo Adicional à Convenção Europeia dos Direitos do Homem. A Resolução da Assembleia Geral das Nações Unidas sobre os direitos humanos dos indivíduos que não são nacionais do país em que vivem, de 13 de dezembro de 1985, também não limita o direito de qualquer Estado a promulgar leis e regulamentos relativos à entrada de estrangeiros e ao prazo e às condições da sua estadia nele. Concluímos assim que todas estas disposições do Direito Internacional garantem ao estrangeiro o direito de saída, mas não lhe garantem o direito de entrar no território do Estado de que não é nacional.

No âmbito da UE, está consagrado o direito dos cidadãos da UE de entrarem e residirem no território de qualquer Estado-Membro, que não o da sua nacionalidade, o qual é um direito fundamental inerente ao estatuto da cidadania europeia, que foi estabelecida pelo Tratado de Maastricht

Por outro lado, o art. 4.º do Protocolo n.º 4 da Convenção Europeia dos Direitos do Homem, que proíbe as expulsões coletivas de estrangeiros, isto é, as expulsões sem uma apreciação individualizada da situação de cada estrangeiro, bem como o artigo 1.º do Protocolo n.º 7 à Convenção Europeia dos Direitos do Homem. Assim sendo, existem normas que determinam a entrada e permanência de categorias especiais de estrangeiros: os refugiados e os beneficiários de asilo político, proteção humanitária ou proteção temporária, bem como as normas e princípios jurídicos que definem os critérios de determinação das pessoas merecedoras de proteção ao abrigo do Direito de Asilo ou da Convenção de Genebra de 1951 relativa à proteção dos refugiados.

Podemos, assim, considerar o Direito dos Estrangeiros como um conjunto de normas e princípios jurídicos que definem a situação jurídica dos estrangeiros em Portugal, em especial a sua entrada e permanência em território nacional, bem como o seu estatuto jurídico.

Os estados reservam para si o direito de determinar os direitos e deveres dos estrangeiros, conferido pelas várias convenções internacionais, o mesmo se encontra patente no art. 8.º da CRP. Por conseguinte, a problemática cinda-se em como controlar o fluxo de estrangeiros, como assegurar os seus direitos humanos e como integrá-los.

O artigo 14.º da Declaração Universal dos Direitos do Homem, de 1948, diz-nos que perante perseguição, qualquer pessoa tem o direito de procurar asilo e dele beneficiar em outros países.

O conceito de refugiado patente no artigo 1.º da Convenção das Nações Unidas sobre o Estatuto dos Refugiados, também conhecida como Convenção de Genebra de 1951, aliado ao Protocolo de Nova Iorque, deixa de fora as pessoas obrigadas a fugir dos seus países, por força dos conflitos armados, de políticas económicas inadequadas, vítimas de fome ou de desastres naturais. Sendo três os elementos essenciais para a definição do conceito de refugiado – a perseguição, o receio fundado e a extraterritorialidade.

Por outro lado, o termo migrante¹ não tem uma definição estabelecida a nível internacional, mas poderemos afirmar que o termo “compreende, geralmente, todos os casos em que a decisão de migrar é livremente tomada pelo indivíduo em questão, por razões de “conveniência pessoal” e sem a intervenção de fatores externos que o forcem a tal. Em consequência, este termo aplica-se, às pessoas e membros da família que se deslocam para outro país ou região a fim de melhorar as suas condições materiais, sociais e possibilidades das suas famílias”.²

É neste enquadramento, que abordamos a crise dos refugiados a partir da perspectiva dos jornalistas. Para tal, começamos por abordar na componente teórica desta dissertação os desafios da União Europeia relativamente à crise dos refugiados, estudando as nacionalidades e os fluxos migratórios mais recorrentes e o impacto da crise em questão no contexto português. De seguida, abordaremos a relação do jornalismo com os direitos humanos, definindo os conceitos de jornalismo humanitário e de direitos humanos. Procuraremos entender qual é a presença dos direitos humanos nos media ao longo do tempo e de que modo é que o jornalismo pode ser um garante dos direitos humanos. Ao longo deste nosso trabalho abordaremos, ainda, a representação da crise dos refugiados no jornalismo, percebendo de que forma é que os acontecimentos se transformam em notícias.

Após o capítulo metodológico, dedicamo-nos à análise de conteúdo das entrevistas realizadas aos jornalistas e discutimos os resultados. Na conclusão, apresentamos um conjunto de reflexões finais sobre a perspectiva dos jornalistas sobre a crise dos refugiados.

¹ “(P)essoas que residem num país que não o seu país de nascimento (...)”, in, Migrações, consultado a 30 de novembro de 2021, disponível em: <https://unric.org/pt/darfur-cessacao-das-hostilidades-e-uma-prioridade-muito-urgentelembra-secretario-geral-3/>

“A estimativa global atual é de que havia cerca de 272 milhões de migrantes internacionais no mundo em 2019, o que equivale a 3,5% da população global.”, in Relatório Mundial Sobre Migração 2020, consultado a 20 de outubro de 2020, disponível em: <https://publications.iom.int/es/system/files/pdf/wmr-2020-po-ch-2.pdf>

² Glossário da Migração da Organização Internacional para as Migrações, 2019, consultado a 30 de outubro de 2020, disponível em: <https://publications.iom.int/system/files/pdf/iml22.pdf>

Parte I – Componente Teórica

Capítulo 1. A Crise dos Refugiados na Europa: Enquadramento e Desafios da União Europeia

Na sequência de uma deslocação humana sem precedentes, a Europa encontra-se no epicentro de um dos maiores desafios da atualidade - a crise dos refugiados. À medida que inúmeras pessoas procuram segurança e estabilidade num novo país, a União Europeia enfrenta um momento decisivo da sua história, debatendo-se com um quadro intrincado de complexidades e obstáculos.

Este capítulo mergulha no cerne desta crise, oferecendo uma exploração aprofundada do seu âmbito e magnitude através de estatísticas e números. Posteriormente, analisa as diversas nacionalidades e fluxos migratórios, lançando luz sobre as diferentes trajetórias dos que procuram refúgio dentro das fronteiras europeias. Por fim, o capítulo aprofunda o impacto específico que esta crise tem tido no contexto português, ilustrando a forma como o país navega pelas ramificações de longo alcance da crise dos refugiados.

Desde as implicações a nível macro para todo o continente até às complexidades a nível micro a nível nacional, este capítulo debate as dimensões críticas que estão na base da crise dos refugiados na Europa e fornece uma compreensão abrangente dos desafios enfrentados pela União Europeia.

1.1 A Crise dos Refugiados na Europa em números

A crise dos refugiados não é novidade, nem na Europa nem no mundo, pois as pessoas sempre tiveram de migrar de uma região para outra por várias razões. Por conseguinte, foi decidido regular este fenómeno através de acordos internacionais e prestar o maior apoio possível às pessoas deslocadas, mesmo de forma irregular. A União Europeia chamou a si esta responsabilidade em diversos momentos e de diversas formas.

A Segunda Guerra Mundial (1927-1937), a Revolução Cubana (1953-1959), a Guerra do Vietname (1955-1975), a Guerra do Golfo (1990-1991), o genocídio no Ruanda (1994), a Guerra do Iraque (2003-2011), a guerra civil na Síria (desde 2011) e finalmente a guerra no Afeganistão (desde 2001). O número de refugiados a nível mundial está atualmente estimado em 84 milhões (ACNUR, 2021a).

Até 1951, não dispunha de enquadramento legal para proteger os deslocados pela guerra ou perseguidos por razões políticas ou religiosas. Na ausência de legislação, as igrejas e templos têm servido como locais de refúgio únicos e vulneráveis desde os tempos antigos. A Convenção referente ao Estatuto dos Refugiados de 1951, adotada numa conferência da ONU a 28 de Julho do mesmo ano e ratificada pelo Estado português, foi elaborada em resposta aos problemas enfrentados por milhões de pessoas deslocadas durante a Segunda Guerra Mundial (ACNUR, 2021b) e proporcionou um sistema de proteção legal que permanece inalterado até hoje.

Durante a última década, a situação nestas três rotas deteriorou-se devido à instabilidade política, pobreza e guerra no Norte de África e no Médio Oriente. A eclosão da Primavera Árabe em 2011, e em particular as guerras na Líbia em 2011 e na Síria em 2014, levou a um afluxo maciço de pessoas em busca de refúgio na União Europeia.

A vaga de refugiados que tentam chegar à União Europeia por mar, em embarcações inseguras e em condições desumanas, causou uma tragédia sem precedentes no Mediterrâneo. De acordo com a Organização Internacional para as Migrações (OIM), mais de 20.000 pessoas morreram no mar nos últimos 20 anos.

Os fluxos migratórios são em grande parte intrarregionais, ou seja, os movimentos populacionais entre países da região. A maioria destes fluxos migratórios tem origem na Líbia, onde mais de um milhão de pessoas foram deslocadas na Primavera e Verão de 2011, incluindo 400.000 cidadãos líbios e cerca de 700.000 estrangeiros, principalmente para a Tunísia e Egipto, ainda enfraquecidos pelas revoluções nestes países (Carrera et al., 2012).

O maior país de acolhimento na região é o Líbano, onde o Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR) registou mais de 900.000 refugiados em 2014, com muitos mais não registados; a Turquia e a Jordânia receberam cerca de 600.000 refugiados e o Iraque cerca de 220.000 (Fargues, 2014).

Em contraste, o número de refugiados que chegaram às costas europeias foi inicialmente pequeno. Embora os fluxos migratórios do Mediterrâneo para a UE tenham diminuído, especialmente nas fronteiras externas de Itália e Malta, isto é apenas uma fração do número de movimentos da região do MENA (Médio Oriente e Norte de África).

Na altura da Revolução de Jasmim na Tunísia, a região era o lar de cerca de oito milhões de migrantes da primeira geração (62% na UE, 27% noutros países árabes e 11% em todo o mundo). Na década anterior à revolta, o número de migrantes da região para países da OCDE aumentou significativamente de 3,5 milhões para cerca de 5 milhões. Isto sugere que os fluxos migratórios da região MENA não são novos, mas tiveram uma tendência ascendente (Fargues et al., 2012).

Ao contrário do pressuposto de que a migração internacional não está globalizada, entre 2001 e 2010, a maioria dos migrantes árabes para países da OCDE permaneceu na Europa (91%), com a maioria a ir para países do Sul da Europa (Itália, Espanha e França) devido à sua proximidade geográfica com a região e aos laços históricos coloniais.

Em 2010, após os Estados Unidos, a União Europeia recebeu cerca de 23% dos migrantes internacionais. Em 2011, havia aproximadamente 33,3 milhões de estrangeiros a viver na Europa, dos quais cerca de 20,5 milhões eram de países terceiros. Há aproximadamente 48,9 milhões de pessoas nascidas no estrangeiro a viver na Europa, incluindo as naturalizadas ou com dupla cidadania, representando 9,7% do total da população europeia (House of Lords, 2012).

Em termos de asilo, o número de pedidos de asilo diminuiu acentuadamente entre 2002 e 2006, de 459.274 para 209.400, antes de subir para 270.480 em 2009, mas depois caiu para 263.990 em 2010 e subiu novamente para 306.264 em 2011. (Câmara dos Lordes, 2012) (House of Lords, 2012).

No entanto, é de notar que embora a UE receba o maior número de pedidos de asilo do mundo, o mesmo não acontece com o número de refugiados. Em termos absolutos, os três maiores países de acolhimento são o Paquistão (1,7 milhões), o Irão (887.000) e a Síria (755.400) (House of Lords, 2012).

Segundo o ACNUR, existem cerca de 1,6 milhões de refugiados na Europa, o que representa cerca de 15% da população total. O afluxo de migrantes e refugiados foi sentido pela primeira vez na costa italiana. Durante e imediatamente após a Primavera árabe, centenas de migrantes tunisinos tentaram chegar à ilha italiana de Lampedusa.

Entre Janeiro e Setembro de 2011, 42.807 pessoas entraram ilegalmente em Itália. De acordo com dados da ONU, cerca de 5.000 tunisinos chegaram a Lampedusa em

Janeiro de 2011, enquanto cerca de 13.000 migrantes da Líbia chegaram entre Fevereiro e Maio do mesmo ano (Oliveira et al., 2017).

De acordo com o governo italiano, 390 pessoas, ou aproximadamente 25.867 migrantes, atravessaram a fronteira italiana em Abril de 2011 e 28.000 migrantes chegaram à costa italiana no mês seguinte. O coronel Muammar Gaddafi, consciente da fraqueza e da situação precária da Europa, tentou explorar a situação e ameaçou enviar centenas de mártires para o continente (The Guardian, 8 de Julho de 2011).

No entanto, deve ser reiterado que estes postos fronteiriços foram uma oportunidade criada pela falta de controlos fronteiriços, não uma reação às mudanças estruturais provocadas pela revolução. Migrantes que teriam escolhido outras rotas (por exemplo, do Senegal, Mauritânia ou Marrocos para Espanha) aproveitaram esta oportunidade (Abdo et al., 2019).

Uma segunda vaga de migrantes e refugiados foi alimentada pelo conflito na Síria. Segundo o ACNUR, 115.117 refugiados foram recebidos nos países vizinhos (excluindo Israel) até 7 de Junho de 2012 devido ao conflito na Síria (Fargues et al., 2012).

O ano de 2014 assistiu ao maior afluxo de refugiados desde a Segunda Guerra Mundial. Nesse ano, a maioria dos refugiados de guerra começou a sua viagem da Líbia para a Europa e depois alargou-a através do Egipto devido à guerra civil que eclodiu na Líbia nesse ano (Neves, 2019).

A primeira fase da viagem dos refugiados foi, portanto, o contacto e a comunicação com um agente, que depois os passou para contrabandistas que os levaram de um lugar para outro até atravessarem o oceano. Os agentes ganham cerca de 300 dólares americanos, que o corretor mantém até os passageiros chegarem em segurança ao seu destino. Estes agentes contam com a sua reputação para sustentar o seu "negócio" (Bauer, 2016).

Em 2015, mais de 850.000 refugiados deixaram as costas turcas, a maioria deles dirigindo-se para norte através dos Balcãs, na esperança de encontrar segurança e estabilidade no Norte da Europa. A Hungria, que há cinco anos apenas permitiu que 2.400 pessoas atravessassem a sua fronteira sul, enfrentou subitamente 100 vezes esse número. O governo colocou finalmente barreiras no lado sul. Quando as pessoas voltaram atrás e se

dirigiram para a Croácia, o governo húngaro ergueu outra barreira ao longo da fronteira com a Croácia (Kingsley, 2016).

Os recentes acontecimentos, nomeadamente a crise dos refugiados em 2015, puseram em evidência as deficiências da política de asilo da UE. O principal objetivo do novo acordo é encontrar um equilíbrio entre a segurança da UE e a sua responsabilidade de apoiar os requerentes de asilo.

O processo de revisão das políticas e práticas nacionais de asilo teve início após a crise humanitária de 2015, desencadeada pela resistência pública ao afluxo de estrangeiros, que naturalmente influenciou a legislação nacional e levou a regras mais estritas para os requerentes de asilo. Contudo, após a onda migratória de 2015, muitos membros do Conselho da Europa apoiaram esta posição.

Ao mesmo tempo, os fluxos migratórios de 2015 levantaram muitas vozes no Conselho Europeu, que expressou as seguintes posições: a 23 de Abril de 2015, na sua sessão extraordinária, o Conselho Europeu decidiu reforçar a presença de brigadas de vigilância no mar para combater os traficantes de seres humanos e prevenir os fluxos migratórios ilegais, com o desígnio declarado de reforçar a solidariedade e a responsabilidade a nível europeu (Conselho Europeu – Conselho da União Europeia, 2021).

Atualmente, a UE enfrenta muitos desafios, não só económicos mas também políticos e relacionados com a segurança: terrorismo, a ascensão de partidos extremistas e xenófobos, as políticas agressivas da Rússia, as consequências de Brexit e a especulação sobre o período pós-liderança de Donald Trump.

Entre a esperança e a realidade, a atual crise migratória oferece lições importantes sobre a segurança europeia e a capacidade da União Europeia para enfrentar os atuais desafios e tornar-se um verdadeiro Ítaca na cena internacional. De facto, existem três principais rotas migratórias para a UE: A rota ocidental, a porta de entrada entre o Norte de África e a Península Ibérica; a rota central, que liga os países do Norte de África a Malta e Itália; e a rota oriental, onde os migrantes chegam à Grécia e à Bulgária através da fronteira turca (Balla, 2020).

De acordo com o Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados, quase 1 milhão de pessoas fugiram da Europa em 2015, na sua maioria sírios, afegãos e eritreus. No total, mais de 181.000 pessoas tentaram chegar à UE através do Mediterrâneo central, entre 2015 e 2016. No mesmo período, 885.000 migrantes e refugiados tentaram também chegar às fronteiras da UE através do Mediterrâneo oriental. No entanto, este número diminuiu (cerca de 79%) desde o acordo UE-Turquia de 18 de Março de 2016. De um pico de quase 7.000 chegadas por dia em Outubro de 2015, o número médio de chegadas caiu para 47 por dia no final de Maio de 2016 (Amaral, 2019).

Em 2017, a rota do Mediterrâneo Central tornou-se novamente a principal rota para a Europa. A rota do Mediterrâneo Ocidental também se tornou novamente uma rota atrativa para a Europa. De acordo com a Organização Internacional para as Migrações, 8183 migrantes chegaram a Espanha em 6 de Agosto de 2017. A maioria destes migrantes vem da África Ocidental (Abdo et al., 2019).

1.2 Nacionalidades e fluxos migratórios

Os fluxos migratórios foram desencadeados por vários fatores na história do continente europeu: movimentos nómadas que desafiam o modo de vida estabelecido da civilização ocidental, crescimento populacional, guerras e perseguições entre nações, alterações climáticas e necessidade económica.

Os europeus foram a principal força motriz por detrás do desenvolvimento dos movimentos migratórios, como primeiro descobriram e depois colonizaram estas regiões. Os países europeus contribuíram significativamente para a migração em massa de pessoas para o Novo Mundo, nos séculos XVIII e XIX.

No século XX, acontecimentos como a Grande Depressão, duas guerras mundiais (em menos de 50 anos) e mudanças na ordem económica internacional levaram a grandes mudanças nas políticas migratórias nos principais países de acolhimento. Após a Segunda Guerra Mundial, os fluxos comerciais, monetários e financeiros tornaram-se mais regulados nas relações intergovernamentais, mas os fluxos migratórios permaneceram dentro da esfera nacional (Taylor et al., 2015).

No entanto, os fluxos migratórios são também uma consequência dos efeitos da globalização. A perspectiva económica da globalização, ainda em curso, envolve uma maior integração entre países e povos, reduzindo os custos de transporte e comunicação através da eliminação de fronteiras e permitindo a circulação de bens, serviços, capital, conhecimento e pessoas.

Ao compreender a globalização no contexto dos processos políticos e de uma perspectiva histórica, podemos compreender melhor como o sistema Estado-nação, que sofreu a globalização e se tornou uma parte importante do panorama das relações internacionais contemporâneas, tem sido articulado. Contudo, a globalização tornou-se sinónimo de relações desequilibradas entre Estados e cidadãos e é vista como uma forma ideológica, política e economicamente imposta de cooperação transnacional em larga escala (Matias, 2014).

Fatores económicos como a intensificação da exploração dos recursos naturais e o crescimento da produtividade conduziram a uma crescente assimetria entre países ricos e países pobres. O aumento dos rendimentos nos países ricos permitiu a modernização da mão-de-obra e o desenvolvimento tecnológico dos processos de produção à custa de mão-de-obra pouco qualificada e das economias nacionais dos países pobres (Carens, 2013).

Para além dos incentivos económicos, a migração internacional é influenciada por outros fatores igualmente importantes, tais como a intolerância política, social e cultural nos países de origem, ou seja, as violações dos direitos humanos básicos. Estas violações resultam do fracasso dos governos em responder a formas de exclusão económica, étnica, racial, religiosa ou linguística (Gauci, 2014).

O Conselho salienta a necessidade de uma gestão eficaz dos fluxos migratórios e de cooperação na luta contra a imigração ilegal, em estreita cooperação com os países de origem e de trânsito, em conformidade com as obrigações de readmissão. Neste contexto, o Conselho apela à adoção de legislação que preveja sanções mais severas para os envolvidos no tráfico de seres humanos e na exploração económica, bem como à cooperação necessária com a Europol para identificar e dismantelar estas redes criminosas (Taylor et al., 2015).

A fim de assegurar um controlo mais eficaz das fronteiras externas, é necessário desenvolver programas de cooperação entre Estados-Membros e países de origem e de trânsito e reforçar os recursos técnicos e o pessoal qualificado. Pela primeira vez, foi salientada a importância da cooperação com os países de origem dos migrantes. Em 2000, a Comissão Europeia emitiu uma comunicação salientando a necessidade de desenvolver planos de ação com países individuais (Gauci, 2014).

A comunicação salientou a intenção de desenvolver, em diálogo com países selecionados, programas coerentes de cooperação e desenvolvimento que tenham em conta as realidades das suas sociedades (aspectos económicos, demográficos, sociais, políticos e de direitos humanos, que são as principais causas dos movimentos migratórios). O processo salientou o papel dos migrantes, que desempenham um papel fundamental no apoio e na participação no desenvolvimento dos seus países (Oliveira et al., 2017).

Contudo, a UE tem procurado refletir os valores europeus na sua agenda em relação a países terceiros e acredita que as políticas migratórias devem ser desenvolvidas à luz dos objetivos de integração e das consequências para os países de acolhimento e para os próprios migrantes.

A redução da migração ilegal requer uma maior cooperação com os países de origem e as suas políticas de desenvolvimento, e as políticas internas e externas da UE devem estar ligadas na procura de soluções sustentáveis que permitam o crescimento económico e a paz duradoura nos países em desenvolvimento. Um dos principais desafios que a UE enfrenta no domínio da solidariedade, liberdade, segurança e justiça são as suas relações com países terceiros (Gauci, 2014).

A fim de coordenar melhor todas as políticas de migração relevantes e de ser mais coerente, a Comissão Europeia dividiu a sua abordagem integrada à migração e mobilidade em quatro pilares: migração e mobilidade legal, migração irregular e tráfico de seres humanos, proteção internacional e política de asilo, e reforço do impacto da migração e mobilidade no desenvolvimento.

A migração e a mobilidade devem ser uma das prioridades estratégicas para 2020 e devem contribuir para o dinamismo e a competitividade da União Europeia. Por um lado,

deve assegurar uma mão-de-obra com as competências necessárias e, por outro, deve acompanhar as mudanças demográficas e económicas.

A tarefa da Abordagem Global para a Migração e Mobilidade (AGMM) consiste em avaliar a melhor estratégia da UE para os países de origem e de trânsito dos migrantes. O objectivo é promover o diálogo político com os países em desenvolvimento através de acordos e cooperação regionais e bilaterais, e construir parcerias mais amplas para a mobilidade a nível político, económico, de segurança e social. Neste contexto, a UE dará prioridade às parcerias com os países do Sul do Mediterrâneo e da Parceria Oriental (Andersson, 2014).

No entanto, a mobilidade geográfica e as questões do mercado de trabalho são marginais na Estratégia de Parceria UE-África. Uma das recomendações da Estratégia é que um processo de diálogo no contexto regional da parceria UE-África deve ser desenvolvido num futuro próximo. Pela primeira vez, a UE tentou analisar o impacto da migração nos países de origem, tendo em conta as diferentes situações económicas, sociais, políticas e humanas nos países de origem e as causas profundas dos fluxos migratórios. O relatório expressa preocupação com a fuga de cérebros dos países em desenvolvimento (Conselho Europeu, 2015).

Em 2012-2013, a Comissão liderou o trabalho sobre migração para a UE, financiando mais de 90 projetos de migração e asilo no valor de mais de 200 milhões de euros em várias parcerias com países em desenvolvimento. No entanto, a maioria dos esforços centrou-se na gestão das fronteiras externas para evitar a migração irregular e acordos de readmissão com países de origem ou de trânsito (Matias, 2014).

Apesar dos progressos significativos alcançados na cooperação com os países da Parceria Mediterrânica do Sul e do Leste, os resultados do processo regional não corresponderam às expectativas, uma vez que alguns Estados-Membros não se mostraram suficientemente empenhados (Comissão Europeia, 2014).

Refugiados da Síria, Iraque e Afeganistão são as nacionalidades mais comuns a chegar à UE e reúnem-se geralmente na costa turca para viajar de barco para a Grécia e depois reunir-se em Belgrado para alcançarem a fronteira húngara. Posteriormente, seguem da

Turquia através do Mar Egeu até às ilhas gregas (Lesbos, Quios, Samos, Cós e Leros) e depois até Atenas.

Geralmente, aqueles que desejam seguir esta rota até ao seu destino final devem passar pela Macedónia, Sérvia, Croácia e Eslovénia. Em contraste, refugiados da Líbia, Egipto e Tunísia viajam de barco para as ilhas italianas (Sardenha e Sicília) e Malta para chegar a Roma. Verificam-se também refugiados de Marrocos, Argélia e Tunísia que viajaram para Espanha para chegar a Ceuta e Melilla de barco e de lá para Málaga e Almeria. Uma vez na Europa, os refugiados continuam a sua viagem até chegarem ao país da sua escolha, sendo a Alemanha, a Áustria e a Suécia os destinos mais populares (Corvelo, 2019).

1.3 Impacto no contexto português

Quando os refugiados chegam e se instalam, começam a aprender a língua, o que pode ser feito de três maneiras diferentes: através de professores em instituições, cursos de português para estrangeiros ou através de voluntários dispostos a ensinar a língua. A aprendizagem da língua é o passo mais importante na integração, especialmente para iniciar a educação e entrar no mercado de trabalho, bem como para a adaptação à cultura portuguesa (Rodrigues, 2017).

Em termos de saúde, os refugiados têm acesso aos serviços de saúde pública, incluindo o apoio à saúde física e mental. Os cuidados psiquiátricos devem ser prestados se não puderem ser prestados pela autoridade responsável pelo acolhimento do refugiado.

As despesas de alimentação e alojamento devem ser pagas pela autoridade designada ou pelas autoridades locais. Em termos de alojamento, tal como acima descrito, o reassentamento teve lugar em diferentes partes da Indonésia. No entanto, quando muitos deles se instalaram em áreas remotas, deixaram essas áreas e aproximaram-se dos centros urbanos desenvolvidos, tais como os arredores de Lisboa, onde havia uma mesquita onde podiam adorar (Rodrigues, 2017).

Uma das primeiras garantias assumidas pelo governo português foi que seria garantido aos refugiados o acesso à educação, independentemente do seu nível de instrução, e que se optassem por regressar ao seu país, poderiam contribuir para a sua reconstrução. Neste sentido, as crianças foram inscritas nas escolas e integradas, embora o seu acesso ao

ensino superior seja dificultado porque o reconhecimento das qualificações em Portugal exige documentos que muitos não possuem (Ferreira, 2016).

Em termos de educação, em Novembro de 2013, o antigo Presidente da República, Jorge Sampaio, lançou uma iniciativa para criar uma plataforma global para estudantes sírios (APGES). Jorge Sampaio explicou então que a educação é a chave para garantir que a Síria não perca uma geração e que um dia, quando regressarem a casa, poderão contribuir para a reconstrução da Síria no pós-guerra. O programa visa também simplificar as formalidades de entrada e verificar a validade dos pedidos anteriores (Kortsaris, 2018).

Para além desta assistência, o programa cobre também as propinas, alojamento, cursos de língua portuguesa, transporte, despesas médicas e de subsistência e apoio psicológico. O objectivo desta plataforma é não só apoiar a educação, mas também promover o emprego (Corvelo, 2019).

Em 2017, o protocolo ACM-APGES concedeu também 12 bolsas de estudo a estudantes refugiados para ajudar a reconstruir a sociedade portuguesa. No mesmo ano, foram também concedidas 31 bolsas de estudo, 18 estudantes graduados e 11 estudantes encontraram emprego. No total, 119 estudantes foram apoiados (Carvalho, 2018).

O principal problema de integração em Portugal é no domínio do trabalho. A taxa de participação no mercado de trabalho em Portugal é muito baixa, mesmo para os cidadãos portugueses. Este é também um problema para os refugiados que chegam com certas expectativas. Por outro lado, há também muitas empresas que não querem contratar estes migrantes porque não consideram válidos os seus documentos, e outras que não querem contratar migrantes porque muitos deles acabam por sair, quebrando assim a relação de confiança com estas pessoas.

Apesar de todos estes esforços, alguns refugiados deixam Portugal, e o SEF registou 555 pessoas que deixaram o país. As principais razões para a sua partida são diferenças culturais, barreiras linguísticas e profissionais e, sobretudo, o facto de muitos deles estarem separados das suas famílias, que desejam reunir-se; muitas destas famílias vivem em países com maior desenvolvimento económico e talvez com melhores perspetivas de vida (Rodrigues, 2017).

Portugal assumiu a responsabilidade e, com a ajuda da sociedade civil, conseguiu resolver o problema dos refugiados e da sua integração em território português, embora não tenha recebido tantos refugiados como teria desejado. Além disso, muitos refugiados ainda não chegaram a Portugal por causa da situação na Grécia e Itália.

Portugal decidiu celebrar acordos bilaterais para ajudar a resolver esta situação. Esta divisão de trabalho está a ajudar a elevar o perfil de Portugal na UE e espera-se que a chegada de refugiados resolva alguns dos problemas demográficos do país.

Entre 2015 e 2021, Portugal recebeu 9774 candidaturas para proteção internacional (SEF, 2020; SEF, 2022). Estes incluíam 1550 pessoas da Grécia e Itália ao abrigo do Programa Europeu de Reinstalação 2015-2018, 100 pessoas ao abrigo do acordo bilateral de reinstalação entre Portugal e a Grécia até 2021, 199 crianças ao abrigo da reinstalação voluntária de menores não acompanhados a partir de 2020, 264 deslocações temporárias em embarcações humanitárias e, mais recentemente, 768 pessoas do Afeganistão ao abrigo do Programa de Entrada Humanitária 2021 (Oliveira, 2022). Além disso, 142 pessoas chegaram em 2016 e 2017 ao abrigo do acordo UE-Turquia 1×1 e mais 930 pessoas chegaram da Turquia e do Egipto em 2020-2021 ao abrigo do Programa de Reinstalação da UE (SEF, 2021; SEF, 2022).

Ao abrigo destes programas e acordos internacionais da UE, Portugal recebeu quase 4.000 pessoas, principalmente de África e do Médio Oriente. Antes dos 19 surtos no Québec, 56% delas tinham deixado o país voluntariamente (ACM, 2019), principalmente através de movimentos secundários.

O Alto Comissariado para as Migrações (ACM) é responsável pela promoção da integração dos refugiados em Portugal. Fá-lo através da implementação de políticas públicas (Graça, 2018; Oliveira, 2020).

As instituições e consórcios envolvidos são o Conselho Português para os Refugiados (CPR), a Cruz Vermelha Portuguesa, a Plataforma para os Refugiados (PAR) e a Associação Portuguesa de Mulheres Missionárias. Estão também envolvidas ONG, organizações religiosas e fundos privados de solidariedade social (IPSS). Além disso, 214 municípios receberão refugiados entre 2018 e 2021 para aliviar a capital e deslocar os refugiados para zonas rurais e interiores (Oliveira, 2020).

A narrativa oficial sobre o acolhimento de refugiados em Portugal é geralmente positiva. Antes do surto de Covid-19, Portugal tinha relativos problemas de habitação: IHRU (2018) identificou 25.000 famílias (55% das quais na Área Metropolitana de Lisboa) para realojamento.

Contudo, os atuais problemas de alojamento são maiores do que os identificados. O estudo não incluiu casos de dormitórios e sobrelotação, problemas de arrendamento e perda de contratos, e níveis muito elevados de indivíduos ou famílias alugadas (Estevens et al., 2021).

Dada a forte dinâmica do mercado imobiliário e a intensificação dos processos de renovação, gentrificação, turismo, periferia e atracção de capital estrangeiro, a venda e o valor das habitações para arrendamento continua a aumentar, especialmente na região de Lisboa (Antunes et al., 2019; Mendes, 2022; Tulumello et al., 2020; Viegas, 2019). Por outro lado, a resposta do sector público nessa altura permaneceu limitada, representando, por exemplo, apenas 2% do parque habitacional do país (Xerez et al., 2019; OCDE, 2020).

De facto, a pandemia de Covid-19 exacerbou os problemas estruturais da habitação e a exclusão. Além disso, novos bairros autossuficientes reemergiram (Malta, 2021). Relativamente ao acesso dos refugiados à habitação, é de notar que os abrigos temporários na Área Metropolitana de Lisboa estão há muito ocupados para além da sua capacidade limitada. Além disso, os refugiados enfrentam grandes dificuldades em encontrar alojamento adequado (Freitas et al., 2021).

No início da epidemia de Covid-19, representantes do Observatório da Migração AML relataram que estes refugiados tiveram a maior dificuldade em encontrar alojamento em Lisboa (56%), agravando os problemas de desconfiança dos inquilinos, escassez de alojamento no mercado e uma oferta limitada de alojamento social e de apoio (Oliveira, 2020).

Recentemente, o alojamento foi identificado como um dos principais desafios para o acolhimento e integração dos refugiados portugueses, ameaçando a sua autonomia. Além disso, durante a pandemia, tornou-se cada vez mais difícil para as mulheres migrantes e refugiadas viverem em condições de habitação altamente inseguras.

Apesar desta situação específica, não existem de facto estudos nacionais sobre as condições de vida dos refugiados em Portugal. O chamado problema da habitação em Portugal é, portanto, uma questão atual, gerando uma considerável mobilização e procura social. Com Covid-19, a luta pela habitação nas zonas urbanas tornou-se mais intensa (Mendes, 2021).

Para além das medidas públicas excecionais tomadas para apoiar grupos vulneráveis, surgiu um importante instrumento financeiro europeu: planos de reabilitação e sustentabilidade. Resta saber como este instrumento multifacetado, que inicialmente apoiou a mobilização social, irá responder aos problemas de habitação de grupos que vivem em condições precárias e problemas semelhantes no contexto específico dos refugiados.

Em suma, o presente capítulo analisa os profundos desafios colocados pela atual crise de refugiados na Europa, com deslocações humanas sem precedentes à medida que inúmeras pessoas procuram segurança dentro das fronteiras europeias. Explora a magnitude e complexidade da crise, analisando os fluxos migratórios e o impacto em diferentes países europeus, incluindo Portugal. Embora eventos históricos e conflitos tenham desencadeado fluxos migratórios, a Convenção sobre os Refugiados de 1951 proporcionou um quadro jurídico fundamental para a proteção. A crise conduziu a vários desafios, desde questões relacionadas com a integração e o mercado de trabalho até à habitação e às barreiras linguísticas. A União Europeia enfrenta a tarefa de equilibrar as preocupações de segurança com a responsabilidade de apoiar os requerentes de asilo. Perante estes desafios, Portugal tem feito esforços para integrar os refugiados através da educação, dos cuidados de saúde e de parcerias com ONG. De um modo geral, a crise exige esforços coletivos para responder às necessidades humanitárias e encontrar soluções sustentáveis para a proteção dos refugiados e para uma integração bem-sucedida na sociedade.

Capítulo 2. A relação do Jornalismo com os Direitos Humanos

O presente capítulo explora a intrincada relação entre jornalismo e direitos humanos, dividida em três subcategorias. Começa por examinar os conceitos de jornalismo humanitário e de direitos humanos, salientando o papel do jornalismo na abordagem do sofrimento humano e na promoção da justiça social. Em seguida, analisa a presença histórica dos direitos humanos na agenda mediática, traçando a evolução da cobertura ao longo do tempo e os desafios enfrentados pelos jornalistas. Por último, o capítulo discute o papel fundamental do jornalismo como garante dos direitos humanos, salientando o seu potencial para expor abusos, responsabilizar os perpetradores e promover a transparência, ao mesmo tempo que considera os desafios éticos em ambientes restritivos. Globalmente, o capítulo proporciona uma compreensão abrangente da interligação e da importância do jornalismo e dos direitos humanos na sociedade contemporânea.

2.1 Conceitos de Jornalismo Humanitário e de Direitos Humanos

O primeiro passo para o reconhecimento dos direitos humanos foi a Declaração Francesa dos Direitos do Homem e do Cidadão, adotada em 1789. Isto deu às pessoas o direito de falar livremente sobre as suas necessidades e expressar a sua compreensão dos valores da época, tais como a liberdade, a igualdade e a fraternidade (Fernandes, 2002).

Não se pode ignorar que a luta por uma imprensa independente que pudesse relatar e comentar acontecimentos com um mínimo de interferência e controlo estatal desempenhou um papel importante no desenvolvimento do Estado de direito moderno. Alguns dos primeiros pensadores liberais e democráticos liberais, como Jeremy Bentham, James Mill e John Stuart Mill, viam a liberdade de expressão de uma imprensa independente como uma salvaguarda importante contra o exercício arbitrário do poder estatal.

Do mesmo modo, as constituições pós-revolucionárias da França de 1791 e 1793, baseadas na Declaração dos Direitos do Homem de 1789, protegiam explicitamente a liberdade de expressão. As garantias legais da liberdade de expressão foram adotadas por vários governos europeus, e no final do século XIX a liberdade de imprensa tinha-se tornado uma questão constitucional em muitos países ocidentais (Thompson, 2002).

Seguiu-se a primeira geração de direitos, ou seja, direitos civis e políticos, que garantiam, entre outras coisas, a liberdade individual, a liberdade de entrada e saída, a liberdade de iniciativa económica, a liberdade de expressão, a liberdade de emprego e o direito de voto (Fernandes, 2002).

Os direitos da segunda geração surgiram então no contexto de grupos sociais, particularmente com a ascensão da classe trabalhadora, que fez exigências e tentou convencer a sociedade de que também eles tinham direito à cidadania e aos benefícios da nova ordem económica. A afirmação destes direitos sociais exigia uma ação positiva do Estado para alcançar a igualdade, ou seja, o Estado tinha de promover a garantia dos direitos, incluindo o direito à saúde, à habitação, à educação e ao trabalho (Melo, 2021).

Em 1948, as Nações Unidas (ONU) decidiram criar instrumentos para orientar os países para a ordem e justiça internacionais, manter a paz, prevenir o genocídio e permitir a resolução diplomática de disputas. Assim nasceu a Declaração Universal dos Direitos do Homem, que lançou a luta para obter o património comum da humanidade - paz, um ambiente limpo, liberdade e democracia. Foi reafirmado que os chamados direitos de terceira geração são universais e positivos e visam proteger todas as pessoas dos Estados que os violam (Fernandes, 2002).

O primeiro Comité dos Direitos Humanos definiu direitos como os direitos comuns a todas as pessoas, independentemente da raça, religião, nacionalidade, origem social ou género, que asseguram a segurança e liberdade dos cidadãos e promovem a justiça política, social e económica. Os membros desse comité definiram estes direitos nos documentos conducentes à Declaração Universal dos Direitos Humanos, que influenciaram as constituições de muitas democracias, bem como a criação de organizações e tribunais internacionais para promover o respeito pelos direitos humanos e prevenir violações (Dias, 2013).

O facto de as pessoas e os legisladores reconhecerem que os direitos nem sempre são respeitados, especialmente através dos meios de comunicação social, levou à escolha de definir direitos na forma jurídica, bem como movimentos e instituições ativistas que procuram promover os direitos humanos em vez de os violar. Por outras palavras, estas identidades reconhecem o impacto do jornalismo na sociedade e apoiam protestos e comícios para dar voz às vítimas.

O principal objectivo é encorajar o público a refletir sobre as questões levantadas por estes movimentos e instituições. Estes movimentos e instituições revelam a natureza disfuncional dos governos signatários de vários tratados e convenções que os obrigam a proteger os direitos dos seus cidadãos e a protegê-los do genocídio, da tortura e de outros crimes contra a humanidade, mas são movidos por uma retórica que ignora as ameaças à segurança nacional e outros atos de violência, especialmente as violações dos direitos humanos (Melo, 2021).

Apesar da existência de leis para proteger os cidadãos da violência contra outros, alguns países violam estas leis porque não têm qualquer consideração pela segurança dos seus cidadãos e concentram-se mais em questões económicas do que na saúde física e mental dos seus cidadãos.

O jornalismo é um direito humano, mas segundo dados atualizados anualmente, há países onde não existe liberdade de imprensa, ou melhor, uma surpreendente maioria de países, onde existem claramente problemas de censura, por exemplo, a Rússia é uma das ditaduras disfarçadas de democracia que não permite aos jornalistas publicar informações não aprovadas pelo governo Este é conhecido por ser o caso (Castro e Melo, 2021).

Embora não haja intenção de sugerir que as questões de direitos humanos são mais importantes do que outras notícias, algumas características que influenciam diretamente as decisões de política pública, tais como definições legais e a sua aplicação, são destacadas, explicando que os meios de comunicação social não têm qualquer obrigação profissional de interpretar definições legais de direitos humanos ou a sua aplicação, e os jornalistas podem apenas relatar notícias relacionadas com estas questões (Scott et al., 2018).

O jornalismo desempenha portanto um papel importante nos direitos humanos, uma vez que o Artigo 19º da Declaração Universal dos Direitos do Homem menciona a liberdade de expressão e o direito à informação, mas a liberdade de imprensa não é garantida em muitos países. Neste contexto, a ONU sublinha a importância de uma imprensa livre como pilar dos direitos humanos que responsabiliza os governos pelas suas ações (Dias, 2013).

O jornalismo sobre direitos humanos visa compreender os direitos humanos fundamentais, por isso enquadra-se perfeitamente no tema deste artigo. Este novo género

visa, portanto, expor as violações dos direitos humanos através da livre expressão de ideias baseadas no respeito pela dignidade humana, cor da pele, etnia, género e raça (Shaw, 2012).

Ao fazê-lo, viola o Artigo 1º da Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos Humanos, que estabelece que os direitos do indivíduo não devem ser violados, e é particularmente conhecido pela sua reportagem de violações contra vítimas de violência política e pela sua contínua pressão sobre muitos jornalistas. Este género pode e deve ser rotulado de "jornalismo de pessoas", que se centra no ser humano. A ascensão do jornalismo baseado nos direitos humanos decorre do quadro de desenvolvimento conceptual que surgiu no final da década de 1980 e início da década de 1990, que visava reunir diferentes interesses de desenvolvimento e de direitos humanos (Melo, 2021).

O papel dos jornalistas não é apenas informar o público, mas também ligar as pessoas a diferentes histórias e diferentes partes do mundo, promover o conhecimento e a compreensão do público sobre questões e/ou eventos, assumir a responsabilidade ética, informando o público e tornando-o consciente dos seus direitos, e investigar e expor as violações dos direitos humanos que estão na agenda (Shaw, 2012).

O jornalismo está a tornar-se cada vez mais uma esfera pública onde as preocupações e sugestões dos cidadãos desempenham um papel central, e não é coincidência que muitos movimentos e organizações apresentem as suas ideias nos meios de comunicação social. Procuram o contacto directo com jornalistas a fim de esclarecer as suas ideias e objetivos, evitar interpretações erradas e utilizar a esfera pública para obter mais apoio e divulgar o seu movimento (Fernandes, 2002).

A falta de conhecimento dos jornalistas sobre culturas específicas e a escassez de literatura académica impedem os jornalistas de deterem mais conhecimento sobre as violações dos direitos humanos e, portanto, mais capazes de recolher informação. Se os estudiosos dos media começarem a integrar as questões dos direitos humanos na sua investigação académica, os estudos dos media podem desenvolver uma consciência dos direitos humanos (Shaw, 2012).

O multiculturalismo é uma das questões mais importantes do jornalismo porque na sociedade atual os jornalistas enfrentam responsabilidades reais ou percebidas que mudam

os valores noticiosos existentes. Por conseguinte, pode dizer-se que o jornalismo contemporâneo mostra suficiente sensibilidade cultural ou multicultural. Isto levanta mais uma vez questões sobre o papel dos jornalistas na sociedade contemporânea: a sensibilidade multicultural ativa contrasta com uma independência valiosa em relação aos grupos de interesse. Julgar a sociedade, contudo, pode levar à alienação de certos públicos e a uma visão demasiado simplificada da complexidade da sociedade (Deuze, 2015).

Os jornalistas precisam de compreender a sociedade e as suas estruturas históricas, políticas e económicas. A educação contínua dos jornalistas é essencial para o seu desenvolvimento profissional e mostra que em muitos casos as competências adquiridas na escola secundária não são suficientes. Sempre que possível, as lacunas na formação de jornalistas devem ser preenchidas. A formação prática deve, portanto, ser complementada por conhecimentos teóricos. Se existe uma falta geral de formação em direitos humanos para jornalistas, o mesmo se aplica à comunidade académica, onde há poucos investigadores em jornalismo de direitos humanos, o que dificulta a formação de futuros jornalistas neste campo.

Esta lacuna constitui uma oportunidade para complementar a investigação dos meios de comunicação com informação relevante para melhor compreender os direitos humanos e relatar adequadamente as notícias, tornando o seu trabalho mais difícil (Dias, 2013; Shaw, 2012).

No jornalismo humanitário, os jornalistas devem relatar de forma objetiva e imparcial notícias que salvam vidas, reduzem o sofrimento humano e protegem a dignidade humana durante e após as crises humanitárias. Embora o conceito de jornalismo humanitário não seja amplamente discutido em Portugal, não é um novo ramo do jornalismo e é uma prática comum, especialmente nos meios de comunicação social dos EUA e do Reino Unido. Embora o conceito não seja novo, falta-lhe uma definição ou mesmo uma construção refinada. A epistemologia desta forma de jornalismo está subordinada ao estudo e análise das notícias, a que chamamos as humanidades (Victor, 2018).

O termo "notícias de humanidades" é frequentemente utilizado mas raramente definido. É importante notar três maneiras como as notícias estão relacionadas com o tema em questão: notícias sobre crises humanitárias e os seus perpetradores, notícias sobre ética

humanitária, e notícias que apoiam os princípios humanitários. As três categorias propostas relacionam-se com a natureza, o *ethos* e o objectivo do jornalismo (Scott, 2017).

Para compreender a especificidade da doutrina humanitária, é importante notar que os conceitos e práticas humanitárias têm as suas raízes e derivam de antigas tradições religiosas e filosóficas (Nascimento, 2013). O conceito de ajuda humanitária remonta à fundação do Comité Internacional da Cruz Vermelha e é normalmente utilizado em duas situações: guerra e catástrofes naturais. O humanitarismo no sentido clássico baseia-se nos princípios da humanidade, imparcialidade, neutralidade, objetividade e independência.

Como os princípios humanitários se tornaram parte integrante do jornalismo, as organizações dos meios de comunicação social empenhadas na ética humanitária alinharam-se com uma compreensão mais ampla do humanitarismo como uma ética de compaixão, bondade e empatia que se aplica universal e objetivamente a todas as pessoas (Scott, 2017). O jornalismo humanitário visa, ASSIM, fornecer reportagens baseadas em provas sobre crises e questões que afetam o bem-estar humano, tais como guerras, conflitos, catástrofes ou violações dos direitos humanos (Scott et al., 2018; Victor, 2018).

Tal como o jornalismo político, económico, cultural ou desportivo, o jornalismo humanitário é um campo especializado. Jornalistas humanitários relatam conflitos armados, epidemias, catástrofes naturais e questões de direitos humanos que não estão diretamente relacionadas com conflitos armados (Carranca, 2014).

Um novo tipo de jornalismo surgiu também no campo dos direitos humanos que se concentra exclusivamente nestas questões e oferece uma alternativa mais radical ao jornalismo tradicional. O papel dos meios de comunicação social na promoção e defesa dos direitos humanos é mais pró-ativo, sendo o principal objectivo eliminar a violência estrutural e cultural a fim de prevenir ou reduzir os atos de violência (Shaw, 2012).

O conceito de jornalismo humanitário tenta reunir e unificar os objetivos de vários movimentos jornalísticos ao longo dos últimos 30 anos que se concentraram no impacto dos media na intimidade social, nos desafios que as pessoas enfrentam e na proteção dos seus direitos. Estes são conceitos diferentes com um eixo comum: o valor social do jornalismo.

É difícil estabelecer um conceito linear de jornalismo humanitário, porque só o jornalismo praticado por protagonistas independentes e guiado por valores éticos pode informar a sociedade sobre o sofrimento humano e, sobretudo, abordar problemas causados por guerras, catástrofes, genocídios, pobreza ou outras violações da dignidade humana. O jornalismo desempenha um papel importante na formação do desenvolvimento local porque ajuda a criar conversas sociais que facilitam este processo de mudança (Mesquita, 2009).

O jornalismo humanitário abrange, portanto, questões intimamente relacionadas com os direitos humanos, que se sabe serem universais, indivisíveis, inalienáveis e interdependentes, pelo que não se limita à denúncia ocasional de conflitos armados, ataques ou outras catástrofes de curta duração e gravidade, quer o evento seja nacional ou internacional.

2.2 A presença dos Direitos Humanos na agenda dos media ao longo do tempo

Os meios noticiosos são, a par das redes sociais, principal fonte de informação para o público relativamente a eventos de política interna e externa. A teoria da definição da agenda sugere que, para além da divulgação de informação, os meios noticiosos têm a capacidade de aumentar a consciência pública e a importância política das questões através de uma extensa cobertura de imprensa. As notícias frequentes sobre uma questão tendem a aumentar a visibilidade da mesma e, conseqüentemente, a familiaridade do público com a mesma (Wanta et al., 2004).

Como referem Wanta et al. (2004) a cobertura extensiva dos media também aumenta a percepção entre o público e a elite de que uma questão é politicamente mais importante do que outras questões negligenciadas pelos media. Conseqüentemente, na medida em que os decisores políticos recorrem à coerção económica quando o público percebe que uma questão é séria e problemática, é lógico esperar que a atenção dos meios de comunicação social seja suscetível de influenciar o uso de sanções (Wanta et al., 2004). Para ilustrar uma ligação causal entre a cobertura mediática, a percepção pública, e o uso de sanções, examinamos a questão dos direitos humanos. Neste contexto, a cobertura mediática refere-se à representação e divulgação de informações pelos meios de

comunicação social, que podem influenciar significativamente a percepção pública - a compreensão coletiva, as crenças e as atitudes da população em geral (Beaudoin & Thorson, 2002). A utilização de sanções, por outro lado, denota a aplicação de sanções económicas ou políticas por um país ou grupo de países contra outro, como resposta a ações ou políticas específicas (Drezner, 2003).

Começamos com a alegação de que o público presta atenção à cobertura pela imprensa dos abusos dos direitos humanos cometidos por um regime estrangeiro repressivo, tornando-se mais consciente dos abusos à medida que a cobertura se torna mais extensa. Estudos mostram que a visibilidade de um país estrangeiro nos meios de comunicação social é um fator determinante para o grau de conhecimento público desse país. Há também provas substanciais de que a extensa cobertura positiva ou negativa de um país nos meios de comunicação social influencia as atitudes públicas em relação ao país e aos seus líderes (Wanta et al., 2004; Kioussis et al., 2008).

Por conseguinte, referências frequentes dos meios de comunicação social a violações dos direitos humanos, tais como tortura, execuções extrajudiciais e prisões políticas, deveriam resultar numa maior percepção pública negativa do regime repressivo, criando ao mesmo tempo uma maior empatia para com as vítimas da repressão. Como a cobertura noticiosa gera mais empatia para com as vítimas da repressão, os eleitores, grupos de interesse e outros atores domésticos influentes apelarão aos líderes para uma política externa mais assertiva contra o regime opressivo (Merilainen et al., 2011).

A crescente pressão pública impulsionada pelos meios de comunicação social irá, por sua vez, criar um imperativo político para que os políticos respondam ou, em linguagem de sanções, façam alguma coisa.

Com a crescente procura pública de ações concretas contra o regime repressivo - que foi possibilitada pela cobertura mediática das atrocidades aos direitos humanos, os países remetentes considerarão cada vez mais as sanções como um instrumento viável. Os líderes políticos, especialmente nas democracias, estão atentos à opinião pública na formulação das suas políticas no que diz respeito a acontecimentos domésticos e estrangeiros altamente publicitados (Holsti, 2004).

Quando o público está bem informado sobre um evento estrangeiro (como é mais provável com eventos altamente publicitados), os líderes levam em conta a opinião pública para satisfazer as expectativas dos cidadãos e grupos de interesse para assegurar o seu futuro político. Assim, os líderes estão mais inclinados a utilizar sanções económicas em resposta à pressão pública impulsionada pelos meios de comunicação social para mostrar que estão a controlar a situação e a responder às exigências de ação (Peksen et al., 2014).

Estudos sobre o uso simbólico de sanções demonstram que os líderes nos países emissores optam frequentemente por sanções em resposta à exigência pública de punir os regimes que cometem violações dos direitos humanos e outras atrocidades humanitárias. Consequentemente, mesmo quando os líderes não estão dispostos a fazer algo contra um regime repressivo, podem sentir-se pressionados a empregar sanções ou alguma outra política para apaziguar os eleitores e grupos de interesse, que foram mobilizados pela sua reação a notícias críticas sobre o regime repressivo.

Embora a investigação sugira que as sanções de direitos humanos tendem na realidade a agravar os abusos nos Estados alvo porque os líderes que enfrentam as sanções utilizam a repressão para reprimir a dissidência resultante de laços económicos restritos, um estudo recente ilustra que as sanções são no entanto uma ferramenta política atrativa porque permitem aos líderes nos Estados remetentes mostrar ação a um público exigente, transmitindo uma forte liderança em negócios estrangeiros e, consequentemente, aumentando a sua taxa de aprovação (Wood, 2008; Peksen, 2009; Whang, 2011).

A comunicação social digital tem desafiado os meios de comunicação tradicionais como o meio universal de estabelecimento da agenda do quotidiano, tendo-se tornado o novo meio de comunicação de massas por excelência. O público, através de redes sociais, blogues e outros meios de comunicação social, pode moldar a agenda dos media, mas isto não é evidente por si mesmo e tende a ser relacionado com a questão (Meraz, 2009; Roberts et al., 2002; Wallsten, 2007).

A comunicação social tem beneficiado as ONG internacionais, uma vez que é uma ferramenta útil para mobilizar pessoas através das fronteiras, permitindo a discussão entre vários participantes (Kiely, 2005). As ONG também organizam eventos, utilizando a comunicação online, para colocar as suas questões na agenda dos media. Com eventos

dignos de notícia, encontram-se a competir por espaço nos meios de comunicação social (Oliver et al., 2000).

A competição por uma vaga nas notícias é feroz, e é por isso que as ONG poderiam beneficiar de meios de comunicação alternativos independentes na Internet. Existem também outras razões para favorecer a comunicação em linha. A Internet oferece maior visibilidade e uma oportunidade de fazer ligações diretas (Fortunati et al., 2009).

Se os meios de comunicação social ou os políticos não estiverem conscientes ou relutantes em discutir violações dos direitos humanos, então as pessoas individuais e as ONG têm a possibilidade de falar sobre estas questões em linha. A comunicação online oferece aos indivíduos, grupos, jornalistas, políticos e organizações uma plataforma animada, por exemplo, para expressar opiniões e estabelecer ligações com pessoas com os mesmos interesses. Os utilizadores da Internet podem discutir questões e subsequentemente influenciar a definição da agenda (Roberts et al., 2002).

Naturalmente, os meios de comunicação social não têm, de forma alguma, poder absoluto ou autonomia. A exposição seletiva também existe na comunicação em linha. Se os usuários não discutem questões consideradas importantes, podem ser excluídos dos meios de comunicação e debate político (Wallsten, 2007).

Da mesma forma, questões que não atraem muito interesse *online* as discussões não podem ser vistas como urgentes ou dignas do interesse do público, e como consequência não são transferidos para a agenda dos media por jornalistas (Uscinski, 2009).

As organizações de direitos humanos tentam que os seus assuntos sejam vistos como salientes e dignos de atenção. As campanhas dos meios de comunicação e de iniciativa podem ser utilizadas para aumentar a consciencialização e compreensão das questões pelo público (Tolbert et al., 2003). Neste documento, a comunicação em linha é investigada para descobrir como as organizações de direitos humanos chamam a atenção para as suas questões-chave utilizando plataformas de Internet.

Os objetivos jornalísticos referem-se ao papel ideal que os jornalistas consideram que a sua instituição de comunicação social desempenha na sociedade; para muitos jornalistas, tais como os agentes de mudança na esfera da comunicação social mexicana, os meios de comunicação social deveriam aspirar à prática do jornalismo democrático,

concentrando-se, entre outros objetivos, em gerar responsabilidade e apoiar o pluralismo (Carter, 2020).

O jornalismo democrático foi a missão original dos jornais que lidam constantemente com a temática dos direitos humanos, como o caso dos mexicanos orientados para o mercado, pelo que não é de surpreender que os objetivos jornalísticos democráticos fossem "o topo de gama" para os jornalistas quando lhes pedi para descreverem as suas linhas editoriais.

Este tipo de jornalismo humanitário tem como objetivos dar voz àqueles que não a têm e criticar o poder. Adstringem a si um código de ética que encapsula estes ideais, em que todas as atividades dos media e dos jornalistas devem ser inspiradas pelo interesse público, tendo em conta que a prossecução de qualquer interesse privado na transmissão de informação é contrária aos princípios garantidos pela Declaração Universal dos Direitos do Homem (Melo, 2021).

De facto, em vários jornais, os recursos são dedicados à reportagem sobre direitos humanos, em parte porque é um caminho seguro para a prossecução de objetivos jornalísticos democráticos. Para além da noção abrangente destes objetivos jornalísticos democráticos, os jornalistas têm objetivos jornalísticos específicos no que diz respeito à sua cobertura dos direitos humanos.

Delinearam vários meios concretos através dos quais desejavam que as suas notícias sobre direitos humanos tivessem um impacto na sua sociedade. A cobertura dos direitos humanos pode servir como um controlo contra as violações, disseram os jornalistas, tanto através da sua publicação como através a sua prática, quer através do testemunho, quer através do ser testemunha (Carter, 2020).

2.3 O papel do Jornalismo como garante dos Direitos Humanos

No domínio do jornalismo existe uma ligação profunda com os direitos humanos, que o posiciona como uma salvaguarda crucial destas liberdades fundamentais. Jean Jeanneney (2003) autor de renome na história dos meios de comunicação social, entrelaça habilmente os valores sociais e morais com a própria essência dos empreendimentos jornalísticos. Na sua essência, o jornalismo serve de pilar da transparência,

responsabilizando os detentores do poder e dando voz aos que não têm voz. Desta forma, o jornalismo assume um importante papel na defesa dos direitos humanos, ampliando o seu alcance e influência e tecendo uma tapeçaria indispensável que une uma sociedade em busca da verdade e da justiça (Jeanneney, 2003).

Os valores das notícias, definidos como características de eventos, histórias ou autoridades, podem ser utilizados pelos jornalistas para selecionar eventos ou histórias como notícias, aplicando os valores das notícias ao organizar notícias, como é normalmente o caso nas culturas das redações, e devem ser considerados ao identificar histórias como notícias se contiverem vozes e representações humanas (Downman et al., 2017).

Aplicando valores noticiosos, uma notícia só pode ser uma notícia de direitos humanos se cumprir os seguintes critérios: frequência, ambiguidade, delimitação, coincidência, incerteza, equilíbrio na composição, países e regiões de elite, personalidades de elite, personificação, negatividade e inferências.

Não importa se a preocupação com a vida de outras pessoas aumenta a visualização ou vende mais do que a história real e o verdadeiro objectivo da sua divulgação, que é chamar a atenção para as violações dos direitos humanos e, de alguma forma, levar o público, gestores e administradores a prestar atenção ao que está a acontecer no mundo. O importante é que se concentra no povo, e não nas elites, e mostra o lado humano.

Embora alguns critérios sejam úteis, o lado do povo deve ser sempre tido em conta, e a controvérsia ou o sensacionalismo não devem ser perseguidos. Um dos inconvenientes destes valores noticiosos é que o jornalismo é cada vez mais visto como uma profissão empresarial que não se concentra no seu objectivo principal. A relação entre jornalismo e direitos humanos é importante devido a valores explícitos como humanidade, justiça, holismo e empoderamento (Downman et al., 2017).

Os direitos humanos expandiram-se para incluir questões de justiça, crime, direitos, política e o reconhecimento dos jornalistas como árbitros-chave destas questões. Os direitos humanos podem ser divididos em três grupos:

1. Direitos civis e políticos, tais como a liberdade da tortura e da escravatura;
2. Direitos económicos, sociais e culturais, tais como o direito à educação;

3. Direitos coletivos, tais como o direito à autodeterminação.

A tradição dos direitos humanos engloba instrumentos e instituições legais - leis, tribunais e processos judiciais - como meio de garantir a liberdade e o desenvolvimento humano. Os direitos também fornecem uma base moral para os objetivos do desenvolvimento humano e os princípios da justiça social. Sublinha também que uma maior consciência política e capacitação para todos é uma questão de desenvolvimento e que os direitos políticos e civis são parte integrante do processo de desenvolvimento (Castro e Melo, 2021).

A ligação entre os direitos humanos e o jornalismo existe há muito tempo, mas pesquisas recentes mostram que esta ligação se tornou mais forte desde 2000, particularmente para os migrantes que fogem dos seus países de origem, países em guerra ou países com violações persistentes dos direitos humanos (Downman et al., 2017).

Segundo a ONG internacional *Internews*, existem 10 razões para aumentar a confiança no jornalismo orientado para os direitos humanos. As mudanças no controlo governamental dos meios de comunicação social, o crescimento das organizações e movimentos de direitos humanos, o crescimento contínuo da ONU, ONGs e outros movimentos, e a expansão dos meios de comunicação social oferecem oportunidades para um maior interesse nestas áreas. A sua proliferação contribuiu para que os direitos humanos se tornassem gradualmente um tema quente (Downman et al., 2017).

Podem argumentar-se que, embora os direitos humanos sejam um valor noticioso central, o papel das ONG e da ONU como fontes noticiosas é frequentemente ignorado ou que o seu valor como fontes de notícias sobre direitos humanos se baseia noutros valores noticiosos. Com isto em mente, investigadores e jornalistas que trabalham na área dos media e dos direitos humanos argumentam que este tipo de jornalismo deveria ter um valor noticioso separado e superior, porque o assunto é mais sensível e merece uma melhor compreensão por parte do leitor/ouvinte da história contada (Melo, 2021).

Notícias antropocêntricas que informam o público sobre o que está a acontecer numa comunidade podem ser consideradas notícias porque as pessoas, embora complexas, têm um "sentido de lugar" que lhes permite fazer ligações físicas, psicológicas e/ou sociais a outras pessoas numa área geográfica específica (Castro e Melo, 2021). Por outro lado, as

notícias não devem prescrever uma nova lista de valores, mas sim contar histórias quotidianas que definem, simbolizam e refletem a condição humana (Downman et al., 2017).

No entanto, é importante referir que o jornalismo no seu todo funciona num quadro empresarial multifacetado que engloba dimensões económicas, competitivas e comerciais. Os meios de comunicação social dependem da publicidade, das assinaturas e de outros fluxos de receitas para sustentar as suas operações ao mesmo tempo que a concorrência pela atenção do público impulsiona a inovação dos conteúdos e a adoção de plataformas digitais (Hamilton, 2007; Berr et al., 2015) O aspeto comercial afeta as decisões editoriais, suscitando preocupações quanto ao sensacionalismo e à parcialidade, e até mesmo invisibilidade, colocando em causa aspetos relacionados com os direitos humanos (Gentzkow, & Shapiro, 2008).

O jornalismo de direitos humanos deve, portanto, concentrar-se nas histórias poderosas e convincentes que acontecem frequentemente à nossa volta e que merecem ser expostas. Isto, por si só, definirá novos valores informativos, uma vez que se trata de investigar e expressar o que existe na sociedade. O jornalismo dos direitos humanos pode contribuir para as mudanças de paradigma e a mudança social. Isto tem sido feito através de reportagens jornalísticas que destacam as violações dos direitos humanos em diferentes países e a falta de liberdade dos meios de comunicação social. Tais atividades contribuem para a mudança social e levantam questões na sociedade (Carter, 2020).

Podemos, assim, dizer que os meios de comunicação social permitem que o público seja informado sobre o que se passa nos seus países e sociedades, porque, como já dissemos, há muitos acontecimentos que merecem a atenção dos jornalistas e que afetam pessoas comuns - próximas ou distantes - que sofrem de escravatura, violência física e psicológica nos seus países.

Tais situações são certamente dignas de notícia, mas a forma como a informação é divulgada não deve dar a impressão de que os assassinios em massa despertam a simpatia das pessoas envolvidas, neste caso o público. O denominador comum deve ser o equilíbrio.

Como esta é uma categoria importante do jornalismo, acreditamos que é importante ligar o jornalismo ambiental ao jornalismo de direitos humanos para aumentar a

sensibilização para as questões ambientais, ou seja, é importante aumentar a sensibilização para as questões de direitos humanos, tais como violência doméstica e/ou sexual, sem-abrigo e outras situações de direitos humanos que muitas vezes não são analisadas ou consideradas pelos jornalistas que tentam fazer reportagens sobre questões ambientais (Castro e Melo, 2021).

A forma como as questões de direitos humanos são abrangidas não dá mais atenção à causa raiz do problema e não informa o público sobre um problema crescente e cada vez mais generalizado que afeta um número cada vez maior de pessoas. Ao combinar estas duas formas de jornalismo, o público pode ser mais bem alcançado e as pessoas não só estarão mais conscientes das questões, mas também mais informadas e capazes de se criar empatia com os outros (Carter, 2020).

Embora muitas organizações tentem fornecer apoio, nem sempre estão bem equipadas. Uma sociedade atenciosa e compassiva será mais útil tanto para as instituições como para as vítimas de problemas sociais, o que apoia a primeira hipótese. O jornalismo dos direitos humanos é importante porque afeta as pessoas de um país, e é o jornalismo que permite uma melhor compreensão dos problemas que existem na sociedade e que são frequentemente ignorados ou não revelados. É também uma oportunidade de contribuir para a solução de vários problemas sociais, analisando o problema, os fatores que o provocam e a forma como é apresentado e resolvido, estimulando assim a reflexão e o debate social (Melo, 2021).

É também uma forma de jornalismo que liga ainda mais o jornalismo às pessoas e às suas histórias, que são tão importantes que não só atraem a atenção como se tornam protagonistas e é quase impossível não partilhar as suas histórias.

Este capítulo abordou a intrincada relação entre jornalismo e direitos humanos, abrangendo conceitos de jornalismo humanitário e direitos humanos, a presença histórica dos direitos humanos na agenda dos media e o papel do jornalismo como garante dos direitos humanos.

Destacou-se o papel do jornalismo na abordagem do sofrimento humano, na promoção da justiça social e na responsabilização dos governos. Sublinhou-se a importância da cobertura mediática na sensibilização para as violações dos direitos

humanos e na promoção da mudança social. Salientou-se também a necessidade de os jornalistas receberem formação adequada em questões de direitos humanos para melhorarem a sua cobertura.

No contexto da realidade portuguesa, as conclusões do capítulo são relevantes para a paisagem mediática do país, sublinhando o papel crucial do jornalismo na salvaguarda dos direitos humanos e na construção de uma sociedade mais justa e informada.

Capítulo 3. A representação da Crise dos Refugiados no Jornalismo

O presente capítulo tem como objetivo central explorar a representação da Crise dos Refugiados no jornalismo, centrando-se na forma como os acontecimentos são transformados em notícias e nas várias abordagens adotadas pelos jornalistas. A transformação de acontecimentos em notícias é influenciada por fatores como a proximidade geográfica, a importância política e os ângulos de interesse humano, bem como o controlo dos meios de comunicação social e os meios digitais.

Os jornalistas podem abordar a crise humanizando-a com narrativas pessoais, destacando a resiliência ou adotando uma perspetiva analítica sobre as causas e as respostas. São também abordadas as considerações éticas na reportagem. O capítulo fornece informações sobre a forma como os meios de comunicação social moldam a compreensão e as respostas do público ao complexo desafio humanitário da deslocação forçada.

3.1. A transformação de acontecimentos em notícias

São muitos os fatores que intervêm na produção das notícias, incluindo limitações organizacionais (como os aspetos práticos da cobertura de determinados locais), horários de trabalho (incluindo prazos) e influências externas de natureza política ou comercial. Para além disso, há elementos significativos que envolvem as convenções prevalecentes nas redações e as decisões profissionais tomadas pelos editores com base nos valores-notícia (Tukachinsky, 2013).

É neste sentido que surgem os chamados critérios de noticiabilidade. De acordo com Mauro Wolf (2006), a noticiabilidade engloba um conjunto de critérios, operações e ferramentas que as organizações noticiosas empregam diariamente para filtrar um número imprevisível e vasto de factos. O seu objetivo é fazer a curadoria de uma coleção limitada e relativamente estável de itens noticiosos. Os acontecimentos que não cumprem estes critérios e requisitos são ignorados.

Wolf (2006) conclui que o valor-notícia desempenha um papel vital na rotinização do trabalho jornalístico, fornecendo um quadro estruturado para o processamento dos

acontecimentos. Os jornalistas baseiam-se nestas diretrizes para categorizar eficientemente os acontecimentos como sendo ou não dignos de notícia, simplificando o processo de seleção. A emergência de valores-notícia facilita a seleção rápida e quase automática dos acontecimentos, eliminando a necessidade de uma reflexão prolongada.

O processo de determinação do conteúdo e dos temas a apresentar num jornal, vulgarmente conhecido como agenda setting, tem sido objeto de intensa deliberação e análise por parte de todos aqueles que estão envolvidos na informação noticiosa (Boukes et al., 2020). Consequentemente, também emergiu como um tópico muito investigado. A exigência de tomar decisões expõe o jornalismo a um escrutínio. No entanto, o ato de avaliar, dar importância e escolher é parte integrante da profissão de jornalista (Boukes et al., 2020).

Os fatores que determinam a atualidade e o que é notícia não têm uma universalidade rígida. Em vez disso, exibem um certo nível de indefinição e opacidade, apresentando ocasionalmente contradições (Diakopoulos & Zubiaga, 2014). Estes elementos influenciam coletivamente todo o processo de produção e partilha de notícias, dependendo fortemente da estrutura da organização noticiosa e da forma como esta organiza os aspetos aparentemente caóticos da realidade (Caprino, 2009). Além disso, os critérios de valor-notícia sofrem alterações ao longo do tempo, pois assuntos que antes não chamavam a atenção podem se tornar notícia na atualidade (Caprino, 2009).

Galtung e Ruge (1965) foram dos primeiros investigadores a sublinhar a presença de critérios de noticiabilidade que se cruzam com o julgamento individual do jornalista, sem o negarem totalmente. Estes critérios, por sua vez, influenciam a probabilidade de uma peça noticiosa progredir através das várias fases dentro de uma organização noticiosa.

O trabalho destes autores é considerado paradigmático neste assunto pelo que vamos apresentar com pormenor cada um dos critérios que ainda hoje são utilizados como referências (Galtung & Ruge, 1965):

- 1) Proximidade: A proximidade de um acontecimento influencia a sua probabilidade de se tornar notícia. Essa proximidade pode manifestar-se de diferentes formas, incluindo geográfica, emocional, cultural e outras.
- 2) Momento do acontecimento: É mais provável que as notícias ganhem atenção se forem acontecimentos recentes.

- 3) Significância: A probabilidade de um acontecimento se tornar notícia aumenta quando possui maior intensidade ou relevância, envolve um maior número de pessoas ou resulta em consequências significativas, e ocorre numa escala maior. Além disso, os acontecimentos com menos ambiguidade são mais suscetíveis de se tornarem notícia.
- 4) Relevância social dos indivíduos envolvidos: Os noticiários estão mais inclinados a cobrir eventos que envolvam indivíduos conhecidos a um nível geral e com algum relevo para a sociedade.
- 5) Relevância dos países envolvidos nas notícias: Os acontecimentos internacionais que envolvem nações relevantes têm maior probabilidade de receber cobertura noticiosa.
- 6) Consonância: O valor noticioso de um acontecimento aumenta se este corresponder às expectativas e for bem adaptado ao meio de comunicação.
- 7) Imprevisibilidade: Os acontecimentos com um maior elemento de surpresa têm mais probabilidades de serem objeto de cobertura noticiosa.
- 8) Continuidade: É muito provável que os acontecimentos dignos de notícia recebam cobertura, especialmente em situações em curso ou já existentes.
- 9) Composição: A probabilidade de um acontecimento se tornar notícia aumenta quando se alinha com o equilíbrio temático de um noticiário, o que significa que complementa uma variedade de tópicos abordados na emissão.
- 10) Negatividade: Os acontecimentos que se inclinam para a negatividade têm maior probabilidade de receber cobertura noticiosa.

Estes critérios encontram-se interligados, uma vez que os acontecimentos podem possuir vários em simultâneo. Quanto maior for o número de critérios que um acontecimento satisfaz, maiores são as hipóteses de ser reconhecido como notícia (Santos, 2015).

O processo responsável pela seleção dos acontecimentos que se transformam em notícias dá-se o nome de *gatekeeping*, e é um processo racional e pragmático, sem arbitrariedades. O conceito de *gatekeeping* nos estudos dos media foi introduzido por David Manning White em 1950. White tinha como objetivo examinar o papel da organização noticiosa dentro do sistema de opinião pública. Este sistema funciona através de canais com "áreas de acesso" específicas onde são tomadas decisões sobre quais os

acontecimentos que se tornam notícia. Os *gatekeepers*, seguindo critérios estabelecidos, decidem se deixam passar a informação ou se a bloqueiam (Santos, 2015). No fundo, são os indivíduos ou grupos que detêm o poder de determinar a transformação dos acontecimentos em notícias dentro destas áreas de acesso.

Hoje em dia surgiu um novo player no gatekeeping, as redes sociais. As redes sociais transformaram profundamente o panorama da divulgação e consumo de notícias na sociedade contemporânea. Com o surgimento de plataformas como o Facebook, o Twitter, o Instagram e o TikTok, as pessoas têm agora um acesso sem precedentes a informações em tempo real provenientes de uma vasta gama de fontes (Welbers & Opgenhaffen, 2018). Esta democratização das notícias permite aos utilizadores partilhar, comentar e interagir diretamente com as notícias (Welbers & Opgenhaffen, 2018). No entanto, esta mudança no consumo dos media também levanta questões sobre o papel do gatekeeping na era digital. Como foi visto anteriormente, o gatekeeping refere-se ao processo pelo qual as organizações dos media controlavam o fluxo de informação, decidindo quais as notícias que seriam apresentadas ao público (Santos, 2015). No contexto dos media sociais, o gatekeeping assume novas dimensões.

Embora os meios de comunicação tradicionais continuem a exercer uma influência significativa sobre as histórias que cobrem, as plataformas de redes sociais também atuam como guardiãs, moldando os feeds de notícias dos utilizadores com base em algoritmos e nas preferências dos utilizadores. Estes algoritmos dão prioridade a determinados conteúdos, reforçando potencialmente as crenças pré-existentes dos utilizadores e criando câmaras de eco que limitam a exposição a perspetivas diversas (Pałka-Suchojad, 2021).

Além disso, a natureza viral das redes sociais pode elevar determinadas histórias, muitas vezes motivadas pelo apelo emocional ou pelo sensacionalismo, à proeminência, independentemente do seu mérito jornalístico (Pałka-Suchojad, 2021). Este fenómeno desafia os valores noticiosos tradicionais que outrora orientavam as decisões de gatekeeping. Consequentemente, a desinformação e as "notícias falsas" podem espalhar-se rapidamente, complicando ainda mais o processo de gatekeeping e suscitando preocupações sobre o papel das empresas de redes sociais na seleção de informações fiáveis. Neste cenário dinâmico, compreender a interação entre as redes sociais, as notícias e o gatekeeping torna-se crucial para compreender as implicações mais amplas para o discurso público e a democracia na era digital (Al-Rawi, 2018).

Outro fator que influencia a transformação de acontecimentos em notícias são as dimensões económicas, comerciais e competitivas inerentes ao jornalismo que exercem uma influência significativa sobre a agenda noticiosa, moldando o panorama do jornalismo moderno (Beer et al., 2015). Os fatores económicos orientam frequentemente as prioridades das organizações noticiosas, uma vez que têm de equilibrar a necessidade de produzir conteúdos com o imperativo de gerar receitas. A dependência das receitas da publicidade pode levar a uma preferência por histórias sensacionalistas ou dignas de um clique, que atraem mais atenção, podendo ofuscar notícias vitais, mas menos apelativas (Beer et al., 2015).

Os interesses comerciais também desempenham um papel fundamental. Os órgãos de comunicação social funcionam como empresas, esforçando-se por se manterem financeiramente viáveis. Isto resulta por vezes num foco no entretenimento e nas notícias sobre celebridades, que atraem audiências maiores e receitas de publicidade (Dubied & Hanitzsch, 2013). Consequentemente, as histórias com implicações sociais mais amplas podem receber comparativamente menos cobertura, afetando a sensibilização geral do público e a sua compreensão de questões cruciais (Edgerly & Vraga, 2017).

Por fim a concorrência entre os meios de comunicação social intensifica a corrida aos leitores e aos telespectadores. Esta concorrência pode levar a uma tendência para "perseguir a história", em que os meios de comunicação social se esforçam por dar a notícia primeiro, comprometendo potencialmente a exatidão e o rigor (Gentzkow & Shapiro, 2008). Para superar os rivais, pode haver uma mudança para o sensacionalismo, com impacto na objetividade e na profundidade da cobertura (Hamilton, 2007). Com a digitalização passou a existir uma pressão cada vez maior para o jornalismo ter uma orientação para as redes sociais e para incluir critérios relacionados com clickers, partilhas e comentários. Tais valores-notícia introduziram, assim, outro tipo de prioridades e destaques na agenda dos media.

3.2. A abordagem da Crise dos Refugiados no jornalismo

A comunicação social, em articulação com as redes sociais, determina a agenda global e continua a ser o único intermediário de eventos globais que podem expandir ou restringir os horizontes populares (Pöyhtäri, 2014). No caso dos refugiados, a evidência é ainda mais

forte porque o público não os conhece e, portanto, molda as suas percepções com base nas representações mediáticas.

Com o aumento do discurso anti-imigração e a emergência de partidos políticos anti-imigrantes em vários países europeus, a reportagem sobre esta questão tornou-se cada vez mais importante, até porque os meios de comunicação social podem proporcionar ao público um conhecimento verdadeiramente abrangente (Hafez, 2009). A imprensa tem, portanto, um dever adicional de informar sobre o que é essencialmente uma questão de direitos humanos. Há um dever de informar sobre tudo o que tenha a ver com responsabilidade moral no campo dos direitos humanos (Thompson, 2007).

Enquanto os meios de comunicação social não são diretamente responsáveis pelas nossas posturas, as imagens motivadoras e os modelos mentais determinam o nosso comportamento. A importância do discurso dos media manifesta-se principalmente no seu controlo sobre os padrões de comportamento dos consumidores dos media (Van Dijk, 1997).

Os modelos não são senão representações sociais que condicionam as nossas representações e exercem influência sobre as nossas ações e padrões de comportamento. Em todas as esferas sociais, somos forçados a tirar conclusões e inferências sobre outros com base no discurso dos meios de comunicação social. Neste caso, mesmo que não tenhamos contacto direto com migrantes e refugiados, somos forçados a especular sobre as suas características, diferenças culturais, práticas e outros aspetos. Na formação das representações mediáticas há sempre um objectivo que pode estar em desacordo com a promoção da tolerância, respeito mútuo, diálogo, reconhecimento e compreensão (Barbosa, 2012).

O poder é criado em contextos sociais estreitos e diversificados. As narrativas sobre outros são moldadas, produzidas e divulgadas no contexto de discursos e relações de poder pré-definidos.

Muita investigação sobre comunicação tem examinado a relação entre formas de migração e a mobilização de processos racistas e xenófobos, que são frequentemente reforçados e refletidos em discursos embutidos em estruturas e pressupostos linguísticos. Esta relação não é inteiramente homogénea, pois as representações mediáticas dependem

não só da sua orientação estratégica (recolha de público, escrita de rotina para fins profissionais, etc.), mas também da sua estrutura como agentes jornalísticos, ou seja, meios de reprodução simbólica da comunicação (Silveirinha et al., 2014).

Assim, princípios como a objetividade, imparcialidade, rigor e eficiência são afirmados como a base da transparência, e a imprensa é um espaço de discurso que se recusa a esconder do público. No entanto, a busca dialética ou ideológica da transparência baseada no mito da opacidade constitui a ambiguidade constitutiva do jornalismo (Sodré, 2009).

Vemos a comunicação e o discurso como intervenientes na construção e reprodução da nossa vida quotidiana, criando redes de significado e percepção. Portanto, podemos compreender que o jornalismo está intimamente relacionado com a construção da realidade e a criação e transmissão de significado. Portanto, a notícia não é o acontecimento em si, mas o resultado da interpretação. O discurso mediático, as palavras utilizadas, o uso de expressões idiomáticas, a intertextualidade, o que é dito e o que não é dito, constrói assim a representação das minorias e, no caso específico deste estudo, dos refugiados (Marchiori, 2009).

A identidade é representada através de processos de diferenciação e não apenas de similaridade. A diferença é vista como um elemento constitutivo da identidade. Da mesma forma, estamos constantemente a negociar uma série de posições diferentes, não uma série de oposições que nos colocam sempre na mesma relação com os outros (Hall, 2003).

A relação entre "nós", ou seja, o grupo sociocultural a que pertencemos, e "outros", ou seja, todos os que não pertencem a esse grupo, baseia-se em noções de universalidade e humanismo. Quando falo com outra pessoa (não ordenando, mas entrando em diálogo com ela), reconheço nelas uma qualidade temática semelhante à minha (Todorov, 1993).

O conceito de uma abordagem dos direitos humanos baseia-se no princípio de que a preocupação com os direitos humanos deve estar no cerne dos deveres jornalísticos, o que exige que os jornalistas identifiquem as violações na sua reportagem e proponham formas de remediar essas violações (Rose, 2013).

Se o público tiver uma melhor compreensão das questões através de explicações, é mais provável que tenha empatia com a difícil situação das pessoas e exija uma

intervenção internacional para ajudar a ultrapassar a falta de memória histórica que impede a compreensão (Shaw, 2012).

A teoria da representação social emergiu na agenda académica na segunda metade do século XX, influenciada pelos fundamentos teóricos lançados por Durkheim no século XIX. O objectivo desta teoria é explicar fenómenos numa perspetiva coletiva, ou seja, representações sociais que correspondem às crenças ou perceções que temos sobre uma pessoa, sociedade, evento ou objeto, como resultado das nossas interações sociais. No passado, os refugiados foram desacreditados nos meios de comunicação social e retratados como um grupo a ser temido e evitado. Também um estudo conduzido pelo Observatório da Comunicação sobre a cobertura de migrantes e minorias étnicas nos meios de comunicação social portugueses em 2001 e 2002 descobriu que estes grupos estavam principalmente associados a relatos de crimes (OberCom, 2003).

No século XXI, muitos estudos científicos confirmam este facto. A influência dos valores, cenários e agendas jornalísticas na reportagem migratória leva a um tratamento editorial desequilibrado na reportagem migratória, especialmente em termos dos factos (negativos) escolhidos e dos cenários utilizados, o que pode levar a mal-entendidos entre o público (Gemi et al., 2013). Por outro lado, os crimes cometidos por requerentes de asilo são exagerados e politizados: os media de esquerda concentram-se na vítima, enquanto os media de direita concentram-se no crime. Em vez de notícias "leves" sobre refugiados, são necessárias mais notícias "duras" para fornecer mais contexto, personalização e clareza sobre a questão (Blumell et al., 2020).

Para além da falta de participação e envolvimento ativos, os refugiados são também visualmente retratados como grupos e não como indivíduos, o que é apoiado pela investigação semiótica. Os investigadores britânicos analisaram a representação dos meios de comunicação social dos refugiados em cinco países europeus entre Junho e Dezembro de 2015 e descobriram que os meios de comunicação social desumanizam os migrantes e refugiados e que é urgente uma mudança fundamental na perceção da responsabilidade dos meios de comunicação social para com as pessoas vulneráveis (Chouliaraki et al., 2017).

Chouliaraki et al., 2017, propõem uma tipologia de representações de crise a partir da qual são reconstruídas visualizações específicas dos refugiados. Identificaram cinco

configurações visuais principais: vida biológica, empatia, ameaça, benevolência e autorreflexão, as quais se passam a apresentar:

- Visibilidade como vida biológica: Perante esta variável, os investigadores incluíram representações que retratam os refugiados como extremamente inúteis, isto é, sem identidade ou voz, e vulneráveis face ao Ocidente. Estas são imagens que promovem o distanciamento social e não fornecem qualquer contexto para a situação dos refugiados ou para as razões da sua migração forçada;
- Visibilidade como empatia: A visibilidade como empatia refere-se à humanização de imagens como uma criança a chorar, uma mãe a embalar o seu bebé. Em contraste com a primeira abordagem, esta é uma perspetiva mais estreita e uma tentativa de individualizar os refugiados, a fim de aumentar a compaixão e a caridade;
- Visibilidade como ameaça: Ao incluir imagens de jovens armados ou de navios que tentam atracar em portos europeus, os investigadores criaram uma sensação de medo ou de ameaça à segurança nos leitores. Isto banaliza a importância de pessoas que não são como "nós";
- Visibilidade como hospitalidade: Tal visibilidade está associada a ações políticas tais como imagens de protesto pró-refugiados, saudações comunitárias ou outras expressões de hospitalidade. Embora inicialmente positivas, tais ações conduzem à subjectivização dos refugiados;
- Visibilidade como autorreflexão: Este último tipo de visibilidade é o reconhecimento dos refugiados não como "outros" mas como parte de si próprios (por exemplo, fotos de celebridades que ajudam refugiados, fotos de naufrágios não tripulados).

Esta orquestração de formas de visibilidade pública faz dos refugiados o objeto da "nossa" responsabilidade e é central para a moralização que molda e regula as atitudes públicas em relação aos refugiados, removendo ou promovendo assim a responsabilidade coletiva. Os investigadores concluem que as crises humanitárias são essencialmente crises de ideias de responsabilidade e são grandemente facilitadas pela representação visual dos refugiados.

Em Portugal, a cobertura noticiosa dos refugiados mostra que estas pessoas são sistematicamente excluídas de fontes noticiosas credíveis e que as suas vozes são silenciadas. Da correta definição do termo "refugiado" à necessidade de um maior envolvimento jornalístico e conhecimento dos direitos humanos, existem lacunas ao nível da clarificação e enquadramento dos artigos (Guerreiro, 2018).

Outro estudo, baseado em fotografias publicadas no jornal português Público em 2015, concluiu que as identidades dos refugiados não estão bem documentadas e que os refugiados são consistentemente retratados como um grupo homogêneo e não como indivíduos. O autor salienta que os esquemas de representação repetidamente utilizados tendem a retratar os refugiados como um grupo em movimento, muitas vezes em perigo ou em más condições (Empinotti, 2017).

De acordo com a literatura portuguesa, aqueles que encontram refugiados nos media retratam-nos como um “Outro” sem voz, identidade, contexto ou memória. Este tratamento do “Outro” implica negligência ou marginalização, discriminação e domínio sobre o “Outro”, e violência contra o “Outro” (Martins, 2019).

Neste contexto, muitos estudos têm procurado compreender como os migrantes, e os refugiados em particular, são retratados nos media (Baker, 2006; van Dijk, 2016; Silveirinha & Cristo, 2004; Carapeto, 2017). Os refugiados são, em grande parte, sujeitos passivos, abandonados e à espera (Carapeto, 2017).

Aos refugiados não é oferecida a sua individualidade. Seguindo um caminho semelhante, Baker (2006) analisou as notícias nos jornais britânicos no início do século XXI e sublinhou algumas práticas dialéticas na representação dos refugiados.

As suas descobertas mostraram que os refugiados estão associados a um vocabulário quantificado e termos estatísticos utilizados para suprimir a individualidade de cada refugiado. Observou também o uso de metáforas fluidas para dar aos refugiados um poder desumanizador (Baker, 2006).

Neste sentido, a tendência para retratar os refugiados como um mar de pessoas é compreensível (Carapeto, 2017). Vale a pena notar que a representação de migrantes por outros - migrantes - impõe um papel passivo baseado unicamente na agência institucional (Silveirinha et al., 2004).

Como instrumentos de construção da realidade, os textos jornalísticos oferecem um leque de significados culturais e sociais que evocam sempre novas perspectivas narrativas ao mesmo tempo que revelam o familiar (Traquina, 2005). Como parte do processo de mediação da experiência pessoal e vivida, a produção jornalística desempenha um papel importante na construção do conhecimento sobre o mundo. Num sentido geral, a representação é um processo de reconstrução da realidade, ou uma extensão consciente e organizada da representação direta de acontecimentos que formam uma narrativa; uma experiência universal.

A passagem do tempo, então representada por uma narrativa, é uma transição fundamental para uma realidade substantiva, sempre uma tentativa consciente e explícita de prolongar o momento anterior. Esta ideia é ainda hoje relevante, quando os avanços tecnológicos ligam realidades, narrativas e mediações através do tempo e do espaço.

No contexto de urgência e imediatismo, o processo de apresentação deve ser entendido como uma atividade importante e integrada que, como os autores salientam, requer uma perspectiva única, criativa, sensível e empática.

De uma perspectiva histórica, deve notar-se que a instrumentalização gradual da narrativa jornalística através da aplicação de princípios sistemáticos como a objetividade, imparcialidade e neutralidade regulamentou a comunicação jornalística e mudou a abordagem jornalística ao que é observado e apresentado (Sodré, 2009).

Este modelo favorece a forma sobre o conteúdo e conduz à deslocação de princípios fundamentais da representação humana, tais como a diferença. Neste sentido, o jornalismo é frequentemente reduzido ao conhecimento técnico da língua e das suas formas, e os jornalistas aos trabalhadores das fábricas de notícias. Assim, as provas só podem ser adequadamente relatadas se as práticas jornalísticas forem sensivelmente respeitadas e aplicadas (Traquina, 2005).

Aqueles que podem ter uma visão ampla das suas próprias vidas podem também compreender a vida dos outros. É importante olhar para toda a realidade e ver o que é frequentemente invisível, ou seja, não apenas o que é programado, o que está à superfície (Brum, 2006).

Todas estas prioridades são inerentes à prática do jornalismo. A honestidade na reportagem é um pré-requisito para um jornalismo de qualidade. Contudo, o conflito criado pela convergência dos media é um dos principais desafios da distinção entre os media tradicionais e os novos media.

Um dos alvos das críticas aos novos meios de comunicação social é a fiabilidade e imprecisão dos conteúdos em linha determinada pelo imediatismo do meio digital. Nesta nova esfera pública que é o ambiente digital, uma das bases da produção jornalística de textos está a ser redefinida: a novidade.

A novidade é essencialmente um código ideológico que pode mudar e evoluir ao longo do tempo. A notícia pode ser dividida em valor seletivo e construtivo; este último refere-se ao que deve ser enfatizado, omitido ou considerado importante numa história jornalística. Neste sentido, e dado o concurso de notícia, não há lugar para histórias que reflitam a individualidade dos refugiados se isto não for tido em conta na construção de histórias na reportagem jornalística (Silva, 2015).

A definição de refugiado de acordo com a Convenção de Genebra Relativa ao Estatuto dos Refugiados de 1951, que define um refugiado como uma pessoa que teme perseguição por motivos de raça, religião, nacionalidade, grupo social ou opinião política e é incapaz de procurar proteção no seu país de origem, foi raramente mencionada em artigos em 2015 - um artigo em 88, no Observador, e um em 57, no Público (Silva et al., 2020).

Num tópico onde existem importantes diferenças conceptuais (na altura especialmente entre os conceitos de refugiado e de imigrante económico), esta definição foi tomada como ponto de partida para a compreensão da crise dos refugiados. Nem o Público nem o Observador forneceram uma definição de 'refugiado' ou algo próximo dela em 2019.

O desconhecimento do termo "refugiado" é reforçado pela utilização arbitrária da palavra "migrante". A palavra 'refugiado' é raramente utilizada no Observador; noutros artigos, mesmo sobre o mesmo tópico, a palavra 'migrante' é mencionada ou citada no texto, possivelmente porque este termo abrange uma vasta gama de situações que podem causar confusão desnecessária aos leitores (não é o caso do Público) (Silva et al., 2020).

Embora seja verdade que aqueles que fogem de conflitos armados e tentam desembarcar em 2019 de vários navios de ajuda humanitária ou embarcações ilegais ainda não têm o estatuto de refugiado (obtêm este estatuto no país de destino uma vez verificadas várias condições), não devem ser comparados aos migrantes que deixaram o seu país por razões económicas. A utilização do termo "migrantes forçados" em vez de "migrantes" evitaria interpretações erradas da identidade dos refugiados (Fernando, 2019).

A perspetiva das reportagens dos meios de comunicação também contribui para a falta de conhecimento sobre os refugiados. No Observador (90,91%) e no Público (87,72%) em 2015, a perspetiva ocidental domina, ou seja, fontes ocidentais (oficiais e não oficiais) apresentam o problema como estrangeiro (Silva et al., 2020).

A perspetiva intercultural é menos favorável, uma vez que a perspetiva noticiosa se concentra nos problemas ocidentais e não nas preocupações dos "protagonistas" da crise, que são de natureza multicultural. Se considerarmos que os protagonistas destas emissões são os capitães dos navios de ajuda humanitária ou os países que acolhem os refugiados, a perspetiva ocidental em 2019 torna-se ainda mais evidente (Blumell et al., 2020).

Os protagonistas nunca são os refugiados que conseguiram fugir dos seus países, mas sim as vítimas. A baixa representação dos refugiados nos textos, frequentemente limitada a personagens ou grupos homogêneos, é também confirmada por imagens selecionadas dos jornais, que mostram uma clara tendência negativa entre 2015 e 2019. Nesse ano de 2019, 96,77% dos artigos do Observador apresentavam uma única imagem no texto, sem a utilização de uma galeria de imagens, o que pode ser considerado muito pobre em termos de lógica visual. O Público também utilizou uma galeria de imagens em apenas dois dos seus 17 artigos (Silva et al., 2020).

Contudo, apenas algumas fotografias foram publicadas em jornais mostrando refugiados como indivíduos com a sua própria voz e identidade. No Público, apenas quatro em cada 17 fotografias mostram refugiados como heróis. Os outros são políticos ocidentais, líderes de ONG ou capitães de navios de ajuda humanitária. Por sua vez, O Observador tem mais fotografias de refugiados, mas 29,03% delas estão desatualizadas (diz que são de anos anteriores, não de 2019), 12,90% estão estilizadas (porque mostram refugiados aleatoriamente e em massa), 22,58% estão fora de contexto (porque não cabem nas notícias) e 6,45% são repetitivas (Silva et al., 2020).

O mesmo acontece com o jornal Público, que tenta utilizar legendas para imagens de refugiados que reforçam a atualidade e a relevância das fotografias. Aplicando as regras de relevância propostas por Chouliaraki e Stolic (2017) às fotografias de refugiados, constatamos que as configurações visuais relacionadas com a vida biológica dominam claramente, ou seja, imagens de pessoas indiferenciadas ou imagens de muitas pessoas infelizes são igualmente frequentes.

No caso d'O Observador, onde as imagens visuais de refugiados representam 35,48% de todas as imagens, 12,90% são situações homogeneizadas/de grupo (imagens de grupos indiferenciados) e 9,68% são multidões impessoais, tais como a imagem "clássica" de um barco com uma multidão de pessoas. Tais imagens eram inevitáveis no Relatório de Crise de 2015, que recolheu uma amostra da situação, e continuam a aparecer na mesma forma, por vezes desatualizada, como se pode ver nos dados acima (Silva et al., 2020).

As mesmas imagens de refugiados indiferenciados em barcos ou em situações de catástrofe também apareceram no Público. Esta visibilidade contribui para uma distância entre os leitores e uma falta de responsabilidade coletiva, uma vez que não há rosto nem história (Blumell et al., 2020).

A segunda tipologia mais comum de visibilidade é o tipo quente - imagens de barcos com refugiados a tentarem desesperadamente escapar. Este tipo de visibilidade evoca ansiedade, medo e incerteza. Quando este tipo de imagem é combinado com a primeira categoria de imagens que promovem a ignorância, a ameaça do desconhecido e do estrangeiro torna-se ainda maior (Silva et al., 2020). Esta configuração visual confirma que a crise humanitária é, em última análise, uma crise de responsabilidade.

A terceira tipologia de visibilidade mais comum é o tipo de empatia, uma situação em que os refugiados são retratados como vítimas que necessitam de cuidados e em que são relatadas violações dos direitos humanos, mas mesmo aqui a proporção de vítimas é inferior a 10% (Chouliaraki et al., 2017).

Existe uma contradição fundamental na forma como a imprensa, com a sua especificidade e continuidade como estrutura institucional básica da democracia, cria as condições para o reconhecimento dos refugiados no contexto de uma "crise". O alcance é

um processo simbólico e a comunicação não é um complemento, mas uma condição prévia para a sua possibilidade.

Embora as tecnologias de vigilância digital sejam amplamente discutidas em relação ao "alcance", este não é o caso dos meios de comunicação tradicionais. Contudo, o papel dos meios de comunicação social nos processos simbólicos na fronteira - ou seja, autoridades de implantação e controlo e agentes de migração - é pelo menos tão importante como o papel da comunicação digital na determinação das condições de reconhecimento, insegurança e titularidade.

Como mostra a análise acima referida, os meios de comunicação social envolvem refugiados e migrantes de uma forma muito específica e limitada, o que limita as condições para compreender a diversidade e a capacidade de mudança na sociedade.

A análise e compreensão do impacto da representação mediática é importante e urgente, uma vez que a pressão contínua sobre as fronteiras europeias por parte das pessoas que fogem da guerra e da pobreza e as complexas necessidades dos refugiados que se estabelecem na Europa colocam novas exigências ao jornalismo e aos meios de comunicação social.

A responsabilidade dos meios de comunicação social em fornecer informação objetiva e precisa é, portanto, maior do que nunca. Por exemplo, o contexto complexo de certas situações (tais como partidos extremistas/racistas e ataques e ameaças terroristas em toda a Europa) exige um debate público constante e uma opinião pública informada.

Face a estes desafios, existem políticas e práticas para promover informação honesta, informativa e inclusiva sobre migração. A inclusão de perspectivas diversas é um importante ponto de partida para uma informação justa e liberdade de expressão para os cidadãos e refugiados.

Informar sobre a migração significa contextualizar as razões para a mobilidade dos refugiados e migrantes na Europa e, assim, fornecer informação justa e imparcial. As organizações internacionais e associações profissionais podem desempenhar um papel importante na formação de jornalistas para relatar sobre mobilidade e deslocação na Europa, nas suas fronteiras e nos países de origem dos refugiados.

Reconhecer os jornalistas refugiados e os seus direitos de comunicação, uma vez que os refugiados e migrantes têm uma grande capacidade e entusiasmo para contribuir para novas iniciativas jornalísticas independentes. As iniciativas de cooperação dos meios de comunicação social sobre refugiados estão ainda na sua infância, mas poderiam ser alargadas. Além disso, o direito à comunicação aplica-se não só aos cidadãos europeus, mas também aos refugiados, que são não só sujeitos de notícias mas também (potenciais) consumidores dos meios de comunicação social.

Este capítulo analisa a representação da crise dos refugiados no jornalismo, examinando a forma como os acontecimentos são transformados em notícias e as abordagens adotadas pelos jornalistas. A seleção das notícias é influenciada por fatores como a proximidade geográfica, a importância política, os ângulos de interesse humano, o controlo dos meios de comunicação social e os meios digitais. Os jornalistas podem humanizar a crise através de narrativas pessoais, destacar a resiliência ou analisar as suas causas e respostas. São também debatidas as considerações éticas na reportagem. Os meios de comunicação social desempenham um papel crucial na formação da compreensão e das respostas do público ao complexo desafio humanitário da deslocação forçada. No contexto da realidade portuguesa, as representações mediáticas dos refugiados têm sido frequentemente distorcidas, carecendo de individualidade e apresentando os refugiados como sujeitos passivos ou ameaças, o que contribui para perceções negativas e para a marginalização dos refugiados.

Parte II – Componente Empírica

Capítulo 4. Metodologia

A presente investigação propõe-se a analisar a representação da crise dos refugiados nos media, segundo a perspectiva dos jornalistas. Neste capítulo é detalhada a metodologia utilizada para responder à seguinte questão de investigação: *Como é que os jornalistas percecionam o seu trabalho acerca da Crise dos Refugiados nos Media?*

Neste âmbito elaborámos quatro objetivos de investigação:

1. Perceber como os refugiados são representados nos media portugueses;
2. Conhecer as dificuldades que os jornalistas identificam na cobertura do tema;
3. Identificar os principais obstáculos à inclusão do tema na agenda dos media;
4. Perceber, segundo os jornalistas, como é que os direitos humanos se podem relacionar com o jornalismo.

4.1 A entrevista enquanto método de investigação qualitativo

A presente investigação apresenta uma metodologia qualitativa, com recurso à entrevista. A partir dos objetivos a que se pretende responder procura-se que o método de análise permita “captar a perspectiva daqueles que participam na pesquisa”, de forma a entender o que os entrevistados percecionam sobre determinados temas (Batista et al., 2017: 3, citando Calil, Arruda, 2004). O método qualitativo é “aquele que se aplica ao estudo da história, das relações, das representações, das crenças, das perceções e das opiniões, produtos das interpretações que os humanos fazem a respeito de como vivem” (Minayo et al., 2010: 57). Trata-se de um método que “permite desvelar os processos sociais ainda pouco conhecidos, referentes a grupos particulares” (Batista et al., 2017: 3, citando Minayo et al., 2010), aplicando-se, no caso concreto, à classe profissional dos jornalistas.

A entrevista é o método por excelência para “compreender a subjetividade do indivíduo”, tendo em consideração “o modo como aquele sujeito observa, vivencia e analisa o seu tempo histórico, o momento, o meio social” (Batista et al., 2017: 4, citando

Duarte, 2004). Ainda que as entrevistas sejam individuais, o objetivo é que, através das respostas, de cada um dos entrevistados, se consiga perceber a perspectiva de todo um grupo profissional, segundo a “lógica das relações que se estabelecem ou estabeleceram no interior dos grupos sociais dos quais o entrevistado participa ou participou, em determinado tempo e lugar” (Batista et al., 2017: 5, citando Duarte, 2004).

Revela-se pertinente distinguir a entrevista do questionário. A entrevista permite questões mais abertas e exploratórias, discernindo melhor as opiniões do entrevistado (Creswell, 2010). A entrevista pode ser descrita como “uma conversa a dois, ou entre vários locutores, (...) destinada a construir informações pertinentes para o objeto de pesquisa” (Minayo et al., 2010: 141). Existem claramente limitações neste tipo de metodologia, que se encontram, também, visíveis na presente investigação, como a falta de motivação para responder às questões colocadas, utilizando apenas o “sim” ou o “não” como forma de resposta, as respostas falsas, de forma propositada ou não, a eventual influência de opiniões pessoais de quem está a proceder à entrevista sobre as respostas do entrevistado, entre outras (Gil, 2008).

Foram realizadas entrevistas a vários jornalistas – cuja amostra procurou ser o mais representativa possível, questão abordada na secção seguinte - com um guião semiestruturado e comum, dividido em três secções: a cobertura do tema, a relação do jornalismo com os direitos humanos e a representação da crise dos refugiados nos media.

Apesar das limitações, que existem sempre independentemente da metodologia adotada, a entrevista semiestruturada apresentou-se como a opção mais adequada para a recolha de informação através de entrevistas em profundidade de forma a entender a perspectiva dos jornalistas sobre a representação da crise dos refugiados nos media (Poirier et al., 1999). De seguida, iremos expor a amostra construída para este objetivo, bem como atentar às questões do guião, recolha, tratamento de dados e posterior análise de conteúdo.

4.2 A amostra

A amostra da presente investigação tem como objetivo ser o mais representativa possível do panorama jornalístico, daí ser constituída por jornalistas dos vários órgãos de comunicação social existentes em Portugal. Tendo em conta que, atualmente, os media são, essencialmente, multimedia e transmedia, na medida em que não se limitam a um só media, não nos fez sentido afunilar a investigação a um só media em específico como seria o caso, por exemplo, da televisão, rádio ou imprensa escrita.

O conceito de multimedia está relacionado com a ideia de que uma determinada história pode ser contada através de diferentes media, simultaneamente, existindo uma complementaridade entre todos, não podendo a história e questão ser perceptível se faltar um dos media em questão (Veglis, 2012).

Já o conceito de transmedia comporta várias histórias que compõem um universo comum, mas em que cada história é contada através de diferentes media de forma autónoma, existindo, no entanto, uma certa complementaridade para formar uma narrativa comum (Veglis, 2012).

Como em qualquer investigação, existiram alguns constrangimentos, nomeadamente relativamente à TSF e CMTV, em que, após várias insistências, não foi possível entrevistar os jornalistas por nós identificados. Porém, ainda assim, foi possível realizar doze entrevistas e apresentar uma grande diversidade de órgãos de comunicação social, existindo também a preocupação de recolher contributos de jornalistas das mais diversas faixas etárias e de ter uma amostra equilibrada entre homens e mulheres . Ao consultar um diretório com os órgãos de comunicação social existentes em Portugal, foram selecionados, pela sua relevância e reconhecimento público, para esta investigação, os seguintes:

- Órgãos de comunicação social públicos: RTP/RTP3 (televisão) e Antena 1 (rádio);
- Órgãos de comunicação social privados: SIC/SIC Notícias, TVI/CNN Portugal (televisão), Expresso, Público, Observador (imprensa escrita) e Rádio Renascença (rádio);
- Órgãos de comunicação social sem fins lucrativos: Fumaça

Para seleccionar os jornalistas, procurámos identificar, através de um trabalho de pesquisa, quais os profissionais que se haveriam destacado em Portugal ao tratar a crise dos refugiados. A partir daí, assim que se estabeleceram os primeiros contactos, questionámos esses mesmos jornalistas que outros colegas nos poderiam indicar até chegar à amostra que considerámos suficientemente representativa e adequada, tendo inclusivamente um jornalista freelancer. Deste modo, realizámos doze entrevistas.

4.3 Guião, recolha e tratamento de dados

O guião que foi realizado para as entrevistas foi dividido em três partes. A primeira relaciona-se com a **cobertura do tema**, que pretende perceber que tipo de atenção é dada, pelo meio respetivo, ao tema da crise dos refugiados, quais os ângulos preferenciais de abordagem e quando é que o jornalista em questão começou a tratar do referido assunto, entre outras questões, que apresentamos de seguida:

O seu meio costuma dar atenção à crise dos refugiados?

Lembra-se quando começou essa atenção?

E quando começou a trabalhar o tema? Foi por sua iniciativa ou foi-lhe atribuída essa tarefa? Trabalha também outros temas? Quais?

Este é um dossier que costuma acompanhar sempre ou trabalha nele em função das necessidades da redação?

É sempre trabalhado pelos mesmos jornalistas?

Costuma ser trabalhado por jornalistas de que secções?

Quando é que o tema tende a ser notícia?

Sai em reportagem ou é feito a partir da redação?

Qual costumam ser os ângulos preferenciais de abordagem? Na questão política? Nos refugiados? Ajudas à integração? Condições de vida?

Que tipo de reação têm da parte do público?

Uma segunda parte do guião é dedicada à **importância do tema para o jornalismo**, procurando perceber que trabalhos jornalísticos marcaram os jornalistas e o

que os mesmos consideram da cobertura feita, no geral, pelos media portugueses, tal como se evidencia de seguida:

O seu meio dá-lhe a atenção devida? Devia dar mais? Porquê?

Se algo tiver acontecido, mas não tiver atenção no vosso meio, será porquê?

E o que acha da cobertura do tema em geral nos media portugueses?

Lembra-se de algum trabalho que o tenha marcado? Pela positiva ou negativa. Seu ou de outro colega ou meio? Porque é que acha digno de nota?

Por fim, é abordada, no guião, a **relação do jornalismo com os direitos humanos**, procurando perceber que tipo de investimento existe no tema, quais as dificuldades para o jornalismo atual e o que foi sendo alterado ao longo dos anos, como se explana de seguida:

Qual a importância do tema para o jornalismo?

Acha que dá a atenção devida? Porquê?

E do que conhece do jornalismo em Portugal: como caracterizaria o investimento no tema?

E o que acha do tipo de cobertura?

Quais são as dificuldades do tema para o jornalismo atual?

Considera que, ao longo do tempo, foi sendo alterada a forma de tratar e perceber este tema? Que diferenças se foram acentuando nos últimos anos?

O que poderia ser melhorado? Ou diferente?

As entrevistas foram, na sua grande maioria, realizadas em plataformas online.

Foram gravadas com autorização dos entrevistados e, numa fase posterior, transcritas e anonimizadas. As entrevistas duraram em média uma hora, sendo o tempo máximo de entrevista cerca de uma hora e meia e o tempo mínimo cerca de trinta minutos.

Tabela 1. Perfil dos entrevistados

	Faixa Etária	Género	Órgão de Com. Social
Entrevistado 1	50-60	Feminino	SIC/SIC Notícias
Entrevistado 2	50-60	Feminino	RTP
Entrevistado 3	50-60	Masculino	Rádio Renascença
Entrevistado 4	30-40	Feminino	Expresso
Entrevistado 5	50-60	Masculino	Amtena 1
Entrevistado 6	20-30	Masculino	Fumaça
Entrevistado 7	40-50	Masculino	RTP
Entrevistado 8	40-50	Feminino	Observador
Entrevistado 9	30-40	Masculino	Freelancer
Entrevistado 10	30-40	Masculino	TVI/CNN Portugal
Entrevistado 11	30-40	Feminino	Expresso
Entrevistado 12	20-30	Feminino	Público

Procurou-se, deste modo, reunir um grupo heterogéno, composto por jornalistas do sexo masculino e feminino, das mais diversas faixas etárias e com diferentes experiências profissionais.

4.4 Método de análise de conteúdo

O método de análise selecionado para melhor responder à questão de investigação foi a análise de conteúdo, definida por Bardin como um “conjunto de técnicas de análise das comunicações” (1977: 31). O principal objetivo passa por “compreender criticamente

o sentido das comunicações, o seu conteúdo manifesto ou latente e os significados explícitos ou ocultos” (Chizzotti, 2003: 222).

O princípio da análise de conteúdo está presente no princípio da investigação, em que nós, no papel de investigadores, começamos a apontar aceções e questões de potencial proveito analogamente aos dados que recolhemos (Braun, Clarke, 2006: 15).

De forma a dar resposta aos objetivos da presente investigação elaborámos três tabelas de análise correspondentes aos três temas existentes no guião referido no subcapítulo anterior: a cobertura do tema, a importância do tema para o jornalismo e a relação do jornalismo com os direitos humanos.

Uma primeira tabela será referente à cobertura do tema e terá como pontos de análise:

- Qual a atenção do meio quanto ao tema;
- Quando é que se começou a dar atenção ao tema por parte do meio;
- Quando é que o jornalista começou a tratar o tema;
- Quando o tema tende a ser notícia;
- Ângulos preferenciais de abordagem do tema;
- Qual o tipo de reação junto do público.

A segunda tabela referente à importância do tema para o jornalismo terá os seguintes pontos de comparação:

- A atenção que o meio devia dar ao tema;
- Cobertura do tema nos media portugueses;
- Trabalhos mais marcantes.

Por fim, a terceira, e última, tabela de análise remete para a relação do jornalismo com os direitos humanos e apresenta os seguintes pontos de comparação:

- Importância dos direitos humanos para o jornalismo;
- Tipo de cobertura;
- Investimento em Portugal no tema;

- Maiores dificuldades/obstáculos ao tratar o tema;
- Alterações na forma de trabalhar o tema;
- O que poderia ser melhorado.

Pretende-se que as tabelas de análise da presente investigação estruturem a informação de forma clara para que a análise seja “concisa, coerente, lógica, não repetitiva e interessante sobre a história que os dados contam” (Braun, Clarke, 2006: 23).

No capítulo que se segue, relativo à apresentação e discussão de resultados, procurámos analisar os dados recolhidos nas tabelas de análise referidas supra, dividindo o capítulo em três secções: **atenção dada à crise dos refugiados, condicionalismos na cobertura do tema e relação do jornalismo com os direitos humanos.**

Capítulo 5. Apresentação e discussão de resultados

A presente investigação tem como tema a representação da crise dos refugiados nos media. Pretendemos perceber de que forma esta temática tem sido estudada no jornalismo, a partir da perspectiva dos próprios jornalistas. Tendo como questão de investigação “como é que os jornalistas percecionam o seu trabalho acerca da crise dos refugiados nos media?”, iremos procurar discernir quais as dificuldades que os jornalistas identificam na cobertura do tema, quais os principais obstáculos à inclusão do tema na agenda mediática, assim como entender como é que os direitos humanos se podem relacionar com o jornalismo, no prisma da classe profissional em questão. Para isso foi adotada a metodologia referida supra, de forma a dar resposta aos objetivos de investigação enunciados.

Os dados apresentados de seguida são com base nas doze entrevistas realizadas aos jornalistas selecionados, tendo sido analisadas com recurso à composição de tabelas de análise, de forma a facilitar a observação das mesmas. É de ressaltar que, conforme é próprio do método em causa, existiram entrevistas mais ricas em conteúdo do que outras, devido às mais variadas circunstâncias.

5.1 Atenção dada à crise dos refugiados

Nesta primeira secção procurou-se entender de que forma é que os jornalistas entrevistados percecionam o modo como é feita a cobertura da crise dos refugiados. Procurou-se aferir que atenção é dada à matéria em questão, bem como quando é que essa atenção começou a ser dada. Pretendeu-se, também, perceber quando é que o tema tende a ser notícia, quais os ângulos preferenciais de abordagem e qual a reação junto do público.

Começamos por considerar a atenção dada ao tema com a ajuda do entrevistado n.º 1: “só dá atenção ao tema quando acontecem catástrofes, como um naufrágio no Mediterrâneo com muitas vítimas.” Por outro lado, o entrevistado n.º 3 menciona que “a Renascença está atenta ao fenómeno, migratório em geral, em todas as suas dimensões. Frequentemente o assunto é tratado em reportagens e entrevistas na rádio e no site. As crises de refugiados fazem parte do extenso leque de ângulos do fenómeno migratório.”

O entrevistado n.º 4 destaca, também, a diferença do seu meio para com os demais: “costuma dar bastante, diria que até mais do que a concorrência. Nos últimos meses, perdeu alguma força na cobertura a nível internacional porque, infelizmente, a crise no acolhimento de refugiados estagnou e têm-se mantido, chegando quase a um ponto de normalização na opinião pública.”

Quanto à estação televisiva estatal, o entrevistado n.º 7 refere que “(...) acho que costuma dar, enquanto televisão pública faz um trabalho que não envergonha. Claro que é possível ir mais além, até porque a RTP não é alheia às ondas mediáticas dos temas que vai seguindo, e vai cobrindo, e nós sabemos que por vezes a vaga migratória é também acompanhada de uma vaga mediática, e quando a vaga mediática vai acalmando, não é que a vaga migratória acompanhe esse declínio, o que acontece é que deixa de haver uma cobertura tão extensiva, o que é pena, mas são as leis do mercado, é aquilo que é o valor de notícia. Eu gostava de ver mais este tema tratado em todos os órgãos de comunicação social, não só na RTP, mas acho que nos momentos chave a RTP esteve presente.”

O entrevistado n.º 8, do Observador, ressalva e explica a diferença que existe na atenção para com este tema, registada no decorrer dos últimos anos: “Sim, sempre que se justifica, portanto, nós tivemos nos meios portugueses uma grande reputação do tema em 2015 e 2016, porque, de facto, estavam a acontecer situações no terreno que obrigavam a isso mesmo e que tornavam impossível evitar o tema ou contorná-lo, era por demais evidente. O que notamos, acho eu, em todos os meios, não só portugueses desde então, é que há uma cobertura muito menor a partir do momento em que deixamos de ter uma massa tão grande de refugiados a entrar. Não quer dizer que tenha deixado de acontecer e que eles tenham deixado de tentar chegar à Europa, mas de facto a União Europeia foi muito eficaz nesse aspeto, conseguindo vários acordos (...).”

Já o entrevistado n.º 10 explica a importância da chegada de um meio como a CNN Portugal e evidencia que nem sempre, nos últimos anos, se deu atenção ao que realmente merecia destaque: “ (...) desde o aparecimento da CNN em Portugal tem sido possível dedicar mais tempo a este tema, ainda assim com dificuldades evidentes. E as dificuldades prendem-se, desde logo, com orçamentos para fazer a cobertura deste assunto, pois como em outros assuntos internacionais envolve uma despesa extraordinária (...) mas a vinda da CNN em Portugal permitiu aqui alguma diferença. (...) A TVI não tem esquecido o tema, e tem sido das televisões em Portugal que mais tempo tem dedicado ao tema, mas na

verdade tenho sido sempre eu o agente de produção de conteúdos em relação a refugiados e crises migratórias. A questão é o que é que não teve cobertura nos últimos oito anos e que merecia ter tido cobertura (...) A verdade é que quando eu estive em Lesbos e coincidiu na altura da assinatura do acordo entre a União Europeia e a Turquia, no fundo para tentar fechar, com muitas dúvidas do ponto de vista de direitos humanos, mas para tentar fechar aquela rota de entrada na Europa, eu não vi nenhum jornalista.”

Face às respostas, os jornalistas entrevistados consideram que os media portugueses deram destaque relativo ao tema em 2015 e 2016. Porém, tal destaque tem diminuído por existir uma certa normalização da matéria em questão, sendo que o que, inicialmente, surpreendia e escandalizava as pessoas tornou-se em algo “banal”.

A par disso, é de chamar a atenção para o que o jornalista entrevistado n.º 10 refere sobre o facto de a atenção ser insuficiente, na medida em que muitas das situações que mereciam ter sido reportadas não o foram. Refere ainda que um dos principais motivos, senão o principal, para esta atenção ser mais reduzida e, de certo modo, insuficiente, está relacionado com as limitações orçamentais das redações, sendo a cobertura de assuntos internacionais sempre dispendiosa.

Tal como vimos na componente teórica da nossa dissertação, Galtung e Ruge (1965) foram dos primeiros investigadores a sublinhar a existência de critérios de noticiabilidade e esses mesmos critérios (proximidade, momento do acontecimento, significância, relevo social dos indivíduos envolvidos, relevo dos países envolvidos nas notícias, consonância, imprevisibilidade, continuidade, composição e negatividade) são determinantes, como vimos, para seleccionar os acontecimentos que se transformam em notícias. O que podemos concluir com as entrevistas realizadas é que, para o tema da crise dos refugiados, com o decorrer dos anos, no que diz respeito ao critério da imprevisibilidade, por exemplo, é que o mesmo não se tem vindo a registar. Tal ocorre na medida em que, a imprevisibilidade está relacionada com o facto dos acontecimentos com um maior elemento de surpresa terem mais probabilidades de constituir objeto de cobertura noticiosa. Acontece que, tal como já foi referido, o tema da crise dos refugiados tem vindo a deixar de surpreender o público e, como tal, deixa de ser tão apelativo para as redações e, consequentemente, de originar um processo de *gatekeeping*, tal como atentámos na primeira parte da nossa dissertação.

Posto isto, consideramos que um dos grandes entraves na cobertura deste tema não se circunscreve apenas a esta matéria mas sim a toda a produção jornalística, no geral, apesar de afetar mais assuntos internacionais e outros que devido às suas necessidades exigem maior investimento. É, posto isso, imperativo encontrar soluções para combater a crise no jornalismo e a falta de investimento, pois, desse modo, a cobertura de temas como a crise dos refugiados será sempre escassa e isso trará efeitos em termos da percepção pública.

Ainda assim, questionámos os nossos entrevistados sobre os momentos em que dão atenção ao tema. O entrevistado n.º 1 refere que “essa atenção é cíclica e está indexada às catástrofes e à quantidade de vítimas.” O entrevistado n.º 4, em entrevista, reportou-se ao ano de 2015, dizendo que já anteriormente existia atenção para com a matéria em causa: “estou há pouco mais de oito anos no Expresso, cheguei em 2015, quando o tema tinha mais atenção. Desde essa altura que há atenção ao tema, mas imagino que antes também existisse. Lembro-me de colegas mais velhos terem comentado que no passado fizeram reportagens, por exemplo, na fronteira entre o México e EUA”.

O entrevistado n.º 5, da Antena 1, destacou o importante acontecimento histórico da Primavera Árabe: “Sim, a chamada “crise dos refugiados” tem a nossa atenção. Não sei exatamente desde quando, mas seguramente com mais ênfase desde a chamada Primavera Árabe.”

O entrevistado n.º 8 explica a sua experiência: “Sim, nós já fazíamos, ou seja, já era evidente em 2014 que havia cada vez mais migrantes a chegarem sobretudo por aquela zona do Mediterrâneo, não é? A Lampedusa, a Sicília e depois prosseguindo para a Itália (...) foi a partir de 2015 que o tema se tornou completamente incontornável e houve alguns eventos que contribuíram para isso, nomeadamente alguns naufrágios que aconteceram e em que os corpos das vítimas ficaram ao alcance das câmaras de televisão; Portanto, não era um tema que fosse desconhecido, mas a partir daí tornou-se impossível ignorá-lo e tivemos visitas a esses pontos do Papa e de representantes da União Europeia, o tema passou a ter que estar de facto na agenda. Era uma situação radicalmente diferente da que acabamos por ter hoje em dia.”

Na perspetiva do jornalista freelancer n.º 9 a atenção dada em Portugal só começou numa fase posterior, em comparação com o resto da Europa: “Eu acho que começou, como geralmente acontece em Portugal, um bocadinho mais tarde do que no centro da Europa.

Eu acho que isso se deve, num certo ponto de vista, a uma razão lógica: os refugiados não chegavam a Portugal primeiro, e, portanto, não havia esse critério de proximidade.”

O entrevistado n.º 10, por sua vez, destaca o final de 2013 devido à visita daquele que era, à época, o representante da Comissão Europeia, a Lampedusa: “provavelmente finais de 2013, início de 2014, eu acho que a visita do representante da Comissão Europeia, a Lampedusa, foi determinante, mesmo tendo em conta os números de chegadas desde os anos 90, eu acho que a visita do representante trouxe uma atenção diferente para o tema. Não quer dizer que a crise tenha começado aí, mas a Europa começou a olhar com outra atenção porque morreram centenas de pessoas no naufrágio, há um representante, o presidente da Comissão Europeia que vai até Lampedusa, mostra-se muito, enfim, chocado com aquilo que vê, com os caixões naquela ilha, e a partir daí começa a haver uma atenção redobrada. Depois em 2015 e 2016 há uma nova atenção decorrente da guerra civil na Síria.”

Apesar de existirem diferentes perspetivas, e diferentes momentos ao longo da história, que voltaram a atenção dos media para este tema, podemos destacar o ano de 2015 como um ano fulcral no que diz respeito à incidência da crise dos refugiados na agenda mediática, essencialmente por se terem registado números de refugiados sem precedentes. Em 2015, tal como vimos no enquadramento teórico, segundo referiu Kingsley (2016), mais de 850.000 refugiados procuraram, por exemplo, estabilidade no Norte da Europa, o tema foi amplamente discutido no Conselho Europeu, sendo que foram tomadas medidas para combater o tráfico de seres humanos e prevenir os fluxos migratórios, tendo em conta as deficiências da política de asilo da União Europeia, tal como estudado anteriormente.

Nas entrevistas foi possível destacar, também, a importância do relevo social dos indivíduos envolvidos, como no caso do Papa Francisco e do representante do Conselho Europeu, enquanto critério de noticiabilidade, para impulsionar a mediatização dada a este tema na época.

Perante o referido supra é natural que seja, também, esse o período destacado pelos jornalistas como o marco que motivou a que o tema começasse a ser tratado pelos respetivos meios com maior incidência. O entrevistado n.º 10 partilha a sua experiência pessoal: “Eu comecei a dar mais atenção a este tema em 2015 porque fiquei verdadeiramente impressionado com aquilo que se estava a passar (...) eu sempre tive interesse em assuntos internacionais e ficava chocado com aquilo que eu ia lendo que

estava a acontecer, bem como com a ausência de reportagens em Portugal.” O jornalista refere, ainda, que por sua iniciativa começou a fazer algumas notícias à distância, a ler e a ficar cada vez mais interessado no assunto. Considera que, no seu prisma, “o jornalismo deve contribuir para uma sociedade esclarecida”, bem como que “não há um problema com a comunidade muçulmana em Portugal”, até porque “Portugal nunca cumpriu as metas de acolhimento de refugiados, são muito poucos aqueles que cá vivem, é uma percentagem ínfima da população residente em Portugal (...) os jornalistas devem tentar fazer um trabalho justo e honesto”.

A preferência pelo tema é, também, assumida pelo jornalista n.º 9: “Eu trabalho outros temas, como freelancer temos que trabalhar vários temas, desde política internacional, desporto, tecnologia, mas eu tenho a política internacional e os direitos humanos como a minha matéria preferida e aquela a que eu tento, por iniciativa própria, prestar mais atenção”.

O entrevistado n.º 8 explica como começou a tratar deste tema: “a primeira vez que tratei o tema foi em 2014, fui em reportagem para a Sicília porque tinha de facto acabado de acontecer um destes naufrágios que chamaram mais a atenção para o fenómeno. A iniciativa foi-me atribuída por uma das minhas chefias, eu nunca tinha tratado este tema, pelo menos não com esta profundidade e a partir daí, depois dessa reportagem, passei durante os três, quatro anos seguintes a dedicar-me de forma muito intensiva a este tema e com muito afinco, não só com reportagens no terreno, na Grécia e na Turquia, como com o acompanhamento de várias reuniões em Bruxelas sobre o tema.”

O entrevistado n.º 6 revela que a dinâmica no Fumaça é diferente e que, como tal, todos os temas abordados acabam por ser trabalhados por todos os elementos da redação, existindo um trabalho muito coletivo e ciente na ideia de grupo (“Nós, no Fumaça, trabalhamos de forma horizontal, sem chefes. As decisões são tomadas coletivamente e aí é que decidimos se faz sentido ou não abordar um determinado tema. A primeira vez que tratei este tema foi quando fiz uma investigação em 2018 sobre a ocupação da palestina. Tenho tratado temas como policiamento, segurança privada, colonialismo, palestina, entre outros”).

O entrevistado n.º 4, em sede de entrevista, refere que “terá sido entre 2017-2018. Com o abrandamento da crise no acolhimento de refugiados, depois do pico que foram os anos de 2015 e 2016, o tema acabou por ficar sem um jornalista fixo a acompanhar. Por

acaso, quando Itália recusou pela primeira vez o desembarque de um navio de resgate com centenas de refugiados a bordo, estava de serviço de piquete e peguei no tema. Ao longo dos dias fui desenvolvendo o assunto, fui a Valência acompanhar o desembarque (só Espanha aceitou receber o navio Aquarius) e, de forma natural, fui continuando com o tema em mãos.” O entrevistado n.º 1 revela uma grande experiência em assuntos internacionais: “sempre me interessei pelo tema dos Direitos Humanos. Presos políticos, direitos das mulheres, minorias, refugiados. Esse é, aliás, o tema a que tenho dedicado as Grandes Reportagens que fiz nos últimos 10 anos, em países como Turquia, Hungria, Venezuela, Jordânia, Angola, Guiné-Bissau, Etiópia, Ruanda, Moçambique, Ucrânia - ou nos territórios ocupados por Israel: Gaza e Palestina.”

Em suma, podemos atentar que, em geral, os jornalistas começaram a tratar este tema após desenvolverem um especial interesse pelo mesmo, tendo tomado a iniciativa de trabalhar a matéria em causa. No caso dos jornalistas que não tomaram a iniciativa mas que foram indicados, pelos seus superiores hierárquicos, para trataram da crise dos refugiados, podemos afirmar que todos os jornalistas entrevistados, nessa situação, ficaram interessados pela temática, assim que contactaram com a mesma, procurando continuar a estudar e a trabalhar. A amostra em análise mostra-se interessada e empenhada em continuar a desenvolver a investigação na respetiva área, fazendo um constante trabalho de pesquisa sobre o que de novo vai surgindo.

Verifica-se, também, um certo consenso entre os jornalistas entrevistados sobre o facto de o tema ser notícia quando se verificam grandes catástrofes, nomeadamente mortes: “Quando há um naufrágio, quando há um volume de deslocação de populações muito elevado, quando há nova legislação sobre o assunto, quando os países alteram a sua política, quando há incidentes, quando um país entra em conflito e gera um elevado número de refugiados. Ou quando há outro tipo de reportagens ou documentários que tentam aprofundar a vida dos refugiados independentemente do local onde se encontram”, refere o entrevistado n.º 2. Ideia partilhada por outros participantes.

O entrevistado n.º 9 ressalva que a fasquia se elevou muito e que para o tema ser notícia é, realmente, necessário que algo de muito grave aconteça: “Bem, acho que o tema tende a ser notícia quando o volume de refugiados é muito elevado, bem como quando se registam mortes. Infelizmente a fasquia elevou-se muito. Em jornais, em publicações, televisões, jornais, sites mais conservadores, quando há um atentado ou um crime perpetrado por um

estrangeiro refugiado ou não, em que o tema é ligado, muitas vezes de uma forma infeliz e falsa.”

A ideia de “espetacularidade audiovisual” foi utilizada pelo jornalista n.º 10, no decorrer da entrevista, para ilustrar o destaque dado à crise dos refugiados: “A sensação que eu fui tendo ao longo dos anos em que fui tratando mais este tema, é que havia uma situação qualquer que escandalizava todo o mundo e isso era um marco. E a partir daí tinha que haver uma subida de grau nesse potencial de escandalizar para haver novamente um marco (...) posteriormente, aconteceram muito mais situações do género que já não mereceram a mesma atenção. O marco seguinte foi talvez quando o menino sírio, o Aylan, foi fotografado numa praia turca depois de um naufrágio. Infelizmente é sempre necessário cada vez algo mais impossível de ignorar e ainda mais gritante para se voltar a dar atenção a este assunto.”

O critério da negatividade, tal como vimos no enquadramento teórico, remete-nos para a ideia de que acontecimentos que se inclinam para a negatividade têm maior probabilidade de receber cobertura noticiosa e é aí que se insere também a “espetacularidade audiovisual” referida por um dos jornalistas.

A morte do menino sírio, Aylan, de dois anos de idade é um exemplo concreto daquilo que foi descrito pela amostra da investigação. O impacto visual da morte do referido menino numa praia chamou a atenção dos órgãos de comunicação social e sensibilizou o mundo, sendo um marco na crise dos refugiados e um importante impulso para dar destaque ao tema em pleno ano de 2015. Mais uma vez, o que imperou foi a imagem verdadeiramente catastrófica de ver uma criança indefesa morta numa praia, a tentar chegar a um local onde encontrasse paz. Após tantas imagens e tantas situações verdadeiramente dramáticas, torna-se cada vez mais difícil “surpreender” o público e, como tal, cada vez é necessário que se origine uma tragédia de enormes dimensões para que o mesmo volte a ter destaque e, conseqüentemente, atenção das pessoas.

Tal situação ajuda a compreender que, tal como refere o entrevistado n.º 1, “o foco é sempre o sofrimento humano e as causas desse sofrimento, do que leva as pessoas a arriscar a vida para fugir. É fundamental mostrar a realidade de que fogem, os perigos da fuga, e a incerteza do que os espera nos países onde eventualmente conseguem chegar. Normalmente são histórias que não acabam bem. Há muitos ângulos, muita matéria.”

O jornalista entrevistado n.º 8 realça a preferência dos media portugueses pelas histórias de vida, enunciando que é necessário “explicar o fenómeno (...) é preciso explicar que políticas é que podem existir de integração, comparar os diferentes países, explicar porque é que as pessoas podem querer ir para uns países e ir para outros.” Refere, ainda, que “o que aconteceu aqui, por exemplo, quando nós recebemos muitos refugiados em Portugal, foi que a sociedade civil criou condições para que eles fossem distribuídos pelo país e para os acolher (...).”

Para o entrevistado 10 “é muito raro ver-se atenção dedicada a esta franja vulnerável da população e muitas vezes, eu já vi reportagens noutros canais em que vão entrevistar as pessoas muito bem, ou seja, a narrativa é esta, estão muito bem integradas, trabalham numa fábrica, estão numa linha de montagem a encher molhos, embalagens de molhos de mostarda ou de ketchup e estão muito bem integradas, dizem meia dúzia de palavras em português e nós ficamos todos muito contentes com este relato. O que essas reportagens muitas vezes não contam é que essa pessoa não tem aulas de português há seis meses, aprende de forma informal a falar português, está a encher frascos de ketchup numa empresa no interior do país, mas tem um doutoramento em engenharia civil, coisas do género (...).”

Verificamos que a abordagem feita pelos órgãos de comunicação social portugueses centra-se muito nas histórias de vida e pouco noutros ângulos que se revelariam necessários para abordar o tema de uma forma mais completa, transmitindo uma melhor informação aos consumidores. Uma abordagem mais política seria muito importante pois, de certo modo, seria possível mostrar, com mais clareza, o que está concretamente a fazer a União Europeia, Portugal e os restantes estado-membros para combater o problema. É de realçar, também, que uma abordagem mais política poderia, de algum modo, pressionar os dirigentes a discutirem e a encontrar determinadas soluções, através do impacto apresentado pelo jornalismo.

Um dos jornalistas entrevistados na nossa dissertação considera que, apesar das circunstâncias financeiras que afetam, gravemente, a indústria dos media em Portugal, o tema dos direitos humanos tem sido, cada vez mais, alvo de um maior investimento: “O investimento poderia ser maior mas está limitado pelas circunstâncias financeiras do jornalismo em Portugal. No entanto, sem ter acesso a estatísticas, tenho a perceção de que

têm sido realizadas cada vez mais reportagens e investigações sobre abusos de direitos humanos em Portugal.”

O entrevistado n.º 9 também olha para o tipo de cobertura de uma forma positiva: “eu acho que é feita como deve ser, ou seja, de uma forma independente, imparcial, com causas humanas, mas sem causas políticas e no sentido de dar a conhecer as dificuldades que os refugiados têm de enfrentar (...) se era possível fazer melhor, uma melhor cobertura, é sempre possível. Mas temos que atender ao facto de que muitas vezes isso é feito com condições que os leitores nem sonham que os jornalistas têm.”

Como atentamos, a cobertura insuficiente dos direitos humanos nos media portugueses continua a ser uma preocupação persistente, apesar daquilo que é feito ser muito positivo. Embora alguns avanços tenham sido feitos para destacar questões relacionadas com os direitos humanos, como a igualdade de género, a discriminação racial e a justiça social, ainda se verifica uma falta de profundidade e abrangência na abordagem a estas questões (Souza et al., 2022) e, no fundo, é a essa mesma conclusão que os entrevistados pretendem chegar, salientando, ainda assim, o bom trabalho feito, tendo em conta as condições que, na grande maioria das vezes, são dadas aos jornalistas para trabalhar.

Quanto à reação do público, o entrevistado n.º 12 refere que é muito positiva, apesar de notar que existe uma certa saturação: “A esmagadora maioria das pessoas, da minha experiência, sentia-se na altura muito sensibilizada para querer até saber mais e sentia-se empatia de alguma forma com estas histórias. Claro que há sempre exceções, não é? E há sempre pessoas que, de alguma forma, têm tendência para transformar estas pessoas num verdadeiro problema, culpando-os por uma série de outros problemas sociais que existem. Na altura, este não era, se calhar, um problema... Não sei, agora vou estar aqui a dar uma opinião (...) mas diria que as circunstâncias políticas que temos hoje em dia, se calhar, fariam com que mais pessoas, talvez, aderissem a esse discurso de culpar os refugiados por uma série de problemas sociais que, normalmente, não têm, assim, nada a ver, na verdade, com a vida destas pessoas.” O entrevistado n.º 4 considera que “a perceção que tenho é que há alguma indiferença. Não são trabalhos que tenham muita audiência.”

Posto isto, podemos concluir que o público ficou muito sensibilizado com este tema principalmente quando ele começou a ganhar mais destaque junto dos órgãos de comunicação social. Porém, com o passar do tempo, a situação foi-se alterando e aquilo que antes deixava as pessoas surpreendidas, hoje é relativizado. A par disso, a amostra

chama também a atenção para a imagem distorcida que é tida, nalguns casos, neste tipo de matéria, muito motivada por um conjunto de circunstâncias e problemas existentes no continente europeu, referindo-se, implicitamente, um dos jornalistas, ao discurso da extrema-direita e à forma como esse tipo de partido influencia a opinião pública sobre o tema.

5.2 Condicionalismos na cobertura

O entrevistado n.º 11 aborda o facto de que Portugal não é assim tão afetado pelo problema da crise dos refugiados e que isso influencia a cobertura do tema: “eu acho que Portugal beneficia do facto de não termos um contacto tão direto com o tema, por exemplo, nós não vemos 800 pessoas de uma cor diferente a entrar numa praia no Algarve. Não há ninguém tão tolerante a esse ponto. Portugal não é mais tolerante do que ninguém, nós só não temos um problema. Um problema visível, não é? Não há chegadas compulsivas.”

O entrevistado 10 aborda o problema da precariedade da profissão de jornalista e de como isso condiciona a cobertura feita pelos media portugueses: “há uma faixa dos 30 aos 40 anos que se evaporou e foi procurar outras vias profissionais, ou seja, existem pessoas muito novas e pessoas já com mais de 50 anos. Uma redação tem de ser um centro de conhecimento, um centro de partilha de experiências, um centro de debate de ideias, um centro de discussão permanente de tudo e de debate intenso, apaixonado. A redação vive disso, da partilha de perspetivas, da discussão de ideias. E as redações hoje em dia não são isso. Até porque há uma precariedade na profissão, ou seja, um jornalista que comece e que ganha 800 euros não viaja, não compra livros, não vai ao cinema. Vive mal. Nem consegue viver. Mas é o comum, ou seja, os jornalistas acabam por atrasar o seu processo de amadurecimento. (...) As pessoas não têm dinheiro para subscrever revistas internacionais. E isso impacta. E como a outra geração seguinte, que é a minha, é cada vez mais ausente, segue outras vias, o debate perde-se.”

Falando em concreto dos condicionalismos da cobertura nos media portugueses, realçamos aqui dois pontos que influenciam especialmente o trabalho: por um lado, o facto de Portugal não ser um ponto de chegada dos fluxos migratórios existentes, tal como atentámos na componente teórica e, posto isso, tal como refere o primeiro entrevistado, Portugal acaba por não sentir de perto este flâgelo, visto que será sempre completamente

diferente a perceção de um país que vê chegar diariamente centenas, ou milhares, de refugiados ao seu território e a perceção, de um outro país, que se depara com um problema que não apresenta propriamente consequências imediatas para si e que, ainda que se prepare para receber refugiados, nunca será em quantidades semelhantes às de outros países e também não receberá chegadas compulsivas de pessoas. Ou seja, tal situação interfere, claramente, na cobertura que é feita pelos órgãos de comunicação social portugueses, bem como na reação do público perante o tema.

Por outro lado, outro dos fatores que afeta a cobertura feita em Portugal, sobre este tema, tal como já vimos anteriormente, prende-se com a crise que se faz sentir ao nível do jornalismo e que se relaciona com o facto de, neste momento, ser muito difícil solidificar uma carreira área, existindo inclusivamente uma geração (entre os 30 e 40 anos), como nos refere um dos entrevistados, que está a desaparecer das redações para procurar melhores oportunidades profissionais. Temos, por isso, ora apenas jornalistas muito jovens a iniciar a carreira, ora jornalistas já numa fase de final de carreira. Devido aos baixos ordenados e ao elevado custo de vida, os jornalistas (principalmente os mais jovens) não conseguem reunir condições para ler, viajar ou consumir revistas internacionais. Os fatores referidos anteriormente são determinantes no processo de amadurecimento dos jornalistas, no desenvolvimento da sua cultura geral e na sua sensibilidade para com estes temas. Por conseguinte, para além das limitações financeiras afetarem a própria cobertura, como já vimos, devido ao facto de se tratar de um tema complexo e dispendioso, tais limitações afetam também a formação dos jornalistas e, por consequência, a qualidade dos profissionais que estamos a formar, sendo que atentámos a isso na parte teórica, de acordo com Shaw (2012).

Ainda assim, desafiámos os nossos entrevistados a elegerem os trabalhos que consideraram mais relevantes e porquê. O entrevistado n.º 1 revela qual foi um dos trabalhos que mais o tocou sobre a crise dos refugiados: “marcou-me muito o trabalho que fiz sobre o Amin, um jovem sírio de 22 anos, inteligente e promissor, que estava na universidade e tinha uma família forte e unida - e que teve de deixar tudo para trás por causa da guerra, fugindo sozinho para um país onde vive escondido, na pobreza, alvo de preconceitos e perseguições. Onde foi preso mal chegou por estar a trabalhar ilegalmente como guia turístico (não lhe foi concedida a hipótese de se legalizar) e onde corre diariamente o risco de ser deportado pelo regime turco, para a Síria, que continua em

guerra, e onde será morto pelo regime sanguinário de Bashar-Al-Assad pelas denúncias públicas que fez. O pai do Amin morreu, entretanto, na Síria, e ele não estava lá para se despedir dele nem para apoiar a família. A mãe está muito doente e ele é muito ligado a ela. O Amin vive há vários anos em situação de depressão, sem dinheiro, sem trabalho e a dividir quartos minúsculos e inabitáveis com grupos de homens refugiados. Queria vir para Portugal, onde tem muita gente que gostaria de o ajudar, mas sem estar legalizado, não pode”.

O entrevistado n.º 4 refere que o seu meio se destacou, perante os demais: “modéstia à parte, acho que o Expresso apresentou alguns dos melhores trabalhos sobre o tema. No entanto, a Renascença tem muito o mérito de ter sido o primeiro meio, logo em 2015, a aprofundar com detalhe o tema. Os que aqui destaque são dignos de nota porque não se limitam a contar factos, explicam-nos e mostram-nos com sensibilidade e sentido de humanismo, desfazendo medos e não recorrendo à informação fácil e pouco fidedigna”.

O entrevistado n.º 11 afirma que “existem trabalhos muito bons feitos na área das migrações (...) Há um tema que me interessa particularmente e que não é muito tratado, aliás, acho que só eu é que abordei esse tema, trata-se de devolver pessoas ao seu país de origem, portanto, a lei internacional não permite que se levem pessoas para um país onde elas são torturadas ou podem estar em perigo de vida mas isso já aconteceu em Portugal.”

Existem trabalhos de qualidade na área dos refugiados e dos migrantes, o problema reside na escassez desses mesmos trabalhos, que deveriam ser mais recorrentes e incentivados pelas próprias redações. Tal como observamos acima, as reportagens que abordam histórias de vida dos próprios refugiados (que, nalguns casos, podem ser verdadeiras histórias de superação e, noutras situações, casos que terminam de uma forma trágica e infeliz) acabam por marcar os jornalistas que realizam essas notícias e reportagens e, muito provavelmente, também o público. Estamos a falar de uma matéria verdadeiramente dramática e que nos revela o peso da própria Humanidade; A mesma Humanidade que passados tantos anos continua a procurar respostas para tal calamidade.

5.3 Relação do Jornalismo com os Direitos Humanos

Nesta terceira e última secção procurámos estabelecer uma relação entre o jornalismo e os direitos humanos. Como tal, pretendemos aferir qual a importância dos direitos humanos para o jornalismo, qual o tipo de cobertura feita, qual o investimento feito no tema em Portugal. Procurámos, ainda, identificar quais as maiores dificuldades ao tratar o respetivo assunto, que alterações foram tidas em conta nos últimos anos e o que poderia ser melhorado. O entrevistado n.º 7 considera que o jornalista deve assumir um papel de vigilância perante os direitos humanos: “ Para mim os direitos humanos estão no topo daquilo que é a nossa missão, fazer cumprir, ou melhor, ajudar a fazer cumprir os direitos fundamentais. É importante sermos vigilantes dos seus atropelos, eu acho que é a missão mais preciosa do jornalista”.

No geral, os jornalistas consideram que a abordagem é extremamente superficial e insuficiente, não se dando destaque ao que é realmente importante. O entrevistado n.º 5 procura justificar a cobertura insuficiente: “Os Direitos Humanos deveriam ser uma travessa do jornalismo. Podemos não fazer a cobertura perfeita, mas ela existe. O investimento pode ser muito melhorado, mas os media atravessam uma crise profunda, com redações mínimas e com uma necessidade de vendas e audiências que tem contribuído para degradar a qualidade da informação.”

O primeiro jornalista entrevistado realça aquela que considera ser uma das maiores missões do jornalismo: “ Uma das missões do jornalismo é dar voz a quem não a tem. É servir de palco, de plataforma, a quem é esquecido, negligenciado, pelo poder político. Nesse sentido, o tema dos refugiados deveria estar sempre no radar da comunicação social, uma vez que se trata de um problema de enormes dimensões e que afeta, de uma forma ou de outra, a generalidade dos países e milhões de pessoas por todo o mundo.”

Aquilo que é referido pela amostra da nossa dissertação é que o tema dos direitos humanos é um tema determinante, sendo a liberdade de imprensa, tal como vimos na componente teórica, um pilar dos direitos humanos que responsabiliza os governos pelas suas ações (Dias, 2013). Tal como abordámos anteriormente, os jornalistas consideram que este tema deveria ser uma verdadeira pedra ângular no jornalismo e deveria merecer, posto isto, uma atenção especial face a outros temas.

Tal como já se tornou perceptível, noutros pontos de comparação, os jornalistas entrevistados consideram, no geral, que o investimento em Portugal é insuficiente e, por vezes, pouco aprofundado. Um dos jornalistas entrevistados, por exemplo, considera que “não sendo um tema com um acompanhamento constante, leva a que nem sempre as pessoas que pegam no tema dominem por completo o assunto, obriga a “desenrascar”. E isso depois pode levar a coberturas superficiais e insuficientes.”

O entrevistado n.º 3 refere que “mais uma vez, o noticiário criminal domina bastante a forma como a cobertura é feita. Penso que deveria ser mais consistente no tempo e com a preocupação crescente de proteção da identidade das vítimas.”

Perante o exposto, tal como o jornalismo político, económico, cultural ou desportivo, o jornalismo humanitário é, também, uma área de especialização (como observámos na abordagem teórica do nosso trabalho). Os jornalistas humanitários trabalham em conflitos armados, epidemias, catástrofes de ordem natural, bem como questões de direitos humanos que não estão propriamente relacionadas com guerras ou outros conflitos armados (Carranca, 2014). Ora bem, a partir do momento em que não se formam ou incentivam jornalistas a adotar como área de especialização o jornalismo humanitário, e em que não existe essa sensibilidade por parte das redações, depois o conteúdo também não é produzido da melhor forma possível, não existindo um domínio completo do tema.

Quanto aos maiores obstáculos para tratar o tema, “as maiores dificuldades prendem-se com a falta de investimento em reportagens alargadas sobre este fenómeno, que transcendam o noticiário criminal”, refere o entrevistado n.º 3. O entrevistado n.º 5 explica que “como muitos outros temas, um tratamento feito a partir da redacção é manifestamente incompleto. É preciso ir à origem do conflito que provoca uma vaga de refugiados e aos locais onde depois chegam. Pensar que o assunto pode ser tratado através do telefone e de informação recolhida através da Internet (muitas vezes de fontes duvidosas e/ou pirateadas) é uma ilusão.”

O entrevistado n.º 8 evidencia como principais dificuldades os perigos inerentes a um profundo trabalho de investigação no terreno: “Acho que a grande dificuldade hoje em dia é que é muito mais difícil fazer reportagem sobre este tema onde ela deveria estar a ser feita, porque tendo em conta que o fenómeno foi praticamente, não totalmente, mas muito travado a partir de uma linha, quer dizer, basta pensarmos na confusão em que continua a

Líbia, não é? E na dificuldade que existe para um jornalista trabalhar na Líbia, com condições mínimas de segurança. E depois basta ir para trás, olhar para o mapa de África e ir fazendo o percurso, tentando reconstituir o percurso do que está a acontecer a estas pessoas pelo caminho. Isso é muito mais difícil de retratar porque é extremamente perigoso e porque implicaria um risco gigante mesmo para qualquer meio, colocar pessoas pelas quais é responsável.”

Em suma, a falta de tempo, espaço e meios, nomeadamente de recursos humanos, para tratar esta matéria com profundidade são os principais obstáculos, e dificuldades, no que concerne ao tratamento deste tema. Muitas vezes, as notícias de direitos humanos são enviadas para as margens das páginas ou para espaços de tempo limitados nos programas de notícias, enquanto temas sensacionalistas ou políticos dominam. Assim, esta sub-representação dos direitos humanos nas notícias pode limitar a consciencialização pública sobre questões críticas e comprometer a capacidade do público em tomar medidas informadas para promover a justiça e a igualdade. Nesse sentido, é fundamental que os media portugueses continuem a evoluir na sua cobertura dos direitos humanos, garantindo uma atenção adequada (Souza et al., 2022).

Por outro lado, os direitos humanos desempenham um papel fundamental no jornalismo, uma vez que constituem os alicerces da democracia, da justiça e da liberdade. No entanto, a cobertura eficaz dos direitos humanos também enfrenta várias dificuldades, pois a pressão financeira sobre os media, a influência de interesses comerciais e políticos, bem como a necessidade de manter a audiência podem levar a uma cobertura superficial ou tendenciosa. Além disso, em algumas situações, os jornalistas enfrentam riscos pessoais ao investigar e relatar abusos de direitos humanos. Assim, é essencial que os jornalistas estejam conscientes dessas dificuldades e trabalhem para superá-las, garantindo que os direitos humanos continuem a ser um elemento central da narrativa jornalística (Melo, 2021).

Quanto às alterações na forma de tratar os Direitos Humanos, o entrevistado n.º 1 considera que “Já houve alturas em que o tema estava praticamente arredado dos espaços noticiosos. Creio que na última década a situação se alterou para melhor e as sucessivas catástrofes no mediterrâneo foram despertando consciências. Ainda assim, com o populismo e a extrema-direita a ganharem votos (e tempo de antena nos espaços noticiosos), creio que se está gradualmente a assistir a um recuo. De forma consciente ou

inconsciente, as direções das estações de televisão têm preferido concentrar os meios, cada vez mais escassos, noutro tipo de temas, mais virados para os casos políticos.”

O entrevistado 2 menciona que a guerra da Ucrânia veio alterar a forma como se trata este tema. O entrevistado 4 considera que não existem grandes diferenças: “Não acho que existam grandes diferenças. Hoje há uma maior consciencialização do problema e do tema, em comparação com 2015, por exemplo. Se há alguma alteração é que hoje em dia o assunto tornou-se banal - que acho que é um traço transversal na sociedade e não só no jornalismo. Continua a ser um tema não prioritário e é pautado por picos noticiosos quando há desgraças específicas.”

Para o entrevistado n.º 9 refere que, na sua perspetiva, não se registaram grandes alterações, “Penso que não se registaram grandes alterações, fugindo ao que acontece noutros países da Europa, em que, com o passar dos anos, se procurou diabolizar o tema dos refugiados.”

Posto isto, parece-nos de salientar que, no geral, não se registaram grandes alterações, a não ser na consciencialização do problema e, paradoxalmente, na banalização do mesmo, que, tal como refere um dos jornalistas entrevistados, é um traço transversal na sociedade e não só no jornalismo e que altera a forma como se olha para o problema.

O entrevistado n.º 11 revela que a crise dos refugiados constitui a própria realidade europeia e que o que falta é olhar para o fenómeno dessa forma, não considerando que se trata de algo efémero: “A crise dos refugiados não é uma emergência na Europa, a crise dos refugiados é a realidade europeia. E até perceber isso e tratarmos a crise dos refugiados como tratamos, eu sei lá, o preço das casas, ou, por exemplo, se não tratarmos as crises dos refugiados como as alterações climáticas, que é uma coisa que não vai desaparecer. Também não vai desaparecer a poluição, não vai desaparecer a carestia de vida, não vai desaparecer (...) a natalidade baixa na Europa (...) Portanto, o que deve ser melhorado é ganhar consciência que este problema não vai passar e tratá-lo desse modo, com a devida atenção. E isto não se aplica apenas ao jornalismo.”

O entrevistado 10 salienta aquilo que considera que deveria ser alterado no panorama mediático nacional: “Eu continuo com esta convicção que a responsabilidade é dos próprios jornalistas, porque quando nós escolhemos ser jornalistas, nós, de alguma forma, sentimos a necessidade de denunciar algo, de contar algo, de esclarecer, mas para isso temos de ser esclarecidos. E aquilo que eu acho que os jornalistas devem melhorar é a sua

capacitação intelectual, ou seja, ler mais, procurar mais, saber onde procurar, que fontes consultar, porque se ficamos reféns da leitura de notícias (...) O conhecimento não vem da reprodução de discursos políticos ou da reprodução de opiniões escolhidas na rua, na via pública. Há pessoas que não são especialistas em coisa nenhuma e é isso que falta na produção jornalística.”

Para o entrevistado n.º 7: “poderíamos ter jornalistas especializados nesta matéria, abordar mais este tema nas universidades, considerando-o como fundamental. E até garantir que, à partida, estudantes estão a investir nesse tema, desde muito jovens, e, portanto, chegam às redações com a literatura revista, as melhores práticas para tratar o tema, sensibilizados para o que deve ser feito ou não, sensibilizados para que temas devem ser explorados e que não estão sendo explorados neste momento. É importante haver, de facto, pessoas que se formem nesta área. Eu diria que é isso que falta, sobretudo. E depois aprender com a prática.”

O entrevistado n.º 1 considera que “devia haver formação para jornalistas nesta área e deveriam ser criadas editorias nas redações só para tratar o tema dos Direitos Humanos. Infelizmente, estamos a caminhar cada vez mais no sentido oposto, com um desinvestimento na formação dos jornalistas e com uma concentração dos espaços noticiosos nos chamados "casos e casinhos", muitas vezes criados e mantidos pela comunicação social. Temas vazios, que são empolados, e que alimentam telejornais durante semanas a fio, de forma fácil e barata.”

Posto isto, podemos concluir que, a crise dos refugiados deveria ser tratada como se constituísse a própria realidade europeia e não como algo efémero e passageiro. Por outro lado, deveria existir investimento nas redações no tratamento deste tema, nomeadamente com a criação de editorias de direitos humanos e com a especialização de jornalistas nesta área. Por outro lado é imperativo também formar as novas gerações de jornalistas, na academia, relativamente a este tema, de modo a que sejam sensíveis ao mesmo.

No geral, quanto a esta categoria de análise, parece-nos importante referir que tem sido feito um trabalho positivo sobre os direitos humanos em Portugal, ainda que com muitas condicionantes e dificuldades. Afigura-nos de maior relevância referir que não se tem registado alterações consideráveis no tratamento do tema, a não ser no modo como se observa o mesmo, de uma forma mais “banal” e menos “preocupado”, o que se torna perigoso, tendo em conta o importante papel do jornalismo como garante dos direitos

humanos, como vimos no enquadramento teórico. É de referir ainda que é particularmente importante formar jornalistas dedicados e especializados nesta área, bem como procurar sensibilizar os órgãos de comunicação social a investir no tema e a apresentar trabalhos de qualidade e de referência junto do público.

Conclusão

A presente investigação teve como alicerce a seguinte pergunta de investigação: “como é que os jornalistas percecionam o seu trabalho acerca da crise dos refugiados nos media?”. Perante isso, e atendendo ao que nos propusemos concretizar, chegámos à conclusão de que os jornalistas percecionam que a cobertura e a importância atribuídas ao tema da crise dos refugiados é, regra geral, insuficiente, ressalvando, apesar disso, a existência de trabalhos de qualidade já produzidos. Os jornalistas referem que, nos últimos anos, a importância dada ao tema foi diminuindo e que o mesmo foi sendo cada vez mais banalizado e relativizado pelos consumidores e consequentemente pelas próprias redações. A par disso, os jornalistas entendem que o tema sempre foi tratado de uma forma pouco profunda, com honrosas exceções, mesmo quando teve um grande pico de atenção, em 2015/2016. Os entrevistados consideram, também, que a sua classe não é sensibilizada para trabalhar matérias de direitos humanos, matérias essas que constituem, no entender da amostra da investigação, um dos grandes valores do jornalismo: a capacidade de colocar na agenda mediática temas de direitos humanos – que são direitos que reconhecem e protegem a dignidade de todos os seres humanos, universais e inalienáveis - e desse modo, contribuir para colocar os mesmos na agenda política e, assim, conduzir a uma discussão sobre os mesmos e, eventualmente, solucionar muitos dos seus problemas.

O desinvestimento no tema não pode ser justificado apenas pelo alegado desinteresse do público até porque, tal como se atentou na apresentação e discussão dos resultados da metodologia utilizada, os jornalistas não devem oferecer ao público apenas aquilo que o público quer, devem, também, apresentar como oferta aquilo que o público, pela sua importância, precisa e deve consumir. Acrescentamos que os jornalistas consideram que o trabalho que é feito sobre o tema é bem recebido pelos recetores e que, principalmente na altura em que o tema foi mais abordado, o impacto junto dos consumidores das notícias e reportagens produzidas foi muito positivo.

A falta de visibilidade para com este tema prende-se com as dificuldades financeiras que os media portugueses atravessam. Tais dificuldades resultam num profundo desinvestimento em produção jornalística mais dispendiosa e nas redações, no geral.

Segundo Christofolletti (2019), a falta de investimento no jornalismo prejudica amplamente as redações, o que leva a muitas demissões, redução de pessoal e pressão devido aos lucros. Desse modo, os restantes jornalistas ficam sobrecarregados, vulneráveis à desinformação e compromete-se a aposta no jornalismo humanitário. Tal realidade compromete a abordagem de um tema importante, bem como a possibilidade de dar voz aos vulneráveis, promover mudança e conexões emocionais.

Dessa forma, para melhorar o jornalismo e promover o jornalismo humanitário, é essencial que haja investimento adequado nas organizações de media e que os consumidores de notícias apoiem fontes de notícias fiáveis e comprometidas com a ética jornalística. Além disso, as parcerias entre organizações dos media e instituições humanitárias podem ajudar a ampliar a cobertura de questões humanitárias e a promover uma compreensão mais profunda dos desafios globais (Victor, 2020).

Vivemos tempos de grandes alterações na indústria dos media, com o desenvolvimento e surgimento de novas ferramentas, associadas aos meios de comunicação digitais. Segundo Ferrari (2011), a era dos meios de comunicação digitais permitiu, entre outras coisas, uma maior sofisticação dos produtos jornalísticos e abriu a possibilidade de interação entre, por exemplo, texto, vídeo e áudio dentro do mesmo artigo. Se isso for possível, por outro lado, também é verdade que a concorrência está a aumentar tanto no sector do consumo (incluindo novos géneros de informação como a blogosfera) como em particular no financiamento da indústria da publicidade. A este nível, a competição pelas receitas começa não só com empresas similares, mas também com novos intervenientes, como plataformas de informação e redes sociais digitais.

Por outro lado, verifica-se também que a precariedade da profissão de jornalista é um problema crescente, pois os jornalistas frequentemente têm baixos salários, contratos temporários e insegurança no emprego, tal como foi, inclusivamente, abordado na discussão dos resultados. Adicionalmente, verifica-se pressão por produzir notícias rapidamente e a falta de recursos adequados podem levar a condições de trabalho stressantes. Além disso, muitos jornalistas enfrentam ameaças à sua segurança física e emocional, especialmente ao cobrir áreas de conflito e temas sensíveis (Camponez & Oliveira, 2021).

Essa precariedade tem várias consequências negativas. Primeiro, pode levar à qualidade comprometida das reportagens, uma vez que os jornalistas podem não ter o

tempo ou os recursos necessários para investigar profundamente os assuntos. Segundo, pode afetar a independência dos media, já que os jornalistas podem sentir pressão para evitar retratar tópicos delicados que possam desagradar os empregadores ou interesses poderosos. Terceiro, isso limita a diversidade na profissão, já que as pessoas de grupos sub-representados podem achar mais difícil entrar ou permanecer no campo devido às condições precárias (Camponez & Oliveira, 2021).

Para enfrentar esse problema, é fundamental que haja um reconhecimento da importância do jornalismo na sociedade e um compromisso com o apoio aos jornalistas. Isso inclui a promoção de salários justos, condições de trabalho seguras, contratos estáveis e proteção dos direitos dos jornalistas. A sociedade como um todo também desempenha um papel muito importante, apoiando fontes de notícias independentes e confiáveis e valorizando fortemente o jornalismo de qualidade como um pilar da democracia (Camponez & Oliveira, 2021).

Por outro lado, conclui-se que a importância dos direitos humanos nos media é inegável, pois os media desempenham um papel fundamental na disseminação de informações e na formação da opinião pública, e, portanto, têm a responsabilidade de promover e proteger os direitos humanos (Souza & Almeida, 2021), tal como foi, por diversas vezes, referenciado pelos jornalistas entrevistados.

Os media são também uma fonte primordial de informações sobre questões relacionadas aos direitos humanos em todo o mundo. Os media têm o poder de expor abusos, injustiças e violações dos direitos humanos, criando conscientização pública sobre essas questões. Desempenham ainda um papel importante na defesa dos direitos humanos, ao destacar casos de injustiça e abuso, podendo pressionar governos e instituições a prestarem contas pelas suas ações, promovendo a justiça e a responsabilidade. Adicionalmente, os media desempenham um papel crucial na promoção da diversidade e na garantia de que todas as vozes sejam ouvidas. Podendo, assim, combater a discriminação e a exclusão, proporcionando uma plataforma para grupos marginalizados e minoritários partilharem as suas experiências e perspectivas (Pinto et al., 2011).

Por sua vez, os media têm o potencial de educar o público sobre os princípios e valores dos direitos humanos. Eles podem capacitar as pessoas com informações que lhes permitam entender os seus próprios direitos e lutar por eles. Desempenham ainda um papel

crítico na luta contra a desinformação e a propagação de informações falsas que podem prejudicar os direitos humanos. Por isso, os media são um veículo essencial para a liberdade de expressão, um direito humano fundamental. Assim, eles podem desafiar regimes autoritários e proteger os jornalistas que estão em risco devido ao seu trabalho. Desse modo, desempenham um papel de fiscalização das instituições governamentais e outras entidades poderosas, garantindo que elas operam de acordo com os princípios dos direitos humanos e em benefício da sociedade (Pinto et al., 2011).

A importância dos direitos humanos nos media, especialmente no contexto da crise dos refugiados, reside na capacidade dos meios de comunicação de consciencializar o público, dar voz aos vulneráveis e responsabilizar governos e instituições pelas suas ações. Assim, a cobertura mediática não apenas amplifica as histórias pessoais e as lutas dos refugiados, mas também destaca violações de direitos humanos, promove a solidariedade global e influencia as políticas e ações a favor de uma resposta mais humanitária e eficaz a essa crise humanitária em larga escala (Malheiro, 2016).

Os media desempenham um papel indispensável na promoção, proteção e defesa dos direitos humanos, pois têm uma forte capacidade de influenciar a opinião pública, moldar políticas e promover a justiça social. Portanto, é essencial que os media operem com integridade, responsabilidade e respeito pelos princípios dos direitos humanos, contribuindo para a construção de sociedades mais justas e equitativas (Pinto et al., 2011).

Através dos media, a sociedade é informada e motivada a desempenhar um papel ativo na proteção dos direitos fundamentais daqueles que foram forçados a fugir das suas casas na procura de segurança e dignidade. Em resumo, a cobertura jornalística da crise dos refugiados desempenha um papel crucial na proteção dos direitos humanos dessas populações vulneráveis, tal como se abordou na componente teórica da dissertação. Ela influencia a opinião pública, as políticas governamentais e as ações das organizações humanitárias, contribuindo para um mundo mais consciente e compassivo em relação aos refugiados e aos princípios dos direitos humanos. Nesse sentido, podemos concluir que os media são uma ferramenta importante para promover e defender os direitos humanos, pois os ataques à vida humana ocorrem em muitas partes do mundo. Dessa forma, a fome, a deslocação, a instabilidade climática e o abuso de poder são apenas alguns exemplos de violações dos direitos humanos (Malheiro, 2016).

Adicionalmente, o jornalismo desempenha um papel determinante na formação da opinião pública, influenciando a forma como as pessoas percebem e compreendem o mundo ao seu redor. Através de reportagens rigorosas e imparciais, o jornalismo fornece informações cruciais sobre eventos, questões e políticas, permitindo que o público tome decisões informadas (Martinho, 2009).

Além disso, o jornalismo desafia o poder e a autoridade, atuando como um contrapeso ao governo, empresas e outras instituições, expondo a corrupção, abusos de direitos humanos e irregularidades. Ao dar voz a diversas perspectivas e destacar questões sociais, económicas e políticas, o jornalismo promove debates públicos saudáveis e influencia a agenda política. Portanto, a integridade e a ética jornalísticas são essenciais, pois o jornalismo de qualidade é fundamental para a democracia, a responsabilidade governamental e a defesa dos direitos humanos. Quando bem executado, o jornalismo poderá capacitar a opinião pública a ser mais crítica e informada, desempenhando um papel determinante na construção de uma sociedade mais justa e democrática (Melo, 2021).

O jornalismo desempenha um papel fundamental na influência das decisões jurídico-políticas numa sociedade. Através de uma cobertura detalhada e imparcial dos eventos políticos e legais, os meios de comunicação servem como uma ponte entre o governo e o público, permitindo que os cidadãos estejam informados sobre as questões jurídicas e políticas em destaque. Assim, no jornalismo destacam-se debates legislativos, casos judiciais significativos e políticas governamentais, promovendo a transparência e a prestação de contas. Ao expor casos de corrupção, abuso de poder e violações dos direitos, o jornalismo pode pressionar por investigações, reformas e ações judiciais (Melo, 2021).

Além disso, os media oferecem uma plataforma para diversas vozes e opiniões políticas, enriquecendo o debate público e permitindo que os cidadãos formem opiniões informadas. Portanto, a qualidade e a integridade do jornalismo são essenciais para o funcionamento eficaz de uma democracia, pois ajudam a moldar a opinião pública e a influenciar as decisões políticas e jurídicas que afetam diretamente a vida de todos os cidadãos (Melo, 2021).

Em suma, a falta de investimento no jornalismo representa uma ameaça significativa para a qualidade e integridade da profissão jornalística. Isso reflete-se na precariedade da profissão de jornalista, com baixos salários, condições de trabalho

desafiadoras e insegurança no emprego, o que pode diminuir a capacidade das redações de realizar um jornalismo de qualidade. Desse modo, essa falta de investimento tem um impacto direto na aposta no jornalismo humanitário, que procura muito destacar questões críticas, dar voz aos vulneráveis e promover mudanças positivas na sociedade. Assim, a falta de recursos suficientes prejudica a capacidade do jornalismo humanitário de cumprir o seu papel vital (Christofoletti, 2019).

Além disso, a precariedade da profissão de jornalista também é uma preocupação urgente, pois os jornalistas sobrecarregados e mal remunerados podem ser menos propensos a se envolverem em investigações aprofundadas e a desafiar poderes estabelecidos, comprometendo assim a qualidade do jornalismo. Por outro lado, a importância dos direitos humanos nos media, especialmente na cobertura da crise dos refugiados, é fundamental para sensibilizar o público, pressionar por mudanças políticas e proteger os direitos das pessoas deslocadas. Desse modo, os media desempenham um papel crucial ao dar visibilidade às histórias dos refugiados, expondo violações de direitos humanos e promovendo a compreensão e a empatia.

Por fim, o jornalismo não só molda a opinião pública, mas também influencia decisões políticas e jurídicas. Através de reportagens imparciais e de investigação, os media podem promover a transparência, responsabilizar governos e instituições e empoderar os cidadãos a tomarem decisões informadas. Portanto, é imperativo reconhecer a importância vital do jornalismo de qualidade e investir nele, a fim de preservar a democracia, proteger os direitos humanos e promover uma sociedade mais justa e inclusiva.

Para futuras investigações considero pertinente estudar de que forma é que se pode reverter o desinvestimento constante no jornalismo e de que modo é que se pode colocar, de uma forma mais presente, os direitos humanos na agenda mediática.

Bibliografia

Abdo, Cláudio; Cabecinhas, Rosa & Brites, Maria José (2019). *Crise migratória na Europa: os media e a construção da imagem dos refugiados*. Braga: Universidade do Minho.

ACNUR (1951). *Convenção de 1951 Relativa ao Estatuto dos Refugiados*. Consultado em 03 de março de 2023. Disponível em

https://www.acnur.org/fileadmin/Documentos/portugues/BDL/Convencao_relativa_ao_Estatuto_dos_Refugiados.pdf?file=t3/fileadmin/Documentos/portugues/BDL/Convencao_relativa_ao_Estatuto_dos_Refugiados

ACNUR (1967). *Manual de Procedimento e Critérios para a Determinação da Condição de Refugiado*. Consultado em 03 de março de 2023. Disponível em

https://www.acnur.org/fileadmin/Documentos/portugues/Publicacoes/2013/Manual_de_procedimentos_e_criterios_para_a_determinacao_da_condicao_de_refugiado.pdf?file=fileadmin/Documentos/portugues/Publicacoes/2013/Manual_de_procedimentos_e_criterios_para_a_determinacao_da_condicao_de_refugiado

ACNUR (1979). *Protocolo de 1967 Relativo ao Estatuto dos Refugiados*. Consultado em 03 de março de 2023. Disponível em

https://www.acnur.org/fileadmin/Documentos/portugues/BDL/Protocolo_de_1967_Relativo_ao_Estatuto_dos_Refugiados.pdf

ACNUR (2021a). *Deslocados internos*. Consultado em 01 de fevereiro de 2023.

Disponível em: <https://www.acnur.org/portugues/quem-ajudamos/deslocados-internos/>

ACNUR (2021b). *A Convenção das Nações Unidas relativa ao Estatuto dos Refugiados foi formalmente adotada, em 28 de julho de 1951 para resolver a situação dos refugiados na Europa após a Segunda Guerra Mundial*. Lisboa. Consultado em 01 de fevereiro de 2023. Disponível em: <https://www.acnur.org/portugues/convencao-de-1951/>

Al-Rawi, A. (2018). Gatekeeping Fake News Discourses on Mainstream Media Versus Social Media. *Social Science Computer Review*, 37(6), 687 - 704. <https://doi.org/10.1177/0894439318795849>

Amaral, Luciano Fernandes do (2019). *A crise dos refugiados nos media portuguesas no século XXI*. Lisboa: Universidade Aberta.

- Andersson, R. (2014). *Illegality, Inc.: Clandestine migration and the business of bordering Europe*. University of California Press.
- Antunes, G. & Seixas, J. (2019). Tendências recentes de segregação habitacional na Área Metropolitana de Lisboa. *Cidades, Comunidades e Territórios*, 39, pp. 55–82.
- Baker, P. (2006). *Using Corpora in Discourse Analysis*. London: Continuum.
- Balla, Evanthia (2020). A Crise dos Refugiados: A resposta da União Europeia. *Revista Europa*, nº 1, pp. 2-18.
- Barbosa, M. (2012). Nós e eles: responsabilidade social dos média na construção de uma cidadania culturalmente inclusiva. *Comunicação e Sociedade*, 21, pp. 231-240.
- Bardin, L. (1977). *Análise de conteúdo*. Lisboa: edições, 70.
- Batista, E. C. et al. (2017). A entrevista como técnica de investigação na pesquisa qualitativa. *Revista Interdisciplinar Científica Aplicada*, Blumenau, v. 11, nº3. 23-38.
- Bauer, W. (2016). *Crossing the Sea: with Syrians on the Exodus to Europe*. Los Angeles: And Other Stories.
- Beaudoin, C. E., & Thorson, E. (2002). Journalists, Public Differ on Perception of Media Coverage. *Newspaper Research Journal*, 23(4), 52 - 61. <https://doi.org/10.1177/073953290202300405>
- Beer, A., Filip, F., Strielkowski, W., & N. Tejkalová, A. (2015). Business influence on media news processing: a comparison of journalists' perceptions in the Czech Republic and South Africa, *Economics and Sociology*, Vol. 8, No 1, pp. 222-233. <https://doi.org/10.14254/2071-789X.2015/8-1/17>
- Blumell, L. E.; Bunce, M.; Cooper, G. & McDowell, C. (2020). Refugee and asylum news coverage in UK print and online media. *Journalism Studies*, 21(2): 162-179.
- Braun, V., Clarke, V. (2006). Using thematic analysis in psychology. *Qualitative Research in Psychology*, Volume 3(2).
- Brum, E. (2006). *A vida que ninguém vê*. Porto Alegre: Arquipélago Editorial.
- Calil, R. C. C., & Arruda, S.L.S. (2004). *Discussão da pesquisa qualitativa com ênfase no método clínico*. In S. Grubits, & J. A. V. Noriega (Orgs.), *Método qualitativo: epistemologia, complementariedades e campos de aplicação* (pp.173-213). São Paulo: Vetor.
- Camponez, C., & Oliveira, M. (2021). *Precariedade e expectativas no jornalismo: o caso de uma profissão?*. <https://hdl.handle.net/1822/86283>

- Caprino, M. P. (2009). Jornalismo Impresso: Transformações e Sobrevivência no Século XXI. *Anuário Unesco/Metodista de Comunicação Regional*, 13(13), 39–54. <https://doi.org/10.15603/2176-0934/aum.v13n13p39-54>
- Carapeto, M. (2017). *Refugiados, fronteiras e imagem: contributos a partir da etnografia visual*. Lisboa.
- Carens, J. H. (2013). *Ethics of Immigration*. New York: Oxford University Press.
- Carranca, A. (2014). *O que é o Jornalismo Humanitário?*. Consultado em 01 de fevereiro de 2023. Disponível em <https://internacional.estadao.com.br/blogs/adriana-carranca/o-que-e-jornalismo-humanitario/>.
- Carrera, Sergio; Hertong, Leonard den & Parkin Joanna (2012). EU Migration Policy in the wake of the Arab Spring What prospects for EU-Southern Mediterranean Relations?, *MEDPRO (Mediterranean Prospects) project*, pp. 1-25.
- Carter, Edward L. (2020). Freedom of Journalism in International Human Rights Law. *Communication Law and Polic*, 25(2): 113-143.
- Castro e Melo, Ana Catarina das Neves (2021). *A (In)Definição e Emergência do Jornalismo Humanitário: A cobertura mediática do conflito de Cabo Delgado no jornal Público*. Porto: Universidade Fernando Pessoa.
- Chizzotti, A. (2003). “A pesquisa qualitativa em ciências humanas e sociais: evolução e desafios”. *Revista portuguesa de educação*, 16(2), pp. 221-236.
- Chouliaraki, L. & Stolic, T. (2017). Rethinking media responsibility in the refugee “crisis”: a visual typology of European news. *Media, Culture and Society*, 39(8): 1162-1177.
- Christofoletti, R. (2019). A crise do jornalismo tem solução? In *Estação Das Letras E Cores Edi*.
- Comissão Europeia (2014). Report on the implementation of the Global Approach to Migration and Mobility 2012-2013. *COM(2014) 96*. Consultado em 02 de fevereiro de 2023. Disponível em: http://ec.europa.eu/dgs/home-affairs/elibrary/documents/policies/internationalaffairs/general/docs/gamm_implementation_report_2012_2013_en.pdf
- Conselho Europeu (2015). *Reunião extraordinária do Conselho Europeu, 23 de abril de 2015 – Declaração*. Consultado em 02 de fevereiro de 2023. Disponível em <http://www.consilium.europa.eu/pt/press/press-releases/2015/04/23-specialeuco-statement/>

- Corvelo, Daniela Oliveira (2019). *Crise dos Refugiados: a resposta da União Europeia e o papel de Portugal*. Ponta Delgada: Universidade dos Açores.
- Costa, José M. Barra da (1996). *Exílio e Asilo (A questão Portuguesa 1974-1996)*. Lisboa: Universidade Aberta.
- Creswell, J. (2010). Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto. Porto Alegre: Artmed.
- Deuze, M. (2005). What is journalism? Professional identity and ideology of journalists reconsidered. *Journalism*, 6(4): 442–464.
- Diakopoulos, N., & Zubiaga, A. (2014). Newsworthiness and Network Gatekeeping on Twitter: The Role of Social Deviance. *Proceedings of the International AAAI Conference on Web and Social Media*, 8(1), 587–590. <https://doi.org/10.1609/icwsm.v8i1.14571>
- Dias, S. (2013). *Reporting Human Rights: A Study of Broadcast News Representations and Journalism Practices*. Cardiff: Cardiff University.
- Downman, S. & Ubayasiri, K. (2017). *Journalism for Social Change in Asia*. London: Palgrave Macmillan.
- Drezner, D. W. (2003). How Smart are Smart Sanctions? *International Studies Review*, 5(1), 107–110. <https://doi.org/10.1111/1521-9488.501014>
- Duarte, R. (2004). Entrevistas em pesquisas qualitativas. *Educar em Revista*, núm. 24, pp. 213-225 Universidade Federal do Paraná, Brasil.
- Dubied, A., & Hanitzsch, T. (2014). Studying celebrity news. *Journalism*, 15(2), 137–143. <https://doi.org/10.1177/1464884913488717>
- Edgerly, S., & Vraga, E. K. (2017). News, entertainment, or both? Exploring audience.
- Empinotti, M. (2017). Discriminação no discurso: análise da representação de refugiados no Público através da gramática visual de Kress e Van Leeuwen. *Media & Journalism*, 17(31): 95-116.
- Estevens, A.; Matos, F.; Serpa, F.; Antunes, G.; Lages, J.; Leitão, J.; Silva, K.; Mendes, L.; Patrício, N.; Silva, R.; Lopes, S.; Brysch, S.; Jorge, S.; Viegas, S. & Tulumello, S. (2021). Investimento, vulnerabilidades habitacionais e problemas transversais no PRR. *Le Monde Diplomatic*.

- Fargues, Philippe & Fandrich, Christine (2012). The European Response to the Syrian Refugee Crisis What Next?. *Migration Policy Centre (MPC) Research Report, MPC Research Report 2012/14*. Badia Fiesolana, San Domenico di Fiesole (FI), pp. 1-35.
- Fargues, Philippe (2014). Europe Must Take on its Share of the Syrian Refugee Burden, but How?. *Migration Policy Centre*, pp. 1-5.
- Fernandes, A. B. (2002). *Jornalismo, cidadania e direitos humanos: uma relação reflexiva no espaço público*. XXV Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação. Salvador da Bahia.
- Fernando, R. (2019). Refugiados são já mais de 70 milhões, número recorde. *Público*. Consultado em 05 de março de 2023. Disponível em: <https://www.publico.pt/2019/06/19/mundo/noticia/refugiados-sao-ja-70-milhoes-recorde-20-anos-1876916>
- Ferrari, P. (2011). *Hipertexto, hipermídia: as novas ferramentas da comunicação digital*. Editora Contexto.
- Fortunati, L.; Sarrica, M.; O’Sullivan, J.; Balcytiene, A.; Harro-Loit, H.; Macgregor, P.; Roussou, N.; Salaverría, R. & de Luca, F. (2009). The Influence of the Internet on European Journalism. *Journal of Computer-Mediated Communication*, 14(4): 928–963.
- Freitas, C.; Kulesa A.; Parusel, B. & Thränhardt, D. (2021). *Asylum Challenges, Debates and Reforms. How Germany, Poland, Portugal and Sweden have developed their asylum systems since 2015*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian/Delmi/Intitute of Public Affairs/Bertelsmann Stiftung.
- Galtung, J., & Ruge, M. H. (1965). The Structure of Foreign News. *Journal of Peace Research*, 2(1), 64–90.
- Gauci, J.P. (2014). Principais necessidades, recepção e assistências dos refugiados: um estudo de caso em Malta. *Mediterrâneo, a última fronteira*, Lisboa.
- Gemi, E., Ulasiuk, I. & Triandafyllidou, A. (2013). Migrants and media newsmaking practices. *Journalism Practice*, 7(3): 266-281.
- Gentzkow, M. A., & Shapiro, J. M. (2008). Competition and Truth in the Market for News." *Journal of Economic Perspectives*, 22 (2): 133-154.
- Gil, A. C. (2008). *Métodos e técnicas de pesquisa social*. 6. ed. São Paulo: Atlas.

Glossário da Migração da Organização Internacional para as Migrações, 2019, consultado a 30 de outubro de 2021, disponível em:

<https://publications.iom.int/system/files/pdf/iml22.pdf>

Graça, M. (2018). Respostas locais em tempos de crises globais: Programa Municipal de Acolhimento de Refugiados na cidade de Lisboa. *Migrações: Mediação Intercultural. Observatório das Migrações*, 15, pp. 40–59.

Guerreiro, D. (2018). *A crise dos refugiados no Mediterrâneo - a cobertura jornalística em Portugal e proposta de modelo editorial*. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa.

Hafez, K. (2009). Global journalism for global governance? Theoretical visions, practical constraints. *Power and Pluralism. A Media Seminar on International Reporting*, Suécia.

Hall, S. (2003). *Da diáspora: identidades e mediações culturais*. Belo Horizonte: UFMG.

Hamilton, James T. (2007). News That Sells: Media Competition and News Content. *Japanese Journal of Political Science*, 8(1), 7-42.

<https://doi.org/10.1017/S1468109907002460>

Holsti, Ole R. (2004). *Public Opinion and American Foreign Policy*. Ann Arbor: University of Michigan Press.

House of Lords (2012). The EU's Global Approach to Migration and Mobility. House of Lords. *HL Paper 91*, pp. 6-85. Consultado em 02 de fevereiro de 2023. Disponível em:

<http://www.publications.parliament.uk/pa/ld201213/ldselect/ldecom/91/91.pdf>

Huntington, Samuel (1999). *O Choque de civilizações e a Recomposição da Ordem Mundial*. Lisboa: Gradiva.

Jeanneney, J. (2003). *Uma História da Comunicação Social*. Terramar. *Journal of Political Science*, 8(1), 7–42.

Kiely, R. (2005). Global Civil Society and Spaces of Resistance. Eade, J. and O'Byrne, D. (Eds.), *Global Ethics and Civil Society*, pp.138-153. Ashgate, Hampshire.

Kingsley, P. (2016). *A Nova Odisseia: A História da Crise Europeia dos Refugiados*. Lisboa: Relógio D'Água.

Kiousis, S. & Wu, X. (2008). International Agenda-building and Agenda-setting: Exploring the Influence of Public Relations Counsel on US News Media and Public Perceptions of Foreign Nations. *International Communication Gazette*, 70(1):58–75.

Kortsaris, Periklis (2018). The Syrian Refugee Crisis: Resettlement and Other Complementary Pathways of Admission to Third Countries as Part of the Response. *Nação*

e *Defesa*, 149, pp. 134-163.

Malheiro, E. P. (2016). Direitos humanos na sociedade da informação. *Revista Paradigma*, 1.

Malta, J. C. (2021). Construção de barracas regressa à Grande Lisboa. "Não podia ir para a rua com as crianças". *Rádio Renascença*.

Marchiori, M.; Ribeiro, Regiane Regina; Soares, Rodrigo & Simões, Fabiana (2010).

Comunicação e Discurso: Construtos que se relacionam e se distinguem. Disponível em:

http://www.abrapcorp.org.br/anais2010/GT2/GT2_Marchiori_etal.pdf.

Martinho, L. (2009). *O poder da opinião pública (Doctoral dissertation)*.

<http://hdl.handle.net/10400.26/8091>

Martins, M. L. (2019). A “crise dos refugiados” na Europa – entre totalidade e infinito.

Comunicação e Sociedade, pp. 21-36.

Matias, G. S. (2014). *Migrações e Cidadania*. Lisboa: Fundação Francisco Manuel dos Santos.

Melo, A. C. (2021). *Jornalismo de direitos humanos em contexto de*

proximidade (Master's thesis, Universidade da Beira Interior (Portugal)).

Melo, Andreia Catarina de Almeida e (2021). *Jornalismo de direitos humanos em contexto de proximidade*. Covilhã: Universidade da Beira Interior.

Mendes, L. (2021). Lutas urbanas pelo direito à habitação em Lisboa em tempos de pandemia. *Cadernos Metrópole*, 23(50): 203–232.

Mendes, L. (2022). The dysfunctional rental market in Portugal: a policy review. *Land*, 11(1): 1–17.

Meraz, S. (2009). “Is There an Elite Hold? Traditional Media to Social Media Agenda Setting Influence in Blog Networks”. *Journal of Computer-Mediated Communication*, 14(3): 682–707.

Meriläinen, Niina & Vos, Marita (2011). Human rights organizations and online agenda setting. *Corporate Communications, an International journal*, 16(4): 293-310.

Mesquita, M. (2009). *O Quarto Equívoco - O poder dos média na sociedade contemporânea*. Coimbra: Editora Minerva.

Minayo, M. C. (2010). *O desafio do conhecimento*. São Paulo: Hucitec.

Nascimento, D. (2013). Do “Velho” ao “Novo Humanitarismo”: os Dilemas da Ação Humanitária em Contextos de Conflito e Pós-Conflito Violent. *Nação e Defesa*, n.º 135 –

5.^a Série, pp. 93-113.

Neves, C. (2019). Portugal precisa de acolher mais 1010 refugiados até outubro. *Diário de Notícias*. Consultado em 01 de fevereiro de 2023. Disponível em:

<https://www.dn.pt/pais/interior/portugal-precisade-acolher-mais-1010-refugiados-ate-outubro-10813431.html>.

Obercom. (2003). *Representações (imagens) dos imigrantes e das minorias étnicas na imprensa*. Consultado em 04 de março de 2023. Disponível em

<https://www.om.acm.gov.pt/documents/58428/177157/Estudo+Obercom.pdf/a664dc38-65cf-4398-896a-751dbdde0c5a>.

OECD (2020). Social housing: A key part of past and future housing policy. *Employment, Labour and Social Affairs Policy Briefs*. OECD.

OIM, Organização Internacional para as Migrações. (2019). *World migration report 2020*. Genebra.

Oliveira, C. (2020). Entrada, Acolhimento e Integração de Requerentes e Beneficiários de Proteção Internacional em Portugal. *Relatório Estatístico do Asilo 2020*.

Oliveira, C. (2022). Indicadores de Integração de Imigrantes. *Relatório Estatístico Anual 2021*.

Oliveira, Catarina Reis; Peixoto, João & Góis, Pedro (2017). A nova crise dos refugiados na Europa: o modelo de repulsão-atração revisitado e os desafios para as políticas migratórias. *Revista brasileiras de Estudos Populares*, 34(1): 73-98.

Oliver, P. & Maney, G. (2000). Political Processes and Local Newspaper Coverage of Protest Events: From Selection Bias to Triadic Interactions. *The American Journal of Sociology*, 106(2): 463-505.

Pałka-Suchojad, K. (2021). Who Keeps the Gate? Digital Gatekeeping in New Media. *Zeszyty Prasoznawcze*, 64(2 (246)), 91–

99. <https://doi.org/10.4467/22996362pz.21.012.13477>

Peksen, Dursun (2009). Better or Worse? The Effect of Economic Sanctions on Human Rights. *Journal of Peace Research*, 46(1): 59-77.

Peksen, Dursun; Peterson, Timothy M. & Drury, A. Cooper (2014). Media-driven Humanitarianism? News Media Coverage of Human Rights Abuses and the Use of Economic Sanctions. *International Studies Quarterly*, 58(4): 855-866.

Pinto, M., Pereira, S., Pereira, L., & Ferreira, T. D. (2011). Educação para os Media em

- Portugal: experiências, actores e contextos. <https://hdl.handle.net/1822/44959>
- Poirier, J., Clapier-Valladon, S., & Raybaut, P. (1999). *Histórias de Vida – Teoria e prática* (2ª edição). Oeiras: Celta Editora.
- Pöyhtäri, R. (2014). *Immigration and ethnic diversity in Finnish and Dutch magazines: articulations of subject positions and symbolic communities*. Tampere: Tampere University.
- Roberts, M.; Wanta, W. & Dzwo, T.H. (2002). Agenda Setting and Issue Salience Online. *Communication Research*, 29(4): 452-465.
- Rodrigues, Alexandra Silva (2017). *Integração de pessoas refugiadas em Portugal, no âmbito do programa de recolocação europeu*. Lisboa: ISEG.
- Rose, T. (2013). A human rights-based approach to journalism: Ghana. *The Journal of International Communication*, 19(1): 85-106.
- Santos, R. (2015). *Comunicação*. Gradiva.
- Scott, M. (2017). *What makes news humanitarian? The dilemmas of reporting on suffering*. Consultado em 02 de fevereiro de 2023. Disponível em <https://www.publicmediaalliance.org/what-makes-news-humanitarian/>.
- Scott, Martin; Wright, Kate & Bunce, Mel (2018). *The State of Humanitarian Journalism*. East Anglia: University of East Anglia.
- SEF (2020). *Relatório de Imigração, Fronteiras e Asilo 2019*. SEF.
- SEF (2021). *Relatório de Imigração, Fronteiras e Asilo 2020*. SEF.
- SEF (2022). *Relatório de Imigração, Fronteiras e Asilo 2021*. SEF.
- Shaw, I. S. (2012) *Human Rights Journalism*. London: Palgrave Macmillan;
- Shaw, I. S. (2012). *Human rights journalism: advances in reporting distant humanitarian interventions*. Basingstoke, Hampshire: Palgrave Macmillan.
- Silva, Dora Santos & Guerreiro, Débora (2020). Média e Migrações Forçadas: Representações Sociais dos Refugiados nos média Portugueses em dois momentos mediáticos (2015 e 2019). *Comunicação e Sociedade*, 38, pp. 123-137.
- Silva, I. (2015). *O jornalismo da era digital: novas práticas e públicos*. Universidade Católica Portuguesa.
- Silveirinha, M. J., & Cristo, A. T. P. D. (2004). A construção discursiva dos imigrantes na imprensa. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 69, pp. 117-137.
- Sodré, M. (2009). *A narração do fato*. Petrópolis: Vozes.

Sousa, L. (1999) *Percursos de inserção de refugiados em Portugal: sós ou acompanhados?* Lisboa: UAB - Universidade Aberta.

Relatório Mundial Sobre Migração 2020, consultado a 20 de outubro de 2021, disponível em: <https://publications.iom.int/es/system/files/pdf/wmr-2020-po-ch-2.pdf>

Souza, L. O. de, & Almeida, G. C. C. de. (2022). Reflexões sobre a importância dos direitos humanos e jornalismo na atualidade. *Estudos Em Jornalismo e Mídia*, 18(2), 23–35. <https://doi.org/10.5007/1984-6924.2021.e77462>

Taylor, M.; Wintour, P. & Elgot, J. (2015). Calais crisis: Cameron pledges to deport more people to end 'swarm' of migrants. *The Guardian*. Consultado em 02 de fevereiro de 2023. Disponível em <http://www.theguardian.com/uk-news/2015/jul/30/calais-migrants-makefurther-attempts-to-cross-channel-into-britain>.

Thompson, A. (2007). The responsibility to report: a new journalistic paradigm. In A. Thompson (Ed.), *The media and the Rwanda Genocide*, pp. 433-445. Londres: Pluto Press.

Thompson, J. B. (2002). *Mídia e a modernidade: Uma teoria social da mídia*. Rio de Janeiro: Rio de Janeiro.

Todorov, T. (1993). *A conquista da América*. São Paulo: Martins Fontes.

Tolbert, C. J.; McNeal, R. S. & Smith, D.A. (2003). Enhancing Civic Engagement: The Effect of direct Democracy on Political participation and knowledge. *State Politics and Policy Quarterly*, 3(1): 23-41.

Traquina, N. (2005). *Teorias do Jornalismo: porque as notícias são como são*. Florianópolis: Insular.

Trindade, A. & Inácio, R. (2017). Jornalismo literário, direitos humanos e integração: um caso português. *Cuadernos*, 40, pp. 235-249.

Tukachinsky, R. (2013). What Turns Events into News?. *Communication Teacher*, 27(3), 146–151.

Tulumello S. & Allegretti G. (2020). Articulating urban change in Southern Europe. Gentrification, touristification and financialisation in Mouraria, Lisbon. *European Urban and Regional Studies*, 28(2): 111–132.

UNHCR Global Trends 2017, consultado a 5 de fevereiro de 2023, disponível em: <https://www.unhcr.org/media/unhcr-global-trends-2017>

- Uscinski, J. (2009). When Does the Public's Issue Agenda Affect the Media's Issue Agenda (and Vice-Versa)? Developing a Framework for Media-Public Influence. *Social Science Quarterly*, 90(4): 796-815.
- Van Dijk, T. (2016). *Discurso, notícia e ideologia. Estudos na análise crítica do discurso*. Edições Húmus, Lda.
- Veglis, A. From Cross Media to Transmedia Reporting in Newspaper Articles. *Pub Res Q* 28, 313–324 (2012). <https://doi.org/10.1007/s12109-012-9294-z>
- Victor, C. (2018). *A opacidade do sofrimento humano decorrente de desastres sob a perspectiva do Jornalismo Humanitário, Folios*. Antioquia: Universidad de Antioquia.
- Victor, C. (2020). Migração venezuelana na perspectiva do jornalismo humanitário. *Opinião pública, comunicação e organizações: convergência e perspectivas contemporâneas*. São Paulo: Abrapcorp, 89-115.
- Viegas, S. (2019). Tayybeh, A blessing for the World Refugee Day. *Alice news*. Consultado em 02 de fevereiro de 2023. Disponível em: <https://alicenews.ces.uc.pt/index.php?lang=1&id=25698>.
- Wallsten, K. (2007). Agenda Setting and the Blogosphere: An Analysis of the Relationship between Mainstream Media and Political Blogs. *Review of Policy Research*, 24(6): 567-587.
- Wanta, Wayne; Golan, Guy & Cheolham, Lee (2004). Agenda setting and international news: Media influence on public perceptions of foreign nations. *Journalism & Mass Communication Quarterly*, 81(2): 364-377.
- Welbers, K., & Opgenhaffen, M. (2018). Social media gatekeeping: An analysis of the gatekeeping influence of newspapers' public Facebook pages. *New Media & Society*, 20(12), 4728–4747. <https://doi.org/10.1177/1461444818784302>
- Whang, Taehee (2011). Playing to the Home Crowd? Symbolic Use of Economic Sanctions in the United States. *International Studies Quarterly*, 55(3): 787-801.
- Wolf, M. (2006). *Teorias da Comunicação*. Editorial Presença.
- Wood, Reed (2008). “A Hand upon the Throat of the Nation”: Economic Sanctions and State Repression, 1976–2001. *International Studies Quarterly*, 52(3): 489-513.
- Xerez, R.; Pereira E. & Cardoso F. D. (2019). *Habitação Própria em Portugal numa Perspectiva Intergeracional*. Fundação Calouste Gulbenkian.
- Zolberg, A. R. (1989). *The Next Waves: Migration Theory for a Changing World*.

International Migration Review, 23(3), 403–430.

<https://doi.org/10.1177/019791838902300302>

Zolberg, Aristide; Suhrke, Astri & Aguayo, Sergio (1989). *Escape From Violence; Conflict and the Refugees Crisis in the Developing World*. Oxford: University Press. ¹“(P)essoas que residem num país que não o seu país de nascimento (...)”, in, Migrações, consultado a 30 de novembro de 2021, disponível em: <https://unric.org/pt/darfur-cessacao-das-hostilidades-e-uma-prioridade-muito-urgentelembra-secretario-geral-3/>

Anexos

1. Transcrição de entrevistas

1. Entrevistado 1, SIC

Cobertura do tema

1. O seu meio costuma dar atenção à crise dos refugiados?

Não muita. Só dá atenção ao tema quando acontecem catástrofes, como um naufrágio no Mediterrâneo com muitas vítimas.

2. Lembra-se quando começou essa atenção?

Essa atenção é cíclica e está indexada às catástrofes e à quantidade de vítimas.

3. E quando começou a trabalhar o tema? Foi por sua iniciativa ou foi-lhe atribuída essa tarefa? Trabalha também outros temas? Quais?

Sempre me interessei pelo tema dos Direitos Humanos. Presos políticos, direitos das mulheres, minorias, refugiados. Esse é aliás o tema a que tenho dedicado as Grandes Reportagens que fiz nos últimos 10 anos, em países como Turquia, Hungria, Venezuela, Jordânia, Angola, Guiné-Bissau, Etiópia, Ruanda, Moçambique, Ucrânia - ou nos territórios ocupados por Israel: Gaza e Palestina.

4. Este é um dossier que costuma acompanhar sempre ou trabalha nele em função das necessidades da redação?

Tento trabalhar sempre o tema dos Direitos Humanos porque é o assunto que mais me interessa. Infelizmente está sempre atual, há muitas situações por denunciar, e poucos jornalistas dedicados a ele.

Sempre que se justifica, abordo o tema dos refugiados. Já fiz uma Grande Reportagem sobre um campo de refugiados sírio na Jordânia, tratei - noutra Grande Reportagem - o tema dos refugiados palestinianos no Líbano, que ali vivem há várias gerações sem direito à cidadania e vítimas de todo o tipo de discriminações e preconceitos, e fiz também uma Grande Reportagem sobre o Amin Ashem, um jovem refugiado sírio que conseguiu fugir para a Turquia graças a uma rede de solidariedade portuguesa, que se criou depois dos Diários de Ghouta, algo que eu fiz diariamente, durante semanas, contando, através do Amin, as atrocidades que o regime de Assad, apoiado pelos russos, cometia em Ghouta (a localidade onde o Amin vivia), que esteve sob cerco durante vários anos.

5. É sempre trabalhado pelos mesmos jornalistas?

Normalmente são sempre os mesmos jornalistas a interessar-se e a tratar o tema, pelo menos de forma mais desenvolvida e cuidada, em trabalhos grandes, como as Grandes Reportagens ou artigos de fundo. Nas peças de dia-a-dia, para os jornais diários, já depende de quem estiver de escala, é mais aleatório.

6. Costuma ser trabalhado por jornalistas de que secções?

Normalmente pela editoria de Internacional ou pela Grande Reportagem.

7. Quando é que o tema tende a ser notícia?

Quando acontece uma tragédia ou algo de que é difícil fugir como as caravanas de migrantes.

8. Sai em reportagem ou é feito a partir da redação?

No meu caso, tento sempre sair da redação e fazer trabalhos grandes. Sou Grande Repórter e prefiro sempre tratar os temas em profundidade. Mas se estiver escalada para trabalhar ao fim de semana ou nas férias de verão, em que funcionamos em pool, trato na redação, usando o que vem nas agências.

9. Qual costumam ser os ângulos preferenciais de abordagem? Na questão política? Nos refugiados? Ajudas à integração? Condições de vida?

Depende da situação. O foco é sempre o sofrimento humano e as causas desse sofrimento, do que leva as pessoas a arriscar a vida para fugir. É fundamental mostrar a realidade de que fogem, os perigos da fuga, e a incerteza do que os espera nos países onde eventualmente conseguem chegar. Normalmente são histórias que não acabam bem. Há muitos ângulos, muita matéria.

10. Que tipo de reação têm da parte do público?

São normalmente histórias que geram empatia por parte do público, que correm bem em termos de audiência.

Importância do tema para o jornalismo

11. O seu meio dá-lhe a atenção devida? Devia dar mais? Porquê?

Não dá a atenção devida e devia dar mais porque se trata de um problema que afecta milhões de pessoas de todo o mundo, as mais frágeis da sociedade, famílias inteiras que fogem, que arriscam tudo, mulheres, crianças desacompanhadas. Pessoas que são vítimas de muitas maneiras. E que a comunicação social devia mediatizar de forma mais regular e atenta, de forma a pressionar os poderes políticos para que agissem.

12. Se algo tiver acontecido, mas não tiver atenção no vosso meio, será porquê?

Talvez por causa de algum escândalo político nacional ou algum caso irrelevante, daqueles que concentram todas as atenções dos órgãos de comunicação social, sobretudo das televisões.

13. E o que acha da cobertura do tema em geral nos media portugueses?

Acho que é pobre e esporádico. Só me lembro de uma cobertura exaustiva e concertada na crise dos refugiados ucranianos.

14. Lembra-se de algum trabalho que o tenha marcado? Pela positiva ou negativa. Seu ou de outro colega ou meio? Porque é que acha digno de nota?

Marcou-me muito o trabalho que fiz sobre o Amin, um jovem sírio de 22 anos, inteligente e promissor, que estava na universidade e tinha uma família forte e unida - e que teve de deixar tudo para trás por causa da guerra, fugindo sozinho para um país onde vive escondido, na pobreza, alvo de preconceitos e perseguições. Onde foi preso mal chegou por estar a trabalhar ilegalmente como guia turístico (não lhe foi concedida a hipótese de se legalizar) e onde corre diariamente o risco de ser deportado pelo regime turco, para a Síria, que continua em guerra, e onde será morto pelo regime sanguinário de Bashar-Al-Assad pelas denúncias públicas que fez. O pai do Amin morreu entretanto na Síria e ele não estava lá para se despedir dele nem para apoiar a família. A mãe está muito doente e ele é muito ligado a ela. O Amin vive há vários anos em situação de depressão, sem dinheiro, sem trabalho e a dividir quartos minúsculos e inabitáveis com grupos de homens refugiados. Queria vir para Portugal, onde tem muita gente que gostaria de o ajudar, mas sem estar legalizado, não pode.

A relação do jornalismo com os direitos humanos

15. Qual a importância do tema para o jornalismo?

Uma das missões do jornalismo é dar voz a quem não a tem. É servir de palco, de plataforma, a quem é esquecido, negligenciado, pelo poder político. Nesse sentido, o tema dos refugiados deveria estar sempre no radar da comunicação social, uma vez que se trata de um problema de enormes dimensões e que afeta, de uma forma ou de outra, a generalidade dos países e milhões de pessoas por todo o mundo.

16. Acha que dá a atenção devida? Porquê?

Como referi anteriormente, não se dá a atenção devida. O tema salta para a abertura dos espaços noticiosos quando acontecem catástrofes, como um naufrágio no Mediterrâneo com muitas vítimas. Mas no dia seguinte, é esquecido. A crise dos refugiados ucranianos está a ser uma exceção, e explica-se pela atenção mediática que o conflito tem tido - e porque são refugiados brancos e de pele clara, características que aumentam o sentimento de empatia e solidariedade. Isso é visível também pela diferença de tratamento no acolhimento e direitos concedidos e pela forma como a União Europeia criou mecanismos únicos e pontuais para permitir que os estados membros pudessem receber de forma legal os refugiados ucranianos.

17. E do que conhece do jornalismo em Portugal: como caracterizaria o investimento no tema?

Pobre. Como disse, por norma, só é tratado quando há uma catástrofe.

18. E o que acha do tipo de cobertura?

Insuficiente e demasiado esporádico.

19. Quais são as dificuldades do tema para o jornalismo atual?

As dificuldades são criadas sobretudo por alguns estados, como o italiano, que cria barreiras no acesso aos refugiados.

20. Considera que, ao longo do tempo, foi sendo alterada a forma de tratar e perceber este tema? Que diferenças se foram acentuando nos últimos anos?

Já houve alturas em que o tema estava praticamente arredado dos espaços noticiosos. Creio que na última década a situação se alterou para melhor e as sucessivas catástrofes no mediterrâneo foram despertando consciências. Ainda assim, com o populismo e a extrema-direita a ganharem votos (e tempo de antena nos espaços noticiosos), creio que se está gradualmente a assistir a um recuo. De forma consciente ou inconsciente, as direções das estações de televisão têm preferido concentrar os meios, cada vez mais escassos, noutro tipo de temas, mais virados para os casos políticos.

21. O que poderia ser melhorado? Ou diferente?

Devia haver formação para jornalistas nesta área e deveriam ser criadas editorias nas redações só para tratar o tema dos Direitos Humanos. Infelizmente, estamos a caminhar cada vez mais no sentido oposto, com um desinvestimento na formação dos jornalistas e com uma concentração dos espaços noticiosos nos chamados "casos e casinhos", muitas vezes criados e mantidos pela comunicação social. Temas vazios, que são empolados, e que alimentam telejornais durante semanas a fio, de forma fácil e barata.

2. Entrevistado 2, RTP

Cobertura do tema

1. O seu meio costuma dar atenção à crise dos refugiados?

Sim.

2. Lembra-se quando começou essa atenção?

Não tenho a certeza, estou a trabalhar aqui na RTP desde 2019 e a crise dos refugiados é anterior, mas tenho a noção que essa atenção foi dada.

3. E quando começou a trabalhar o tema? Foi por sua iniciativa ou foi-lhe atribuída essa tarefa? Trabalha também outros temas? Quais?

Depende do que se entende por crise dos refugiados. Já nos anos 90 fiz reportagens sobre deslocamentos de populações em fuga de áreas de conflito em Angola, por exemplo, durante a guerra civil. Também no Quênia num campo de refugiados que foram obrigados a saírem do Sudão e da Somália em 2009, etc. Em 2015 a crise de refugiados que vinham do Médio Oriente tentando alcançar a Europa atinge um pico em número e em movimentos de pessoas. Normalmente o acompanhamento destas situações parte da empresa que nos solicita a tarefa ou é iniciativa nossa. Sinceramente já não sei de quem partiu a iniciativa em 2015 quando estive um mês a cobrir esta situação no centro/leste da Europa, a chamada crise migratória. Também trabalho outros temas internacionais: conflitos, catástrofes e eleições.

4. Este é um dossier que costuma acompanhar sempre ou trabalha nele em função das necessidades da redação?

Trabalho nesse dossier quando é necessário. Claro que quando se tem a oportunidade de presenciar situações destas fica o gosto, a atenção desperta para acompanhar o evoluir da situação.

5. É sempre trabalhado pelos mesmos jornalistas?

Não.

6. Costuma ser trabalhado por jornalistas de que secções?

Internacional ou sociedade.

7. Quando é que o tema tende a ser notícia?

Quando há um naufrágio, quando há um volume de deslocação de populações muito elevado, quando há nova legislação sobre o assunto, quando os países alteram a sua política, quando há incidentes, quando um país entra em conflito e gera um elevado número de refugiados. Ou quando há outro tipo de reportagens ou documentários que tentam aprofundar a vida dos refugiados independentemente do local onde se encontram.

8. Sai em reportagem ou é feito a partir da redação?

É sempre preferível ir ao sítio, sair em reportagem. Muitas vezes também é feito na redação com material (imagens) que chega de agências internacionais.

9. Qual costumam ser os ângulos preferenciais de abordagem? Na questão política? Nos refugiados? Ajudas à integração? Condições de vida?

Depende do que é novo. O ângulo humanitário tende a estar sempre presente independentemente da nova situação.

10. Que tipo de reação têm da parte do público?

Habitualmente o público é sensível à temática, gera empatia, uma vez que se trata de pessoas forçadas a deixarem o seu habitat, o seu modo de vida em circunstâncias muito difíceis.

Importância do tema para o jornalismo

11. O seu meio dá-lhe a atenção devida? Devia dar mais? Porquê?

Depende das situações. Quando surgiu a guerra na Ucrânia em fevereiro de 2022, que gerou um elevadíssimo movimento de refugiados, foi dada pela RTP, tal como pelos outros media, grande atenção à situação. Foram deslocadas equipas de repórteres para várias fronteiras nas zonas onde estavam a chegar refugiados em fuga do conflito. Por vezes, depois da onda de atenção maior, perde-se o fio às situações. Opta-se, nessas alturas, por outros tipos de formatos de reportagem mais alargada e que se centra em situações específicas. As migrações, os refugiados, são algo que faz parte da história da Humanidade, por isso ciclicamente acontece essa atenção. Nesta altura os refugiados climáticos deveriam já estar a suscitar, eventualmente, mais atenção do que aquela que lhes é dada.

12. Se algo tiver acontecido, mas não tiver atenção no vosso meio, será porquê?

Opções editoriais, falta de meios, etc.

13. E o que acha da cobertura do tema em geral nos media portugueses?

Creio que os media portugueses tentam ter este assunto sob radar com maior ou menor intensidade.

14. Lembra-se de algum trabalho que o tenha marcado? Pela positiva ou negativa. Seu ou de outro colega ou meio? Porque é que acha digno de nota?

Lembro-me muito bem do trabalho que fiz no campo de refugiados de Kakuma, no Quênia em 2009, com refugiados do Sudão, da Somália, do Ruanda. Foi aí que me apercebi mais intensamente do que é a condição de refugiado. Por vezes temos a noção que é uma situação temporária, que depois se resolve por si, ou à qual deixamos de dar atenção. Mas nesse campo estive com pessoas de 18 ou 20 anos que tinham chegado àquele campo com 2 ou 3 anos. Não conheciam o país de origem nem nada para lá dos limites do campo. De certa forma estavam "presos" num campo de onde não sabiam se alguma vez conseguiriam sair dado os conflitos nos países de origem. Ouvi a expressão "ser refugiado é horrível" e nunca mais me esqueci dos constrangimentos que essas pessoas sentiam, da falta de perspetivas ou oportunidades.

Também durante a crise migratória na Europa em 2015 deparei-me com pessoas oriundas da Síria e do norte do Iraque que nem sequer sabiam que território estavam a pisar na Europa, vidrados na fuga a situações terríveis e na esperança de encontrarem um chão mais acolhedor. Admito que é difícil imaginar-se o que é a real situação de um refugiado porque comporta várias dimensões: desde os traumas do conflito, da perda de tudo ou quase, da fuga e do acolhimento (que pode ser melhor ou pior), do choque cultural. Para além disso há ainda a questão da saúde mental que raramente é avaliada nestas situações e que comportam elevados níveis de stress traumático.

A relação do jornalismo com os direitos humanos

15. Qual a importância do tema para o jornalismo?

O tema é muito importante para o jornalismo uma vez que todos os seres humanos devem ter direito a viver em paz e de forma digna. É uma questão de direitos humanos.

16. Acha que dá a atenção devida? Porquê?

Tento dar a devida atenção, mas como não faço só trabalho sobre este tema por vezes afasto-me. Mas não sai do meu radar.

17. E do que conhece do jornalismo em Portugal: como caracterizaria o investimento no tema?

Investimento médio.

18. E o que acha do tipo de cobertura?

Cobertura média.

19. Quais são as dificuldades do tema para o jornalismo atual?

Fazer reportagem sobre refugiados implica muitas vezes deslocações, viagens que implicam investimento financeiro que nem sempre existe.

20. Considera que, ao longo do tempo, foi sendo alterada a forma de tratar e perceber este tema? Que diferenças se foram acentuando nos últimos anos?

Creio que a guerra na Ucrânia, sendo no continente europeu e gerando a onda de refugiados que provocou, elevou a atenção para o tema. Contudo é preciso ter em conta que estas situações acontecem em vários pontos do mundo por diversas razões.

21. O que poderia ser melhorado? Ou diferente?

Eventualmente manter linhas de atenção ao número de refugiados pelo mundo com destaque diverso consoante as situações e as oportunidades de elaborar trabalho.

3. Entrevistado 3, Rádio Renascença

Cobertura do tema

1. O seu meio costuma dar atenção à crise dos refugiados?

A Renascença está atenta ao fenómeno migratório em geral, em todas as suas dimensões. Frequentemente o assunto é tratado em reportagens e entrevistas na rádio e no site. As crises de refugiados fazem parte do extenso leque de ângulos do fenómeno migratório e por isso não escapam à nossa atenção.

2. Lembra-se quando começou essa atenção?

Não posso falar pelo período em que não estive. Estou na Renascença há 25 anos e desde sempre essa atenção esteve presente.

3. E quando começou a trabalhar o tema? Foi por sua iniciativa ou foi-lhe atribuída essa tarefa? Trabalha também outros temas? Quais?

Eu trabalho muitos temas, quer como editor ou repórter: Internacional e Europa, Política, Economia, Sociedade, Desporto e Cultura. Em termos de reportagem trabalhei mais intensamente os temas internacionais e os ambientais. Nunca trabalhei apenas o tema dos refugiados nem me considero um especialista. Comecei a contactar o tema na Renascença em 1999 com reportagens que incidiam sobre realidades como a dos timorenses em Portugal ou a dos kosovares fugidos da guerra naquele território. Nalgumas situações fui eu que propus aprofundar alguns destes casos.

4. Este é um dossier que costuma acompanhar sempre ou trabalha nele em função das necessidades da redação?

Este é um tema que trabalho em função das necessidades da redação. Como editor, tenho obrigação de estar atento a esta realidade de forma a poder avaliar a relevância de cada acontecimento e eventualmente noticiar ou mobilizar um repórter. Como repórter, eu mesmo posso trabalhar o tema conforme o terreno em que me encontro.

5. É sempre trabalhado pelos mesmos jornalistas?

Neste momento, não.

6. Costuma ser trabalhado por jornalistas de que secções?

Na rádio, todos os jornalistas podem tratar o tema.

7. Quando é que o tema tende a ser notícia?

Volto a sublinhar que este tema deve ser enquadrado nas questões migratórias. Nem sempre estamos a falar de refugiados. No entanto, referindo-me especificamente às crises de refugiados, estas constituem picos de atenção dos media, por natureza dos factos. Tende a ser notícia em contexto de guerra, de conflitos em países de acolhimento ou em movimentos de massas de migrantes, por vezes redundando em tragédias.

8. Sai em reportagem ou é feito a partir da redação?

Como indiquei acima, é um tema que pode ser tratado nas duas dimensões consoante os meios humanos e o valor-notícia a cada momento.

9. Qual costumam ser os ângulos preferenciais de abordagem? Na questão política? Nos refugiados? Ajudas à integração? Condições de vida?

É um tema transversal. Pode ser abordado quando falamos de questões sociais como habitação ou emprego. As questões da integração são as mais correntes. Em situações específicas, mobilizamos repórteres para avaliar as condições em que vivem e as dificuldades em que vivem. Também acompanhamos estas pessoas ao longo do seu trajeto em Portugal, sendo que por vezes são notícia pela positiva quando encontramos exemplos particularmente simbólicos de boa integração. Fora de Portugal, quando temos condições humanas e financeiras, enviamos repórteres para avaliar essas situações.

10. Que tipo de reação têm da parte do público?

Não tenho dados concretos para uma resposta global. Muitas vezes é o jornalista que faz o trabalho que recebe comentários de forma direta. Não tenho informação de reações negativas.

Importância do tema para o jornalismo

11. O seu meio dá-lhe a atenção devida? Devia dar mais? Porquê?

Penso que a Renascença dá uma atenção adequada ao seu estatuto editorial, fundado numa atenção especial aos mais desprotegidos e cadenciados da sociedade. A mobilização de meios depende mais de fatores financeiros do que da vontade dos repórteres ou editores. Com mais meios podemos dar ainda mais atenção, nomeadamente no plano da reportagem.

12. Se algo tiver acontecido, mas não tiver atenção no vosso meio, será porquê?

Essencialmente, a falta de meios humanos e financeiros pode condicionar o envio de equipas de reportagem. Do mesmo modo, pode haver uma limitação de jornalistas com a tarefa de seguir mais de perto esta realidade.

13. E o que acha da cobertura do tema em geral nos media portugueses?

A perceção das coberturas mediáticas em Portugal é frequentemente confundida com o peso do jornalismo televisivo. A cobertura feita em Portugal é marcada muito pelas crises e guiada pela agenda criminal (ex: tráfico de seres humanos, crimes de incêndio, etc.)

Penso que existem bons trabalhos sobre a situação dos imigrantes em Portugal, refugiados ou não.

Faltam trabalhos micro, de realidades locais, a que não é alheia a falta de imprensa local forte. Existem dificuldades na rotina dos refugiados em Portugal que podiam ser tratadas com maior profundidade na imprensa portuguesa.

Existem também constrangimentos financeiros para custear mais reportagens fora de Portugal sobre migrantes e refugiados.

14. Lembra-se de algum trabalho que o tenha marcado? Pela positiva ou negativa.

Seu ou de outro colega ou meio? Porque é que acha digno de nota?

Para não ser injusto, não gostaria de discriminar nenhum trabalho, com exceção de um que foi feito pela minha rádio. Trata-se do trabalho multimédia “A Sul da Sorte”, por expressar bem a realidade das travessias do Mediterrâneo para a Europa.

A relação do jornalismo com os direitos humanos

15. Qual a importância do tema para o jornalismo?

Do meu ponto de vista deve ser essencial. É um tema central para os jornalistas que têm a obrigação de monitorizar as violações destes direitos em todo o mundo.

16. Acha que dá a atenção devida? Porquê?

Penso que o jornalismo pode sempre ir mais longe na investigação a tudo o que envolve os direitos humanos. Nem sempre tem o destaque que merece e os recursos colocados neste tema são sempre escassos.

17. E do que conhece do jornalismo em Portugal: como caracterizaria o investimento no tema?

O investimento poderia ser maior mas está limitado pelas circunstâncias financeiras do jornalismo em Portugal. No entanto, sem ter acesso a estatísticas, tenho a perceção de que têm sido veiculadas cada vez mais reportagens e investigações sobre abusos de direitos humanos em Portugal.

18. E o que acha do tipo de cobertura?

Mais uma vez, o noticiário criminal domina bastante a forma como a cobertura é feita. Penso que deveria ser mais consistente no tempo e com a preocupação crescente de proteção da identidade das vítimas.

19. Quais são as dificuldades do tema para o jornalismo atual?

As maiores dificuldades prendem-se com a falta de investimento em reportagens alargadas sobre este fenómeno, que transcendam o noticiário criminal.

20. Considera que, ao longo do tempo, foi sendo alterada a forma de tratar e perceber este tema? Que diferenças se foram acentuando nos últimos anos?

Penso que tem havido uma evolução positiva embora devesse ter mais destaque face às agendas institucionais que ainda consomem muita atenção e recursos. Questões como os direitos das minorias, das mulheres, dos refugiados têm sido colocadas de forma crescente na agenda.

21. O que poderia ser melhorado? Ou diferente?

Pessoalmente considero que não tenho que ser ambientalista ferrenho para fazer jornalismo de ambiente. Raciocínio semelhante aplica-se ao desporto, à política ou à economia. Para cobrir este tema ser um ativista não é condição. Basta ser ativo como jornalista de corpo inteiro, pois este, na sua ação, deve balizar todo o seu labor pela defesa dos direitos humanos, atento às suas violações, incluindo questionar de forma independente as organizações que se afirmam defensoras destes mesmos direitos.

4. Entrevistado 4, Expresso

Cobertura do tema

1. O seu meio costuma dar atenção à crise dos refugiados?

Costuma dar bastante, diria que até mais do que a concorrência. Nos últimos meses, perdeu alguma força na cobertura a nível internacional porque, infelizmente, a crise no acolhimento de refugiados estagnou e têm-se mantido, chegando quase a um ponto de normalização na opinião pública.

2. Lembra-se quando começou essa atenção?

Eu estou há pouco mais de oito anos no Expresso, cheguei em 2015, quando o tema tinha mais atenção. Desde dessa altura que há atenção ao tema, mas imagino que antes também existisse. Lembro-me de colegas mais velhos terem comentado que no passado fizeram reportagens, por exemplo, na fronteira entre o México e EUA, assim como nos Balcãs ou em Ceuta.

3. E quando começou a trabalhar o tema? Foi por sua iniciativa ou foi-lhe atribuída essa tarefa?

Terá sido entre 2017-2018. Com o abrandamento da crise no acolhimento de refugiados, depois do pico que foram os anos de 2015 e 2016, o tema acabou por ficar sem um jornalista fixo a acompanhar. Por acaso, quando Itália recusou pela primeira vez o desembarque de um navio de resgate com centenas de refugiados a bordo, estava de serviço de piquete e peguei no tema. Ao longo dos dias fui desenvolvendo o assunto, fui a Valência acompanhar o desembarque (só Espanha aceitou receber o navio Aquarius) e, de forma natural, fui continuando com o tema em mãos.

4. Trabalha também outros temas? Quais?

Trabalho temas relacionados com sociedade, sobretudo focando em questões de pobreza e exclusão social, minorias, discriminação e Direitos Humanos.

5. Este é um dossier que costuma acompanhar sempre ou trabalha nele em função das necessidades da redação?

É um tema que tento a acompanhar com alguma proximidade, mas nem sempre é possível porque é necessário responder a outras necessidades.

6. É sempre trabalhado pelos mesmos jornalistas?

Tendencialmente, sim. Salvo algumas exceções.

7. Costuma ser trabalhado por jornalistas de que secções?

Sociedade e internacional.

8. Quando é que o tema tende a ser notícia?

Quando há notícias, normalmente situações trágicas (naufrágios no mediterrâneo, sobrelotação de campos de refugiados, exploração laboral como em Odemira...) mas também quando é necessário explicar (ou voltar a explicar) o fenómeno.

9. Sai em reportagem ou é feito a partir da redação?

Ambos. Já fiz das duas formas. Na redação, contactando os envolvidos, as ONG no terreno, os especialistas que podem explicar os fenómenos migratórios. Mas fui muitas vezes em reportagem com o Expresso: Valência para o primeiro desembarque de um navio recusado pela Europa; Lesbos para conhecer o maior campo de refugiados da Europa; Mediterrâneo, a bordo de um navio de salvamento e resgate; Ceuta para seguir um caso em que a fronteira com Marrocos ficou sem qualquer tipo de vigilância devido a um incidente diplomático. Outros colegas já se deslocaram também a outros países para compreender os casos: Jordânia, Lampedusa...

10. Qual costumam ser os ângulos preferenciais de abordagem? Na questão política? Nos refugiados? Ajudas à integração? Condições de vida?

Costuma ser muito focado nas histórias das pessoas, nos refugiados. Tentar humanizar quem tenta chegar, procurando o factor de identificação. Daí, consoante o que faça sentido no contexto em que nos encontramos e para a história, explicar e explorar seja o lado político, os apoios...

11. Que tipo de reação têm da parte do público?

De forma em geral, a perceção que tenho é que há alguma indiferença. Não são trabalhos que tenham muita audiência.

Importância do tema para o jornalismo

12. O seu meio dá-lhe a atenção devida? Devia dar mais? Porquê?

Sim, diria que, no panorama português, será dos meios que mais destaque dá ao tema. Acho que deveria dar mais, na medida em que é um tema que ganha muito destaque quando há tragédias ou episódios específicos, mas o resto do tempo é um tema em que se fala se houver oportunidade mas não é prioritário.

13. Se algo tiver acontecido, mas não tiver atenção no vosso meio, será porquê?

Que me lembre nunca aconteceu. E, se aconteceu, foi por falta de meios ou pessoas e nunca por qualquer entrave editorial.

14. E o que acha da cobertura do tema em geral nos media portugueses?

Isto é muito variável. Há sempre um espetáculo mediático quando alguma tragédia acontece (exploração laboral em Odemira, por exemplo) e depois o assunto morre. Em geral, sobretudo nas TVs, não há explicações detalhadas sobre as coisas mas, acredito, é algo transversal a todos os temas e não só a este.

Há alguma confusão de conceitos entre o que são refugiados, migrantes ou requerentes de asilo, assim como algum preconceito e discriminação pelo facto de serem estrangeiros. Ainda hoje em dia se encontram títulos com a nacionalidade de uma pessoa que cometa um crime caso não seja português. Um exemplo recente disso é o do ataque no Centro Ismaelita de Lisboa.

15. Lembra-se de algum trabalho que o tenha marcado? Pela positiva ou negativa. Seu ou de outro colega ou meio? Porque é que acha digno de nota?

Modéstia à parte, acho que o Expresso apresentou alguns dos melhores trabalhos sobre o tema. No entanto, a Renascença tem muito o mérito de ter sido o primeiro meio, logo em 2015, a aprofundar com detalhe o tema. Os que aqui destaco são dignos de nota

porque não se limitam a contar factos, explicam-nos e mostram-nos com sensibilidade e sentido de humanismo, desfazendo medos e não recorrendo à informação fácil e pouco fidedigna.

Deixo alguns exemplos:

<https://especiais.rr.pt/a-sul-da-sorte/index.html>

<https://especiais.rr.pt/refugiados-grecia/default.html>

<https://multimedia.expresso.pt/moria/>

<https://multimedia.expresso.pt/mediterraneo2020/>

<https://multimedia.expresso.pt/ceuta2021/>

<https://multimedia.expresso.pt/migrantesdevolvidos2020/>

<https://multimedia.expresso.pt/lampedusa2019/>

A relação do jornalismo com os direitos humanos

16. Qual a importância do tema para o jornalismo?

Creio já ter respondido a isto anteriormente. Acho que não é um tema prioritário, no entanto, não existe (ou pelo menos nunca senti) qualquer entrave ou bloqueio editorial para o fazer. Não é um assunto que mobilize muitos recursos ou espaço (seja em papel ou nos telejornais). Diria que não é dada a devida importância porque em Portugal não é problema que se faça sentir. Os refugiados que chegam ao país vêm já triados e escolhidos de países como a Grécia ou Itália. Não há propriamente pessoas a cruzar as fronteiras para entrar na Europa por Portugal. Ou seja, é um assunto fácil de esquecer e ignorar.

17. Acha que dá a atenção devida? Porquê?

Não. Pelos motivos que anteriormente apresentei.

18. E do que conhece do jornalismo em Portugal: como caracterizaria o investimento no tema?

Bastante insuficiente. Mas, uma vez mais, é algo transversal a todo o jornalismo e sente-se mais em temas e assuntos que não são prioritários.

19. E o que acha do tipo de cobertura?

Insuficiente e, por vezes, pouco aprofundado. Não sendo um tema com um acompanhamento constante, leva a que nem sempre as pessoas que pegam no tema dominem por completo o assunto e obriga a “desenrascar”. E isso depois pode levar a coberturas superficiais e insuficientes.

20. Quais são as dificuldades do tema para o jornalismo atual?

Falta de recursos humanos e investimento.

21. Considera que, ao longo do tempo, foi sendo alterada a forma de tratar e perceber este tema? Que diferenças se foram acentuando nos últimos anos?

Não acho que existam grandes diferenças. Hoje há uma maior consciencialização do problema e do tema do que em 2015, por exemplo. Se há alguma alteração é que hoje em dia o assunto tornou-se banal - que acho que é um traço transversal na sociedade e não só no jornalismo. Continua a ser um tema não prioritário e é pautado por picos noticiosos quando há desgraças específicas.

22. O que poderia ser melhorado? Ou diferente?

Mais recursos, investimento e uma menor pressão na atualidade mediática, de forma a que os jornalistas não passem a vida a correr atrás do prejuízo e possam pensar as abordagens de forma a acrescentar algo.

5. Entrevistado 5, Antena 1

Cobertura do tema

1. O seu meio costuma dar atenção à crise dos refugiados?

Sim, costuma dar atenção ao tema.

2. Lembra-se quando começou essa atenção?

Sim, a chamada “crise dos refugiados” tem a nossa atenção. Não sei exatamente desde quando, mas seguramente com mais ênfase desde a chamada Primavera Árabe.

3. E quando começou a trabalhar o tema? Foi por sua iniciativa ou foi-lhe atribuída essa tarefa? Trabalha também outros temas? Quais?

O tema dos refugiados surge associado a outras situações (guerras, conflitos ou revoltas). É no âmbito dessa abordagem que o tema é tratado, por vezes de forma direta, outras vezes integrado em abordagens mais abrangentes.

4. Este é um dossier que costuma acompanhar sempre ou trabalha nele em função das necessidades da redação?

O trabalho sobre este tema surge em paralelo com outros trabalhos, em função da atualidade e das necessidades da redação.

5. É sempre trabalhado pelos mesmos jornalistas?

Não são sempre os mesmos jornalistas a trabalhar o tema, que tende a ser notícia quando há vagas de refugiados, um acidente grave ou uma decisão política dirigida aos refugiados.

6. Costuma ser trabalhado por jornalistas de que seções?

Internacional e Sociedade.

7. Quando é que o tema tende a ser notícia?

Quando existem mortes ou algo especialmente grave.

8. Sai em reportagem ou é feito a partir da redação?

Um dos problemas, ao tratar este tema, parte, precisamente, de se sair pouco em reportagem e de se tratar, demasiado, do mesmo a partir da redação.

9. Qual costumam ser os ângulos preferenciais de abordagem? Na questão política? Nos refugiados? Ajudas à integração? Condições de vida?

Todos os ângulos devem ser abordados. O tema é complexo e uma abordagem sem noção dessa abrangência pode induzir em erro e numa perceção negativa do fenómeno.

10. Que tipo de reação têm da parte do público?

O público é muito recetivo ao trabalho apresentado.

Importância do tema para o jornalismo

11. O seu meio dá-lhe a atenção devida? Devia dar mais? Porquê?

Os casos humanitários podem e devem ter mais atenção por parte dos jornalistas. Podemos ver que as crises se arrastam e não se vislumbram soluções. Talvez uma maior insistência dos jornalistas fosse uma ajuda para resolver as crises e também para chamar a atenção para a necessidade de uma maior ajuda a quem tem carências de toda a ordem.

12. Se algo tiver acontecido, mas não tiver atenção no vosso meio, será porquê?

Por questões de agenda.

13. E o que acha da cobertura do tema em geral nos media portugueses?

Não tenho uma opinião fechada sobre a cobertura feita pelos media portugueses. Tenho visto abordagens muito bem conseguidas e outras que deixam muito a desejar. O sensacionalismo e a tentativa de provocar emoção deformam a essência dos problemas e atrapalham as soluções. O objetivo não deve ser provocar lágrimas ao leitor/ouvinte/telespectador, mas sim dar informação o mais rigorosa possível sobre o tema, para que as pessoas possam formar uma opinião.

14. Lembra-se de algum trabalho que o tenha marcado? Pela positiva ou negativa. Seu ou de outro colega ou meio? Porque é que acha digno de nota?

Há trabalhos que me marcaram, como foi o caso dos refugiados yezidis e cristãos, no Curdistão iraquiano, no Iémen (neste caso eram deslocados internos) ou ainda na Ilha de Lesbos que acolhia pessoas de várias nacionalidades. Mas os refugiados de que hoje quase não se fala são os palestinianos. São milhões e têm uma agência própria – UNRWA. É uma crise que tem 75 anos e para a qual não se vislumbra uma solução, sendo que os atuais refugiados são já de segunda e terceira geração, isto é: já nasceram “refugiados”.

A relação do jornalismo com os direitos humanos

15. Qual a importância do tema para o jornalismo?

Os Direitos Humanos deveriam ser uma trave-mestra do jornalismo. Podemos não fazer a cobertura perfeita, mas ela existe. O investimento pode ser muito melhorado, mas os media atravessam uma crise profunda, com redações mínimas e com uma necessidade de vendas e audiências que tem contribuído para degradar a qualidade da informação.

16. Acha que dá a atenção devida? Porquê?

17. E do que conhece do jornalismo em Portugal: como caracterizaria o investimento no tema?

18. E o que acha do tipo de cobertura?

Penso que respondi, implicitamente, a estas questões na pergunta 15.

19. Quais são as dificuldades do tema para o jornalismo atual?

Como muitos outros temas, um tratamento feito a partir da redação é manifestamente incompleto. É preciso ir à origem do conflito que provoca uma vaga de refugiados e aos locais onde depois chegam. Pensar que o assunto pode ser tratado através do telefone e de informação recolhida através da Internet (muitas vezes de fontes duvidosas e/ou pirateadas) é uma ilusão.

20. Considera que, ao longo do tempo, foi sendo alterada a forma de tratar e perceber este tema? Que diferenças se foram acentuando nos últimos anos?

As alterações são inevitáveis, existe uma maior consciência do problema.

21. O que poderia ser melhorado? Ou diferente?

No fundo, alterar o que refiro na resposta à pergunta 5.

6. Entrevistado 6, Fumaça

Cobertura do tema

1. O seu meio costuma dar atenção à crise dos refugiados?

Sim, temos dado atenção ao tema, no entanto, nós no Fumaça não utilizamos o termo “crise dos refugiados” porque não foram os refugiados que originaram a crise e, como tal, consideramos que tal expressão não faz muito sentido.

2. Lembra-se quando começou essa atenção?

Essa atenção começou no início do Fumaça, no início de 2016. Foi sempre um tema a que demos atenção. Em 2017, entrevistámos, por exemplo, o Miguel Duarte, português que salvou pessoas no mar mediterrâneo.

3. E quando começou a trabalhar o tema? Foi por sua iniciativa ou foi-lhe atribuída essa tarefa? Trabalha também outros temas? Quais?

Nós, no Fumaça, trabalhamos de forma horizontal, sem chefes. As decisões são tomadas coletivamente e aí é que decidimos se faz sentido ou não abordar um determinado tema. A primeira vez que tratei este tema foi quando fiz uma investigação em 2018 sobre a ocupação da palestina. Tenho tratado temas como policiamento, segurança privada, colonialismo, palestina, entre outros.

4. Este é um dossier que costuma acompanhar sempre ou trabalha nele em função das necessidades da redação?

Dentro da redação sou das pessoas que está mais dentro deste tema mas como nós não tratamos atualidade, não é necessária uma análise e atenção tão contínua. Mas claro que é um tema que me importa e ao qual costumo dar especial atenção.

5. É sempre trabalhado pelos mesmos jornalistas?

Somos apenas seis jornalistas e, como tal, procuramos dividir tarefas, nos mais variados projetos, e todas as pessoas acabam por estar envolvidas em todos os trabalhos existentes.

6. Costuma ser trabalhado por jornalistas de que secções?

No Fumaça não existem secções.

7. Quando é que o tema tende a ser notícia?

Não se aplica no Fumaça mas relativamente à pertinência para abordar o tema em reportagem, tal depende sempre daquilo que decidimos coletivamente e da nossa disponibilidade mas refiro, desde já, que é um tema que atualmente não se encontra a ser tratado por nós.

8. Sai em reportagem ou é feito a partir da redação?

Sáímos sempre em reportagem.

9. Qual costumam ser os ângulos preferenciais de abordagem? Na questão política? Nos refugiados? Ajudas à integração? Condições de vida?

Como temos o privilégio de ter muito tempo, procuramos abordar todos os ângulos que consideramos importantes e aí podemos incluir todos aqueles que são referidos na questão.

10. Que tipo de reação têm da parte do público?

A reação é ótima, as pessoas que nos seguem consideram que estamos a fazer um bom trabalho e isso é muito gratificante.

Importância do tema para o jornalismo

11. O seu meio dá-lhe a atenção devida? Devia dar mais? Porquê?

Acho que dá a atenção devida, tendo em conta que fazemos jornalismo lento e que a redação é pequena. Já publicámos duas séries sobre o tema e portanto acho que estamos a fazer um trabalho considerável.

12. Se algo tiver acontecido, mas não tiver atenção no vosso meio, será porquê?

Não se aplica.

13. E o que acha da cobertura do tema em geral nos media portugueses?

Bastante fraca e muito superficial, apenas se dedica à atualidade, devia apostar mais na investigação e explorar melhor os diversos ângulos de abordagem existentes. Para além disso, o tema está a ser cada vez mais banalizado e isso também não é positivo.

14. Lembra-se de algum trabalho que o tenha marcado? Pela positiva ou negativa. Seu ou de outro colega ou meio? Porque é que acha digno de nota?

Não vou referir nenhum em concreto mas existem trabalhos de qualidade realizados pelos media portugueses. No caso do Fumaça destaco as duas séries que fizemos sobre este mesmo tema e que me marcaram bastante.

A relação do jornalismo com os direitos humanos

15. Qual a importância do tema para o jornalismo?

16. Acha que dá a atenção devida? Porquê?

17. E do que conhece do jornalismo em Portugal: como caracterizaria o investimento no tema?

Respondendo a estas três questões, que estão interligadas, acho que a abordagem é extremamente superficial e insuficiente, acho que não se dá destaque ao que é realmente importante e que o tema é abordado de uma ótica muito pouco profunda.

18. E o que acha do tipo de cobertura?

Acho que o tipo de cobertura é insuficiente, por razões já explicadas anteriormente.

19. Quais são as dificuldades do tema para o jornalismo atual?

Eu acho que a pergunta está ao contrário, não há tempo, nem espaço para tratar este tema e estamos a falar de um tema muito complexo. Não se pode ir pelo caminho mais fácil.

20. Considera que, ao longo do tempo, foi sendo alterada a forma de tratar e perceber este tema? Que diferenças se foram acentuando nos últimos anos?

Eu acho que não se alterou muito, existiram mudanças ligeiras na forma como se trata o tema. Acho que existe ainda linguagem problemática usada em temas que tratam os refugiados mas eu acho que não se alterou grande coisa no jornalismo.

21. O que poderia ser melhorado? Ou diferente?

Dar espaço e tempo aos jornalistas e incentivar os jornalistas a saírem da redação e a procurarem outras pessoas (que habitualmente não têm destaque) que podem dar um contributo importante sobre este tema. Neste momento acho que a prioridade é questionar a política e perceber como é que isto ainda continua. É necessário centrar as atenções nesse tipo de abordagem, discutir a política.

7. Entrevistado 7, RTP

Cobertura do tema

1. O seu meio costuma dar atenção à crise dos refugiados?

Sim, acho que costuma dar, enquanto televisão pública tem feito um trabalho que não envergonha. Claro que é possível ir mais além, até porque a RTP não é alheia às ondas mediáticas dos temas que vai seguindo, e vai cobrindo, e nós sabemos que por vezes a vaga migratória é também acompanhada de uma vaga mediática, e quando a vaga mediática vai acalmando, não é que a vaga migratória acompanhe esse declínio, o que acontece é que deixa de haver uma cobertura tão extensiva, o que é pena, mas são as leis do mercado, são aquilo que é o valor notícia. Eu gostava de ver mais este tema tratado em todos os órgãos de comunicação social, não só na RTP, mas acho que nos momentos-chave a RTP esteve presente. Sim, considero que sim. E fez um bom trabalho.

2. Lembra-se quando começou essa atenção?

Bem, foi em 2014/2015, com as grandes vagas migratórias, com a evasão que todos nós conhecemos, sim, a partir daí houve uma atenção redobrada àquilo que foi a entrada de migrantes na Europa. Nós tivemos o primeiro jornalista da RTP a acompanhar essa vaga migratória, o Ricardo Alexandre, na altura ele era editor internacional da RTP, e eu fui logo a seguir e estivemos por dentro dessa primeira parte. É óbvio que sempre houve migrantes na Europa e nós pontualmente fomos cobrindo esse tema, mas de forma assim mais estruturada eu diria que foi a partir de 2014, 2015, sim.

3. E quando começou a trabalhar o tema? Foi por sua iniciativa ou foi-lhe atribuída essa tarefa? Trabalha também outros temas? Quais?

Eu fazia, na altura, hoje eu não estou ligado ao jornalismo internacional. Eu ia a caminho da RTP e recebi um telefonema a dizer que à tarde iria para a Croácia. De manhã estava calmamente em Portugal e ao final do dia já estava em direto a partir da Croácia.

4. Este é um dossier que costuma acompanhar sempre ou trabalha nele em função das necessidades da redação?

Mais em função das necessidades, agora não trabalho de todo no tema.

5. É sempre trabalhado pelos mesmos jornalistas?

Não sempre. Não há uma pessoa que esteja especializada na RTP nesta temática. Vai saltando de pessoa para pessoa. É claro que os jornalistas depois vão pegando nos assuntos e vão acompanhando com maior periodicidade, porque se tornam conhecedores de uma determinada temática e, naturalmente, os coordenadores acabam por atribuir a tarefa de acompanhar o assunto quase sempre aos mesmos. Mas não quer dizer que um determinado assunto seja de uma pessoa exclusiva. São vários jornalistas da editoria internacional que vão cobrindo este tema, até porque nós temos redações quer no Porto, quer em Lisboa, que fazem internacional e, portanto, não raras vezes o tema que é tratado à hora do almoço por um jornalista no Porto é tratado por outro jornalista em Lisboa para a telejornal.

6. Costuma ser trabalhado por jornalistas de que secções?

Quando, por exemplo, precisamos de fazer alguma reportagem com refugiados que estão cá, é a editoria de sociedade que trata disso, não é o internacional. Aliás, aí deixa de ser o internacional a fazer, ficando apenas essa editoria responsável quando os refugiados cá não estão.

7. Quando é que o tema tende a ser notícia?

Bem, essencialmente, quando há mortes. O tema está, cada vez mais, a tornar-se banal. Os Rohingya não deixaram de estar no Bangladesh em condições precárias e impedidos de regressar a Mianmar. E há refugiados por toda a Europa da Ucrânia. No entanto, devido à banalização do tema, para que o mesmo se torne notícia, é necessário que aconteça, cada vez mais, algo de muito grave.

8. Sai em reportagem ou é feito a partir da redação?

Estive uns 15 dias ou mais a acompanhar a vaga migratória de 2015 em vários países, na Croácia, na Sérvia e na Hungria.

9. Qual costumam ser os ângulos preferenciais de abordagem? Na questão política? Nos refugiados? Ajudas à integração? Condições de vida?

Existiram vários exemplos em que o acolhimento feito pela União Europeia foi vergonhoso e isso envergonha um pouco as nossas instituições. Isso foi de facto amplamente divulgado e acho que bem. Ou seja, parece-me que os ângulos mais abordados foram, e continuam a ser, o da integração nos refugiados e toda a abordagem política que está por trás deste tema.

10. Que tipo de reação têm da parte do público?

Olhe, tive por acaso muita experiência. Eu não sou muito uma pessoa de partilhar, por exemplo, os meus trabalhos nas redes sociais. Aliás, nunca partilho, e tive na altura imensas reações porque era um tema de facto que dizia muito às pessoas. As imagens chocantes de milhares de pessoas a viverem na rua, sem teto, ainda que temporariamente, com crianças ao colo, com histórias de vida muito difíceis, histórias de vida e morte por um acaso, por uma questão de sorte e azar, tocou muitas pessoas. Eu de facto tive um feedback que eu não estava habituado.

Importância do tema para o jornalismo

11. O seu meio dá-lhe a atenção devida? Devia dar mais? Porquê?

Acredito que a RTP tem feito um trabalho que faz justiça, digamos, àquilo que é o seu empenhamento de informar o público enquanto serviço público. É óbvio que o tema vai sendo esquecido aqui e acolá e apenas repescado quando há uma tragédia, mas isso ultrapassa a própria RTP. Eu acho que as dinâmicas noticiosas têm um caminho muito próprio e a RTP, não devendo obviamente segui-las, só por uma questão de moda, mas por uma questão económica, acaba por fazê-lo também. Mas eu acho que, apesar de tudo, a RTP tem tido algum cuidado e tem informado bem a opinião pública sobre esta temática.

12. Se algo tiver acontecido, mas não tiver atenção no vosso meio, será porquê?

Não vejo isso a acontecer na RTP. Não tenho visto. Mas pode acontecer. Ninguém é imune às falhas e a primeira coisa que me ocorreria para justificar algo do género seria a falta de recursos humanos para tratar o tema. Seria apenas isso.

13. E o que acha da cobertura do tema em geral nos media portugueses?

Eu acho que a comunicação social portuguesa se portou muito bem. E cobriu, às vezes, até de forma exaustiva demais o tema... Bem, esperemos que possa ter ajudado de alguma maneira a formar uma opinião pública mais solidária e mais compreensiva perante aqueles que chegaram até nós, com discursos diferentes e com maneiras de viver totalmente diferentes das nossas. Eu acho que o papel do jornalismo também é tentar abrir a mentalidade.

Eu acho que os portugueses, regra geral, compreenderam bem quem estava a chegar à Europa e quais foram as suas razões e a tolerância foi-se de alguma forma instalando entre os portugueses, que acho que se portaram bem.

14. Lembra-se de algum trabalho que o tenha marcado? Pela positiva ou negativa. Seu ou de outro colega ou meio? Porque é que acha digno de nota?

Sim, houve muita coisa interessantíssima. Estou a recordar-me do trabalho feito pela Cândida Pinto que conseguiu fazer com que uma mãe se reencontrasse com a filha no meio daquela confusão.

A relação do jornalismo com os direitos humanos

15. Qual a importância do tema para o jornalismo?

Para mim os direitos humanos estão no topo daquilo que é a nossa missão, fazer cumprir, ou melhor, ajudar a fazer cumprir os direitos fundamentais. É importante sermos vigilantes dos seus atropelos, eu acho que é a missão mais preciosa do jornalista.

16. Acha que dá a atenção devida? Porquê?

Eu acho que sim. Eu acho que Portugal está atento não só dentro de portas, denunciando muitas vezes alguns atropelos que aqui existem, também, mas não se cala perante atropelos nas mais diversas latitudes, sempre que havia motivo, nunca havia um silenciamento por parte da comunicação social portuguesa. Acho que nós a esse nível cumprimos muito bem o nosso papel enquanto jornalistas.

17. E do que conhece do jornalismo em Portugal: como caracterizaria o investimento no tema?

Eu diria que é muito positivo, diria que sim. Eu creio que a comunicação social em geral não poupa recursos quando é necessário explorar este tema e torná-lo visível, na grande maioria. Claro que há falhas, poderia ser uma cobertura mais extensa, mais estruturada, mais prolongada no tempo, concordo, mas não somos um país perfeito e como tal também não temos a comunicação social perfeita, mas creio que é feito um esforço que é de louvar.

18. E o que acha do tipo de cobertura?

Eu acho que, muito genericamente, a cobertura foi positiva, mas, claro, há coberturas deste tema que são mais sensacionalistas e não me agradam tanto, que cobrem o tema do ponto de vista apenas das emoções mais básicas e com isso não me identifico.

19. Quais são as dificuldades do tema para o jornalismo atual?

Considero que as dificuldades se relacionam com aquilo que já referi anteriormente, com a falta de tempo e de espaço para tratar o tema.

20. Considera que, ao longo do tempo, foi sendo alterada a forma de tratar e perceber este tema? Que diferenças se foram acentuando nos últimos anos?

Foi evoluindo bastante, sim, até do ponto de vista nacional. Portanto, sim, a forma como abordamos este tema mudou imenso, existe outra sensibilidade para tratar do assunto. Acho que acompanha a natural evolução da sociedade.

21. O que poderia ser melhorado? Ou diferente?

Bem, poderíamos ter jornalistas especializados nesta matéria, abordar mais este tema nas universidades, considerando-o como fundamental. E até garantir que, à partida, estudantes estão a investir nesse tema, desde muito jovens, e, portanto, chegam às redações com a literatura revista, as melhores práticas para tratar o tema, sensibilizados para o que deve ser feito ou não, sensibilizados para que temas devem ser explorados e que não estão sendo explorados neste momento. É importante haver, de facto, pessoas que se formem nesta área. Eu diria que é isso que falta, sobretudo. E depois aprender com a prática.

8. Entrevistado 8, Observador

Cobertura do tema

1. O seu meio costuma dar atenção à crise dos refugiados?

Sim, sempre que se justifica, portanto, nós tivemos nos meios portugueses uma grande reputação do tema em 2015 e 2016, porque de facto estavam a acontecer situações no terreno que obrigavam a isso mesmo e que tornavam impossível evitar o tema ou contorná-lo, era por demais evidente. O que notamos, acho eu, em todos os meios, não só portugueses desde então, é que há uma cobertura muito menor a partir do momento em que deixamos de ter uma massa tão grande de refugiados a entrar. Não quer dizer que tenha deixado de acontecer e que eles tenham deixado de tentar chegar à Europa, mas de facto a União Europeia foi muito eficaz nesse aspeto, conseguindo vários acordos. Travaram aqueles números que tínhamos avassaladores nesses anos, portanto acho que a diminuição acabou por ser um bocadinho em todos os meios portugueses e internacionais de cobertura deste assunto.

2. Lembra-se quando começou essa atenção?

Sim, nós já fazíamos, ou seja, já era evidente em 2014 que havia cada vez mais migrantes a chegarem sobretudo por aquela zona do Mediterrâneo, não é? A Lampedusa, a Sicília e depois prosseguindo para a Itália, sobretudo. Mas de facto foi a partir de 2015 que o tema se tornou completamente incontornável e houve alguns eventos que contribuíram para isso, nomeadamente alguns naufrágios que aconteceram e em que os corpos das vítimas ficaram ao alcance das câmaras de televisão e portanto não era um tema que fosse desconhecido, mas a partir daí tornou-se de facto impossível ignorá-lo e tivemos visitas a esses pontos, a Lampedusa, do Papa e de representantes da União Europeia e o tema passou a ter que estar de facto na agenda. Na altura até a Itália acabou por se depor a uma operação de mar. Era uma situação radicalmente diferente da que acabamos por ter hoje em dia.

3. E quando começou a trabalhar o tema? Foi por sua iniciativa ou foi-lhe atribuída essa tarefa? Trabalha também outros temas? Quais?

A primeira vez que tratei o tema foi em 2014, fui em reportagem para a Sicília porque tinha de facto acabado de acontecer um destes naufrágios que chamaram mais a atenção para o fenómeno. A iniciativa foi-me atribuída por uma das minhas chefias, eu nunca tinha tratado este tema, pelo menos não com esta profundidade e a partir daí, depois dessa reportagem, passei durante os três, quatro anos seguintes a dedicar-me de forma muito intensiva a este tema e com muito afinco, não só com reportagens no terreno, na Grécia e na Turquia, como com acompanhamento de várias reuniões em Bruxelas sobre o tema. Portanto, essa foi a fase da minha carreira em que mais tratei este tema, também era a fase em que de facto este assunto estava mais na agenda política, europeia e dos países que serviam de porta de entrada, e foi mais nessa altura que comecei a tratar o assunto em questão. Portanto, eu não fiquei exclusivamente nessa fase a fazer só reportagens sobre migração, mas acompanhava o tema de forma muito intensa.

4. Este é um dossier que costuma acompanhar sempre ou trabalha nele em função das necessidades da redação?

A minha situação profissional mudou bastante em 2018, no final de 2018, porque até aí eu era jornalista multimédia da Renascença e depois tornei-me editora e coordenadora da secção de multimédia do Observador. Portanto, a partir daí, deixei de acompanhar tanto o tema, apesar de nunca ter perdido o interesse sobre o mesmo.

5. É sempre trabalhado pelos mesmos jornalistas?

Quando eu estava na Renascença, éramos sempre os mesmos a tratar o tema, um tema ainda assim complexo e que convém tratar com conhecimento de causa e, portanto, há toda essa vantagem de serem jornalistas que já têm mais alguma experiência na área a tratar.

6. Costuma ser trabalhado por jornalistas de que secções?

No Observador são, sobretudo, jornalistas da secção do Internacional, que está inserida dentro da secção de Sociedade. Quando eu estava na Renascença, não se dividia assim. As secções não são as mesmas, até porque eu era jornalista multimédia, portanto, acabava por não ter uma área atribuída, portanto, trabalhar bastantes áreas diferentes.

7. Quando é que o tema tende a ser notícia?

A sensação que eu fui tendo ao longo dos anos em que fui tratando mais este tema, é que havia uma situação qualquer que escandalizava todo o mundo e isso era um marco. E a partir daí tinha que haver uma subida de grau nesse potencial de escandalizar para haver novamente um marco, ou seja, por exemplo, estava a dar, há pouco, este exemplo do naufrágio de 2014 em que os cortes ficaram, de facto, acessíveis para as câmaras de televisão ao largo de Lampedusa e que motivou uma comoção internacional e promessas da União Europeia de nunca mais acontecer algo do género. Posteriormente, aconteceram muito mais situações do género que já não mereceram a mesma atenção. O marco seguinte foi talvez quando o menino sírio, o Aylan, foi fotografado numa praia turca depois de um naufrágio.

Infelizmente é sempre necessário cada vez algo mais impossível de ignorar e ainda mais gritante para se voltar a dar atenção a este assunto. Como dizia há pouco, a partir de certa altura a União Europeia foi de facto muito eficaz a fazer uma série de acordos com a Turquia e outros acordos, não nos mesmos moldes, mas também ali com a Líbia e com países que funcionam um bocadinho como travão, que podem travar estas massas.

O que aconteceu foi que nós deixámos de ver com esta intensidade o que estava a acontecer. Não quer dizer que o fenómeno tenha acabado. O que acontece é que deixam de se registar multidões e multidões a entrar pela Europa dentro e, portanto, quase pudemos mais facilmente convencer-mo-nos de que o problema já não é assim tão grave.

8. Sai em reportagem ou é feito a partir da redação?

No período em que eu cobria mais a crise migratória eu saía muito da redação e fazia muita reportagem no terreno e isso faz toda a diferença, porque nós estamos a falar de pessoas, cada uma com as suas histórias individuais e cada uma com os seus percursos individuais, cada uma com os seus motivos particulares para se colocarem perante os vários riscos. E o perigo que há quando tratamos estas histórias a partir da redação é que a tendência é para retratar estas pessoas como se fossem números, não é? Como se fizessem só parte de uma grande estatística. E isso num tema destes é particularmente perigoso porque desumaniza e, a par disso, o efeito que pode ter nas pessoas que nos lêem pode ser muito perverso porque de facto trata-se de uma catástrofe humana e é difícil transmitir isso quando estamos só a ler relatórios.

9. Qual costumam ser os ângulos preferenciais de abordagem? Na questão política? Nos refugiados? Ajudas à integração? Condições de vida?

Este tema é de facto demasiado complexo para se tratar só por um dos ângulos. E também não é um tema que, em determinadas circunstâncias, sobretudo nos momentos em que estes fenómenos se tornam mais gritantes, é também muito comum ver-se uma série de reportagens que só retratam o lado de ouvir histórias atrás de histórias atrás de histórias. E esse também pode ser um perigo porque é preciso enquadrar, é preciso explicar o fenómeno e, portanto, todas essas abordagens que referiu são muito importantes em conjunto. E em conjunto é preciso explicar que políticas é que podem existir de integração, comparar os diferentes países, explicar porque é que as pessoas podem querer ir para uns países ou ir para outros. Portanto, o que aconteceu aqui, por exemplo, quando nós recebemos muitos refugiados em Portugal, foi que a sociedade civil criou condições para que eles fossem distribuídos pelo país e para os acolher. Encontrávamos muitas vezes testemunhos de que isto dependia tudo de uma grande boa vontade e que nem sempre estas instituições que acolhiam estavam preparadas para lidar com estas pessoas. O que pode aqui criar situações muito complicadas, não é? Porque são pessoas que já passaram por momentos muito traumáticos e que se chegam a um sítio onde, por mais boa vontade que haja, não se está preparado, mesmo em termos de formação, para lidar com este tipo de

situações, pode gerar aqui situações muito problemáticas para ambas as partes, quer para a comunidade que acolhe, quer para as pessoas que são acolhidas.

10. Que tipo de reação têm da parte do público?

Depende. A esmagadora maioria das pessoas, da minha experiência, sentia-se na altura muito sensibilizada para querer até saber mais e sentia-se empatia de alguma forma com estas histórias.

Claro que há sempre exceções, não é? E há sempre pessoas que, de alguma forma, têm tendência para transformar estas pessoas num verdadeiro problema, culpando-os por uma série de outros problemas sociais que existem. Na altura, este não era, se calhar, um problema... Não sei, agora vou estar aqui a dar uma opinião. Pronto, coisa muito técnica...mas diria que as circunstâncias políticas que temos hoje em dia, se calhar, fariam com que mais pessoas, talvez, aderissem a esse discurso de culpar os refugiados por uma série de problemas sociais que, normalmente, não têm, assim, nada a ver, na verdade, com a vida destas pessoas. Na altura, isto ainda era um fenómeno um bocadinho mais... menos evidente, pelo menos. Não sei se seria assim atualmente.

Importância do tema para o jornalismo

11. O seu meio dá-lhe a atenção devida? Devia dar mais? Porquê?

Considero que todos os meios deviam dar mais atenção a este tema. Nós depois, claro, lidamos com a agenda mediática e também a agenda que nós construímos e acho que, de facto, este tema desapareceu de forma geral, tirando raras exceções e honrosas exceções, desapareceu um pouco do noticiário, mas de forma geral, a nível nacional e internacional. E acho que seria necessário ter muito mais atenção porque, como dizia há pouco, basta continuarmos a procurar e a tentar saber para facilmente perceber que o problema não desapareceu, simplesmente deixou de estar à frente dos nossos olhos.

12. Se algo tiver acontecido, mas não tiver atenção no vosso meio, será porquê?

Eu acho que o motivo é porque deixou de ser uma questão tão presente, não é? Claro que se acontecer alguma coisa é obviamente notícia, qualquer meio vai dar essa notícia. A questão é que isso tornou-se muito mais espaçado porque não acontecem de facto todos os dias pequenas crianças deitadas numa praia. E mesmo quando os fenómenos descendem, e infelizmente têm acontecido alguns, isto deixou de estar, quer na agenda mediática, quer na agenda política, e, portanto, se acontecer, aí respondendo mais diretamente à pergunta, se acontecer uma coisa destas é impossível que não tenha cobertura mediática. A questão é que não é frequente acontecer.

13. E o que acha da cobertura do tema em geral nos media portugueses?

Acho que há jornalistas que ficaram de facto com este tema como uma missão e que felizmente vão acompanhando espaçadamente o tema e vão continuando a fazer algumas reportagens sobre o assunto. Acho que deveria haver uma certa vigilância em relação a este assunto. Mesmo em termos políticos de tentar continuar a acompanhar o que as instituições europeias decidiram, como é que os planos que traçaram estão a correr, o que é que acontece para lá daquilo que é evidente. Acho que haveria muita matéria para, lá está, não para este tema abrir telejornais todos os dias, mas para estar muito mais presente do que está na generalidade dos meios portugueses e internacionais.

14. Lembra-se de algum trabalho que o tenha marcado? Pela positiva ou negativa.

Seu ou de outro colega ou meio? Porque é que acha digno de nota?

Até um bocadinho na senda do que estávamos a falar há reportagens da Entrevistado 4, do Expresso, mais recentes até, que ela continuou a fazer, e mesmo quando já havia muito poucas operações de resgate ainda ativas no Mediterrâneo, a Marta continuou a acompanhar este tema e continuou a retratá-lo de uma maneira que, enfim, tentava contrariar precisamente esta ideia de que isto já não acontecia, não é? Já não havia naufrágios e que já não havia gente a tentar atravessar o Mediterrâneo. Portanto, os trabalhos, os últimos que ela fez sobre o tema já foram numa fase em que pouca gente

estava a fazer trabalhos de género e ainda bem que ela os fez porque, de facto, são muito necessários.

A relação do jornalismo com os direitos humanos

15. Qual a importância do tema para o jornalismo?

Acho que o jornalismo deve ter uma relação com os direitos humanos, basicamente como tem com qualquer outro tema, ou seja, acho que deve procurar...deve procurar contar histórias que evidenciem situações eventuais em que esses direitos humanos não estejam a ser respeitados e deve fazê-lo enquanto jornalista. Ou seja, eu não acredito numa coisa que seja uma espécie de ativismo misturado com jornalismo, ou o que alguns chamam de jornalismo de causas. Eu não acredito nisso. Ou é jornalismo ou não é. Acho que há imensas, sempre imensas questões desta área para serem tratadas e aos mais diversos níveis e nem só relacionado com refugiados, há imensas, imensas relacionadas com desigualdades sociais, com pobreza, com qualquer situação em que um direito humano esteja em risco ou um grupo que não esteja a ver respeitado esse direito, normalmente deveria estar a merecer um retrato na comunicação social. Mas acho que essa abordagem, a meu ver, deve ser feita chamando-lhe simplesmente jornalismo. Não concordo com a adoção de expressões como jornalismo de causas, ou algo do género.

16. Acha que dá a atenção devida? Porquê?

Acho que há muitos bons exemplos. Acho que vamos tendo, de facto, bastantes reportagens que nos ajudam a perceber um bocadinho para lá da nossa bolha, não é? Porque isto normalmente são sempre situações com as quais a generalidade da população não se cruza, não contacta e acho que há muitos trabalhos meritórios nesta área.

Gostaria que houvesse mais, mas acho que também temos que...acho que isto funciona em conjunto, não é? Precisamos urgentemente de leitores mais exigentes, até, e mais curiosos e que queiram, de facto, ler sobre estes temas. E não é sempre fácil também, mesmo... isto não funciona já num modo só de eu digo e tu lês, não é? Isto tem...é muito

mais... A comunicação hoje é muito diferente...e nós temos que nos adaptar a essa forma e estar onde as pessoas estão.

E, de facto, seria... para que estes temas pudessem ter também mais relevância e para que tivesse mais eficácia o trabalho jornalístico sobre estes temas, também precisamos urgentemente de leitores mais curiosos, mais exigentes e que queiram, de facto, ler sobre isto. Porque não serve de nada hoje em dia estarmos a fazer trabalhos gigantescos sobre um tema que achamos que é muito importante, se depois as pessoas, de facto, têm um comportamento que mostra que não estão assim tão interessadas, não é?

Há uma responsabilidade do jornalismo e que não tem a ver só com os números. e eu também não concordo com a ideia de dar às pessoas ou dar ao público só o que ele quer, isso não faz sentido, na minha ótica. Não é essa a nossa missão enquanto jornalistas. Mas há aqui um debate que precisava de ser feito também sobre esta educação dos públicos, não é? Das audiências, esta forma de aumentar a literacia mediática, digamos assim. Até para nós fazermos melhor jornalismo, porque nós só podemos fazer melhor jornalismo com leitores e ouvintes e telespectadores mais exigentes que não se contentem com um título.

17. E do que conhece do jornalismo em Portugal: como caracterizaria o investimento no tema?

Acho que já respondi mais ou menos a essa pergunta. Acho que seria ótimo que nos mantivéssemos mais atentos a este tema, porque acho que ele continua a merecer mais atenção. Há, felizmente, algumas exceções, mas acho que mereceria mais.

18. E o que acha do tipo de cobertura?

Eu acho que genericamente é muito difícil fazer... Por um lado, é muito mais fácil contar estas histórias em períodos de muita convulsão em que estão a acontecer muitas coisas, enfim, porque as histórias estão ali, não é? É só esticar o microfone. Por outro lado, acho mesmo, como dizia há pouco, que é importante ter sempre a preocupação de dar contexto, o máximo de contexto possível, de ter pessoas a tratar estes temas que estejam

com a noção mais alargada possível dos vários itens que contribuem para que estes fenómenos sejam bem endereçados.

Portanto, eu acho que de forma geral nós temos jornalistas a quem são atribuídos ou que propõem temas, trabalhos sobre este tema que sabem, que têm muito conhecimento acumulado ao tratar este tema ao longo do tempo. Às vezes deparamos-mos também com alguns casos, se calhar, mais circunstanciais, em que o tema pode não estar a ser tratado com a devida profundidade ou com o devido contexto, mas acho que na generalidade, sobretudo aqueles jornalistas que ficam a tratar este tema durante mais tempo, têm esse conhecimento necessário.

19. Quais são as dificuldades do tema para o jornalismo atual?

Acho que a grande dificuldade hoje em dia é que é muito mais difícil fazer reportagem sobre este tema onde ela deveria estar a ser feita, não é? Porque tendo em conta que o fenómeno foi praticamente, não totalmente, mas muito travado a partir de uma linha, quer dizer, basta pensarmos na confusão em que continua a Líbia e na dificuldade que há para um jornalista trabalhar na Líbia com condições mínimas de segurança. E depois basta ir para trás, olhar para o mapa da África e ir fazendo o percurso, tentando reconstituir o percurso do que está a acontecer a estas pessoas pelo caminho. Isso é muito mais difícil de retratar porque é extremamente perigoso e porque implicaria um risco gigante para qualquer meio, colocar pessoas pelas quais é responsável.

20. Considera que, ao longo do tempo, foi sendo alterada a forma de tratar e perceber este tema? Que diferenças se foram acentuando nos últimos anos?

Acho que foi sobretudo, lá está, numa fase de muita convulsão, houve de forma geral um tratamento um bocadinho mais centrado nas questões humanas e nas histórias e ao longo do tempo, se calhar, isto começou a ser um tema um bocadinho mais tratado nos corredores de Bruxelas e a partir da legislação que ia sendo aprovada e das iniciativas que foram sendo sugeridas, até que depois simplesmente foi desaparecendo. Acho que houve essa, pelo menos essa evolução foi evidente, foi muito notória. Até por um cansaço, porque até dos próprios espectadores se notava esse cansaço. Histórias que eram muito,

que tinham até reações muito emotivas das pessoas, as mesmas histórias ao longo de algum tempo iam merecendo menos atenção das pessoas, porque estão cansadas. Isso acontece sempre, isso é um fenómeno que acontece sempre, que está a acontecer agora com a guerra na Ucrânia e é inevitável nestes casos. E acho que isso também foi mudando a forma como a cobertura foi, de forma geral, acontecendo, porque já não havia a atenção das pessoas para... Também por isso, não é só por isso, mas também porque a atenção e a curiosidade dos leitores em relação a este tema foi diminuindo muito.

21. O que poderia ser melhorado? Ou diferente?

A fazer estes trabalhos, porque há uma série de questões que dificultam imenso. Que o tema continua, neste momento, a ter o tratamento pelo menos nos ângulos que agora seria urgente tratar, não é? Isso não impede que a nível das instituições, a nível das políticas, o tema pudesse ter um tratamento um bocadinho mais constante, que eu acho que seria vantajoso para todos. Mas, de facto, é difícil estar onde a história está neste momento.

9. Entrevistado 9, freelancer

Cobertura do tema

1. O seu meio costuma dar atenção à crise dos refugiados?

Eu trabalhei mais este tema para o Expresso, e, como tal, vai ser mais sobre esse meio que vou falar. E o Expresso, sim, o Expresso foi talvez, juntamente com o Público, o jornal que mais cobertura deu ao tema dos refugiados, à dita crise dos refugiados. Outros meios para os quais eu também publico dão menos atenção ao tema, como é o caso da Sábado, por exemplo, que não pega muito neste tema.

2. Lembra-se quando começou essa atenção?

Eu acho que começou, como geralmente acontece em Portugal, um bocadinho mais tarde do que no centro da Europa. Eu acho que isso se deve, num certo ponto de vista, a uma razão lógica, que é a que os refugiados não chegavam a Portugal primeiro, e, portanto, não havia esse critério de proximidade.

3. E quando começou a trabalhar o tema? Foi por sua iniciativa ou foi-lhe atribuída essa tarefa? Trabalha também outros temas? Quais?

Eu trabalho outros temas, como freelancer temos que trabalhar vários temas, desde política internacional, desporto, tecnologia, mas eu tenho a política internacional e os direitos humanos como a minha matéria preferida e aquela a que eu tento, por iniciativa própria, prestar mais atenção. Assim sendo, e como eu tenho esta ligação à Alemanha, que é uma ligação pessoal, eu comecei logo desde o verão de 2015 a ligar muito ao tema, até porque eu estive na Turquia.

4. Este é um dossier que costuma acompanhar sempre ou trabalha nele em função das necessidades da redação?

Como é um tema que tem sido quase transversal desde esse período na Europa, tenho-o acompanhado, até porque quando falas sobre o assunto, ficas com alguns contactos e vais seguindo a temática, vais seguindo a evolução da problemática. Portanto, sim, é um tema que eu continuo a acompanhar, a, portanto, quando há um pico de interesse em relação aos refugiados, como foi o caso de 2015, ou depois mais tarde em Portugal com a concretização do programa de acolhimento, aí trabalho mais sobre o tema porque da parte das publicações há também uma procura maior sobre estas questões.

5. É sempre trabalhado pelos mesmos jornalistas?

Eu diria que há um grupo de jornalistas especializados no tema que, quando o jornal precisa de fazer uma matéria sobre refugiados, são eles os chamados para o fazer. Depois

há outras pessoas, freelancers e também jornalistas empregados em órgãos de comunicação social, que pontualmente abordam o tema. Mas eu diria que, como o tema se tornou tão predominante na agenda, quase todos os jornais grandes têm pessoas de referência para trabalhar o tema dos refugiados.

6. Costuma ser trabalhado por jornalistas de que secções?

Eu diria que são essencialmente de internacional e de sociedade, como referiste. Dentro da sociedade, costumam ser pessoas que abordam questões ligadas aos direitos humanos.

7. Quando é que o tema tende a ser notícia?

Bem, acho que o tema tende a ser notícia quando o volume de refugiados é muito elevado, bem como quando se registam mortes. Infelizmente a fasquia elevou-se muito. Em jornais, em publicações, televisões, jornais, sites mais conservadores, quando há um atentado ou um crime perpetrado por um estrangeiro refugiado ou não, em que o tema é ligado, muitas vezes de uma forma infeliz e falsa.

8. Sai em reportagem ou é feito a partir da redação?

Sempre que é possível, saio em reportagem. Eu saí de Nuremberg para fazer 600 km para Hamburgo para entrevistar um refugiado sírio que tinha entrado em Portugal e depois veio para a Alemanha e voltei no mesmo dia. Fiz 1200 km para fazer uma entrevista em Hamburgo e podia ter feito por Zoom. Mas normalmente prefiro fazer as entrevistas presencialmente, acho que ganham mais e, portanto, em resposta à tua pergunta, sim, na maioria dos casos vou em reportagem.

9. Qual costumam ser os ângulos preferenciais de abordagem? Na questão política? Nos refugiados? Ajudas à integração? Condições de vida?

Eu fiz um trabalho, e este em Portugal foi o trabalho, o maior trabalho que eu fiz sobre o tema, foi sobre o programa de acolhimento em Portugal, portanto uma questão política.

Como é que o Estado português se tinha organizado e planeado para acolher os refugiados que vinham ao abrigo dos tratados da União Europeia. Esse foi o maior trabalho que fiz. Outras questões que procuro abordar é a desmistificação de casos de violência ou de crime atribuídos a refugiados e, portanto, investigar mais para tentar perceber se de facto foram feitos por refugiados.. E um terceiro ponto tem a ver com as condições de vida desses refugiados na Europa e de que forma é que estão a conseguir integrar-se ou não nas sociedades europeias.

10. Que tipo de reação têm da parte do público?

É diversa. É diversa se atendermos ao ruído nas redes sociais e nas caixas de comentários dos jornais. Obviamente ficamos um bocado deprimidos porque eu acho que também quem tem maior participação nesses meios são pessoas que estão zangadas e que têm uma ideologia política de direita populista e aproveitam para fazer um pouco de campanha nas redes sociais e nos textos dos jornais sobre refugiados.

Importância do tema para o jornalismo

11. O seu meio dá-lhe a atenção devida? Devia dar mais? Porquê?

Eu acho que isto é um tema inexplicável e que se devia dar toda a atenção ao tema. Diria sempre que é insuficiente em todos os meios em público. Agora, é claro, como disse na questão anterior, há meios que dão mais atenção que outros e, portanto, há meios que cumprem mais o seu papel que outros.

12. Se algo tiver acontecido, mas não tiver atenção no vosso meio, será porquê?

Eu acho que isso depois depende do meio, não é? Aqui está muito ligado a isso. Eu acho que meios que têm uma vertente mais local ou nacional ligam menos ao tema, ou seja, em foco das notícias são temas mais ligados ao país e com menos atenção para o exterior. Isso é a primeira questão. Depois tens uma questão de posicionamento editorial e nesse sentido se for um jornal mais conservador, mais da direita, dará sempre mais espaço a notícias que abordam os refugiados como um foco de estabilização ou de problemas, que não é, no meu ponto de vista, o critério a seguir. E depois tens os casos em que, também por posicionamento ideológico, o tema dos refugiados é abordado do ponto de vista de saber acolher a importância que eles podem ter também para o desenvolvimento das nossas sociedades e para a democracia.

13. E o que acha da cobertura do tema em geral nos media portugueses?

Acho que os media portugueses são muito virados para dentro, portanto, dão muito mais notícias e cobertura à questão dos refugiados em Portugal.

14. Lembra-se de algum trabalho que o tenha marcado? Pela positiva ou negativa. Seu ou de outro colega ou meio? Porque é que acha digno de nota?

Sim, alguns. Lembro-me de um trabalho da Entrevistado 4 no Expresso, creio que no campo de refugiados na Grécia.

A relação do jornalismo com os direitos humanos

15. Qual a importância do tema para o jornalismo?

Eu acho que é grande. Ainda é um tema que move os jornalistas, os repórteres, uma sensação de dever em assegurar os direitos humanos e em sermos os vigilantes dessas causas e desses princípios. Portanto, eu acho que entre a maioria dos meus colegas há uma preocupação muito grande com a questão dos direitos humanos.

E achas que é dada a atenção devida e porquê? Eu acho que, se calhar, não é dada mais atenção por falta de recursos económicos nos jornais, muitas vezes para fazer reportagem nos sítios onde os direitos humanos mais escasseiam. Ou mais são violados. Portanto, eu acho que esta é a maior causa. Depois há uma outra abordagem nisso que tem a ver com leitores. Será que os leitores clicam mais em temas relacionados com direitos humanos ou em notícias sensacionalistas que não interessam a ninguém?

Os dados mostram-nos que os cliques vão mais para esta segunda vertente de notícias e isso depois faz com que os próprios jornais investam menos nesses temas porque não dão tanta audiência. É uma pena porque eu sei que entre os jornalistas eles gostavam mais de fazer os temas que realmente interessam. Mas muitas vezes as decisões das direções e dos editores vão no outro sentido.

16. Acha que dá a atenção devida? Porquê?

É escasso, por razões que disse anteriormente.

17. E do que conhece do jornalismo em Portugal: como caracterizaria o investimento no tema?

A cobertura, eu acho que dentro das condições em que têm de ser feitas, que muitas vezes são muito precárias, eu acho que é feita como deve ser, ou seja, de uma forma independente, imparcial, com causas humanas, mas sem causas políticas e no sentido de dar a conhecer as dificuldades que os refugiados têm de enfrentar. Se me perguntares se era possível fazer melhor, uma melhor cobertura, é sempre possível. Mas temos que atender ao facto de que muitas vezes isso é feito com condições que os leitores nem sonham que os jornalistas têm.

18. E o que acha do tipo de cobertura?

Já respondi anteriormente.

19. Quais são as dificuldades do tema para o jornalismo atual?

Bem, as dificuldades são bastantes. Talvez a primeira é vencer vários preconceitos que estão enraizados na sociedade, nos leitores, e tentar, através do nosso trabalho, contorná-los e explicar. Outra questão é a enorme barreira cultural e linguística que temos com os nossos objetos de reportagem. Os refugiados normalmente vêm de países longe de vínculos, com uma língua desconhecida, com padrões culturais completamente diferentes e religiosos, e ainda em situações muitas vezes traumáticas e de choque. Que, sem experiência ou conhecimento prévio, são difíceis de entender. Uma terceira barreira talvez seja uma questão que eu já te falei, que é a rigidez dos editores e dos diretores em relação à temática, e que o jornalista ou o repórter também tem de ser internamente nas redações, convencendo-os de que o tema é importante trabalhar e noticiar.

20. Considera que, ao longo do tempo, foi sendo alterada a forma de tratar e perceber este tema? Que diferenças se foram acentuando nos últimos anos?

Penso que não se registaram grandes alterações, fugindo ao que acontece noutros países da Europa, em que, com o passar dos anos, se procurou diabolizar o tema dos refugiados.

21. O que poderia ser melhorado? Ou diferente?

Acho que deveria, independentemente do número de leitores ou de cliques, ser um tema inabalável. Ou seja, mesmo que tivesse menos leitores, deveria continuar a apostar-se no esclarecimento e na informação em relação a este tema. É muito importante a nível democrático e, portanto, nada melhor, nada mais importante do que abordar bem esta questão dos refugiados para fazer com que os leitores não caiam nas armadilhas montadas pela direita populista.

10. Entrevistado 10, TVI/CNN Portugal

Cobertura do tema

1. O seu meio costuma dar atenção à crise dos refugiados?

Não é propriamente um fenómeno, se assim quisermos chamar, específico da TVI e da CNN. Aquilo que eu noto de diferença é que desde o aparecimento da CNN em Portugal tem sido possível dedicar mais tempo a este tema, ainda assim com dificuldades evidentes. E as dificuldades prendem-se logo com orçamentos para fazer cobertura deste assunto, como de outros assuntos internacionais envolve uma despesa extraordinária que não está implícita, mas a vinda da CNN em Portugal permitiu aqui alguma diferença.

Até por exemplo, o primeiro trabalho que eu fiz para a CNN em Portugal, portanto quando a CNN em Portugal estreia, eu estava na Polónia, na fronteira entre a Polónia e a Bielorrússia, a fazer a cobertura da crise que estava a acontecer naquele momento, provocada pelo envio pela Bielorrússia de centenas de refugiados para a fronteira, para tentar forçá-los a entrar na União Europeia. Portanto, tem havido alguma preocupação em seguir o tema, apesar de obviamente ter de existir sempre por parte do jornalista, neste caso da minha parte, de forçar que este assunto entre nas linhas editoriais da CNN em Portugal, que é onde eu estou a trabalhar em primazia neste momento.

A TVI não tem esquecido o tema, e tem sido das televisões em Portugal que mais tempo tem dedicado ao tema, mas na verdade tenho sido sempre eu o agente de produção de conteúdos em relação a refugiados e crises migratórias. Aquilo que tem sido o meu objetivo ao longo dos anos, agora de forma mais permanente, mas o que tem sido o meu objetivo é de pelo menos uma vez por ano ter uma grande reportagem, uma investigação um pouco mais alargada sobre um tema relacionado com refugiados, seja no estrangeiro, seja em território nacional. Isso tem sido um pouco mais difícil do que fazer temas que sejam apenas nacionais, e tem sido mais difícil do que fazer a cobertura de crises como a de refugiados ucranianos, porque se repararmos desde o início da guerra na Ucrânia, e logo naqueles primeiros meses, havia, e passo a expressão, mas era uma coisa real, havia quase uma equipa de reportagem em cada esquina de fronteiras da Ucrânia.

Havia equipas na Moldávia, havia equipas na Roménia, havia equipas na Polónia a fazer a chegada de refugiados ucranianos, e bem, porque foi o maior fluxo de refugiados para a União Europeia num curto espaço de tempo. Eu lembro-me de estar na Roménia, na fronteira, no norte da Roménia com a Ucrânia, e de naquelas primeiras duas semanas, três semanas, ter-se atingido um número de entradas na Europa equivalente a oito anos de entradas de refugiados noutras crises anteriores de outras nacionalidades que não-ucranianos em vários países, portanto Espanha, Itália e Grécia. Portanto foi de facto um número muito grande e isso obviamente que merecia a cobertura que teve.

A questão é o que é que não teve cobertura nos últimos oito anos e que merecia ter tido cobertura, e de facto quando eu estive em 2016 em Lesbos, e 2016 foi o ano onde foi registado o pico de chegadas de refugiados do Afeganistão, do Iêmen, da Síria, etc. eram sobretudo sírios, mas não só. A verdade é que quando eu estive em Lesbos e coincidiu na altura da assinatura do acordo entre a União Europeia e a Turquia, no fundo para tentar fechar, com muitas dúvidas do ponto de vista de direitos humanos, mas para tentar fechar aquela rota de entrada na Europa, eu não vi nenhum jornalista.

Eu estava no pico de uma crise migratória e não vi uma única equipa de reportagem, nem de televisão, nem de imprensa escrita, nem de rádio. É possível que nesse mesmo momento esteja mais algum jornalista na ilha de Lesbos, mas eu não os vi. E não vi produção jornalística... é importante. É a mesma coisa em relação a Atenas. Eu fui, por exemplo, o primeiro jornalista português a ter entrado num campo também em 2016 em Atenas, que era a coisa mais surreal que eu já vi ao longo destes anos a fazer cobertura de crises migratórias e de refugiados, que era um aeroporto em Atenas que estava desativado. Já tinha sido utilizado até durante os Jogos Olímpicos na Grécia para construir estádios que depois ficaram também abandonados, portanto era uma espécie de uma pista, no edifício de um aeroporto, que ainda tinha as placas de check-in de partidas, os países, as chegadas, as partidas, e foram colocados no edifício do aeroporto que estava desativado, milhares de refugiados que dormiam em tendas dentro daquele edifício a olhar para as placas, a olhar todos os dias para a pista de um aeroporto desativado, portanto era assim um retrato muito fiel daquilo que eram as políticas europeias para os refugiados. E eu fui o primeiro jornalista português a lá entrar, achando eu que depois de um cenário destes, ou seja, eu entrei com algum esforço, é certo, aquele trabalho demorou oito meses, mais ou menos, a preparar antes de ir para a Grécia.

As autorizações não foram fáceis, mas a verdade é que mesmo depois de mim mais ninguém quis lá ir, mais ninguém quis mostrar aquela realidade, e eu andei sempre sozinho, ou seja, eu nunca me cruzava com outros jornalistas nacionais ou internacionais, enquanto na Ucrânia ou nas fronteiras da Ucrânia eu tropeçava permanentemente com outros repórteres, até de órgãos de comunicação social que não estão propriamente habituados ou que não têm por tradição fazer cobertura destes temas.

2. Lembra-se quando começou essa atenção?

Provavelmente finais de 2013, início de 2014, eu acho que a visita do representante da Comissão Europeia, a Lampedusa, apesar de se olharmos aos números de chegadas desde os anos 90, existem chegadas a partir da Líbia até ao sul de Itália e às ilhas italianas, mas eu acho que a visita do representante trouxe uma atenção diferente para o tema.

Não quer dizer que a crise tenha começado aí, mas a Europa começou a olhar com outra atenção porque morreram centenas de pessoas no naufrágio, há um representante, o presidente da Comissão Europeia que vai até Lampedusa, mostra-se muito, enfim, chocado com aquilo que vê, com os caixões naquela ilha e a partir daí começa a haver uma atenção redobrada. Depois em 2015 e 2016 há uma nova atenção decorrente da guerra civil na Síria, em que muitos refugiados fogem porque as atrocidades são de tal forma e são patrocinadas por Vladimir Putin, porque há uma decisão de Putin ter uma intervenção militar na e decide bombardear a Síria.

É a primeira vez que a Rússia bombardeia um território desta forma, que não pertencia, território esse que não pertencia à antiga União Soviética, todos os outros pertenciam, e Putin também sabia que provavelmente poderia provocar uma crise migratória e utilizar a crise migratória contra a Europa, até para a Europa, ficar mal no retrato. Portanto, quanto mais Vladimir Putin bombardeasse e ajudasse o regime de Al-Assad a bombardear civis, mais pessoas fugiriam da Síria, mais pessoas tentariam chegar à Europa. Nós vimos o mesmo tipo de estratégia em 2022, quando em novembro o governo de Minsk concede com muita facilidade vistos a refugiados, a pessoas, que não eram requerentes de asilo, mas a pessoas do norte do Iraque, do norte da Síria, para irem até à fronteira do governo de Minsk, e os soldados bielorrussos ajudarem essas pessoas a irem até à fronteira da Polónia.

Portanto, há o momento de 2013 com a chegada e com a tragédia de pessoas que vinham da Líbia até Lampedusa, há o momento de 2015 em que as pessoas começam a ir mais para a Grécia e acaba por haver um pico de chegadas em 2015-16, depois há um período de integração que é onde se começa a questionar a eficácia das medidas europeias, da partida de cotas, que vai desde 17, 18, 19, depois em 2020 há uma pandemia que, no fundo, fecha o mundo e coloca novas questões, porque aquelas pessoas ficam ainda mais vulneráveis nos campos dentro da Europa. Em 21 ainda estamos ali a viver um pouco o impasse da pandemia, em 22 há esta crise provocada pela Bielorrússia e depois, com a guerra na Ucrânia, há uma atenção de facto nunca antes vista para as questões das migrações, com a própria União Europeia a tomar medidas como a ativação da Diretiva para Proteção aos Refugiados Ucranianos.

A diretiva é essa que já existia há 20 anos e que há até um português envolvido e que nunca foi ativada, mas também nunca ninguém perguntou à Comissão Europeia porque é que não foi ativado antes, porque é que não foi ativado em 2015. E hoje fala-se muito das lições aprendidas, esquecemos um pouco aquilo que já acontecia desde 2013, mas olha-se muito para 2015 como o ano em que a Europa devia ter agido de determinada forma e não agiu. Nesse caso, eu acho que há também uma responsabilidade dos jornalistas que deixaram muitas vezes passar estes momentos de escrutínio jornalístico dos governos nacionais e do executivo comunitário, e essa ausência de escrutínio jornalístico fez com que muitas decisões fossem tomadas e condicionassem a própria perceção das opiniões públicas europeias de que de facto era um problema e a Europa não tinha capacidade para acolher um milhão de sírios, mas não se questionar o acolhimento automático de 4 milhões de ucranianos.

Portanto aquilo que os dias de hoje nos revelam é que o acolhimento de um milhão de pessoas não é uma invasão, não há uma apropriação cultural da Europa se acolhermos pessoas de fora da União Europeia, mas que só agora é que está a ter alguma atenção e ainda assim perante aquilo que está em cima da mesa eu acho que existe pouca atenção às discrepâncias políticas para as diferentes crises.

3. E quando começou a trabalhar o tema? Foi por sua iniciativa ou foi-lhe atribuída essa tarefa? Trabalha também outros temas? Quais?

Eu comecei a dar mais atenção a este tema em 2015 porque fiquei verdadeiramente impressionado com aquilo que se estava a passar e vejamos que eu em 2015 era um jovem, mais jovem do que aquilo que sou hoje. Eu sempre tive interesse em assuntos internacionais e ficava chocado com aquilo que eu ia lendo que estava a acontecer e a ausência de reportagens em Portugal. Era uma coisa distante, em 2015, eu não tenho bem os números presentes, mas Portugal estaria disponível para acolher, sei lá, 10 pessoas. Portanto nem sequer era algo discutido, não havia consciência do que aí vinha e não havia consciência do que já estava a acontecer em alguns países como a Itália.

E por minha iniciativa comecei a fazer algumas notícias à distância, comecei a ler e a ficar cada vez mais interessado no assunto. Depois comecei a preparar a minha primeira ida à Grécia, foi aí que fiz a minha primeira grande reportagem e depois definir essa meta de, pelo menos uma vez por ano, fazer um trabalho mais longo, mais elaborado e mais completo e não apenas algo diário, a chamada informação diária, notícia diária. E depois tenho feito, de facto, esse trabalho que se formos à procura, mesmo em países como a Grécia, onde este assunto toca diretamente o país, porque é um país recetor, mesmo na Grécia não há jornalistas especializados em migrações. Eu digo que sou especializado em migrações porque fiz esse trabalho de forma autónoma, por minha iniciativa, sem que ninguém me pedisse e em luta permanente para que este tema esteja presente na linha editorial do local onde eu trabalho. Mas não é fácil e não é fácil lutar contra os preconceitos que existem nas próprias redações e preconceitos que as redações replicam até à exaustão. Um exemplo muito claro, não tem que ver com cobertura migratória, mas tivemos o caso de Abdul Bashir que fez um ataque na comunidade islâmica em Lisboa e rapidamente todos os meus colegas saltaram para o estúdio para comentar, ainda sem informação nenhuma, se seria terrorismo e para abordar as questões do terrorismo. E eu nesse dia até estava a apresentar um jornal na CNN e os convidados, as sugestões de convidados que vinham chegando eram todas relacionadas com terrorismo e ninguém sabia se aquilo era terrorismo ou não.

Mas este preconceito que existe nas redações e é replicado depois com impacto na perceção pública dos temas, fez com que se começasse a trabalhar o caso como

terrorista apenas por duas questões: por ser afegão e refugiado. O tal preconceito. E todo o trabalho que eu possa efetivamente fazer para desconstruir estas ideias feitas morre a partir do momento em que toda a comunicação social, e a minha redação não foi a única, foi toda a classe jornalística, embarca muito rapidamente neste discurso perigoso. E este discurso que está entranhado nas redações é um espelho da forma de pensar da sociedade civil. Ora, o jornalismo não deve ser um espelho do senso comum.

O jornalismo deve contribuir para uma sociedade esclarecida. E aquilo que eu posso dizer, eu já fiz, por exemplo, a cobertura de campanhas eleitorais de partidos de extrema-direita, cá, em Portugal, e aquilo que eu vi foi, por exemplo, no Portugal profundo, em Mirandela, uma pessoa na rua, em plena arruada na campanha eleitoral, a aborda o líder do partido que estava em campanha, de extrema-direita, a pedir-lhe, por favor, mande-os embora, nós não queremos cá muçulmanos. Ora, não há um problema com a comunidade muçulmana em Portugal.

Portugal nunca cumpriu as metas de acolhimento de refugiados, são muito poucos aqueles que cá vivem, é uma percentagem ínfima da população residente em Portugal, muito menos Mirandela, onde não existe coisa alguma, nem problema algum, nem representação, não existe. Mas este discurso entra de tal forma na opinião pública que é criada uma ideia de invasão, de apropriação cultural, que os próprios jornalistas não estão neste momento a contribuir para desmistificar, porque é errado, é desinformação e este trabalho, muitas vezes os próprios jornalistas devem fazer consigo próprios, porque os jornalistas não são, apesar desta ideia que eu não acredito dela, da imparcialidade, os jornalistas não são imparciais. Os jornalistas devem tentar fazer um trabalho justo e honesto, porque todos os jornalistas têm convicções, ainda bem que têm, mal seria se não tivessem. Mas devem, a todo tempo, tentar contrariar as suas próprias convicções.

Eu acho que a Europa deve, é a minha opinião, deve cumprir a Carta de Direitos Humanos, deve acolher as pessoas que pedem asilo, deve criar vias legais e isto é uma coisa muito simples, é ser a favor do cumprimento da lei. E mesmo eu devo, todos os dias, questionar-me, será que isto é correto? Mesmo sabendo eu, e sendo eu a favor do acolhimento de refugiados, que problemas é que pode trazer? E se houver esse questionamento permanente por parte dos jornalistas vão acabar, incluindo os que são

contra e os que são para o acolhimento de refugiados, vão acabar por chegar a um ponto comum de entendimento, porque é desse escrutínio permanente que deve viver a democracia e a opinião pública e não do espelho permanente do senso comum, porque se não replicamos estes preconceitos de uma senhora, em Mirandela, que acha que há uma invasão de muçulmanos e que vai, em última instância, votar num partido e que acha que esse partido vai resolver a invasão que não existe, ou o problema que não existe. E esta é a responsabilidade dos jornalistas e isto faz-se nas mais pequenas coisas. Quando nós deixamos passar a presidente da Comissão Europeia a referir-se à Grécia como um escudo da Europa e utilizando a palavra escudo há meta informação na escolha desta palavra. Porque é que a Grécia é um escudo?

É porque os refugiados são encarados pela Europa como uma ameaça e é preciso desconstruir isto. Quando o primeiro-ministro português diz que os refugiados são bons e devemos aproveitar esta oportunidade para colocá-los a limpar a floresta, é porque há uma perspectiva de que estas pessoas devem fazer o trabalho que nós não queremos fazer e somos obrigados pela lei portuguesa a fazer, portanto os outros devem fazer um trabalho inferior, são alguém de uma categoria inferior aos nacionais ou já residentes no país. Isto é errado, mais uma vez isto passa com muito pouco escrutínio, mas cria uma ideia na opinião pública que é muito difícil de desfazer.

O facto de, e isto foi o que mais me impressionou e está no meu documentário, a Última Fronteira, o alto representante da Comissão Europeia para as Relações Externas e para a Segurança, José de Borel, dizer que a Europa é um jardim e o resto do mundo é uma selva. Isto é a verbalização cruel daquilo que é as políticas europeias para os refugiados não-ucranianos. E se formos a ver a própria forma como a comunicação social se comporta, eu tive colegas meus, ou jornalistas, nas fronteiras da Ucrânia a dizerem coisas como, “está aqui esta refugiada tão bonita” num relato em direto. Qual é a relevância jornalística de dizer que esta refugiada muito bonita está aqui? Vai criar, se calhar, um sentimento de maior aproximação de quem ouve este relato. Vamos olhar para uma mulher que é loura e tem olhos azuis e está a ser descrita desta forma, mas se calhar a mulher com hijab não iria ter a mesma descrição. E nós vemos isso, por exemplo, em relação aos meus colegas, ainda dizer que nós vimos nas fronteiras da Europa, na Hungria, uma jornalista a pontapear um grupo de pessoas, isto em 2015,

salvo erro, ou 16, uma jornalista, repórter de imagem, a pontapear um grupo de pessoas que fazia caminho na Europa.

Foi julgada, foi condenada, a justiça funcionou, mas cá está. Isto é um 80. Se formos ao outro polo, nós temos jornalistas que estão na fronteira da Ucrânia a abraçar criancinhas ucranianas. Portanto, isto obviamente que são exemplos de 8 e 80, mas entre o 8 e 80 há tanta coisa a acontecer, muitas delas responsabilidade dos jornalistas, outras responsabilidades dos poderes políticos, mas que estão a passar, sobretudo, ponto número 1, porque os jornalistas não estão devidamente sensibilizados para o poder das palavras que usam e para as questões de cobertura jornalística destes assuntos e do que envolve a cobertura de migrações, e segundo porque não há um escrutínio do poder político que muitas vezes também é espelho deste senso comum. E andamos de senso comum. Há anos que as migrações são assunto na Europa, vão continuar a ser e não há uma sensibilização efetiva nem do poder político, nem da comunicação social para a complexidade e para o risco que representa a propagação deste tipo de discursos.

4. Este é um dossier que costuma acompanhar sempre ou trabalha nele em função das necessidades da redação?

Sim, eu tento seguir sempre os assuntos e trazê-los a antena, seja através de notícias simples, de debates, de entrevistas. Tento sempre colocar algo relacionado com migrações nos meus jornais, na CNN, por exemplo. Portanto, tento sempre incluir alguma coisa, sendo que em estúdio tento ter entidades oficiais e nas reportagens tento dar voz àquelas pessoas, porque acho que também é importante isso, ou seja, contar as histórias específicas daquelas pessoas, colocar um rosto, um nome, um percurso, porque se nos limitarmos apenas a dizer que houve um aumento de 300% no Mediterrâneo Central, essa informação é incompleta. Portanto, é sempre tentar fazer esse esforço de, em várias vertentes, trazer o tema à discussão pública.

Nem sempre é possível, nem sempre é viável, mas tento dentro daquilo que é a linha editorial da CNN, que é muito mais, que permite, por exemplo, que este tipo de assuntos seja abordado, numa televisão generalista como a TVI, por exemplo, o documentário Última Fronteira não foi emitido. Foi emitido apenas na CNN. Portanto,

isto também diz muito daquilo que é a linha editorial dos chamados, não queria chamar-lhe órgãos de comunicação social de mass stream, enfim, o que quisermos chamar.

Quando falamos em generalistas, e falo especificamente a televisão porque é o meio que eu melhor conheço, quando falamos em generalistas é muito difícil estes temas irem para o ar. São temas mais de nicho, talvez, também. De nicho, exatamente. Ou seja, são temas que funcionam bem numa CNN, com o meu incentivo, são temas que funcionarão muito bem num podcast, porque também tem uma audiência de nicho, são temas que funcionam bem num livro, porque quem tem interesse, mais uma vez, audiência de nicho, compra e lê, mas está errado. Ou seja, há uma discrepância entre a importância que as migrações têm para a União Europeia e a atenção que elas recebem por parte da comunicação social. Porque se até agora foi um tema importante, nós vemos que o aumento de 300% das travessias no Mediterrâneo Central continua a ser, a guerra na Ucrânia está longe de terminar, vai continuar a haver uma questão cada vez mais difícil até de acolhimento de ucranianos na Europa, porque a expectativa destas pessoas era de regressar rapidamente. Até ver isso não aconteceu. Portanto, os temas foram, são e vão continuar a ser importantes. E até agora tiveram pouca atenção e eu creio que vão continuar a ter pouca atenção nos órgãos de comunicação social.

5. É sempre trabalhado pelos mesmos jornalistas?

Maioritariamente, sim.

6. Costuma ser trabalhado por jornalistas de que secções?

Sociedade, talvez mais se for cá dentro de Portugal, se for algo relacionado com a vinda de refugiados para Portugal, normalmente é a sociedade que assume a pasta, entre aspas. Se for alguma questão internacional, um resgate mediterrâneo, um problema na Grécia, aí é a editoria internacional.

E é quem for, ou seja, não olham muitas vezes se a pessoa tem especialização, se acompanhou, se tem um particular interesse, é distribuída a reportagem quase que consoante o jornalista que estiver mais disponível naquele momento.

7. Quando é que o tema tende a ser notícia?

Tende a ser notícia quando há imagens apelativas, tende a ser notícia se for relacionado com a Ucrânia, quando há mortes, mas mais do que isso não. E muitas vezes aquilo que nós vemos é que houve um resgate no Mediterrâneo e o governo italiano não deixa as pessoas desembarcarem num porto seguro. Ou morreram X pessoas. Mas mesmo essa atenção que é recebida, um minuto e meio, dois minutos no jornal, no máximo, é uma atenção reduzida. Mas tem de haver quase um fator, eu não queria chamar-lhe sensacionalista, mas tem de haver um fator extra em que um salvamento por si só não é suficiente, tem de haver algo mais dramático para a notícia ganhar peso suficiente para estar no jornal.

Mas há outras coisas dramáticas que nunca foram noticiadas, como a guarda costeira líbia disparar sobre barcos, se ninguém for ao fundo ninguém relata isto, como a guarda costeira líbia ameaçar embarcações europeias, que vai disparar sobre elas, isto também nunca foi algo de notícia em Portugal. Portanto, há muita coisa que, apesar dessa, entre aspas, espetacularidade audiovisual que possa trazer, não entra ou não é reparado pelos radares das redações

8. Sai em reportagem ou é feito a partir da redação?

Depende das circunstâncias. Eu acho que o trabalho de cobertura de migrações e de refugiados, nós não conseguimos estar em todos os sítios ao mesmo tempo. São de facto muitas fronteiras em que coisas específicas acontecem em momentos muito específicos. Eu já estive em Lesbos e quando eu lá estive, houve dois dias que eu dediquei a andar no mar e não passou ninguém. Claro que isto já foi depois de um acordo com a Turquia, portanto os barcos pararam. Portanto, a cobertura de migrações faz-se em duas vertentes.

Uma é com o jornalista a ir ao terreno, a recolher as suas próprias imagens, a fazer as suas próprias entrevistas, o trabalho de terreno e a recolher as suas provas. A outra vertente

é com as entidades credíveis. E isto é um trabalho de investigação que pode aplicar-se a um ajuste direto por uma entidade governamental, de investigação de documentos, como pode aplicar-se às migrações. E é muito raro as mitologias de investigação, eu fiz investigação durante muito tempo, aplicarem-se às migrações.

Mas se aplicarmos temos esta segunda vertente do trabalho do jornalista que cobre migrações, que é receber as denúncias das ONG e a partir daí verificar se os vídeos são verídicos, ler relatórios, saber se as entidades portuguesas estão ou não envolvidas. Tudo isto existe em pessoas e entidades que estão mais habilitadas, até que o jornalista, porque eu não consigo, é humanamente impossível, eu vivo em Lisboa, não consigo estar disponível para correr rapidamente ao Mediterrâneo Central.

Portanto, o jornalista vai para o Mediterrâneo Central, mas suporta-se das suas fontes para, à distância, conseguir fazer este trabalho. Ou seja, há uma grande parte do meu documentário, O Último Fronteira, que tem imagens do Mediterrâneo Central e eu não estive a gravar aquelas imagens específicas, mas socorri das minhas fontes, identificadas ou não identificadas, para ter aquela informação, fiz o meu trabalho de pesquisa e de investigação para corroborar as informações que me eram enviadas, as fontes são credíveis, porque isto é outra coisa importante, que é haver credibilidade por parte de quem nos faz as denúncias, verificar se aquela informação é verdadeira ou não e avançar. Portanto, há um trabalho de campo no terreno e há um trabalho que pode ser feito à distância, na redação, longe do local onde as coisas estão a acontecer.

9. Qual costumam ser os ângulos preferenciais de abordagem? Na questão política? Nos refugiados? Ajudas à integração? Condições de vida?

O ângulo mais fácil e aquilo que mais rapidamente se faz é a história feliz, que existem, ainda bem que existem, que é acompanhar uma família que está muito bem integrada. É muito isso que há vontade de mostrar. Há um autor que refere, um autor especializado na área do jornalismo, que refere que uma grande parte das notícias tem como origem fontes governamentais. E de facto, são histórias que ou vêm por fonte governamental ou de organismo ligado à instituição que está sob tutela governamental. Portanto, estas histórias felizes acontecem muitas vezes e aparecem muitas vezes na narrativa jornalística. Não aparece, assim tanto, as falhas na integração. Eu até agora, eu fiz

uma reportagem em maio de 2021, e até agora, sobre as falhas, ou seja, o que é que falha na integração, o facto de não haverem turmas suficientes para abrir cursos de línguas específicas para refugiados, enfim, tudo aquilo que falha no processo de integração destes refugiados. Não basta vir garantir a habitação e deixar as pessoas entregues à sua sorte. E até agora, eu só vi dois trabalhos que abordam precisamente isto. O meu e um dos preços, que eu julgo que era da Entrevistado 11, e que até teve financiamento por parte da Fundação Calouste de Culbenkian.

Portanto, é este apoio da sociedade civil que existe ao jornalismo e que é positivo. Mas, tirando isto, é muito raro ver-se atenção dedicada a esta franja vulnerável da população e muitas vezes, eu já vi reportagens noutros canais em que vão entrevistar as pessoas muito bem, ou seja, a narrativa é esta, estão muito bem integradas, trabalham numa fábrica, estão numa linha de montagem a encher molhos, embalagens de molhos de mostarda ou de ketchup e estão muito bem integradas, dizem meia dúzia de palavras em português e nós ficamos todos muito contentes com este relato. O que essas reportagens muitas vezes não contam é que essa pessoa não tem aulas de português há seis meses, aprende de forma informal a falar português, está a encher frascos de ketchup numa empresa no interior do país, mas tem um doutoramento em engenharia civil, coisas do género. Ou seja, não há um devido escrutínio de qual é o potencial e a história desta pessoa e de que forma é que ela pode contribuir de forma mais eficaz para a sociedade portuguesa. E de facto há casos positivos. Eu conheço refugiados sírios que foram torturados pelo regime. Estamos a falar de pessoas que cortaram os dedos, etc, que fugiram para a Europa e que neste momento trabalham em administrações de grandes empresas. Gerónimo Martins, etc. Estas histórias eu não as vejo na comunicação social. Parece haver sempre uma narrativa de caridadezinha do Estado e o jornalista alinha com isto.

Ou seja, quase que a reportagem é o aplaudir da política europeia e portuguesa de integração. Olha tão bem que esta pessoa aqui está porque fez um percurso difícil para aqui chegar, mas agora tem asilo e trabalha numa fábrica. Mas qual é o contexto desta pessoa? Vamos outra vez à história do primeiro-ministro. Quem vem para Portugal tem de vir limpar as florestas? Ou tem outros desejos para se concretizar? Tem outras qualidades, qualificações que possa contribuir de uma forma mais eficaz para a sociedade portuguesa? E tenho lido vários estudos que apontam precisamente para isso. O Estado define o potencial destas pessoas dos residentes, dos nacionais, dos nativos, mas também destas

peessoas. Mas enquanto os nativos têm acesso a tudo, eu estou aqui, sou um produto da escola pública, sou jornalista, sou um produto da escola pública, andei na escola pública, estive no ensino superior, recebi bolsas de mérito, recebi apoios do Estado para conseguir concretizar-me e ser aquilo que eu hoje sou. Mas estas pessoas não só partem de um ponto de partida muito desprivilegiado em relação ao meu, porque anos da sua vida já foi num contexto muito difícil e quando chegam a um Estado que os vai acolher não têm as mesmas oportunidades e o mesmo apoio público. E isto falta no escrutínio. É preciso explicar muito bem isto para que a opinião pública entenda que estas pessoas têm os mesmos direitos que nós e a relação às rimas. Isto vai bater nas reações. Reações é que eu tenho, muitas vezes, e a frase mais comum, e eu ainda falei disto há pouco tempo num encontro do JRS Europa, que estava a falar para uma audiência de pessoas de dezenas de países, que trabalham na área dos refugiados e da integração de refugiados, e eu dizia, muito provavelmente, à semelhança daquilo que eu faço, estas pessoas já ouviram certamente a frase do, mas quantos é que já acolheste na tua casa? Esta é a principal reação. Estas pessoas não precisam ser acolhidas na minha casa. Há um dever do Estado de acolhimento e estas pessoas não precisam da pequena caridade de alguém se disponibilizar para acolhê-las em sua casa. Eu, por ser pró-refugiados, não tenho dever de acolher refugiado na minha casa. Se quiser, sim. E eu vi muitas pessoas, enquanto estive nas fronteiras da Ucrânia, oferecerem-se para dar casa a refugiados que eu entrevistei. Mas nunca vi isso. Quando estive em Mórias, nunca ninguém se ofereceu para acolher ninguém, nem crianças, nem adultos. Mas estas pessoas não têm de viver dessa caridade porque nós, contribuintes europeus, pagamos os nossos impostos que são depois transformados em fundos europeus. E esses fundos europeus servem para acolher refugiados, para que tenham a sua própria casa, os seus próprios meios e a sua autonomia. Porque ninguém quer que um refugiado viva de caridade e dependa dela para o resto da vida. O que se quer é que os refugiados tenham autonomia e ferramentas para terem autonomia o mais rapidamente possível. E, mais uma vez, isto não existe no discurso público. Ou seja, as reações são sempre estas.

Parece que existe uma maioria contra o acolhimento de refugiados, que a política da extrema-direita deu quase aval para que não seja mais inibida. Portanto, é uma opinião muito desinibida contra o acolhimento de refugiados, que recorre permanentemente à desinformação para criar um estereótipo que corresponda a um sentimento de medo, de

ameaça, de receio em relação a estas comunidades específicas, mas que não tem correspondência com a realidade. E quando isto acontece, eu acho que não é a maioria da população ou a maioria dos europeus que são contra o acolhimento de refugiados, mas que há uma parte muito vocal e muito visível da comunidade que é contra o acolhimento de refugiados, mas o jornalista parece, mais uma vez, ser o espelho do senso comum. O jornalista espelha a parte mais vocal e não a outra parte da mesma forma. Porque é que o líder do Chega tem tanto tempo de antena? Porque é que quando há o caso Bashir em Portugal, se convida para um debate André Ventura e Hugo Soares do PSD, com as posições que o PSD tem tido sobre a imigração, que é diferente. Imigração é uma coisa, migração é outra, refugiados é outra. Exatamente.

Um refugiado é, por inerência, um migrante, mas tem um estatuto diferente. Mas baralha-se tudo. É uma confusão. E estas pessoas que baralham isto tudo com responsabilidades políticas em partidos, são exatamente essas que têm visibilidade. Agora, assim de repente, lembre-me do que o primeiro-ministro disse recentemente sobre a questão do destaque da do Chega e o André Ventura. Com muita razão. Com muita razão. Eu próprio não sei explicar muitas vezes porque é que estes partidos têm a visibilidade que têm, seja em Portugal, seja em Espanha, seja em França. É verdade. E França pode ser um alerta daquilo que está a ser mal feito de facto. Será mesmo por uma questão política de ser algo que eu não consigo encontrar uma explicação.

Qualquer pessoa que se sinta ameaçada ou que sinta que a sua identidade está em risco vai reagir. Nem que seja nas urnas. O problema é que isso não corresponde à realidade, pelo menos à portuguesa. A comunidade é mínima. As metas nunca foram cumpridas.

Quantas vezes questionámos diretamente o primeiro-ministro sobre o facto de as metas nunca terem sido cumpridas? Nunca. O próprio poder político não se deixa escrutinar. Eu fiz dezenas de pedidos de entrevista ao ministro que foi, desde 2015, na transição para o governo do PS, responsável pela pasta dos refugiados, que se chamava Eduardo Cabrita. E Eduardo Cabrita esteve no poder até...ao fim, até arrastou-se com várias polémicas. E eu sempre pedi várias entrevistas ao longo dos anos. Todos os anos eu pedia várias entrevistas sobre refugiados. Nunca aconteceu. Até ter deixado de ser ministro e eu nunca o entrevistei. E o poder político também tem de saber que tem obrigação de se submeter ao escrutínio.

O diretor do CERF nunca respondeu. A alta-comissária respondeu agora, para as migrações. Foi uma raridade e foi uma entrevista que só aconteceu com muita insistência, porque eu referi que, enfim, é um convite aberto, não há limite de tempo. Então a entrevista aconteceu quase quatro meses depois, que é uma coisa que não existe nas redações.

Não há quatro meses para produzir um único trabalho. Isto não existe. Existiu porque eu vou trabalhando nestas matérias diferentes. Ora, apresento o jornal, ora faço um bocadinho de investigação, ora volto a apresentar o jornal, ora trabalho com outros temas, mas sempre mantendo o assunto de migrações com algo a acontecer, com algum trabalho a andar. E permite isto, mas quer dizer, há também uma responsabilidade do poder político que não se deixa responsabilizar, questionar, aferir. E isso também faz com que o tema nunca seja abordado, na verdade.

10. Que tipo de reação têm da parte do público?

A reação é muito positiva, as pessoas gostam de ver o meu trabalho e isso é muito gratificante.

Importância do tema para o jornalismo

11. O seu meio dá-lhe a atenção devida? Devia dar mais? Porquê?

Sim. Eu acho que o jornalismo tem bons incentivos a trabalhar este tema. O que é que eu quero dizer com isto? Há muitos prémios jornalísticos dedicados aos direitos humanos. Ok. Quer seja o prémio Fernando de Sousa, que é da Comissão Europeia, quer sejam os prémios da AMI, da Corações Com Coroa, há uma imensidão de prémios e eu interpreto os prémios como um incentivo.

Portanto, os estímulos existem. Não se pode dizer que quem faz um trabalho destes é ignorado. Claro. Pelo menos fora da redação. Dentro pode ser. E a luta é interna na redação. A luta não é externa. As pessoas estão atentas. Este tema, por ser um tema polarizador, alguém vai ver uma reportagem, quer seja a favor do acolhimento de refugiados, quer seja contra. Vai atrair a atenção dos dois perfis. Uns vão ter a sua opinião

corroborada, outros vão sentir-se, enfim, atacados nas suas convicções, mas por ser um tema polarizador, toda a gente tem algo a dizer, toda a gente pensa alguma coisa e o que a reportagem deve fazer é tentar puxar as pessoas nas suas posições para uma posição mais próxima daquilo que possa ser a verdade. Sendo que a verdade não é uma coisa estanque. Há momentos, há perspetivas e é preciso ouvi-las sempre todas. A questão de Israel, por exemplo, é uma dessas questões. Há muitas perspetivas, há muita história envolvida e não é preto e branco, apesar de, obviamente, haver um abusado e um abusador.

Mas a grande luta é dentro das redações, não é fora. Existem estímulos, existem reconhecimentos, a audiência vai ver. As próprias redações são que ainda não se consciencializaram que, no âmbito daquilo que é o serviço público inerente ao jornalismo, têm de dedicar tempo à cobertura de assuntos relacionados com direitos humanos, com migrações, com refugiados, mesmo que a geografia onde isso se passe seja longínqua. E aí voltamos às três ferramentas. Portanto, é possível fazer isto indo para o terreno, à distância ou com a ajuda das próprias pessoas, das próprias vítimas, se quisermos assim dizer, dos denunciantes.

E o regime é cada vez mais fácil também. Eu fiz, o documentário Última Fronteira, eu fiz duas viagens, uma a Bruxelas e uma a Madrid. Exatamente. E fiz uma coisa que envolvia Mediterrânea, envolvia Grécia, era um apanhado, claro, de coisas que eu já tinha feito, de coisas que me enviaram, coisas específicas. Portanto, fiz ali um apanhado de tudo. Portanto, as redações só não fazem cobertura de migrações se não quiserem. E depois, falta quase um livro de estilo.

12. Se algo tiver acontecido, mas não tiver atenção no vosso meio, será porquê?

Eu acho que as redações... Esta palavra é muito boa. Eu acho, e aqui isso vai levar-nos a uma reflexão um pouco mais genérica sobre o jornalismo. Eu acho que o jornalismo vive dias muito difíceis por um conjunto de razões. Desde logo porque há uma juvenilização das redações, ou seja, as redações com uma faixa de idade muito jovem.

Há uma faixa dos 30 a 40 anos que se evaporou e foi procurar outras vias profissionais, ou seja, existem pessoas muito novas e pessoas que são poucas, 50 para cima. Uma redação tem de ser um centro de conhecimento, um centro de partilhas de experiências, um centro de debate de ideias, um centro de discussão permanente de tudo e de debate intenso,

apaixonado. A redação vive disso, da partilha de perspectivas, da discussão de ideias. E as redações hoje em dia não são isso. Até porque há uma precariedade na profissão, ou seja, um jornalista que comece e que ganha 800 euros não viaja, não compra livros, não vai ao cinema. Vive mal. Nem consegue viver. Pois, nem consegue. 800 euros, se tiver que viver em Lisboa, não dá. Mas é o comum, ou seja, os jornalistas acabam por atrasar o seu processo de amadurecimento. Mas o que eu sinto que falta na redação é que, de consequência dessa preocupação pela sobrevivência e pelo pagamento de contas, o jornalista não amadurece.

Ou seja, está permanentemente a partilhar casa com amigos, está permanentemente a pagar as contas e ir para o trabalho e a fazer coisas simples. E isso não proporciona o crescimento devido. A redação deve ser um sítio de partilha de conhecimento, como disse, de estudo, de debate e de ideias, mas as pessoas para isso têm de ler jornais, ver televisão, saber línguas, viajar, comprar livros, ler muita coisa e não há dinheiro para isso. Não tem acesso a isso. As pessoas não têm dinheiro para subscrever revistas internacionais. E isso impacta. E como a outra geração seguinte, que é a minha, é cada vez mais ausente, segue outras vias, o debate perde-se.

E é por isso que estes temas nas redações não existem. Porque a geração mais nova, enquanto eu com 25 anos batalhei para permanentemente trazer este tema, eu hoje em dia não vejo ninguém particularmente interessado, pelo menos na minha redação, a trazer um tema específico, seja este, seja outro. As pessoas vivem na espuma dos dias. As redações vivem na espuma dos dias. Os mais novos, por ausência de conhecimento, os mais velhos, se calhar, porque estão afadigados com outras tarefas ou desmotivados ou preocupados com outras coisas, andamos muito na espuma dos dias.

E acho que essa, apesar disto levar-nos a um diagnóstico mais geral sobre o estado da profissão, é a grande causa. A profissão do jornalismo. Os meus colegas não sabem o que acontece nas fronteiras da Europa e essa grande falta de cultura geral e de conhecimento científico, de própria ligação entre a academia, as universidades, as faculdades e as redações, é inexistente.

Mas deve existir, tem de existir. Há uma obrigação de. Temos de ouvir, temos de ler livros, temos de ler dissertações de mestrado, temos de trazer pessoas que saibam do que é que estão a falar efetivamente, do que apenas comentadores de generalidades ou jornalistas que não sabem de facto sobre o que é que estão a falar. E isso faz com que as

migrações, mas também outros temas, acabem por não ter o destaque devido, porque a própria sociedade não dá atenção a estas pessoas. Voltamos à ideia do espelho do senso comum.

É quase como se fosse uma parte inexistente da população que não tem representatividade na conversa diária da opinião pública, portanto também dificilmente consegue ter representatividade nos media.

13. E o que acha da cobertura do tema em geral nos media portugueses?

Acho que já respondi.

14. Lembra-se de algum trabalho que o tenha marcado? Pela positiva ou negativa. Seu ou de outro colega ou meio? Porque é que acha digno de nota?

A nível internacional eu acho que há um trabalho extraordinário de uma jornalista irlandesa que é Sally Hayden, que é um livro sobre as condições de tortura de refugiados na Líbia e a responsabilidade europeia.

Acho que é a obra mais completa sobre algo específico, ou seja, é sobre a travessia mais perigosa, que é o do Mediterrâneo Central, mas é a obra mais completa que eu li até agora sobre a política europeia para os refugiados e as responsabilidades das Nações Unidas, etc, etc. A nível internacional diria que é a jornalista que neste momento tem o trabalho mais recente.

Depois a série que ela anima, eu tenho sempre dificuldade em dizer o nome dela, mas vale a pena, quando é assim, que é da série internacional e que eu uso um excerto da reportagem dela no documentário A Última Fronteira, também tem trabalhos muito interessantes na área das migrações, mas dedica-se sobretudo à África e tem um trabalho extraordinário na Líbia.

Depois a nível nacional, eu próprio e as duas jornalistas que destaco são a Ana França, do Expresso, e também a Joana Gorjão Henriques, que é do Público. A Ana fez um trabalho, para o Expresso, que foi muito bom no sentido de denunciar as dificuldades para os refugiados em Portugal, e esse trabalho foi anterior ao meu, denunciar as dificuldades que os refugiados vivem na integração em Portugal.

A Joana Gorjão Henriques, eu não tenho nenhum trabalho específico que consiga dizer que se destaque mais do que outro, porque a Joana faz um trabalho permanente, continuado, sobre este assunto. Portanto, é algo que ela mantém como consistente.

Eu acho que há alguns trabalhos que são muito bons e importantes, mas pecam por serem raros. Eu entendo que não haja uma cobertura diária sobre o tema migrações, mas acho que quando há é polarizante também, ou seja, quando há, há trabalhos muito completos ou trabalhos muito parcos.

Ou seja, é muito bom ter trabalhos de fundo, que são bons, que são bem feitos em Portugal. É triste que haja, por outro lado, ao mesmo tempo, uma cobertura demasiado simplista deste tema e que só aparece se houver a espetacularidade da existência de imagens ou a dramaticidade da existência de mortos. E não haja nada no meio. Tem de haver algo no meio para que seja uma cobertura mais coerente, mais esclarecedora e que permita, enfim, aquilo que eu acho que é sempre a missão do jornalismo, que é serviço público. E manter a democracia a funcionar bem.

Porque se for uma cobertura coerente e se houver um elemento político que use um argumento demagógico, uma audiência que já esteja sensibilizada já não vai dizer se o senhor tem razão. Se calhar vai pensar, será que tem razão? E é aqui que o jornalista deve intervir, que é esclarecer ao máximo a sua audiência para lhe dar todas as hipóteses. As pessoas têm hipóteses de continuar a acreditar que a integração de refugiados não devia ser possível, mas pelo menos que tenham sido de alguma forma expostas a informação suficiente para se formar um juízo de valores.

E não apenas uma informação parcial, porque depois as redes sociais, os meios de comunicação de massa trouxeram estes fenómenos, de televisões com mais de um milhão de audiência de um jornal, mas agora creio que estamos a assistir exatamente ao inverso, ou seja, a uma fragmentação como nunca antes da audiência. Ou seja, cada pessoa, através da informação que nem tem de procurar, pode chegar a si através das redes sociais, cada pessoa vai tendo uma parcela da realidade e constrói a sua própria realidade com esses pequenos fragmentos que vai tendo e que lhe vão chegando muitas vezes sem que tenha de procurar.

E isto é um perigo. Isto é um perigo para a democracia, é um perigo para o jornalismo que se não estiver atento corre riscos efetivos de perder relevância e isso já está a acontecer. E é por isso que eu acho que a cobertura das migrações, um tema que é tão de extremos, tem de merecer mais atenção. Não basta ser muito bom de vez em quando, é preciso ser coerente ao longo do tempo.

A relação do jornalismo com os direitos humanos

15. Acha que dá a atenção devida? Porquê?

Eu escrevendo artigos de opinião, por exemplo, o único tema sobre o qual me debruço é sobre direitos humanos. Eu acho que é capaz de ser o único tema onde não há discussão sobre imparcialidade, ou seja, não dá para ser contra direitos humanos, ou não deveria. E acho que é o único tema onde o jornalista, claro que há jornalistas de política que expressam a sua opinião sobre política, isso, a meu ver, compromete a análise e a minha própria perceção daquilo que é dito pelo jornalista. Eu acho que no caso dos direitos humanos essa é a única matéria em que isso não tem esse tipo de impacto, ou seja, não há imparcialidade em relação aos direitos humanos, todos de parciais em relação ao cumprimento dos direitos humanos. É tão elementar e é tão básico.

O problema é que depois, normalmente, onde os direitos humanos mais são violados e incumpridos é nos locais onde a atenção ocidental não chega, não quer chegar, pelas razões que já aqui referimos. Está longe, longe do olhar, longe do pensamento, longe da necessidade de atenção e não percebemos que qualquer violação de direitos humanos, seja das minorias étnicas na China, seja o que está a acontecer no Sudão, enfim, por aí a fora, tudo isso merece a atenção independentemente da geografia e isso não existe. Às vezes a ideia de ficarmos pela espuma dos dias faz com que não se dedique tempo a olhar para questões de direitos humanos, muitas delas na própria Europa.

Nós temos países como a Polónia e a Hungria que estão, enfim, a afrontar direitos que estavam já adquiridos. Há claramente um problema entre a Comissão Europeia e estes dois países, mas nem isso, na verdade, acaba por ter muito tempo e muitos caracteres, muitos minutos dedicados na comunicação social portuguesa e isso pode decorrer do facto de

estarmos a falar de minorias que são alvo destas violações, de grupos minoritários, de algo que não corresponde à maioria da população do país.

Mas o dever do jornalista, não há problema em relação a isso, há problema sim se o jornalista não for, no fundo, definidor daquilo que deve ser a atenção da audiência, ou seja, a ideia do agenda setting, acho que aí o jornalista tem essa responsabilidade de dizer ninguém está a pensar sobre isto, mas atenção porque isto está a acontecer no Sudão do Sul, no Bangladesh e nós temos que dedicar atenção, aqui está, está aqui isto. E isso normalmente diz respeito a direitos humanos. Esses temas mais menos expressados, se formos a pensar bem, são temas de direitos humanos, o que é um amplo chapéu, porque há muita coisa, desde as perseguições políticas na Bielorrússia, às alterações climáticas e o impacto que tem em Madagáscar, que produziu os primeiros refugiados climáticos, por exemplo.

Portanto, por serem essas minorias, são muitas vezes longe, é normal que estejam longe do pensamento das populações, ou da população portuguesa neste caso, mas o trabalho do jornalista é precisamente destacá-los e trazê-los para o debate público, trazê-los para a discussão pública. E voltamos à mesma questão, o jornalista muitas vezes é espelho do senso comum e não provocador de discussões sobre temas surpreendentes, inéditos, escondidos, ocultos ou queiram.

16. E do que conhece do jornalismo em Portugal: como caracterizaria o investimento no tema?

17. E o que acha do tipo de cobertura?

Respondendo a ambas as questões: O investimento é pouco ou quase nenhum. É muito difícil conseguir convencer uma redação ou um diretor de informação que temos de ficar duas semanas no mar. Eu houve uma vez, não foi com esta direção, foi com uma direção anterior, já faz alguns anos, tinha a possibilidade de ir fazer um resgate, uma edição de resgate num Mediterrâneo.

Eram nove dias, íamos estar a bordo de um barco que saía, de um navio aliás, que sairia a custo zero, na verdade, para a redação, mas só o simples facto de... Uma transação. Sim. Mas só o facto de um jornalista estar fora nove dias foi um impedimento. Estar fora

nove dias significa que são nove dias em que eu não estou a fazer outras coisas que a direção considera prioritário.

E depois a questão do escudo, talvez, também. Essa questão é secundária, nem sequer, a discussão nem sequer foi a esse ponto. Ou seja, é mesmo não querer, muitas vezes, dedicar qualquer tipo de investimento. Não há vontade, não há. Não é uma questão de ser caro ou ser barato. Não é prioritário, vai-se sempre para o fim da lista. Depois, obviamente, isso já foi há algum tempo, hoje em dia é diferente, ou seja, a posição que eu hoje tenho na redação permite-me ter a influência maior. Houve alguma resistência, por exemplo, a ir para a Polónia em 2021 fazer a reportagem na fronteira entre a Polónia e a Bela-Rússia. Não foi fácil convencer, mas aconteceu. Também não foi fácil convencer, logo na altura, a ir para a Roménia e para a Moldávia depois do início da guerra na Ucrânia, mas aconteceu. E outras circunstâncias, espero eu, vão acabar por acontecer, da mesma forma que não foi fácil convencer sequer a ir a Bruxelas, onde estive a gravar e onde depois entrevistei a comissária Ivo Leijoncen. Também não foi fácil convencer a ir a Madrid, apesar de ter ido a Madrid de carro. Fui num dia e voltei no outro. Há condicionalismos. Não foi fácil convencer uma direção de que eu precisava de dois repórteres de imagem e não de um. Mas é um trabalho que depois nós não podemos simplesmente delegar a responsabilidade numa hierarquia superior que não tem rosto. Ou seja, a linha editorial não é algo divino, sagrado e inquestionável.

A linha editorial pode sofrer alterações, pode ser influenciada, pode ser guiada pelos próprios jornalistas. E é isso que eu acho. Acho que o investimento é pouco, acho que há pouca dedicação, acho que há pouco tempo, mas a responsabilidade é dos próprios jornalistas. Se houvesse mais pessoas, jornalistas a tentar pressionar para se olhar para esses temas, eu tenho a certeza que o jornalismo seria muito melhor. A responsabilidade é única e exclusiva dos próprios jornalistas.

18. Quais são as dificuldades do tema para o jornalismo atual?

Sim, no fundo é isso. Ou seja, é difícil convencer a haver investimento, é difícil convencer a haver tempo ou espaço do jornal para publicar sobre o assunto. Muitas vezes é difícil ao jornalista explicar porque é que aquele assunto interessa à audiência nacional e é

sobretudo isso. Essas são as três grandes dificuldades quando o jornalista decide fazer este tipo de trabalho.

19. Considera que, ao longo do tempo, foi sendo alterada a forma de tratar e perceber este tema? Que diferenças se foram acentuando nos últimos anos?

Em realidade há muitas diferenças. A minha grande diferença é com a CNN Internacional. Ou seja, eu sinto que, com a CNN Portugal, aliás, eu consigo, porque há uma linha editorial mais orientada para assuntos internacionais, ou permite uma abordagem diferente, eu consigo falar desde o que se passa no Sudão ou o que se passa de outro canto do mundo, um pouco mediatizado até agora. O que eu noto, enfim, é um bocadinho decorrente daquilo que eu tinha dito há pouco, que é o papel que eu hoje tenho numa redação. Não noto que na cobertura em si haja diferença.

Ou seja, continuamos a ver os mesmos erros, continua a haver os mesmos preconceitos, continua a existir uma falta de escrutínio, continua a haver uma falta de memória histórica. Eu estar na fronteira com a Ucrânia, a ver os jornalistas todos fascinados com a capacidade de acolhimento, eu era o único horrorizado, porque tinha em mente as outras crises e a discrepância que existia entre aquilo que eu estava a ver ali, nas fronteiras da Ucrânia, e o que eu tinha visto noutras fronteiras ou nos países recetores de refugiados não ucranianos. Falta isso tudo. Agora, na minha prática diária, hoje, mas isso decorre da minha especialização no tema, porque os tais prémios e distinções também permitem ter mais espaço de manobra, maior capacidade de pressão, sinto que consigo, com muito maior facilidade do que há 10 anos, fazer um trabalho relacionado com migrações.

20. O que poderia ser melhorado? Ou diferente?

Eu continuo com esta convicção que a responsabilidade é dos próprios jornalistas, porque quando nós escolhemos ser jornalistas, nós, de alguma forma, sentimos a necessidade de denunciar algo, de contar algo, de esclarecer, mas para isso temos de ser esclarecidos. E aquilo que eu acho que os jornalistas devem melhorar é a sua capacitação intelectual, ou seja, ler mais, procurar mais, saber onde procurar, que fontes consultar,

porque se ficamos reféns da leitura de notícias, eu agora leio a notícia da Ana França, amanhã leio a notícia da Joana Henriques, se eu não sair da produção de notícias, nós estamos num círculo vicioso, não saímos disto.

Muitas vezes é preciso ir ler relatórios de institutos, ir ler dissertações, ir ler teses, ir ler artigos de opinião, procurar um bocadinho mais além. Temos de ir mais além do que é o básico e isso não acontece.

Eu acho que se começarmos a fazer isto, cada um na sua área de interesse, um nas migrações, o outro nos offshores, alterações climáticas, se cada jornalista, eu uso muito esta ideia quando falo aos alunos, for uma espécie de polvo, que depois vai largando e espalhando os seus tentáculos, esses tentáculos vão trazer, agarrados a si, conhecimento específico. É preciso saber quem entrevistar, quem é que pensa de certa forma, o que é proibido e é isso que falta, é isso que eu sinto que falta. É o jornalista saber do que é que gosta, porque se se vai dedicar a um tema, tem de gostar dele e depois tem de ler fora. É preciso uma maior ligação com as organizações independentes, com as organizações governamentais, com, enfim, a academia, isso não existe e o conhecimento vem daí. O conhecimento não vem da reprodução de discursos políticos ou da reprodução de opiniões escolhidas na rua, na via pública. Há pessoas que não são especialistas em coisa nenhuma e é isso que falta na produção jornalística.

11. Entrevistado 11, Expresso

Cobertura do tema

1. O seu meio costuma dar atenção à crise dos refugiados?

Acho que sim, claro que ultimamente já não de uma forma tão presente por uma questão de corresponder às necessidades do mercado mas acho que o Expresso tem feito um trabalho interessante sobre o tema.

2. Lembra-se quando começou essa atenção?

Começou em 2015/2016, por aí, acho que foi quando se tornou mais acentuada a atenção quanto ao tema.

3. E quando começou a trabalhar o tema? Foi por sua iniciativa ou foi-lhe atribuída essa tarefa? Trabalha também outros temas? Quais?

Comecei a trabalhar este tema por minha iniciativa mas também por proposta dos meus editores, sempre me interessei por matérias internacionais.

4. Este é um dossier que costuma acompanhar sempre ou trabalha nele em função das necessidades da redação?

Costumo acompanhar sempre, desde que me comecei a interessar e a fazer trabalhos sobre o tema, comecei a acompanhar.

5. É sempre trabalhado pelos mesmos jornalistas?

Sim, regra geral, sim. Pelo menos no Expresso é assim que trabalhos, a não ser que alguém não esteja disponível. É um tema complexo e faz sentido que assim seja.

6. Costuma ser trabalhado por jornalistas de que secções?

Internaiconal e Sociedade, essencialmente.

7. Quando é que o tema tende a ser notícia?

Infelizmente, quando existem grandes mortes ou catástrofes. Cada vez mais, devido à banalização que começa a existir para com esta matéria.

8. Sai em reportagem ou é feito a partir da redação?

Preferencialmente saiu em reportagem, já tive essa oportunidade.

9. Qual costumam ser os ângulos preferenciais de abordagem? Na questão política? Nos refugiados? Ajudas à integração? Condições de vida?

Acho que todas as abordagens são importantes, mas os media portugueses centram-se muito, no geral, numa abordagem mais centrada nas próprias huiórias de vida dos refugiados, fazia falta, talvez, abordar uma perspetiva mais política de resolução do problema.

10. Que tipo de reação têm da parte do público?

A reação é positiva, os trabalhos que fiz foram bem recebidos pelo público, e correram muito bem. Ahco que é um tema que sensibiliza as pessoas, principalmente há uns anos atrás.

Importância do tema para o jornalismo

11. O seu meio dá-lhe a atenção devida? Devia dar mais? Porquê?

Eu considero que dá a atenção mas, ao mesmo tempo, acho que este é um tema que carece de muito estudo e investigação e que existem muitas abordagens ainda por tratar e, como tal, acho que o meu meio, tal como todos os outros, deveria mais atenção ao tema, ressaltando que dentro daquilo que existe o Expresso se destaca em Portugal nas questões dos migrantes e, no geral, a tratar de jornalismo humanitário.

12. Se algo tiver acontecido, mas não tiver atenção no vosso meio, será porquê?

Porque não há pessoas para fazer, porque quem está disponível já tem tarefa atribuída para trabalhar. Será por isso, sempre.

13. E o que acha da cobertura do tema em geral nos media portugueses?

É assim, eu acho que Portugal beneficia do facto de não termos um contacto tão direto com o tema, por exemplo, nós não vemos 800 pessoas de uma cor diferente a entrar numa praia no Algarve. Não há ninguém tão tolerante a esse ponto. Portugal não é mais tolerante do que ninguém, nós só não temos um problema. Um problema visível, não é? Não há chegadas compulsivas, em que não estejas à espera. Porque elas vêm sempre... O SEF entrevista as pessoas no Egito, na Grécia, nesses sítios onde há grande fluxo, na Turquia, e depois vêm as famílias que precisam, aquelas que nós já sabemos que podemos receber, aquelas para quem há espaço em Lisboa. No fundo, damo-nos ao luxo de ser um país organizado nisso porque não temos que lidar com aquelas chegadas, 10 mil pessoas numa semana, como já aconteceu na Itália, até já aconteceu por dia em Lesbos.

A nossa cobertura é um pouco mais benevolente perante os refugiados, ninguém tem culpa de nada e obviamente que há refugiados que têm culpa de não pretender trabalhar, há refugiados que têm culpa de serem violentos para as mulheres, há refugiados que não deixam as mulheres estudar. De certeza! E, obviamente, não se fala tanto disso porque não se quer, não sei, não se quer ser mau para populações que já são vulneráveis. Isso também,

jornalisticamente, pode ser questionável, porque se calhar não estás a fazer o teu trabalho porque não estás a perguntar-te a ti mesmo, porque se há ou não há crianças que não estão a estudar pelos pais por serem conservadores.

Portanto, eu acho que a nossa cobertura é muito insuficiente... representa o refugiado como alguém que precisa de ajuda ou que é potencialmente uma vítima ou da burocracia do Estado ou da extrema-direita ou da falta de emprego, que afeta ainda mais essas pessoas do que os portugueses, claro, porque não falam português, porque, sei lá, toda a gente conhece um sírio ou um afegão que não tem trabalho apesar de estar cá há um ano, ou um ucraniano, ou não sei o que, é normal, não é?

Portanto, eu acho que nós somos bastante benevolentes na cobertura. Não é necessariamente uma coisa má, não é? Porque se fores a ver, de facto, os problemas com que eles se deparam são... A questão da burocracia do Estado é mesmo muito complicada para qualquer português, imagina para alguém que não o é...é mesmo um Estado com muita red tape, com muita má vontade dos serviços públicos, qualquer um de nós já passou por isso, não é preciso ser refugiado. Portanto, eu acho que é normal nós também cobrirmos dessa forma. Não sei se é muito equilibrado ou se falta um pouco de análise mais crítica.

Ou que mesmo as pessoas que chegam, como chegam, se estamos a integrá-las bem, por exemplo, acho que isso é um tema que não se cobre... ou os problemas que os brasileiros têm, ou os ucranianos que não têm casa. A Câmara de Lisboa disse que ia abrir um programa para dar casa e acho que há tipo duas casas dadas, é uma coisa ridícula, a guerra já fez um ano e meio quase, não é? Porque é tudo incrivelmente burocrático.

Portanto, isso também se escreve, não estou a dizer que não se escreve, mas no geral acho que temos uma abordagem menos crítica do fenómeno da imigração no geral. Tal como do fenómeno do conservadorismo muçulmano, do fenómeno da falta de emprego e da quantidade de dinheiro que os refugiados podem tirar ao Estado. Cobrimos menos essas coisas, acho eu, porque também não há um fenómeno em que tu vejas que aquilo é um sugador de dinheiro estatal. Não é porque é a União Europeia que manda o dinheiro, porque eles vêm todos ao abrigo de programas da União Europeia. Agora, se chegassem como chegam a Itália, isso seria o budget estatal. Porque não é a União Europeia que dá dinheiro, mas todos os refugiados que vêm para cá nós recebemos, acho que é 8 mil euros

por ano por cada pessoa que aceitamos. Que na verdade é um ordenado mínimo, como 9 mil euros por ano, 10 mil euros por ano, é um ordenado mínimo português.

Logo, o Estado recebe da União Europeia o suficiente para cuidar bem dessas pessoas, ou, pelo menos, tentar, não é? E eu acho que também é por isso que não há assim uma abordagem muito crítica, porque nós também não gastamos muito dinheiro com eles. Ou seja, só depois do período de transição de 18 meses é que começamos talvez a ter algum gasto. Por exemplo, se eles não tiverem emprego, vão estar no Fundo de Desemprego ou vão estar na Segurança Social, mas durante um ano e meio é a União Europeia, porque nós não temos imigração ilegal, é um mito em Portugal, não é? Quando se ouve falar dos marroquinos, mas quem? Que marroquinos? Dos 90 que chegaram em 2019, ficaram 4 em Portugal, 2 eram menores? Eles foram todos repatriados porque eles não pediram asilo, não queriam vir para cá, queriam ir para a Espanha. Então, preferiram voltar para Marrocos e depois tentar outra vez o barco com melhores coordenadas. Nós não temos um problema de chegadas, portanto, também não temos imigração ilegal em massa, como existe, sei lá, nos Estados Unidos, já devem ter 10 milhões de imigrantes ilegais a trabalhar há anos lá... Eu conheço portugueses que estão lá a trabalhar em restaurantes, não vêm embora, porque depois não podem entrar, não é? Nós não temos esse tipo de problema, portanto, eu também acho que isso ajuda a cobertura não ser tão crítica, certo? Não ser tão anti-imigração ou não estar assim em cima deles, o que é que eles estão a fazer? Pronto, acho que é por isso, porque não temos um problema que se veja nas ruas, imensa violência, violações e mesquitas em todo o lado, isso não existe.

Portanto, também não... mesmo muitas mulheres cobertas dos pés à cabeça, não se vê, algumas em Lisboa, talvez, mas no resto do país não se vê, portanto, acho que é um bocado por isso também.

14. Lembra-se de algum trabalho que o tenha marcado? Pela positiva ou negativa. Seu ou de outro colega ou meio? Porque é que acha digno de nota?

Existem trabalhos muito bons feitos na área das migrações. Há um tema que me interessa particularmente e que não é muito tratado, aliás, acho que só eu é que abordei esse tema, trata-se de devolver pessoas ao seu país de origem, portanto a lei internacional

não permite que se levem pessoas para um país onde elas são torturadas ou podem estar em perigo de vida mas isso já aconteceu em Portugal.

A relação do jornalismo com os direitos humanos

15. Qual a importância do tema para o jornalismo?

Na cobertura de tudo, não é só de direitos humanos. Ou seja, o que acontece no Reino Unido, ou em Espanha, ou em França, vai ser sempre muito mais importante, pela questão da proximidade, do que acontece na Argentina. E depois acabamos por não dar tanta atenção a coisas que são super graves na Argentina ou no Equador, ou onde seja, como por exemplo, os direitos das mulheres, o direito ao aborto e a violência contra mulheres, que é assustadora na América Latina. Assustadora. Acho que só no Médio Oriente, e mesmo assim, não sei, há mesmo leis muito conservadoras na América Latina e nós não prestamos assim tanta atenção. Mas basta o Tribunal Supremo dos Estados Unidos estar a pensar no Roe vs. Wade, não é? E já toda a gente está a escrever sobre aquilo. Não quer dizer que as mulheres nos Estados Unidos não mereçam isso, porque, quer dizer, hoje em dia, 90% das clínicas não conseguem fazer o procedimento. Acho que quase todos os países mais perigosos do mundo estão na América Latina, por exemplo. Para aqueles países que entram em guerra e depois entram para o topo dos países perigosos, aquilo é um horror, ninguém consegue viver ali. Mesmo o México é complicado. Acho que não cobrimos isso, não cobrimos direitos humanos de forma igual ao que se deveria.

16. Acha que dá a atenção devida? Porquê?

Sim, acho que é insuficiente. E por culpa, volto a dizer, acho que é por culpa dos neoliberais, porque se eu quiser fazer uma coisa sobre o aborto no Equador, ninguém me vai dizer para não fazer. É porque somos nós próprios que já estamos com a cabeça um bocado também aqui, não é? Acho que é isso.

17. E do que conhece do jornalismo em Portugal: como caracterizaria o investimento no tema?

Acho que já acabei por responder a isso anteriormente.

18. E o que acha do tipo de cobertura?

É insuficiente. Já expliquei porque considero que assim seja.

19. Quais são as dificuldades do tema para o jornalismo atual?

Acho que existe falta de espaço e de profundidade ao tratar os temas. Estou a lembrar-me do trabalho incrível que a Susana André fez com albinos em Moçambique. Um trabalho incrível e que é pouco conhecido. No entanto a SIC mandou-a na mesma, porque tem espaço para aquilo. Sabem que se puserem no horário nobre todos os anúncios que entrarem antes e depois daquela reportagem vão ser, sei lá, 10 mil euros o segundo ou o minuto, ou o que seja, não faço ideia. Mas, portanto, há mais capital na televisão do que no papel. Muito mais. E então, se se constatar, por exemplo, o André fez agora uma reportagem sobre imigração, em que ele foi a Bruxelas e em que as pessoas estavam a dormir na rua e tudo mais. Não é que aquilo demore assim tanto tempo, eu acho que ele teve para ir quatro ou cinco dias fora. Mas é um documentário que, sendo muito bom, não justifica para um jornal passar quatro dias em Bruxelas.

Para uma televisão sim, porque a imagem vende mais. As pessoas a dormir naquelas tendas ali numa ponte bonita, com o Parlamento Europeu quase a dois quilómetros e toda a contextualização. Para um jornal é mais difícil, porque a internet ainda não dá a publicidade por clique, ainda é muito insuficiente nesse aspeto... e nem sei se vai chegar a ser, ainda não dá muito dinheiro. Os preços em papel são cada vez menos. Essa é a principal dificuldade. É horrível. Eu não fico nada contente.

21. Considera que, ao longo do tempo, foi sendo alterada a forma de tratar e perceber este tema? Que diferenças se foram acentuando nos últimos anos?

Nestes anos não noto uma grande alteração, acho que em Portugal o tema sempre foi tratado da mesma forma, pouco profunda e insuficiente.

20. O que poderia ser melhorado? Ou diferente?

A crise dos refugiados não é uma emergência na Europa, a crise dos refugiados é a realidade europeia. E até perceber isso e tratarmos a crise dos refugiados como tratamos, eu sei lá, o preço das casas, ou, por exemplo, se não tratarmos as crises dos refugiados como as alterações climáticas, que é uma coisa que não vai desaparecer, não é? Também não vai desaparecer a poluição, não vai desaparecer, sei lá, a carestia de vida, não vai desaparecer, não sei, olha, a natalidade baixa na Europa.

São problemas estruturais e os refugiados também, só que como não estamos sempre a tratar como emergência, justifica também leis ridículas, como decretar Estado de Emergência na Letónia porque entraram 12 pessoas num dia, ou qualquer coisa assim. Portanto, o que deve ser melhorado é ganhar consciência que este problema não via passar e tratá-lo desse modo, com a devida atenção. E isto não se aplica apenas ao jornalismo.

12. Entrevistado 12, Público

Cobertura do tema

1. O seu meio costuma dar atenção à crise dos refugiados?

Eu diria que sim. É claro que, do meu ponto de vista, pelo menos, sinto que foi um tema que teve muita importância com a primeira crise dos refugiados, logo em 2015, 2016. Eu estive a estagiar no jornal em 2016, portanto, lembro-me até relativamente bem dessa cobertura e lembro-me que era muito exaustiva. E, se calhar, a par com o Expresso, era quase um oásis, por assim dizer, um bom exemplo, uma boa prática, na minha opinião.

Claro que, com o tempo, o investimento no tema diminuiu até porque somos meios de comunicação e temos que responder aquilo que o mercado e o público pede.

Obviamente que agora, novamente, com a guerra na Ucrânia, o tema voltou a ser alvo de uma atenção especial. O Público tenta sempre ter uma abordagem humanista em relação a este tipo de coisas, portanto, tudo o que é crise dos refugiados, nós tentamos sempre abarcar as várias perspetivas e as várias facetas em relação a este assunto, que é bastante complexo e às vezes até bastante difícil de tratar numa notícia ou até mesmo numa reportagem.

2. Lembra-se quando começou essa atenção?

Acho que foi precisamente na altura que referi anteriormente e que coincidiu com a altura em que comecei a estagiar no jornal Público, sendo que um dos primeiros trabalhos que realizei foi o de entrevistar refugiados da Síria que tinham chegado a Portugal. E, para mim, eu lembro-me que aquilo foi super impactante porque longe de mim achar que alguma vez ia cobrir um tema desses, porém, tanto me interessou que até tirei um mestrado em Estudos Internacionais.

3. E quando começou a trabalhar o tema? Foi por sua iniciativa ou foi-lhe atribuída essa tarefa? Trabalha também outros temas? Quais?

Então, esse primeiro trabalho que referi não foi por minha iniciativa. Eu lembro-me que foi uma casualidade porque o jornalista que ia cobrir essa chegada estava doente naquele dia, então eu era a única pessoa que podia ir, e fui, e gostei muito e, obviamente, estava muito nervosa porque nunca tinha feito nada daquilo. Depois eu sinto que esses temas acabaram por ser tratados de uma forma muito, muito geral. Eu acho que este tema se cobria muito na linha do “última hora”, com diretos para os noticiários, sem grande investigação ou profundidade, algo muito superficial. Acho que o trabalho mais considerável que fiz com esse tema foi mesmo o da Turquia-Síria, porque fui ter com as pessoas e ouvir o que tinham para contar.

4. Este é um dossier que costuma acompanhar sempre ou trabalha nele em função das necessidades da redação?

Acabo por responder mais às necessidades da redação e aos desafios também que os próprios editores me propunham. Eu agora estou numa função um bocadinho diferente, mas o tema mantém-se atual. Mas sim, era mais uma resposta do que propriamente eu poder tomar a iniciativa de escrever sobre este tema. Obviamente terá acontecido, mas pontualmente.

5. É sempre trabalhado pelos mesmos jornalistas?

Acaba por ser quase sempre trabalhado pelos mesmos jornalistas, ou seja, é um bocadinho difícil entrar neste tema, porque como já há pessoas que foram seguindo desde o início, claro que agora com a Guerra da Ucrânia é mais difuso, porque muita gente nova como eu começou, começou no online e no Última Hora a trabalhar este tema, então acabamos também por conseguir aprofundá-lo. Isto também aconteceu com a Covid, portanto, acaba por ser menos estático, por assim dizer. Mas, por exemplo, com a crise dos refugiados da Síria, eu lembro-me que basicamente era a Sofia Lorena apenas que trabalhava este tema, até porque ela tinha uma facilidade, porque ela sabia falar árabe, ao mesmo tempo tinha umas bases de árabe, e isso parece que não ajudou muito na altura de comunicar-se com alguém e conseguiste ter uma relação de confiança, de forma que essa pessoa te consiga contar a história dela e saiba que está a ser compreendida, entende-se? O que eu sentia muito é que quando estava, pronto, quando fiz esse trabalho e estava com tradutores, o que eu sentia é que metade eu não estava a perceber e a outra metade a outra pessoa não estava a perceber, então havia ali uma desconexão bastante grande e que era muito difícil de ultrapassar.

6. Costuma ser trabalhado por jornalistas de que secções?

Maioritariamente internacional e sociedade. Quando os refugiados chegam ao Portugal, o que aconteceu com os refugiados da Ucrânia, e com alguns da Síria também, não vou mentir, mas agora mais recentemente com os da Ucrânia.

7. Quando é que o tema tende a ser notícia?

Eu acho que ultimamente é cada vez mais difícil que o tema seja notícia, ou seja, eu acho que as pessoas já chegaram ao seu limite de empatia, entende-se? Acho que as pessoas estão saturadas, ainda para mais agora com a nossa crise da inflação. Acho que, no início, era uma grande admiração, eram pessoas a morrer, a vir num barco. Foi bonito de se ver a solidariedade que se criou, obviamente isso é ótimo de se ver, mas tem um prazo de validade. Depois, nós, média portuguesas, estamos a competir com o YouTube, estamos a competir com a Netflix, então as coisas mudaram muito, somos muito sensíveis àquilo que as pessoas querem ler e isto tem tanto de bom quanto de mau, e tem mais de mau do que de bom, na verdade.

No entanto, acho que o leitor do público é um leitor muito atípico, porque são pessoas normalmente muito instruídas, são pessoas que têm uma visão muito global do mundo, que querem muito ler notícias internacionais, sinto que não é muito comum, até por aquilo que vou lendo de relatórios que vão saindo sobre o estado da imprensa, acho que não é muito comum e acho que isso depois também se reflete nos temas que nós tratamos.

8. Sai em reportagem ou é feito a partir da redação?

Por acaso saí sempre quando se tratava este tema, à exceção de, como te disse, quando era a questão dos navios, isso fazia praticamente desde a redação, sim.

9. Qual costumam ser os ângulos preferenciais de abordagem? Na questão política? Nos refugiados? Ajudas à integração? Condições de vida?

Eu diria que nos interessam particularmente histórias de vida, mas num segundo momento a abordagem política é determinante.

10. Que tipo de reação têm da parte do público?

A reação é positiva, o público tende a apreciar trabalhos sobre este tema apesar de, lá está, achar que as pessoas se saturaram desta matéria.

Importância do tema para o jornalismo

11. O seu meio dá-lhe a atenção devida? Devia dar mais? Porquê?

Acho que sim, tendo em atenção que o Público tem que responder às necessidades do mercado mas considero que o Público e o Expresso foram um exemplo ao tratar esta matéria.

12. Se algo tiver acontecido, mas não tiver atenção no vosso meio, será porquê?

Por falta de meios, de tempo, de recursos humanos. A crise que o jornalismo enfrenta afeta, indiscutivelmente, o trabalho das redações e a forma como tratamos, ou não tratamos, os temas.

13. E o que acha da cobertura do tema em geral nos media portugueses?

Acho que a cobertura é, ainda assim, insuficiente pois este é um tema importante e merecia uma atenção mais cuidadosa e que requeresse uma maior investigação e nível de profundidade.

14. Lembra-se de algum trabalho que o tenha marcado? Pela positiva ou negativa. Seu ou de outro colega ou meio? Porque é que acha digno de nota?

Quanto a mim, já referi o trabalho que me marcou mais mas, no geral, acho que os trabalhos do Público e do Expresso são uma referência em Portugal.

A relação do jornalismo com os direitos humanos

15. Qual a importância do tema para o jornalismo?

Acho que já acabei por responder a essa questão nas respostas anteriores. Os direitos humanos são absolutamente cruciais e merecem ter um tratamento adequado à sua importância no jornalismo. Não há dúvidas quanto a isso ou, pelo menos, não deveria haver.

16. Acha que dá a atenção devida? Porquê?

Acho que não, tal como já disse anteriormente acho que os temas de direitos humanos são tratados com muita superficialidade.

17. E do que conhece do jornalismo em Portugal: como caracterizaria o investimento no tema?

Tal como já mencionei anteriormente, o investimento é baixo e não se revela suficiente para cobrir um tema deste nível de complexidade. Porém, é um problema estrutural da indústria dos media em Portugal.

18. E o que acha do tipo de cobertura?

Já referi anteriormente o que achava do tipo de cobertura realizado.

19. Quais são as dificuldades do tema para o jornalismo atual?

A falta de tempo, espaço e meios, nomeadamente de recursos humanos, para tratar esta matéria com profundidade.

20. Considera que, ao longo do tempo, foi sendo alterada a forma de tratar e perceber este tema? Que diferenças se foram acentuando nos últimos anos?

Acho que sim que, apesar de tudo, existe uma sensibilidade diferente ao tratar este tema.

21. O que poderia ser melhorado? Ou diferente?

Poderia ser dado mais tempo aos jornalistas para tratarem esta matéria e formar os mesmos no que diz respeito à investigação e grande reportagem.

2. Tabelas de análise

1ª Tabela de análise – Cobertura do tema

Jornalistas	Qual a atenção do meio quanto ao tema	Quando o meio começou a dar atenção	Quando é que o jornalista começou a tratar o tema
Entrevistado nº 1	“Só dá atenção ao tema quando acontecem catástrofes, como um naufrágio no Mediterrâneo com muitas vítimas.”	“Essa atenção é cíclica e está indexada às catástrofes e à quantidade de vítimas.”	“Sempre me interessei pelo tema dos Direitos Humanos. Presos políticos, direitos das mulheres, minorias, refugiados. Esse é aliás o tema a que tenho dedicado as Grandes Reportagens que fiz nos últimos 10 anos, em países como Turquia, Hungria, Venezuela, Jordânia, Angola, Guiné-Bissau, Etiópia, Ruanda, Moçambique, Ucrânia - ou nos territórios ocupados por Israel: Gaza e Palestina.”
Entrevistado nº 2	“Sim.”	“Não tenho a certeza, estou a trabalhar aqui na RTP desde 2019 e a crise dos refugiados é anterior, mas tenho a noção que essa atenção foi dada.”	“Depende do que se entende por crise dos refugiados. Já nos anos 90 fiz reportagens sobre deslocamentos de populações em fuga de áreas de conflito em Angola, por exemplo, durante a guerra civil. Também no Quénia num campo de refugiados que foram obrigados a saírem do Sudão e da Somália em 2009. etc. (...)”
Entrevistado nº 3	“A Renascença está atenta ao fenómeno migratório em geral, em todas as suas dimensões. Frequentemente o assunto é	“Não posso falar pelo período em que não estive. Estou na Renascença há 25 anos e desde sempre essa atenção esteve presente.”	“Eu trabalho muitos temas, quer como editor ou repórter: Internacional e Europa, Política, Economia, Sociedade, Desporto e Cultura. Em termos de reportagem

	<p>tratado em reportagens e entrevistas na rádio e no site. As crises de refugiados fazem parte do extenso leque de ângulos do fenómeno migratório e por isso não escapam à nossa atenção.”</p>		<p>trabalhei mais intensamente os temas internacionais e os ambientais. Nunca trabalhei apenas o tema dos refugiados nem me considero um especialista. Comecei a contactar o tema na Renascença em 1999 com reportagens que incidiam sobre realidades como a dos timorenses em Portugal e ou a dos kosovares fugidos da guerra naquele território. Nalgumas situações fui eu que propus aprofundar alguns destes casos.”</p>
<p>Entrevistado nº 4</p>	<p>“Costuma dar bastante, diria que até mais do que a concorrência. Nos últimos meses, perdeu alguma força na cobertura a nível internacional porque, infelizmente, a crise no acolhimento de refugiados estagnou e têm-se mantido, chegando quase a um ponto de normalização na opinião pública.”</p>	<p>“Eu estou há pouco mais de oito anos no Expresso, cheguei em 2015, quando o tema tinha mais atenção. Desde dessa altura que há atenção ao tema, mas imagino que antes também existisse. Lembro-me de colegas mais velhos terem comentado que no passado fizeram reportagens, por exemplo, na fronteira entre o México e EUA, assim como nos Balcãs ou em Ceuta.”</p>	<p>“Terá sido entre 2017-2018. Com o abrandamento da crise no acolhimento de refugiados, depois do pico que foram os anos de 2015 e 2016, o tema acabou por ficar sem um jornalista fixo a acompanhar. Por acaso, quando Itália recusou pela primeira vez o desembarque de um navio de resgate com centenas de refugiados a bordo, estava de serviço de piquete e pequei no tema. Ao longo dos dias fui desenvolvendo o assunto, fui a Valência acompanhar o desembarque (só Espanha aceitou receber o navio Aquarius) e, de forma natural fui continuando com o tema em mãos.”</p>

<p>Entrevistado nº 5</p>	<p>“Sim, costuma dar atenção ao tema.”</p>	<p>“Sim, a chamada “crise dos refugiados” tem a nossa atenção. Não sei exatamente desde quando, mas seguramente com mais ênfase desde a chamada Primavera Árabe.”</p>	<p>“O tema dos refugiados surge associado a outras situações (guerras conflitos ou revoltas). É no âmbito dessa abordagem que o tema é tratado, por vezes de forma direta, outras vezes integrado em abordagens mais abrangentes.”</p>
<p>Entrevistado nº 6</p>	<p>“Sim, temos dado atenção ao tema, no entanto, nós no Fumaça não utilizamos o termo crise dos refugiados porque não foram os refugiados que originaram a crise e, como tal, consideramos que tal expressão não faz muito sentido.”</p>	<p>“Essa atenção começou no início do Fumaça, no início de 2016. Foi sempre um tema a que demos atenção. Em 2017, entrevistamos, por exemplo, o Miguel Duarte, português que salvou pessoas no mar mediterrâneo.”</p>	<p>“Nós, no Fumaça, trabalhamos de forma horizontal, sem chefes. As decisões são tomadas coletivamente e aí é que decidimos se faz sentido ou não abordar um determinado tema. A primeira vez que tratei este tema foi quando fiz uma investigação em 2018 sobre a ocupação da palestina. Tenho tratado temas como policiamento, segurança privada, colonialismo, palestina, entre outros.”</p>
<p>Entrevistado nº 7</p>	<p>“Sim, acho que costuma dar, enquanto televisão pública tem feito um trabalho que não envergonha. Claro que é possível ir mais além, até porque a RTP não é alheia às ondas mediáticas dos temas que vai seguindo, e vai cobrindo, e nós sabemos que por vezes a vaga migratória é também acompanhada de uma vaga mediática, e</p>	<p>“Bem, foi em 2014/2015, com as grandes vagas migratórias, com a evasão que todos nós conhecemos, sim, a partir daí houve uma atenção redobrada àquilo que foi a entrada de migrantes na Europa. Nós tivemos o primeiro jornalista da RTP a acompanhar essa vaga migratória, o Ricardo Alexandre, na altura ele era editor internacional da RTP, e eu fui logo a seguir e estivemos por dentro dessa primeira parte. É</p>	<p>“Eu fazia, na altura, hoje eu não estou ligado ao jornalismo internacional. Eu ia a caminho da RTP e recebi um telefonema a dizer que à tarde iria para a Croácia. De manhã estava calmamente em Portugal e ao final do dia já estava em direto a partir da Croácia.”</p>

	<p>quando a vaga mediática vai acalmando, não é que a vaga migratória acompanhe esse declínio, o que acontece é que deixa de haver uma cobertura tão extensiva, o que é pena, mas são as leis do mercado, são aquilo que é o valor notícia. Eu gostava de ver mais este tema tratado em todos os órgãos de comunicação social, não só na RTP, mas acho que na momentos chave a RTP esteve presente. Sim, considero que sim. E fez um bom trabalho.”</p>	<p>óbvio que sempre houve migrantes na Europa e nós pontualmente fomos cobrindo esse tema, mas de forma assim mais estruturada eu diria que foi a partir de 2014, 2015, sim.”</p>	
<p>Entrevistado nº 8</p>	<p>“Sim, sempre que se justifica, portanto, nós tivemos nos meios portugueses uma grande reputação do tema em 2015 e 2016, porque de facto estavam a acontecer situações no terreno que obrigavam a isso mesmo e que tornavam impossível evitar o tema</p>	<p>“Sim, nós já fazíamos, ou seja, já era evidente em 2014 que havia cada vez mais migrantes a chegarem sobretudo por aquela zona do Mediterrâneo, não é? A Lampedusa, a Sicília e depois prosseguindo para a Itália, sobretudo. Mas de facto foi a partir de 2015 que o tema se tornou completamente incontornável e houve alguns</p>	<p>“A primeira vez que tratei o tema foi em 2014, fui em reportagem para a Sicília porque tinha de facto acabado de acontecer um destes naufrágios que chamaram mais a atenção para o fenómeno. A iniciativa que foi-me atribuída por uma das minhas chefias, eu nunca tinha tratado este tema, pelo menos não com esta profundidade e a partir daí, depois dessa reportagem, passei durante os</p>

	<p>ou contorná-lo, era por demais evidente.</p> <p>O que notamos, acho eu, em todos os meios, não só portugueses desde então, é que há uma cobertura muito menor a partir do momento em que deixamos de ter uma massa tão grande de refugiados a entrar. Não quer dizer que tenha deixado de acontecer e que eles tenham deixado de tentar chegar à Europa, mas de facto a União Europeia foi muito eficaz nesse aspeto, conseguindo vários acordos. Travaram aqueles números que tínhamos avassaladores nesses anos, portanto acho que a diminuição acabou por ser um bocadinho em todos os meios portugueses e internacionais de cobertura deste assunto.”</p>	<p>eventos que contribuíram para isso, nomeadamente alguns naufrágios que aconteceram e em que os corpos das vítimas ficaram ao alcance das câmaras de televisão e portanto não era um tema que fosse desconhecido, mas a partir daí tornou-se de facto impossível ignorá-lo e tivemos visitas a esses pontos, à Lampedusa, do Papa e de representantes da União Europeia e o tema passou a ter que estar de facto na agenda e na altura até a Itália acabou por se depor a uma operação de mar. Era uma situação radicalmente diferente da que depois acabamos por ter hoje em dia.”</p>	<p>três, quatro anos seguintes a dedicar-me de forma muito intensiva a este tema e com muito afinco, não só com reportagens no terreno, na Grécia e na Turquia, como com acompanhamento de várias reuniões em Bruxelas sobre o tema. Portanto, essa foi a fase da minha carreira em que mais tratei este tema, também era a fase em que de facto este assunto estava mais na agenda política, europeia e dos países que serviam de porta de entrada, e foi mais nessa altura que comecei a tratar o assunto em questão. Portanto, eu não fiquei exclusivamente nessa fase a fazer só reportagens sobre migração, mas acompanhava o tema de forma muito intensa.”</p>
<p>Entrevistado nº 9</p>	<p>“Eu trabalhei mais este tema para o Expresso, e, como tal, vai ser mais sobre esse meio que vou falar. E o Expresso, sim, o Expresso foi talvez,</p>	<p>“Eu acho que começou, como geralmente acontece em Portugal, um bocadinho mais tarde do que no centro da Europa. Eu acho que isso se deve, num certo ponto de vista, a uma razão</p>	<p>“Eu trabalho outros temas, como freelancer temos que trabalhar vários temas, desde política internacional, desporto, tecnologia, mas eu tenho a política internacional e os direitos humanos como a minha matéria preferida e</p>

	<p>juntamente com o Público, o jornal que mais cobertura deu ao tema dos refugiados, à dita crise dos refugiados. Outros meios para os quais eu também publico dão menos atenção ao tema, como é o caso da Sábado, por exemplo, que não pega muito neste tema.”</p>	<p>lógica, que é a que os refugiados não chegavam a Portugal primeiro, e, portanto, não havia esse critério de proximidade.”</p>	<p>aquela a que eu tento, por iniciativa própria, prestar mais atenção. Assim sendo, e como eu te disse com esta ligação à Alemanha, que é uma ligação pessoal, eu comecei logo desde o verão de 2015 a ligar muito ao tema, até porque eu estive na Turquia.”</p>
<p>Entrevistado nº 10</p>	<p>“Não é propriamente um fenómeno, se assim quisermos chamar, específico da TVI e da CNN. Aquilo que eu noto de diferença é que desde o aparecimento da CNN em Portugal tem sido possível dedicar mais tempo a este tema, ainda assim com dificuldades evidentes. E as dificuldades prendem-se logo com orçamentos para fazer cobertura deste assunto, como de outros assuntos internacionais envolve uma despesa extraordinária que não está implícita, por exemplo, em cobertura de assuntos internacionais, mas a vinda da</p>	<p>“Provavelmente finais de 2013, início de 2014, eu acho que a visita do representante da Comissão Europeia, a Lampedusa, apesar de se olharmos aos números de chegadas desde os anos 90, existem chegadas a partir da Líbia até ao sul de Itália e às ilhas italianas, mas eu acho que a visita do representante trouxe uma atenção diferente para o tema.</p> <p>Não quer dizer que a crise tenha começado aí, mas a Europa começou a olhar com outra atenção porque morreram centenas de pessoas no naufrágio, há um representante, o presidente da Comissão Europeia que vai até Lampedusa, mostra-se muito, enfim, chocado com aquilo que</p>	<p>“Eu comecei a dar mais atenção a este tema em 2015 porque fiquei verdadeiramente impressionado com aquilo que se estava a passar e vemos que eu em 2015 era um jovem, mais jovem do que aquilo que sou hoje. Eu sempre tive interesse em assuntos internacionais e ficava chocado com aquilo que eu ia lendo que estava a acontecer e a ausência de reportagens em Portugal. Era uma coisa distante, em 2015, eu não tenho bem os números presentes, mas Portugal estaria disponível para acolher, sei lá, 10 pessoas. Portanto nem sequer era algo discutido, não havia consciência do que aí vinha e não havia consciência do que já estava a acontecer em alguns países como a Itália.</p> <p>E por minha iniciativa comecei a fazer algumas notícias à</p>

CNN em Portugal permitiu aqui alguma diferença. (...) A TVI não tem esquecido o tema, e tem sido das televisões em Portugal que mais tempo tem dedicado ao tema, mas na verdade tenho sido sempre eu o agente de produção de conteúdos em relação a refugiados e crises migratórias. Aquilo que tem sido o meu objetivo ao longo dos anos, agora de forma mais permanente, mas o que tem sido o meu objetivo é de pelo menos uma vez por ano ter uma grande reportagem, uma investigação um pouco mais alargada sobre um tema relacionado com refugiados, seja no estrangeiro, seja em território nacional. Isso tem sido um pouco mais difícil do que fazer temas que sejam apenas nacionais, e tem sido mais difícil do que fazer a cobertura de crises como a de refugiados ucranianos,

vê, com os caixões naquela ilha e a partir daí começa a haver uma atenção redobrada. Depois em 2015 e 2016 há uma nova atenção decorrente da guerra civil na Síria, em que muitos refugiados fogem porque as atrocidades são de tal forma e são patrocinadas por Vladimir Putin, porque há uma decisão de Putin ter uma intervenção militar na e decide bombardear a Síria (...).”

distância, comecei a ler e a ficar cada vez mais interessado no assunto. Depois comecei a preparar a minha primeira ida à Grécia, foi aí que fiz a minha primeira grande reportagem e depois definir essa meta de, pelo menos uma vez por ano, fazer um trabalho mais longo, mais elaborado e mais completo e não apenas algo diário, a chamada informação diária, notícia diária. E depois tenho feito, de facto, esse trabalho que se formos à procura, mesmo em países como a Grécia, onde este assunto toca diretamente o país, porque é um país recetor, mesmo na Grécia não há jornalistas especializados em migrações. Eu digo que sou especializado em migrações porque fiz esse trabalho de forma autónoma, por minha iniciativa, sem que ninguém me pedisse e em luta permanente para que este tema esteja presente na linha editorial do local onde eu trabalho. Mas não é fácil e não é fácil lutar contra os preconceitos que existem nas próprias redações e preconceitos que as redações replicam até à exaustão. Um exemplo muito claro, não tem que ver com cobertura migratória, mas tivemos o caso de Abdul Bashir que fez um ataque na comunidade islâmica em

porque se repararmos desde o início da guerra na Ucrânia, e logo naqueles primeiros meses, havia, e passo a expressão, mas era uma coisa real, havia quase uma equipa de reportagem em cada esquina de fronteiras da Ucrânia. (...) A questão é o que é que não teve cobertura nos últimos oito anos e que merecia ter tido cobertura, e de facto quando eu estive em 2016 em Lesbos, e 2016 foi o ano onde foi registado o pico de chegadas de refugiados do Afeganistão, do Iêmen, da Síria, etc. eram sobretudo sírios, mas não só. A verdade é que quando eu estive em Lesbos e coincidiu na altura da assinatura do acordo entre a União Europeia e a Turquia, no fundo para tentar fechar, com muitas dúvidas do ponto de vista de direitos humanos, mas para tentar fechar aquela rota de entrada

Lisboa e rapidamente todos os meus colegas saltaram para o estúdio para comentar, ainda sem informação nenhuma, se seria terrorismo e para abordar as questões do terrorismo. E eu nesse dia até estava a apresentar um jornal na CNN e os convidados, as sugestões de convidados que vinham chegando eram todas relacionadas com terrorismo e ninguém sabia se aquilo era terrorismo ou não.

Mas este preconceito que existe nas redações e é replicado depois com impacto na perceção pública dos temas, fez com que se começasse a trabalhar o caso como terrorista apenas por duas questões: por ser afegão e refugiado. O tal preconceito. E todo o trabalho que eu possa efetivamente fazer para desconstruir estas ideias feitas morre a partir do momento em que toda a comunicação social, e a minha redação não foi a única, foi toda a classe jornalística, embarca muito rapidamente neste discurso perigoso. E este discurso que está entranhado nas redações é um espelho da forma de pensar da sociedade civil. Ora, o jornalismo não deve ser um espelho do senso comum.

na Europa, eu não vi nenhum jornalista.”

O jornalismo deve contribuir para uma sociedade esclarecida. E aquilo que eu posso dizer, eu já fiz, por exemplo, a cobertura de campanhas eleitorais de partidos de extrema-direita, cá, em Portugal, e aquilo que eu vi foi, por exemplo, no Portugal profundo, em Mirandela, uma pessoa na rua, em plena arruada na campanha eleitoral, a aborda o líder do partido que estava em campanha, de extrema-direita, a pedir-lhe, por favor, mande-os embora, nós não queremos cá muçulmanos. Ora, não há um problema com a comunidade muçulmana em Portugal. Portugal nunca cumpriu as metas de acolhimento de refugiados, são muito poucos aqueles que cá vivem, é uma percentagem ínfima da população residente em Portugal, muito menos Mirandela, onde não existe coisa alguma, nem problema algum, nem representação, não existe. Mas este discurso entra de tal forma na opinião pública que é criada uma ideia de invasão, de apropriação cultural, que os próprios jornalistas não estão neste momento a contribuir para desmistificar, porque é errado, é desinformação e este trabalho, muitas vezes os próprios jornalistas devem fazer consigo próprios, porque os

jornalistas não são, apesar desta ideia que eu não acredito dela, da imparcialidade, os jornalistas não são imparciais.

Os jornalistas devem tentar fazer um trabalho justo e honesto, porque todos os jornalistas têm convicções, ainda bem que têm, mal seria se não tivessem. Mas devem, a todo tempo, tentar contrariar as suas próprias convicções.

Eu acho que a Europa deve, é a minha opinião, deve cumprir a Carta de Direitos Humanos, deve acolher as pessoas que pedem asilo, deve criar vias legais e isto é uma coisa muito simples, é ser a favor do cumprimento da lei. E mesmo eu devo, todos os dias, questionar-me, será que isto é correto? Mesmo sabendo eu, e sendo eu a favor do acolhimento de refugiados, que problemas é que pode trazer? E se houver esse questionamento permanente por parte dos jornalistas vão acabar, incluindo os que são contra e os que são para o acolhimento de refugiados, vão acabar por chegar a um ponto comum de entendimento, porque é desse escrutínio permanente que deve viver a democracia e a opinião pública e não do espelho permanente do senso comum, porque se não replicamos

			<p>estes preconceitos de uma senhora, em Mirandela, que acha que há uma invasão de muçulmanos e que vai, em última instância, votar num partido e que acha que esse partido vai resolver a invasão que não existe, ou o problema que não existe. E esta é a responsabilidade dos jornalistas e isto faz-se nas mais pequenas coisas. Quando nós deixamos passar a presidente da Comissão Europeia a referir-se à Grécia como um escudo da Europa e utilizando a palavra escudo há meta informação na escolha desta palavra. Porque é que a Grécia é um escudo?</p> <p>É porque os refugiados são encarados pela Europa como uma ameaça e é preciso desconstruir isto. Quando o primeiro-ministro português diz que os refugiados são bons e devemos aproveitar esta oportunidade para colocá-los a limpar a floresta, é porque há uma perspetiva de que estas pessoas devem fazer o trabalho que nós não queremos fazer e somos obrigados pela lei portuguesa a fazer, portanto os outros devem fazer um trabalho inferior, são alguém de uma categoria inferior aos nacionais ou já residentes no país. Isto é errado, mais uma</p>
--	--	--	--

			<p>vez isto passa com muito pouco escrutínio, mas cria uma ideia na opinião pública que é muito difícil de desfazer. O facto de, e isto foi o que mais me impressionou e está no meu documentário, a Última Fronteira, o alto representante da Comissão Europeia para as Relações Externas e para a Segurança, José de Borel, dizer que a Europa é um jardim e o resto do mundo é uma selva. Isto é a verbalização cruel daquilo que é as políticas europeias para os refugiados não-ucranianos. E se formos a ver a própria forma como a comunicação social se comporta, eu tive colegas meus, ou jornalistas, nas fronteiras da Ucrânia a dizerem coisas como, “está aqui esta refugiada tão bonita” num relato em direto. Qual é a relevância jornalística de dizer que esta refugiada muito bonita está aqui? Vai criar, se calhar, um sentimento de maior aproximação de quem ouve este relato. Vamos olhar para uma mulher que é loura e tem olhos azuis e está a ser descrita desta forma, mas se calhar a mulher com hijab não iria ter a mesma descrição. E nós vemos isso, por exemplo, em relação aos meus colegas, ainda dizer que nós vimos nas fronteiras da Europa, na Hungria, uma</p>
--	--	--	--

jornalista a pontapear um grupo de pessoas, isto em 2015, salvo erro, ou 16, uma jornalista, repórter de imagem, a pontapear um grupo de pessoas que fazia caminho na Europa.

Foi julgada, foi condenada, a justiça funcionou, mas cá está. Isto é um 80. Se formos ao outro polo, nós temos jornalistas que estão na fronteira da Ucrânia a abraçar criancinhas ucranianas. Portanto, isto obviamente que são exemplos de 8 e 80, mas entre o 8 e 80 há tanta coisa a acontecer, muitas delas responsabilidade dos jornalistas, outras responsabilidades dos poderes políticos, mas que estão a passar, sobretudo, ponto número 1, porque os jornalistas não estão devidamente sensibilizados para o poder das palavras que usam e para as questões de cobertura jornalística destes assuntos e do que envolve a cobertura de migrações, e segundo porque não há um escrutínio do poder político que muitas vezes também é espelho deste senso comum. E andamos de senso comum.

Há anos que as migrações são assunto na Europa, vão continuar a ser e não há uma sensibilização efetiva nem do poder político, nem da comunicação social para a

			complexidade e para o risco que representa a propagação deste tipo de discursos.”
Entrevistado nº 11	“Acho que sim, claro que ultimamente já não de uma forma tão presente por uma questão de corresponder às necessidades do mercado, mas acho que o Expresso tem feito um trabalho interessante sobre o tema.”	“Começou em 2015/2016, por aí, acho que foi quando se tornou mais acentuada a atenção quanto ao tema.”	“Comecei a trabalhar este tema por minha iniciativa mas também por proposta dos meus editores, sempre me interessei por matérias internacionais.”
Entrevistado nº 12	“Eu diria que sim. É claro que, do meu ponto de vista, pelo menos, sinto que foi um tema que teve muita importância com a primeira crise dos refugiados, logo em 2015, 2016. Eu estive a estagiar no jornal em 2016, portanto, lembro-me até relativamente bem dessa cobertura e lembro-me que era muito exaustiva. E, se calhar, a par com o Expresso, era quase um oásis, por assim dizer, um bom exemplo, uma boa prática, na minha opinião. Claro que, com o tempo, o investimento no	“Acho que foi precisamente na altura que referi anteriormente e que coincidiu com a altura em que comecei a estagiar no jornal Público, sendo que um dos primeiros trabalhos que realizei foi o de entrevistar refugiados da Síria que tinham chegado a Portugal. E, para mim, eu lembro-me que aquilo foi super impactante porque longe de mim achar que alguma vez ia cobrir um tema desses, porém, tanto me interessou que até tirei um mestrado em Estudos Internacionais.”	“Então, esse primeiro trabalho que referi não foi por minha iniciativa. Eu lembro-me que foi uma casualidade porque o jornalista que ia cobrir essa chegada estava doente naquele dia, então eu era a única pessoa que podia ir, e fui, e gostei muito e, obviamente, estava muito nervosa porque nunca tinha feito nada daquilo. Depois eu sinto que esses temas acabaram por ser tratados de uma forma muito, muito geral. Eu acho que este tema se cobria muito na linha do “última hora”, com diretos para os noticiários, sem grande investigação ou profundidade, algo muito superficial. Acho que o trabalho mais considerável que fiz com esse tema foi mesmo o da Turquia-Síria, porque fui ter com as pessoas e ouvir o que

tema diminuiu até porque somos meios de comunicação e temos que responder aquilo que o mercado e o público pede.

Obviamente que agora, novamente, com a guerra na Ucrânia, o tema voltou a ser alvo de uma atenção especial. O

Público tenta sempre ter uma abordagem humanista em relação a este tipo de coisas, portanto, tudo o que é crise dos refugiados, nós tentamos sempre abarcar as várias perspectivas e as várias facetas em relação a este assunto, que é bastante complexo e às vezes até bastante difícil de tratar numa notícia ou até mesmo numa reportagem.”

tinham para contar.”

1ª Tabela de análise – Cobertura do tema (continuação)

Jornalistas	Quando é que o tema tende a ser notícia	Ângulos preferenciais de abordagem do tema	Tipo de reação junto do público
Entrevistado nº 1	“Quando acontece uma tragédia ou algo de que é difícil fugir como as caravanas de migrantes.”	“Depende da situação. O foco é sempre o sofrimento humano e as causas desse sofrimento, do que leva as pessoas a arriscar a vida para fugir. É fundamental mostrar a realidade de que fogem, os perigos da fuga, e a incerteza do que os espera nos países onde eventualmente conseguem chegar. Normalmente são histórias que não acabam bem. Há muitos ângulos, muita matéria.”	“São normalmente histórias que geram empatia por parte do público, que correm bem em termos de audiência.”
Entrevistado nº 2	“Quando há um naufrágio, quando há um volume de deslocação de populações muito elevado, quando há nova legislação sobre o assunto, quando os países alteram a sua política, quando há incidentes, quando um país entra em conflito e gera um elevado número de	“Depende do que é novo. O ângulo humanitário tende a estar sempre presente independentemente da nova situação.”	“Habitualmente o público é sensível à temática, gera empatia, uma vez que se trata de pessoas forçadas a deixarem o seu habitat, o seu modo de vida em circunstâncias muito difíceis.”

	refugiados. Ou quando há outro tipo de reportagens ou documentários que tentam aprofundar a vida dos refugiados independentemente do local onde se encontram.”		
Entrevistado nº 3	“Volto a sublinhar que este tema deve ser enquadrado nas questões migratórias. Nem sempre estamos a falar de refugiados. No entanto, referindo-me especificamente às crises de refugiados, estas constituem picos de atenção dos media, por natureza dos factos. Tende a ser notícia em contexto de guerra, de conflitos em países de acolhimento ou em movimentos de massas de migrantes, por vezes redundando em tragédias.”	“ É um tema transversal. Pode ser abordado quando falamos de questões sociais como habitação ou emprego. As questões da integração são as mais correntes. Em situações específicas, mobilizamos repórteres para avaliar as condições em que vivem e as dificuldades em que vivem. Também acompanhamos estas pessoas ao longo do seu trajeto em Portugal, sendo que por vezes são notícia pela positiva quando encontramos exemplos particularmente simbólicos de boa integração. Fora de Portugal, quando temos condições humanas e financeiras, enviamos repórteres para avaliar essas situações.”	“Não tenho dados concretos para uma resposta global. Muitas vezes é o jornalista que faz o trabalho que recebe comentários de forma direta. Não tenho informação de reações negativas.”
Entrevistado nº 4	“Quando há notícias, normalmente situações trágicas (naufrágios no mediterrâneo, sobrelotação de campos	“Costuma ser muito focado nas histórias das pessoas, nos refugiados. Tentar humanizar quem tenta chegar, procurando o factor de identificação.	“De forma em geral, a perceção que tenho é que há alguma indiferença. Não são trabalhos que tenham muita audiência.”

	de refugiados, exploração laboral como em Odemira...) mas também quando é necessário explicar (ou voltar a explicar) o fenómeno.”	Daí, consoante o que faça sentido no contexto em que nos encontramos e para a história, explicar e explorar seja o lado político, os apoios...”	
Entrevistado nº 5	“Quando existem mortes ou algo especialmente grave.”	“Todos os ângulos devem ser abordados. O tema é complexo e uma abordagem sem noção dessa abrangência pode induzir em erro e numa perceção negativa do fenómeno.”	“O público é muito recetivo ao trabalho apresentado.”
Entrevistado nº 6	“Não se aplica no Fumaça mas relativamente à pertinência para abordar o tema em reportagem, tal depende sempre daquilo que decidimos coletivamente e da nossa disponibilidade mas refiro, desde já, que é um tema que atualmente não se encontra a ser tratado por nós.”	“Como temos o privilégio de ter muito tempo, procuramos abordar todos os ângulos que consideramos importantes e aí podemos incluir todos aqueles que são referidos na questão.”	“A reação é ótima, as pessoas que nos seguem consideram que estamos a fazer um bom trabalho e isso é muito gratificante.”
Entrevistado nº 7	“Bem, essencialmente, quando há mortes. O tema está, cada vez mais, a tornar-se banal. Os de Rohingya não deixaram de estar no Bangladesh em	“Existiram vários exemplos em que o acolhimento feito pela União Europeia foi vergonhoso e isso envergonha um pouco as nossas instituições. Isso foi de facto amplamente	“ Olhe, tive por acaso muita experiência. Eu não sou muito uma pessoa de partilhar, por exemplo, os meus trabalhos nas redes sociais. Aliás, nunca partilho, e tive na altura imensas reações porque era um tema de facto

	<p>condições precárias e impedidos de regressar a Mianmar. E há refugiados por toda a Europa da Ucrânia. No entanto, devido à banalização do tema, para que o mesmo se torne notícias, é necessário que aconteça, cada vez mais, algo de muito grave.”</p>	<p>divulgado e acho que bem. Ou seja, parece-me que os ângulos mais abordados foram, e continuam a ser, o da integração nos refugiados e toda a abordagem política que está por trás deste tema.”</p>	<p>que dizia muito às pessoas. As imagens chocantes de milhares de pessoas a viverem na rua, sem teto, ainda que temporariamente, com crianças ao colo, com histórias de vida muito difíceis, histórias de vida e morte por um acaso, por uma questão de sorte e azar, tocou muitas pessoas. Eu de facto tive um feedback que eu não estava habituado.”</p>
<p>Entrevistado nº 8</p>	<p>“A sensação que eu fui tendo ao longo dos anos em que fui tratando mais este tema, é que havia uma situação qualquer que escandalizava todo o mundo e isso era um marco. E a partir daí tinha que haver uma subida de grau nesse potencial de escandalizar para haver novamente um marco, ou seja, por exemplo, estava a dar há bocado este exemplo do naufrágio de 2014 em que os cortes ficaram, de facto, acessíveis para as câmaras de televisão ao largo de Lampedusa e que motivou uma comoção internacional e promessas</p>	<p>“Este tema é de facto demasiado complexo para se tratar só por um dos ângulos. E também não é um tema que, ou seja, às vezes em determinadas circunstâncias, sobretudo quando estes, nos momentos em que estes fenómenos se tornam mais gritantes, é também muito comum ver-se uma série de reportagens que só retratam o lado de ouvir histórias atrás de histórias atrás de histórias. E esse também pode ser um perigo porque é preciso enquadrar, é preciso explicar o fenómeno e, portanto, todas essas abordagens que referiu são muito importantes em conjunto. E em conjunto é preciso explicar que políticas é que pode existir de integração, comparar os diferentes países, explicar</p>	<p>“Depende. A esmagadora maioria das pessoas, da minha experiência, sentia-se na altura muito sensibilizada para querer até saber mais e sentia-se empatia de alguma forma com estas histórias. Claro que há sempre exceções, não é? E há sempre pessoas que, de alguma forma, têm tendência para transformar estas pessoas num verdadeiro problema, culpando-os por uma série de outros problemas sociais que existem. Na altura, este não era, se calhar, um problema... Não sei, agora vou estar aqui a dar uma opinião. Pronto, coisa muito técnica...mas diria que as circunstâncias políticas que temos hoje em dia, se calhar, fariam com que mais pessoas, talvez, aderissem a esse discurso de culpar os refugiados por uma série de</p>

da União Europeia de nunca mais acontecer algo do género.

Posteriormente, aconteceram muito mais situações do género que já não mereceram a mesma atenção. O marco seguinte foi talvez quando o menino sírio, o Aylan, foi fotografado numa praia turca depois de um naufrágio.

Infelizmente é sempre necessário cada vez algo mais impossível de ignorar e ainda mais gritante para se voltar a dar atenção a este assunto.

Como dizia há pouco, a partir de certa altura a União Europeia foi de facto muito eficaz a fazer uma série de acordos com a Turquia e outros acordos, não nos mesmos moldes, mas também ali com a Líbia e com países que funcionam um bocadinho como travão, que podem travar estas massas.

O que aconteceu foi que nós

porque é que as pessoas podem querer ir para uns países e ir para outros. Portanto, o que aconteceu aqui, por exemplo, quando nós recebemos muitos refugiados em Portugal, foi que a sociedade civil criou condições para que eles fossem distribuídos pelo país e para os acolher. Encontrávamos muitas vezes testemunhos de que isto dependia tudo de uma grande boa vontade e que nem sempre estas instituições que acolhiam estavam preparadas para lidar com estas pessoas. O que pode aqui criar situações muito complicadas, não é? Porque são pessoas que já passaram por momentos muito traumáticos e que se chegam a um sítio onde, por mais boa vontade que haja, não se está preparado mesmo em termos de formação para lidar com este tipo de situações, pode gerar aqui situações muito problemáticas para ambas as partes, quer para a comunidade que acolhe, quer para as pessoas que são acolhidas.”

problemas sociais que, normalmente, não têm, assim, nada a ver, na verdade, com a vida destas pessoas. Na altura, isto ainda era um fenómeno um bocadinho mais... menos evidente, pelo menos. Não sei se seria assim atualmente.”

	<p>deixámos de ver com esta intensidade o que estava a acontecer. Não quer dizer que o fenómeno tenha acabado. O que acontece é que deixam de se registar multidões e multidões a entrar pela Europa dentro e, portanto, quase pudemos mais facilmente convencermos de que o problema já não é assim tão grave.”</p>		
<p>Entrevistado nº 9</p>	<p>“Bem, acho que o tema tende a ser notícia quando o volume de refugiados é muito elevado, bem como quando se registam mortes. Infelizmente a fasquia elevou-se muito. Em jornais, em publicações, televisões, jornais, sites mais conservadores, quando há um atentado ou um crime perpetrado por um estrangeiro refugiado ou não, em que o tema é ligado, muitas vezes de uma forma infeliz e falsa.”</p>	<p>“Eu fiz um trabalho, e este em Portugal foi o trabalho, o maior trabalho que eu fiz sobre o tema, foi sobre o programa de acolhimento em Portugal, portanto uma questão política.</p> <p>Como é que o Estado português se tinha organizado e planeado para acolher os refugiados que vinham ao abrigo dos tratados da União Europeia. Esse foi o maior trabalho que fiz. Outras questões que procuro abordar é a desmistificação de casos de violência ou de crime atribuídos a refugiados e, portanto, investigar mais para tentar perceber se de facto foram feitos por refugiados. E</p>	<p>“É diversa. É diversa se atendermos ao ruído nas redes sociais e nas caixas de comentários dos jornais. Obviamente ficamos um bocado deprimidos porque eu acho que também quem tem maior participação nesses meios são pessoas que estão zangadas e que têm uma ideologia política de direita populista e aproveitam para fazer um pouco de campanha nas redes sociais e nos textos dos jornais sobre refugiados.”</p>

		um terceiro ponto tem a ver com as condições de vida desses refugiados na Europa e de que forma é que estão a conseguir integrar-se ou não nas sociedades europeias.”	
Entrevistado n° 10	<p>“Tende a ser notícia quando há imagens apelativas, tende a ser notícia se for relacionado com a Ucrânia, quando há mortes, mas mais do que isso não. E muitas vezes aquilo que nós vemos é que houve um resgate no Mediterrâneo e o governo italiano não deixa as pessoas desembarcarem num porto seguro. Ou morreram X pessoas. Mas mesmo essa atenção que é recebida, um minuto e meio, dois minutos no jornal, no máximo, é uma atenção reduzida. Mas tem de haver quase um fator, eu não queria chamar-lhe sensacionalista, mas tem de haver um fator extra em que um salvamento por si só não é suficiente, tem de haver algo mais</p>	<p>“O ângulo mais fácil e aquilo que mais rapidamente se faz é a história feliz, que existem, ainda bem que existem, que é acompanhar uma família que está muito bem integrada. É muito isso que há vontade de mostrar. Há um autor que refere, um autor especializado na área do jornalismo, que refere que uma grande parte das notícias tem como origem fontes governamentais. E de facto, são histórias que ou vêm por fonte governamental ou de organismo ligado à instituição que está sob tutela governamental. Portanto, estas histórias felizes acontecem muitas vezes e aparecem muitas vezes na narrativa jornalística. Não aparece, assim tanto, as falhas na integração. Eu até agora, eu fiz uma reportagem em maio de 2021, e até agora, sobre as falhas, ou seja, o que é que falha na integração, o facto de não haverem turmas</p>	<p>“A reação é muito positiva, as pessoas gostam de ver o meu trabalho e isso é muito gratificante.”</p>

dramático para a notícia ganhar peso suficiente para estar no jornal.

Mas há outras coisas dramáticas que nunca foram noticiadas, como a guarda costeira líbia disparar sobre barcos, se ninguém for ao fundo ninguém relata isto, como a guarda costeira líbia ameaçar embarcações europeias, que vai disparar sobre elas, isto também nunca foi algo de notícia em Portugal. Portanto, há muita coisa que, apesar dessa, entre aspas, espetacularidade audiovisual que possa trazer, não entra ou não é reparado pelos radares das redações.”

suficientes para abrir cursos de línguas específicas para refugiados, enfim, tudo aquilo que falha no processo de integração destes refugiados. Não basta vir garantir a habitação e deixar as pessoas entregues à sua sorte. E até agora, eu só vi dois trabalhos que abordam precisamente isto. O meu e um dos preços, que eu julgo que era da Ana França, e que até teve financiamento por parte da Fundação Calouste de Culbenkian.

Portanto, é este apoio da sociedade civil que existe ao jornalismo e que é positivo. Mas, tirando isto, é muito raro ver-se atenção dedicada a esta franja vulnerável da população e muitas vezes, eu já vi reportagens noutros canais em que vão entrevistar as pessoas muito bem, ou seja, a narrativa é esta, estão muito bem integradas, trabalham numa fábrica, estão numa linha de montagem a encher molhos, embalagens de molhos de mostarda ou de ketchup e estão muito bem integradas, dizem meia dúzia de palavras em português e nós ficamos todos muito contentes com

este relato. O que essas reportagens muitas vezes não contam é que essa pessoa não tem aulas de português há seis meses, aprende de forma informal a falar português, está a encher frascos de ketchup numa empresa no interior do país, mas tem um doutoramento em engenharia civil, coisas do género. Ou seja, não há um devido escrutínio de qual é o potencial e a história desta pessoa e de que forma é que ela pode contribuir de forma mais eficaz para a sociedade portuguesa. E de facto há casos positivos. Eu conheço refugiados sírios que foram torturados pelo regime. Estamos a falar de pessoas que cortaram os dedos, etc, que fugiram para a Europa e que neste momento trabalham em administrações de grandes empresas. Gerónimo Martins, etc. Estas histórias eu não as vejo na comunicação social. Parece haver sempre uma narrativa de caridadezinha do Estado e o jornalista alinha com isto (...).”

Entrevistado nº 11	“ Infelizmente, quando existem grandes mortes ou catástrofes. Cada vez mais,	“ Acho que todas as abordagens são importantes, mas os media portugueses	“ A reação é positiva, os trabalhos que fiz foram bem recebidos pelo público, e correram muito bem. Ahco que
---------------------------	--	--	--

	devido à banalização que começa a existir para com esta matéria.”	centram-se muito, no geral, numa abordagem mais centrada nas próprias histórias de vida dos refugiados, fazia falta, talvez, abordar uma perspetiva mais política de resolução do problema. “	é um tema que sensibiliza as pessoas, principalmente há uns anos atrás.”
Entrevistado nº 12	<p>“Eu acho que ultimamente é cada vez mais difícil que o tema seja notícia, ou seja, eu acho que as pessoas já chegaram ao seu limite de empatia, entende-se? Acho que as pessoas estão saturadas, ainda para mais agora com a nossa crise da inflação. Acho que, no início, era uma grande admiração, eram pessoas a morrer, a vir num barco. Foi bonito de se ver a solidariedade que se criou, obviamente isso é ótimo de se ver, mas tem um prazo de validade.</p> <p>Depois, nós, media portugueses, estamos a competir com o YouTube, estamos a competir com a Netflix, então</p>	“Eu diria que nos interessam particularmente histórias de vida, mas num segundo momento a abordagem política é determinante.”	“A reação é positiva, o público tende a apreciar trabalhos sobre este tema apesar de, lá está, achar que as pessoas se saturaram desta matéria.”

as coisas mudaram muito, somos muito sensíveis àquilo que as pessoas querem ler e isto tem tanto de bom quanto de mau, e tem mais de mau do que de bom, na verdade.

No entanto, acho que o leitor do público é um leitor muito atípico, porque são pessoas normalmente muito instruídas, são pessoas que têm uma visão muito global do mundo, que querem muito ler notícias internacionais, sinto que não é muito comum, até por aquilo que vou lendo de relatórios que vão saindo sobre o estado da imprensa, acho que não é muito comum e acho que isso depois também se reflete nos temas que nós tratamos.”

2ª Tabela de análise – Importância do tema para o jornalismo

Jornalistas	Perceber se se devia dar mais atenção ao tema	Cobertura do tema nos media portugueses	Trabalhos mais marcantes
Entrevistado n° 1	<p>“ Não dá a atenção devida e devia dar mais porque se trata de um problema que afecta milhões de pessoas de todo o mundo, as mais frágeis da sociedade, famílias inteiras que fogem, que arriscam tudo, mulheres, crianças desacompanhadas. Pessoas que são vítimas de muitas maneiras. E que a comunicação social devia mediatizar de forma mais regular e atenta, de forma a pressionar os poderes políticos para que agissem.”</p>	<p>“Acho que é pobre e esporádico. Só me lembro de uma cobertura exaustiva e concertada na crise dos refugiados ucranianos.</p>	<p>“Marcou-me muito o trabalho que fiz sobre o Amin, um jovem sírio de 22 anos, inteligente e promissor, que estava na universidade e tinha uma família forte e unida - e que teve de deixar tudo para trás por causa da guerra, fugindo sozinho para um país onde vive escondido, na pobreza, alvo de preconceitos e perseguições. Onde foi preso mal chegou por estar a trabalhar ilegalmente como guia turístico (não lhe foi concedida a hipótese de se legalizar) e onde corre diariamente o risco de ser deportado pelo regime turco, para a síria, que continua em guerra, e onde será morto pelo regime sanguinário de Bashar-Al-Assad pelas denúncias públicas que fez. O pai do Amin morreu entretanto na Síria e ele não estava lá para se despedir dele nem para apoiar a família. A mãe</p>

			<p>está muito doente e ele é muito ligado a ela. O Amin vive há vários anos em situação de depressão, sem dinheiro, sem trabalho e a dividir quartos minúsculos e inabitáveis com grupos de homens refugiados. Queria vir para Portugal, onde tem muita gente que gostaria de o ajudar, mas sem estar legalizado, não pode.”</p>
<p>Entrevistado n° 2</p>	<p>“Depende das situações. Quando surgiu a guerra na Ucrânia em fevereiro de 2022, que gerou um elevadíssimo movimento de refugiados, foi dada pela RTP tal como pelos outros media, grande atenção à situação. Foram deslocadas equipas de repórteres para várias fronteiras nas zonas onde estavam a chegar refugiados em fuga do conflito. Por vezes, depois da onda de atenção maior, perde-se o fio às situações. Opta-se, nessas alturas, por outros tipos de formatos de reportagem mais alargada e que se centra em situações específicas. As migrações, os</p>	<p>“Creio que os media portugueses tentam ter este assunto sob radar com maior ou menor intensidade.”</p>	<p>“Lembro-me muito bem do trabalho que fiz no campo de refugiados de Kakuma, no Quênia em 2009, com refugiados do Sudão, da Somália, do Ruanda. Foi aí que me apercebi mais intensamente do que é a condição de refugiado. Por vezes temos a noção que é uma situação temporária, que depois se resolve por si, ou à qual deixamos de dar atenção. Mas nesse campo estive com pessoas de 18 ou 20 anos que tinham chegado àquele campo com 2 ou 3 anos. Não conheciam o país de origem nem nada para lá dos limites do campo. De certa forma estavam "presos" num campo de onde não sabiam se alguma vez conseguiriam sair dado os conflitos nos países de origem. Ouvi a expressão "ser refugiado é horrível" e nunca mais me esqueci dos constrangimentos que essas pessoas sentiam, da falta de perspetivas ou</p>

	<p>refugiados, são algo que faz parte da história da Humanidade, por isso ciclicamente acontece essa atenção. Nesta altura os refugiados climáticos deveriam já estar a suscitar, eventualmente, mais atenção do que aquela que lhes é dada.”</p>		<p>oportunidades.</p> <p>Também durante a crise migratória na Europa em 2015 deparei-me com pessoas oriundas da Síria e do norte do Iraque que nem sequer sabiam que território estavam a pisar na Europa vidrados na fuga a situações terríveis e na esperança de encontrarem um chão mais acolhedor. Admito que é difícil imaginar-se o que é a real situação de um refugiado porque comporta várias dimensões: desde os traumas do conflito, da perda de tudo ou quase, da fuga e do acolhimento (que pode ser melhor ou pior), do choque cultural, . Para além disso há ainda a questão da saúde mental que raramente é avaliada nestas situações e que comportam elevados níveis de stress traumático.”</p>
<p>Entrevistado nº 3</p>	<p>“Penso que a Renascença dá uma atenção adequada ao seu estatuto editorial, fundado numa atenção especial aos mais desprotegidos e</p>	<p>“ A perceção das coberturas mediáticas em Portugal é frequentemente confundida com o peso do jornalismo televisivo. A cobertura feita em Portugal é marcada muito pelas crises e guiada pela</p>	<p>“ Para não ser injusto, não gostaria de discriminar nenhum trabalho, com exceção de um , que foi feito pela minha rádio. Trata-se do trabalho multimédia “A Sul da Sorte” da minha colega Catarina Santos, por expressar</p>

	<p>cadenciados da sociedade. A mobilização de meios depende mais de fatores financeiros do que da vontade dos repórteres ou editores. Com mais meios podemos dar ainda mais atenção, nomeadamente no plano da reportagem.”</p>	<p>agenda criminal (ex: tráfico de seres humanos, crimes de incendio, etc.)</p> <p>Penso que existem bons trabalhos sobre a situação dos imigrantes em Portugal, refugiados ou não.</p> <p>Faltam trabalhos micro, de realidades locais, a que não é alheia a falta de imprensa local forte. Existem dificuldades na rotina dos refugiados em Portugal que podiam ser tratadas com maior profundidade na imprensa portuguesa.</p> <p>Existem também constrangimentos financeiros para custear mais reportagens fora de Portugal sobre migrantes e refugiados.”</p>	<p>bem a realidade das travessias do Mediterrâneo para a Europa.”</p>
<p>Entrevistado nº 4</p>	<p>“Sim, diria que, no panorama português, será dos meios que mais destaque dá ao tema. Acho que deveria dar mais, na medida em que é um tema que ganha muito destaque quando há tragédias ou episódios específicos, mas o resto do tempo é um tema que fala se houver oportunidade mas não é</p>	<p>“Isto é muito variável. Há sempre um espetáculo mediático quando alguma tragédia acontece (exploração laboral em Odemira, por exemplo) e depois o assunto morre. Em geral, sobretudo nas TVs, não há explicações detalhadas sobre as coisas mas, acredito, é algo transversal a todos os temas e não só a este.</p> <p>Há alguma confusão de conceitos entre o que</p>	<p>“Modéstia à parte, acho que o Expresso apresentou alguns dos melhores trabalhos sobre o tema. No entanto, a Renascença tem muito o mérito de ter sido o primeiro meio, logo em 2015, a aprofundar com detalhe o tema. Os que aqui destaque são dignos de nota porque não se limitam a contar factos, explicam-nos e mostram-nos com sensibilidade e sentido de humanismo, desfazendo medos e não recorrendo à informação fácil e pouco</p>

	<p>prioritário.”</p>	<p>são refugiados, migrantes ou requerentes de asilo, assim como algum preconceito e discriminação pelo facto de serem estrangeiros. Ainda hoje em dia se encontram títulos com a nacionalidade de uma pessoa que cometa um crime caso não seja português. Um exemplo recente disse é do ataque no Centro Ismaelita de Lisboa.”</p>	<p>fidedigna.</p> <p>Deixo alguns exemplos:</p> <p>https://especiais.rr.pt/a-sul-da-sorte/index.html https://especiais.rr.pt/refugiados-grecia/default.html https://multimedia.expresso.pt/moria/ https://multimedia.expresso.pt/mediterraneo2020/ https://multimedia.expresso.pt/ceuta2021/ https://multimedia.expresso.pt/migrantesdevolvidos2020/ https://multimedia.expresso.pt/lampedusa2019/”</p>
<p>Entrevistado nº 5</p>	<p>“Os casos humanitários podem e devem ter mais atenção por parte dos jornalistas. Podemos ver que as crises se arrastam e não se vislumbram soluções. Talvez uma maior insistência dos jornalistas fosse uma ajuda para resolver as crises e também para chamar a atenção para a necessidade de uma</p>	<p>“A perceção das coberturas mediáticas em Portugal é frequentemente confundida com o peso do jornalismo televisivo. A cobertura feita em Portugal é marcada muito pelas crises e guiada pela agenda criminal (ex: tráfico de seres humanos, crimes de incendio, etc.) Penso que existem bons trabalhos sobre a situação dos imigrantes em Portugal, refugiados ou não.</p>	<p>“Para não ser injusto, não gostaria de discriminar nenhum trabalho, com exceção de um , que foi feito pela minha rádio. Trata-se do trabalho multimédia “A Sul da Sorte” da minha colega Catarina Santos, por expressar bem a realidade das travessias do Mediterrâneo para a Europa.”</p>

	maior ajuda a quem tem carências de toda a ordem.”	Faltam trabalhos micro, de realidades locais, a que não é alheia a falta de imprensa local forte. Existem dificuldades na rotina dos refugiados em Portugal que podiam ser tratadas com maior profundidade na imprensa portuguesa. Existem também constrangimentos financeiros para custear mais reportagens fora de Portugal sobre migrantes e refugiados.”	
Entrevistado nº 6	“Acho que dá a atenção devida, tendo em conta que fazemos jornalismo lento e que a redação é pequena. Já publicámos duas séries sobre o tema e portanto acho que estamos a fazer um trabalho considerável”	“Bastante fraca e muito superficial, apenas se dedica à atualidade, devia apostar mais na investigação e explorar melhor os diversos ângulos de abordagem existentes. Para além disso, o tema está a ser cada vez mais banalizado e isso também não é positivo.	“Não vou referir nenhum em concreto mas existem trabalhos de qualidade realizados pelos media portugueses. No caso do fumaça destaco as duas séries que fizemos sobre este mesmo tema e que me marcaram bastante.”
Entrevistado nº 7	“Acredito que a RTP tem feito um trabalho que faz justiça, digamos, àquilo que é o seu empenhamento de informar o público enquanto serviço público. É óbvio que o tema vai sendo esquecido	“Eu acho que a comunicação social portuguesa se portou muito bem. E cobriu, às vezes, até de forma exaustiva demais o tema...Bem, esperemos que possa ter ajudado de alguma maneira a formar uma opinião pública mais solidária e mais compreensiva	“ Sim, houve muita coisa interessantíssima. Estou a recordar-me do trabalho feito pela Cândida Pinto que conseguiu fazer com que uma mãe se reencontrasse com a filha no meio daquela confusão. ”

	<p>aqui e acolá e apenas repescado quando há uma tragédia, mas isso ultrapassa a própria RTP. Eu acho que as dinâmicas noticiosas têm um caminho muito próprio e a RTP, não devendo obviamente segui-las, só por uma questão de moda, mas por uma questão económica, acaba por fazê-lo também. Mas eu acho que apesar de tudo a RTP tem tido algum cuidado e tem informado bem a opinião pública sobre esta temática.”</p>	<p>perante aqueles que chegaram até nós, com discursos diferentes e com maneiras de viver totalmente diferentes de nós. Eu acho que o papel do jornalismo também é tentar abrir a mentalidade. Eu acho que os portugueses, em regra geral, compreenderam bem quem estava a chegar à Europa e quais foram as suas razões e a tolerância foi-se de alguma forma instalando entre os portugueses, que acho que se portaram bem.”</p>	
<p>Entrevistado n° 8</p>	<p>“Considero que todos os meios deviam dar mais atenção a este tema. Nós depois, claro, lidamos com a agenda mediática e também a agenda que nós construímos e acho que, de facto, este tema desapareceu de forma geral, tirando raras exceções e honrosas exceções, desapareceu um pouco do noticiário, mas de forma geral, a nível</p>	<p>“Acho que há jornalistas que ficaram de facto com este tema como uma missão e que felizmente vão acompanhando espaçadamente o tema e vão continuando a fazer algumas reportagens sobre o assunto. Acho que deveria haver uma certa vigilância em relação a este assunto. Mesmo em termos políticos de tentar continuar a acompanhar o que as instituições europeias decidiram, como é que os planos que traçaram estão a correr, o que é</p>	<p>“Até um bocadinho na senda do que estávamos a falar há reportagens da Marta Gonçalves, do Expresso, mais recentes até, que ela continuou a fazer, e mesmo quando já havia muito poucas operações de resgate ainda ativas no Mediterrâneo, a Marta continuou a acompanhar este tema e continuou a retratá-lo de uma maneira que, enfim, tentava contrariar precisamente esta ideia de que isto já não acontecia, não é? Já não havia naufrágios e que já não havia gente a tentar atravessar o Mediterrâneo.</p>

	<p>nacional e internacional. E acho que seria necessário ter muito mais atenção porque, como dizia há pouco, basta continuarmos a procurar e a tentar saber para facilmente perceber que o problema não desapareceu, simplesmente deixou de estar à frente dos nossos olhos.”</p>	<p>que acontece para lá daquilo que é evidente. Acho que haveria muita matéria para, lá está, não para este tema abrir telejornais todos os dias, mas para estar muito mais presente do que está na generalidade dos meios portugueses e internacionais.”</p>	<p>Portanto, os trabalhos, os últimos que ela fez sobre o tema já foram numa fase em que pouca gente estava a fazer trabalhos de género e ainda bem que ela os fez porque, de facto, são muito necessários.”</p>
<p>Entrevistado nº 9</p>	<p>“Eu acho que isto é um tema inexplicável e que se devia dar toda a atenção ao tema. Diria sempre que é insuficiente em todos os meios em público. Agora, é claro, como disse na questão anterior, há meios que dão mais atenção que outros e portanto há meios que cumprem mais o seu papel que outros.”</p> <p>“</p>	<p>“Acho que os media portugueses são muito virados para dentro, portanto, dão muito mais notícias e cobertura à questão dos refugiados em Portugal.”</p>	<p>“Sim, alguns. Lembro-me de um trabalho da Marta Gonçalves no Expresso, creio que no campo de refugiados na Grécia.”</p>
<p>Entrevistado nº 10</p>	<p>“Eu acho que o jornalismo tem bons incentivos a trabalhar este tema. O que é que eu quero dizer com isto? Há</p>	<p>“Eu acho que as redações... Esta palavra é muito boa. Eu acho, e aqui isso vai levar-nos a uma reflexão um pouco mais genérica sobre o</p>	<p>“Internacional eu acho que há um trabalho extraordinário de uma jornalista irlandesa que é Sally Hayden, que é um livro sobre as condições de tortura de refugiados na Líbia</p>

muitos prémios jornalísticos dedicados aos direitos humanos. Ok. Quer seja o prémio Fernando de Sousa, que é da Comissão Europeia, quer sejam os prémios da AMI, da Corações Com Coroa, há uma imensidão de prémios que eu interpreto os prémios como um incentivo. Esta discussão vai ser publicada daqui a algum tempo, portanto posso dizer isto já, só a partir de dia 4 que é oficial, mas o documentário Última Fronteira está nomeado por o Festival de Molde Caldo.

Pronto, então até lá já foi. Está nomeado. Parabéns desde já. Obrigado. Mas isto deve ser utilizado e as organizações pensam desta forma, que é estas

jornalismo. Eu acho que o jornalismo vive dias muito difíceis por um conjunto de razões. Desde logo porque há uma juvenilização das redações, ou seja, as redações com uma faixa de idade muito jovem.

Há uma faixa dos 30 a 40 anos que se evaporou e foi procurar outras vias profissionais, ou seja, existem pessoas muito novas e pessoas que são poucas, 50 para cima. Uma redação tem de ser um centro de conhecimento, um centro de partilhas de experiências, um centro de debate de ideias, um centro de discussão permanente de tudo e de debate intenso, apaixonado. A redação vive disso, da partilha de perspetivas, da discussão de ideias. E as redações hoje em dia não são isso. Até porque há uma precariedade na profissão, ou seja, um jornalista que comece e que ganha 800 euros não viaja, não compra livros, não vai ao cinema. Vive mal. Nem consegue viver. Pois, nem consegue. 800 euros, se tiver que viver em Lisboa, não dá. Mas é o comum, ou seja, os jornalistas acabam por atrasar

e a responsabilidade europeia.

Acho que é a obra mais completa sobre algo específico, ou seja, é sobre a travessia mais perigosa, que é o do Mediterrâneo Central, mas é a obra mais completa que eu li até agora sobre a política europeia para os refugiados e as responsabilidades das Nações Unidas, etc, etc. A nível internacional diria que é a jornalista que neste momento tem o trabalho mais recente.

Depois a série que ela anima, eu tenho sempre dificuldade em dizer o nome dela, mas vale a pena, quando é assim, que é da série internacional e que eu uso um excerto da reportagem dela no documentário A Última Fronteira, também tem trabalhos muito interessantes na área das migrações, mas dedica-se sobretudo à África e tem um trabalho extraordinário na Líbia.

Depois a nível nacional, eu as duas jornalistas que destaco é a Ana França, do Expresso, e também a Joana

atribuições de prémios são incentivos, que é este trabalho está bem feito, está aqui um prémio. O prémio em si vai trazer outra vez atenção porque no festival, por exemplo, do Mónaco, isto vai ser emitido outra vez, vai ser uma estreia internacional, ou seja, permite aumentar a rede de influência da mensagem que o trabalho passa. Isto é importante. Este incentivo existe. Lá fora então existem imensos festivais dedicados especificamente a direitos humanos, a migrações, etc.

Portanto, os estímulos existem. Não se pode dizer que quem faz um trabalho destes é ignorado.

Claro. Pelo menos fora da

o seu processo de amadurecimento. Mas o que eu sinto que falta na redação é que, de consequência dessa preocupação pela sobrevivência e pelo pagamento de contas, o jornalista não amadurece.

Ou seja, está permanentemente a partilhar casa com amigos, está permanentemente a pagar as contas e ir para o trabalho e a fazer coisas simples. E isso não proporciona o crescimento devido. A redação deve ser um sítio de partilha de conhecimento, como disse, de estudo, de debate e de ideias, mas as pessoas para isso têm de ler jornais, ver televisão, saber línguas, viajar, comprar livros, ler muita coisa e não há dinheiro para isso. Não tem acesso a isso. As pessoas não têm dinheiro para subscrever revistas internacionais. E isso impacta. E como a outra geração seguinte, que é a minha, é cada vez mais ausente, segue outras vias, o debate perde-se.

E é por isso que estes temas nas redações não existem. Porque a geração mais nova, enquanto eu com 25 anos batalhei para permanentemente

Gorjão Henriques, que é do Público. A Ana fez um trabalho, para o Expresso, que foi muito bom no sentido de denunciar as dificuldades para os refugiados em Portugal, e esse trabalho foi anterior ao meu, denunciar as dificuldades que os refugiados vivem na integração em Portugal.

A Joana Gorjão Henriques, eu não tenho nenhum trabalho específico que consiga dizer que se destaque mais do que outro, porque a Joana faz um trabalho permanente, continuado, sobre este assunto. Portanto, é algo que ela mantém como consistente.

Eu acho que há alguns trabalhos que são muito bons e importantes, mas pecam por serem raros. Eu entendo que não haja uma cobertura diária sobre o tema migrações, mas acho que quando há é polarizante também, ou seja, quando há, há trabalhos muito completos ou trabalhos muito parcos.

Ou seja, é muito bom ter trabalhos de fundo, que são

redação. Dentro pode ser. E a luta é interna na redação. A luta não é externa. As pessoas estão atentas. Este tema, por ser um tema polarizador, alguém vai ver uma reportagem, quer seja a favor do acolhimento de refugiados, quer seja contra. Vai atrair a atenção dos dois perfis. Uns vão ter a sua opinião corroborada, outros vão sentir-se, enfim, atacados nas suas convicções, mas por ser um tema polarizador (...)"

trazer este tema, eu hoje em dia não vejo ninguém particularmente interessado, pelo menos na minha redação, a trazer um tema específico, seja este, seja outro. As pessoas vivem na espuma dos dias. As redações vivem na espuma dos dias. Os mais novos, por ausência de conhecimento, os mais velhos, se calhar, porque estão afadigados com outras tarefas ou desmotivados ou preocupados com outras coisas, andamos muito na espuma dos dias.

E acho que essa, apesar disto levar-nos a um diagnóstico mais geral sobre o estado da profissão, é a grande causa. A profissão do jornalismo. Os meus colegas não sabem o que acontece nas fronteiras da Europa e essa grande falta de cultura geral e de conhecimento científico, de própria ligação entre a academia, as universidades, as faculdades e as redações, é inexistente.

Mas deve existir, tem de existir. Há uma obrigação de. Temos de ouvir, temos de ler livros,

bons, que são bem feitos em Portugal. É triste que haja, por outro lado, ao mesmo tempo, uma cobertura demasiado simplista deste tema e que só aparece se houver a espetacularidade da existência de imagens ou a dramaticidade da existência de mortos. E não haja nada no meio. Tem de haver algo no meio para que seja uma cobertura mais coerente, mais esclarecedora e que permita, enfim, aquilo que eu acho que é sempre a missão do jornalismo, que é serviço público. E manter a democracia a funcionar bem.

Porque se for uma cobertura coerente e se houver um elemento político que use um argumento demagógico, uma audiência que já esteja sensibilizada já não vai dizer se o senhor tem razão. Se calhar vai pensar, será que tem razão? E é aqui que o jornalista deve intervir, que é esclarecer ao máximo a sua audiência para lhe dar todas as hipóteses. As pessoas têm hipóteses de continuar a acreditar que a integração de refugiados não devia ser possível, mas pelo menos que tenham sido de alguma forma expostas a informação suficiente para se formar

temos de ler dissertações de mestrado, temos de trazer pessoas que saibam do que é que estão a falar efetivamente, do que apenas comentadores de generalidades ou jornalistas que não sabem de facto sobre o que é que estão a falar. E isso faz com que as migrações, mas também outros temas, acabem por não ter o destaque devido, porque a própria sociedade não dá atenção a estas pessoas. Voltamos à ideia do espelho do senso comum. É quase como se fosse uma parte inexistente da população que não tem representatividade na conversa diária da opinião pública, portanto também dificilmente consegue ter representatividade nos media.”

um juízo de valores.

E não apenas uma informação parcial, porque depois as redes sociais, os meios de comunicação de massa trouxeram estes fenómenos, de televisões com mais de um milhão de audiência de um jornal, mas agora creio que estamos a assistir exatamente ao inverso, ou seja, a uma fragmentação como nunca antes da audiência. Ou seja, cada pessoa, através da informação que nem tem de procurar, pode chegar a si através das redes sociais, cada pessoa vai tendo uma parcela da realidade e constrói a sua própria realidade com esses pequenos fragmentos que vai tendo e que lhe vão chegando muitas vezes sem que tenha de procurar.

E isto é um perigo. Isto é um perigo para a democracia, é um perigo para o jornalismo que se não estiver atento corre riscos efetivos de perder relevância e isso já está a acontecer. E é por isso que eu acho que a cobertura das migrações, um tema que é tão de extremos, tem de merecer mais atenção. Não basta ser muito bom de vez

			em quando, é preciso ser coerente ao longo do tempo.”
Entrevistado nº 11	<p>“Eu considero que dá a atenção mas, ao mesmo tempo, acho que este é um tema que carece de muito estudo e investigação e que existem muitas abordagens ainda por tratar e, como tal, acho que o meu meio, tal como todos os outros, deveria mais atenção ao tema, ressaltando que dentro daquilo que existe o Expresso se destaca em Portugal nas questões dos migrantes e, no geral, a tratar de jornalismo humanitário.”</p>	<p>“É assim, eu acho que Portugal beneficia do facto de não termos um contacto tão direto com o tema, por exemplo, nós não vemos 800 pessoas de uma cor diferente a entrar numa praia no Algarve.</p> <p>Não há ninguém tão tolerante a esse ponto. Portugal não é mais tolerante do que ninguém, nós só não temos um problema. Um problema visível, não é? Não há chegadas compulsivas, em que tu não estejas à espera. Porque elas vêm sempre... O SEF entrevista as pessoas no Egito, na Grécia, nesses sítios onde há grande fluxo, na Turquia, e depois vêm as famílias que precisam, aquelas que nós já sabemos que podemos receber, aquelas que há espaço em Lisboa. No fundo, damos-nos ao luxo de ser um país organizado nisso porque não temos que lidar com aquelas chegadas, 10 mil pessoas numa semana, como já aconteceu na Itália, até já aconteceu por dia em Lesbos.</p>	<p>“Existem trabalhos muito bons feitos na área das migrações. Há um tema que me interessa particularmente e que não é muito tratado, aliás, acho que só eu é que abordei esse tema, trata-se de devolver pessoas ao seu país de origem, portanto a lei internacional não permite que se levem pessoas para um país onde elas são torturadas ou podem estar em perigo de vida mas isso já aconteceu em Portugal.”</p>

A nossa cobertura é um pouco mais benevolente perante os refugiados, tipo, quase ninguém tem culpa de nada e obviamente que há refugiados que têm culpa de não quererem trabalhar, há refugiados que têm culpa de serem violentos para as mulheres, há refugiados que não deixam as mulheres estudar. De certeza! E, obviamente, não se fala tanto disso porque não queres, não sei, não queres ser mau para populações que já são vulneráveis. Isso também, jornalisticamente, pode ser questionável, porque se calhar não estás a fazer o teu trabalho porque não estás a perguntar-te a ti mesmo, porque se há ou não há crianças que não estão a estudar pelos pais por serem conservadores.

Nós sabemos as crianças que chegam e sabemos onde é que elas estão a não ir para a escola, não é? Portanto, eu acho que a nossa cobertura é muito... representa o refugiado como alguém que precisa de ajuda ou que é potencialmente uma vítima ou da burocracia do

Estado ou da extrema-direita ou da falta de emprego, que afeta ainda mais essas pessoas do que os portugueses, claro, porque não falam português, porque, sei lá, toda a gente conhece um sírio ou um afegão que não tem trabalho apesar de estar cá há um ano, ou um ucraniano, ou não sei o que, é normal, não é?

Portanto, eu acho que nós somos bastante benevolentes na cobertura. Não é necessariamente uma coisa má, não é? Porque se fores a ver, de facto, os problemas com que eles se deparam são... A questão da burocracia do Estado é mesmo muito complicada para qualquer português, imagina para alguém que não é...é mesmo um Estado com muita red tape, com muita má vontade dos serviços públicos, qualquer um de nós já passou por isso, não é preciso ser refugiado. Portanto, eu acho que é normal nós também cobrirmos dessa forma. Não sei se é muito equilibrado ou se falta um pouco de análise mais crítica, não é?

Ou que mesmo as pessoas que chegam, como

chegam, se estamos a integrá-las bem, por exemplo, acho que isso é um tema que não se cobre... ou os problemas que os brasileiros têm, ou os ucranianos que não têm casa. A Câmara de Lisboa disse que ia abrir um programa para dar casa e acho que há tipo duas casas dadas, é uma coisa ridícula, a guerra já fez um ano e meio quase, não é? Porque é tudo incrivelmente burocrático.

Portanto, isso também se escreve, não estou a dizer que não se escreve, mas no geral acho que temos uma abordagem menos crítica do fenómeno da imigração no geral, não é? E do fenómeno do conservadorismo muçulmano, do fenómeno da falta de emprego e da quantidade de dinheiro que os refugiados podem tirar ao Estado. Cobrimos menos essas coisas, acho eu, porque também não há um fenómeno em que tu vejas que aquilo é um sugador de dinheiro estatal. Não é porque é a União Europeia que manda o dinheiro, porque eles vêm todos ao abrigo de programas da União Europeia. Agora, se chegassem como chegam a Itália, isso é

o budget estatal. Porque não é a União Europeia que dá dinheiro, mas todos os refugiados que vêm para cá nós recebemos, acho que é 8 mil euros por ano por cada pessoa que aceitamos. Que na verdade é um ordenado mínimo, tipo 9 mil euros por ano, 10 mil euros por ano, é um ordenado mínimo português.

Logo, o Estado recebe da União Europeia o suficiente para cuidar bem dessas pessoas, ou pronto, tentar, não é? E eu acho que também é por isso que não há assim uma abordagem muito crítica, porque nós também não gastamos muito dinheiro com eles. Ou seja, só depois do período de transição de 18 meses é que começamos talvez a ter algum gasto. Por exemplo, se eles não tiverem emprego, vão estar no Fundo de Desemprego ou vão estar na Segurança Social, mas durante um ano e meio é a União Europeia, porque nós não temos imigração ilegal, que é um mito em Portugal, não é? Quando se ouve falar dos marroquinos, mas quem? Que marroquinos? Dos 90 que chegaram

em 2019, ficaram 4 em Portugal, 2 eram menores.

Eles foram todos repatriados porque eles não pediram asilo, não queriam vir para cá, queriam ir para a Espanha. Então, preferiram voltar para Marrocos e depois tentar outra vez o barco com melhores coordenadas. Nós não temos um problema de chegadas, portanto, também não temos imigração ilegal em massa, como existe, sei lá, nos Estados Unidos, já devem ter 10 milhões de imigrantes ilegais a trabalhar há anos lá... Eu conheço um monte de portugueses que estão lá a trabalhar em restaurantes, não vêm embora, depois não podem entrar, não é? Nós não temos esse tipo de problema, portanto, eu também acho que isso ajuda a cobertura não ser tão crítica, certo? Não ser tão anti-imigração ou não estar assim em cima deles, o que é que eles estão a fazer? Pronto, acho que é por isso, porque não temos um problema que se veja nas ruas, imensa violência, violações e mesquitas em todo lado e isso não existe.

Portanto, também não... mesmo muitas

		mulheres cobertas dos pés à cabeça, não se vê, algumas em Lisboa, talvez, mas no resto do país não se vê, portanto, acho que é um bocado por isso também.”	
Entrevistado nº 12	“Acho que sim, tendo em atenção que o Público tem que responder às necessidades do mercado mas considero que o Público e o Expresso foram um exemplo ao tratar esta matéria.”	“Acho que a cobertura é, ainda assim, insuficiente pois este é um tema importante e merecia uma atenção mais cuidadosa e que requeresse uma maior investigação e nível de profundidade.”	“Quanto a mim, já referi o trabalho que me marcou mais mas, no geral, acho que os trabalhos do Público e do Expresso são uma referência em Portugal.”

3ª Tabela de análise – Importância dos Direitos Humanos

Jornalistas	Importância dos Direitos Humanos	Investimento em Portugal nos Direitos Humanos	Tipo de cobertura
Entrevistado nº 1	“Uma das missões do jornalismo é dar voz a quem não a tem. É servir de palco, de plataforma, a quem é esquecido, negligenciado, pelo poder político. Nesse sentido, o tema dos refugiados deveria estar sempre no	“Pobre. Como disse, por norma, só é tratado quando há uma catástrofe.”	“Insuficiente e demasiado esporádico.”

	radar da comunicação social, uma vez que se trata de um problema de enormes dimensões e que afeta, de uma forma ou de outra, a generalidade dos países e milhões de pessoas por todo o mundo.”		
Entrevistado nº 2	“O tema é muito importante para o jornalismo uma vez que todos os seres humanos devem ter direito a viver em paz e de forma digna. É uma questão de direitos humanos.”	“Investimento médio.”	“Cobertura média.”
Entrevistado nº 3	“Do meu ponto de vista deve ser essencial. É um tema central para os jornalistas que têm a obrigação de monitorizar as violações destes direitos em todo o mundo.”	“ O investimento poderia ser maior mas está limitado pelas circunstâncias financeiras do jornalismo em Portugal. No entanto, sem ter acesso a estatísticas, tenho a perceção de que têm sido veiculadas cada vez mais reportagens e investigações sobre abusos de direitos humanos em Portugal.”	“Mais uma vez, o noticiário criminal domina bastante a forma como a cobertura é feita. Penso que deveria ser mais consistente no tempo e com a preocupação crescente de proteção da identidade das vítimas.”
Entrevistado nº 4	“ (...) Acho que não é um tema prioritário, no entanto, não existe (ou	“ Bastante insuficiente. Mas, uma vez mais, é algo transversal a todo o jornalismo e	“Insuficiente e, por vezes, pouco aprofundado. Não sendo um tema com um acompanhamento

	<p>pelo menos nunca senti) qualquer entrave ou bloqueio editorial para o fazer. Não é um assunto que mobilize muitos recursos ou espaço (seja em papel ou nos telejornais). Diria que não é dada a devida importância porque em Portugal não é problema que se faça sentir. Os refugiados que chegam ao país vêm já triados e escolhidos de países como a Grécia ou Itália. Não há propriamente pessoas a cruzar as fronteiras para entrar na Europa por Portugal. Ou seja, é um assunto fácil de esquecer e ignorar.”</p>	<p>sente-se mais em temas e assuntos que não são prioritários.”</p>	<p>constante, leva a que nem sempre as pessoas que pegam no tema dominem por completo o assunto e obriga a “desenrascar”. E isso depois pode levar a coberturas superficiais e insuficiente.”</p>
<p>Entrevistado nº 5</p>	<p>“Os Direitos Humanos deveriam ser uma trave-mestra do jornalismo.Podemos não fazer a cobertura perfeita, mas ela existe. O investimento pode ser muito melhorado, mas os media atravessam uma crise profunda, com redações mínimas e com</p>	<p>Resposta implicitamente dada no ponto de comparação anterior.</p>	<p>Resposta implicitamente dada no ponto de comparação anterior.</p>

	uma necessidade de vendas e audiências que tem contribuído para degradar a qualidade da informação.”		
Entrevistado nº 6	“Acho que a abordagem é extremamente superficial e insuficiente, acho que não se dá destaque ao que é realmente importante e que o tema é abordado de uma ótica muito pouco profunda.”	Resposta dada implicitamente no ponto de comparação anterior.	“Acho que o tipo de cobertura é insuficiente, por razões já explicadas anteriormente.”
Entrevistado nº 7	“ Para mim os direitos humanos estão no topo daquilo que é a nossa missão, fazer cumprir, ou melhor, ajudar a fazer cumprir os direitos fundamentais. É importante sermos vigilantes dos seus atropelos, eu acho que é a missão mais preciosa do jornalista.”	“Eu diria que é muito positivo, diria que sim. Eu creio que a comunicação social em geral não poupa recursos quando é necessário explorar este tema e torná-lo visível, na grande maioria. Claro que há falhas, poderia ser uma cobertura mais extensa, mais estruturada, mais prolongada no tempo, concordo, mas não somos um país perfeito e como tal também não temos a comunicação social perfeita, mas creio que é feito um esforço que é de louvar.”	“Eu acho que, muito genericamente, a cobertura foi positiva, mas, claro, há coberturas deste tema que são mais sensacionalistas e não me agradam tanto, que cobrem o tema do ponto de vista apenas das emoções mais básicas e com isso não me identifico.”
Entrevistado nº 8	“Acho que o jornalismo deve ter uma relação com os direitos humanos,	“Acho que já respondi mais ou menos a essa pergunta. Acho que seria ótimo que nos	“Eu acho que genericamente é muito difícil fazer... Por um lado, é muito mais fácil contar estas histórias em

basicamente como tem com qualquer outro tema, ou seja, acho que deve procurar...deve procurar contar histórias que evidenciem situações eventuais em que esses direitos humanos não estejam a ser respeitados e deve fazê-lo enquanto jornalista. Ou seja, eu não acredito numa coisa que seja uma espécie de ativismo misturado com jornalismo, ou o que alguns chamam de jornalismo de causas. Eu não acredito nisso. Ou é jornalismo ou não é. Acho que há imensas, sempre imensas questões desta área para serem tratadas e aos mais diversos níveis e nem só relacionado com refugiados, há imensas, imensas relacionadas com desigualdades sociais, com pobreza, com qualquer situação em que um direito humano esteja em risco ou um grupo que não esteja a ver respeitado

mantivéssemos mais atentos a este tema, porque acho que ele continua a merecer mais atenção. Há, felizmente, algumas exceções, mas acho que mereceria mais.”

períodos de muita convulsão em que estão a acontecer muitas coisas, enfim, porque as histórias estão ali, não é? É só esticar o microfone. Por outro lado, acho mesmo, como dizia há pouco, que é importante ter sempre a preocupação de dar contexto, o máximo de contexto possível, de ter pessoas a tratar estes temas que estejam com a noção mais alargada possível dos vários itens que contribuem para que estes fenómenos sejam bem endereçados.

Portanto, eu acho que de forma geral nós temos jornalistas a quem são atribuídos ou que propõem temas, trabalhos sobre este tema que sabem, que têm muito conhecimento acumulado ao tratar este tema ao longo do tempo. Às vezes deparamos-mos também com alguns casos, se calhar, mais circunstanciais, em que o tema pode não estar a ser tratado com a devida profundidade ou com o devido contexto, mas acho que na generalidade, sobretudo aqueles jornalistas que ficam a tratar este tema durante mais tempo, têm esse conhecimento necessário.”

	<p>esse direito, normalmente deveria estar a merecer um retrato na comunicação social. Mas acho que essa abordagem, a meu ver, deve ser feita chamando-lhe simplesmente jornalismo. Não concordo com a adoção de expressões como jornalismo de causas, ou algo do género.”</p>		
<p>Entrevistado nº 9</p>	<p>“Eu acho que é grande. Ainda é um tema que move os jornalistas, os repórteres, uma sensação de dever em assegurar os direitos humanos e em sermos os vigilantes dessas causas e desses princípios. Portanto, eu acho que entre a maioria dos meus colegas há uma preocupação muito grande com a questão dos direitos humanos.</p> <p>E achas que é dada a atenção devida e porquê? Eu acho que, se calhar, não é dada mais atenção por falta de recursos económicos nos jornais, muitas vezes</p>	<p>“A cobertura, eu acho que dentro das condições em que têm de ser feitas, que muitas vezes são muito precárias, eu acho que é feita como deve ser, ou seja, de uma forma independente, imparcial, com causas humanas, mas sem causas políticas e no sentido de dar a conhecer as dificuldades que os refugiados têm de enfrentar. Se me perguntares se era possível fazer melhor, uma melhor cobertura, é sempre possível. Mas temos que atender ao facto de que muitas vezes isso é feito com condições que os leitores nem sonham que os jornalistas têm.”</p>	<p>Resposta dada implicitamente no ponto de comparação anterior.</p>

para fazer reportagem nos sítios onde os direitos humanos mais escasseiam. Ou mais são violados. Portanto, eu acho que esta é a maior causa. Depois há uma outra abordagem nisso que tem a ver com leitores. Será que os leitores clicam mais em temas relacionados com direitos humanos ou em notícias sensacionalistas que não interessam a ninguém?

Os dados mostram-nos que os cliques vão mais para esta segunda vertente de notícias e isso depois faz com que os próprios jornais investam menos nesses temas porque não dão tanta audiência. É uma pena porque eu sei que entre os jornalistas eles gostavam mais de fazer os temas que realmente interessam. Mas muitas vezes as decisões das direções e dos editores vão no outro sentido.”

<p>Entrevistado nº 10</p>	<p>“Eu escrevendo artigos de opinião, por exemplo, o único tema sobre o qual me debruço é sobre direitos humanos. Eu acho que é capaz de ser o único tema onde não há discussão sobre imparcialidade, ou seja, não dá para ser contra direitos humanos, ou não deveria. E acho que é o único tema onde o jornalista, claro que há jornalistas de política que expressam a sua opinião sobre política, isso, a meu ver, compromete a análise e a minha própria percepção daquilo que é dito pelo jornalista. Eu acho que no caso dos direitos humanos essa é a única matéria em que isso não tem esse tipo de impacto, ou seja, não há imparcialidade em relação aos direitos humanos, todos de parciais em relação ao cumprimento dos direitos humanos. É tão elementar e é tão básico.</p>	<p>“O investimento é pouco ou quase nenhum. É muito difícil conseguir convencer uma redação ou um diretor de informação que temos de ficar duas semanas no mar. Eu houve uma vez, não foi com esta direção, foi com uma direção anterior, já faz alguns anos, tinha a possibilidade de ir fazer um resgate, uma edição de resgate num Mediterrâneo.</p> <p>Eram nove dias, íamos estar a bordo de um barco que saía, de um navio aliás, que sairia a custo zero, na verdade, para a redação, mas só o simples facto de... Uma transação. Sim. Mas só o facto de um jornalista estar fora nove dias foi um impedimento. Estar fora nove dias significa que são nove dias em que eu não estou a fazer outras coisas que a direção considera prioritário.</p> <p>E depois a questão do escudo, talvez, também. Essa questão é secundária, nem sequer, a discussão nem sequer foi a esse ponto. Ou seja, é mesmo não querer, muitas vezes, dedicar qualquer tipo de investimento. Não há vontade, não há. Não é uma questão de ser caro ou ser barato. Não é prioritário,</p>	<p>Resposta dada, em conjunto, com o ponto de comparação anterior.</p>
---	---	---	--

O problema é que depois, normalmente, onde os direitos humanos mais são violados e incumpridos é nos locais onde a atenção ocidental não chega, não quer chegar, pelas razões que já aqui referimos. Está longe, longe do olhar, longe do pensamento, longe da necessidade de atenção e não percebemos que qualquer violação de direitos humanos, seja das minorias étnicas na China, seja o que está a acontecer no Sudão, enfim, por aí a fora, tudo isso merece a atenção independentemente da geografia e isso não existe. Às vezes a ideia de ficarmos pela espuma dos dias faz com que não se dedique tempo a olhar para questões de direitos humanos, muitas delas na própria Europa.

Nós temos países como a Polónia e a Hungria que estão, enfim, a afrontar

vai-se sempre para o fim da lista. Depois, obviamente, isso já foi há algum tempo, hoje em dia é diferente, ou seja, a posição que eu hoje tenho na redação permite-me ter a influência maior. Houve alguma resistência, por exemplo, a ir para a Polónia em 2021 fazer a reportagem na fronteira entre a Polónia e a Bela-Rússia. Não foi fácil convencer, mas aconteceu. Também não foi fácil convencer, logo na altura, a ir para a Roménia e para a Moldávia depois do início da guerra na Ucrânia, mas aconteceu. E outras circunstâncias, espero eu, vão acabar por acontecer, da mesma forma que não foi fácil convencer sequer a ir a Bruxelas, onde estive a gravar e onde depois entrevistei a comissária Ivo Leijoncen. Também não foi fácil convencer a ir a Madrid, apesar de ter ido a Madrid de carro. Fui num dia e voltei no outro. Há condicionalismos. Não foi fácil convencer uma direção de que eu precisava de dois repórteres de imagem e não de um. Mas é um trabalho que depois nós não podemos

direitos que estavam já adquiridos. Há claramente um problema entre a Comissão Europeia e estes dois países, mas nem isso, na verdade, acaba por ter muito tempo e muitos caracteres, muitos minutos dedicados na comunicação social portuguesa e isso pode decorrer do facto de estarmos a falar de minorias que são alvo destas violações, de grupos minoritários, de algo que não corresponde à maioria da população do país.

Mas o dever do jornalista, não há problema em relação a isso, há problema sim se o jornalista não for, no fundo, definidor daquilo que deve ser a atenção da audiência, ou seja, a ideia do agenda setting, acho que aí o jornalista tem essa responsabilidade de dizer ninguém está a pensar sobre isto, mas atenção porque isto está a acontecer no Sudão do Sul,

simplesmente delegar a responsabilidade numa hierarquia superior que não tem rosto. Ou seja, a linha editorial não é algo divino, sagrado e inquestionável.

A linha editorial pode sofrer alterações, pode ser influenciada, pode ser guiada pelos próprios jornalistas. E é isso que eu acho. Acho que o investimento é pouco, acho que há pouca dedicação, acho que há pouco tempo, mas a responsabilidade é dos próprios jornalistas. Se houvesse mais pessoas, jornalistas a tentar pressionar para se olhar para esses temas, eu tenho a certeza que o jornalismo seria muito melhor. A responsabilidade é única e exclusiva dos próprios jornalistas.”

no Bangladesh e nós temos que dedicar atenção, aqui está, está aqui isto. E isso normalmente diz respeito a direitos humanos. Esses temas mais menos expressados, se formos a pensar bem, são temas de direitos humanos, o que é um amplo chapéu, porque há muita coisa, desde as perseguições políticas na Bielorrússia, às alterações climáticas e o impacto que tem em Madagáscar, que produziu os primeiros refugiados climáticos, por exemplo.

Portanto, por serem essas minorias, são muitas vezes longe, é normal que estejam longe do pensamento das populações, ou da população portuguesa neste caso, mas o trabalho do jornalista é precisamente destacá-los e trazê-los para o debate público, trazê-los para a discussão pública. E voltamos à mesma questão, o jornalista muitas vezes é

	<p>espelho do senso comum e não provocador de discussões sobre temas surpreendentes, inéditos, escondidos, ocultos ou queiram.”</p>		
<p>Entrevistado n° 11</p>	<p>“Na cobertura de tudo, não é só de direitos humanos. Ou seja, o que acontece no Reino Unido, ou em Espanha, ou em França, vai ser sempre muito mais importante, pela questão da proximidade, do que acontece na Argentina. E depois acabamos por não dar tanta atenção a coisas que são super graves na Argentina ou no Equador, ou onde seja, como por exemplo, os direitos das mulheres, o direito ao aborto e a violência contra mulheres, que é assustadora na América Latina. Assustadora. Acho que só no Médio Oriente, e mesmo assim, não sie, há mesmo leis muito conservadoras na América Latina e nós não prestamos</p>	<p>“ Acho que já acabei por responder a isso anteriormente.”</p>	<p>“É insuficiente. Já expliquei porque considero que assim seja.”</p>

assim tanta atenção. Mas basta o Tribunal Supremo dos Estados Unidos estar a pensar no Roe vs. Wade, não é? E já toda a gente está a escrever sobre aquilo. Não quer dizer que as mulheres nos Estados Unidos não mereçam isso, porque, quer dizer, hoje em dia, 90% das clínicas não conseguem fazer o procedimento. Acho que quase todos os países mais perigosos do mundo estão na América Latina, por exemplo. Para aqueles países que entram em guerra e depois entram para o topo dos países perigosos, aquilo é um horror, ninguém consegue vir ali. Mesmo o México é complicado. Acho que não cobrimos isso, não cobrimos direitos humanos de forma igual ao que devíamos.

Porque as pessoas dormem há meses em rios, e morrem nos rios, e os pais e os filhos morrem nos rios, atravessar

	aquele rio grande, aquele rio horrível lá no México. Portanto, eu acho que não faltam tragédias para tu chamares a atenção sobre.”		
Entrevistado nº 12	“Acho que já acabei por responder a essa questão nas respostas anteriores. Os direitos humanos são absolutamente cruciais e merecem ter um tratamento adequado à sua importância no jornalismo. Não há dúvidas quanto a isso ou, pelo menos, não deveria haver.”	“Tal como já mencionei anteriormente, o investimento é baixo e não se revela suficiente para cobrir um tema deste nível de complexidade. Porém, é um problema estrutural da indústria dos media em Portugal.”	“Já referi anteriormente o que achava do tipo de cobertura realizado.”

3ª Tabela de análise – Importância dos Direitos Humanos (continuação)

Jornalistas	Maiores dificuldades ao tratar o tema.	O que foi alterado	O que poderia ser melhorado
Entrevistado nº 1	As dificuldades são criadas sobretudo por alguns estados, como o italiano, que cria barreiras no acesso aos refugiados.”	“Já houve alturas em que o tema estava praticamente arredado dos espaços noticiosos. Creio que na última década a situação se alterou para melhor e as sucessivas catástrofes no mediterrâneo foram despertando consciências. Ainda assim, com o populismo e a extrema-direita a ganharem votos (e tempo de antena nos espaços noticiosos), creio que se está gradualmente a assistir a um recuo. De forma consciente ou inconsciente, as direções das estações de televisão têm preferido concentrar os meios, cada vez mais escassos, noutro tipo de temas, mais virados para os casos políticos.”	“Devia haver formação para jornalistas nesta área e deveriam ser criadas editorias nas redações só para tratar o tema dos Direitos Humanos. Infelizmente, estamos a caminhar cada vez mais no sentido oposto, com um desinvestimento na formação dos jornalistas e com uma concentração dos espaços noticiosos nos chamados "casos e casinhos", muitas vezes criados e mantidos pela comunicação social. Temas vazios, que são empolados, e que alimentam telejornais durante semanas a fio, de forma fácil e barata.”
Entrevistado nº 2	“Fazer reportagem sobre refugiados implica muitas vezes deslocações, viagens que implicam investimento financeiro que nem sempre existe.”	“Creio que a guerra na Ucrânia, sendo no continente europeu e gerando a onda de refugiados que provocou, elevou a atenção para o tema. Contudo é preciso ter em conta que estas situações acontecem em vários pontos do mundo por diversas razões.”	“Eventualmente manter linhas de atenção ao número de refugiados pelo mundo com destaque diverso consoante as situações e as oportunidades de elaborar trabalho.”

<p>Entrevistado n.º 3</p>	<p>“As maiores dificuldades prendem-se com a falta de investimento em reportagens alargadas sobre este fenómeno, que transcendam o noticiário criminal.”</p>	<p>“Penso que tem havido uma evolução positiva embora devesse ter mais destaque face às agendas institucionais que ainda consomem muita atenção e recursos. Questões como os direitos das minorias, das mulheres, dos refugiados têm sido colocadas de forma crescente na agenda.”</p>	<p>“Pessoalmente considero que não tenho que ser ambientalista ferrenho para fazer jornalismo de ambiente. Raciocínio semelhante aplica-se ao desporto, à política ou à economia. Para cobrir este tema ser um ativista não é condição. Basta ser ativo como jornalista de corpo inteiro, pois este, na sua ação, deve balizar todo o seu labor pela defesa dos direitos humanos, atento às suas violações, incluindo questionar de forma independente as organizações que se afirmam defensoras destes mesmos direitos.”</p>
<p>Entrevistado n.º 4</p>	<p>“Falta de recursos humanos e investimento.”</p>	<p>“Não acho que existam grandes diferenças. Hoje há uma maior consciencialização do problema e do tema do que em 2015, por exemplo. Se há alguma alteração é que hoje em dia o assunto tornou-se banal - que acho que é um traço transversal na sociedade e não só no jornalismo. Continua a ser um tema não prioritário e é pautado por picos noticiosos quando há desgraças específicas.”</p>	<p>“ Mais recursos, investimento e uma menor pressão na atualidade mediática, de forma a que os jornalistas não passem a vida a correr atrás do prejuízo e possam pensar as abordagens de forma a acrescentar algo.”</p>

<p>Entrevistado n.º 5</p>	<p>“Como muitos outros temas, um tratamento feito a partir da redação é manifestamente incompleto. É preciso ir à origem do conflito que provoca uma vaga de refugiados e aos locais onde depois chegam. Pensar que o assunto pode ser tratado através do telefone e de informação recolhida através da Internet (muitas vezes de fontes duvidosas e/ou pirateadas) é uma ilusão.”</p>	<p>“As alterações são inevitáveis, existe uma maior consciência do problema.”</p>	<p>“Alterar o que respondi na pergunta 15: Os Direitos Humanos deveriam ser uma trave-mestra do jornalismo. Podemos não fazer a cobertura perfeita, mas ela existe. O investimento pode ser muito melhorado, mas os media atravessam uma crise profunda, com redações mínimas e com uma necessidade de vendas e audiências que tem contribuído para degradar a qualidade da informação.”</p>
<p>Entrevistado n.º 6</p>	<p>“Eu acho que a pergunta está ao contrário, não há tempo, nem espaço para tratar este tema e estamos a falar de um tema muito complexo. Não se pode ir pelo caminho mais fácil.”</p>	<p>“Eu acho que não se alterou muito, existiram mudanças ligeiras na forma como se trata o tema. Acho que existe ainda linguagem problemática usada em temas que tratam os refugiados mas eu acho que não se alterou grande coisa no jornalismo.”</p>	<p>“Dar espaço e tempo aos jornalistas e incentivar os jornalistas a saírem da redação e a procurarem outras pessoas (que habitualmente não têm destaque) que podem dar um contributo importante sobre este tema. Neste momento acho que a prioridade é questionar a política e perceber como é que isto ainda continua. É necessário centrar as atenções nesse tipo de abordagem, discutir a política.”</p>
<p>Entrevistado n.º 7</p>	<p>“As dificuldades acho que se relacionam com aquilo que já referi</p>	<p>“Foi evoluindo bastante, sim, até do ponto de vista nacional. Portanto, sim, a forma como</p>	<p>“Bem, poderíamos ter jornalistas especializados nesta matéria, abordar mais este tema nas universidades,</p>

	<p>anteriormente, com a falta de tempo e de espaço para tratar o tema.”</p>	<p>abordamos este tema mudou imenso, existe outra sensibilidade para tratar do assunto. Acho que acompanha a natural evolução da sociedade.”</p>	<p>considerando-o como fundamental. E até garantir que, à partida, estudantes estão a investir nesse tema, desde muito jovens, e, portanto, chegam às redações com a literatura revista, as melhores práticas para tratar o tema, sensibilizados para o que deve ser feito ou não, sensibilizados para que temas devem ser explorados e que não estão sendo explorados neste momento. É importante haver, de facto, pessoas que se formem nesta área. Eu diria que é isso que falta, sobretudo. E depois aprender com a prática.”</p>
<p>Entrevistado n.º 8</p>	<p>“Acho que a grande dificuldade hoje em dia é que é muito mais difícil fazer reportagem sobre este tema onde ela deveria estar a ser feita, não é? Porque tendo em conta que o fenómeno foi praticamente, não totalmente, mas muito travado a partir de uma linha, quer dizer, basta pensarmos na confusão em que continua a Líbia, não é? E na dificuldade que há para um jornalista trabalhar na Líbia com condições</p>	<p>“Acho que foi sobretudo, lá está, numa fase de muita convulsão, houve de forma geral um tratamento um bocadinho mais centrado nas questões humanas e nas histórias e ao longo do tempo, se calhar, isto começou a ser um tema um bocadinho mais tratado nos corredores de Bruxelas e a partir da legislação que ia sendo aprovada e das iniciativas que foram sendo sugeridas, até que depois simplesmente foi desaparecendo. Acho que houve essa, pelo menos essa evolução foi evidente, foi muito notória. Até por um cansaço, porque até</p>	<p>“A fazer estes trabalhos, porque há uma série de questões que dificultam imenso. Que o tema continua, neste momento, a ter o tratamento pelo menos nos ângulos que agora seria urgente tratar, não é? Isso não impede que a nível das instituições, a nível das políticas, o tema pudesse ter um tratamento um bocadinho mais constante, que eu acho que seria vantajoso para todos. Mas, de facto, é difícil estar onde a história está neste momento.”</p>

	<p>mínimas de segurança. E depois basta ir para trás, olhar para o mapa da África e ir fazendo o percurso, tentando reconstituir o percurso do que está a acontecer a estas pessoas pelo caminho. Isso é muito mais difícil de retratar porque é extremamente perigoso e porque implicaria um risco gigante mesmo para qualquer meio, colocar pessoas pelas quais é responsável.”</p>	<p>dos próprios espectadores se notava esse cansaço. Histórias que eram muito, que tinham até reações muito emotivas das pessoas, as mesmas histórias ao longo de algum tempo iam merecendo menos atenção das pessoas, porque estão cansadas. Isso acontece sempre, isso é um fenómeno que acontece sempre, que está a acontecer agora com a guerra na Ucrânia e é inevitável nestes casos. E acho que isso também foi mudando a forma como a cobertura foi, de forma geral, acontecendo, porque já não havia a atenção das pessoas para... Também por isso, não é só por isso, mas também porque a atenção e a curiosidade dos leitores em relação a este tema foi diminuindo muito.”</p>	
<p>Entrevistado nº 9</p>	<p>“Bem, as dificuldades são bastantes. Talvez a primeira é vencer vários preconceitos que estão enraizados na sociedade, nos leitores, e tentar, através do nosso trabalho, contorná-los e explicar. Outra questão é a enorme barreira cultural e linguística que temos</p>	<p>“Penso que não se registaram grandes alterações, fugindo ao que acontece noutros países da Europa, em que, com o passar dos anos, se procurou diabolizar o tema dos refugiados.”</p>	<p>“Acho que deveria, independentemente do número de leitores ou de cliques, ser um tema inabalável. Ou seja, mesmo que tivesse menos leitores, deveria continuar a apostar-se no esclarecimento e na informação em relação a este tema. É muito importante a nível democrático e, portanto, nada melhor, nada mais importante do que abordar bem esta questão dos</p>

	<p>com os nossos objetos de reportagem. Os refugiados normalmente vêm de países longe de vínculos, com uma língua desconhecida, com padrões culturais completamente diferentes e religiosos, e ainda em situações muitas vezes traumáticas e de choque. Que, sem experiência ou conhecimento prévio, são difíceis de entender. Uma terceira barreira talvez seja uma questão que eu já te falei, que é a rigidez dos editores e dos diretores em relação à temática, e que o jornalista ou o repórter também tem de ser internamente nas redações, convencendo-os de que o tema é importante trabalhar e noticiar.”</p>		<p>refugiados para fazer com que os leitores não caiam nas armadilhas montadas pela direita populista.”</p>
<p>Entrevistado nº 10</p>	<p>“(…) Ou seja, é difícil convencer a haver investimento, é difícil convencer a haver tempo ou espaço do jornal para publicar sobre o assunto. Muitas vezes é difícil ao jornalista explicar porque é</p>	<p>“Em realidade há muitas diferenças. A minha grande diferença é com a CNN Internacional. Ou seja, eu sinto que, com a CNN Portugal, aliás, eu consigo, porque há uma linha editorial mais orientada para assuntos internacionais, ou permite</p>	<p>“Eu continuo com esta convicção que a responsabilidade é dos próprios jornalistas, porque quando nós escolhemos ser jornalistas, nós, de alguma forma, sentimos a necessidade de denunciar algo, de contar algo, de esclarecer, mas para isso temos de ser</p>

que aquele assunto interessa à audiência nacional e é sobretudo isso. Essas são as três grandes dificuldades quando o jornalista decide fazer este tipo de trabalho.”

uma abordagem diferente, eu consigo falar desde o que se passa no Sudão ou o que se passa de outro canto do mundo, um pouco mediatizado até agora. O que eu noto, enfim, é um bocadinho decorrente daquilo que eu tinha dito há pouco, que é o papel que eu hoje tenho numa redação. Não noto que na cobertura em si haja diferença.

Ou seja, continuamos a ver os mesmos erros, continuam a haver os mesmos preconceitos, continuam a haver uma falta de escrutínio, continuam a haver uma falta de memória histórica.

Eu estar na fronteira com a Ucrânia, a ver os jornalistas todos fascinados com a capacidade de acolhimento, eu era o único horrorizado, porque tinha em mente as outras crises e a discrepância que existia entre aquilo que eu estava a ver ali, nas fronteiras da Ucrânia, e o que eu tinha visto noutras fronteiras ou nos países recetores de refugiados não ucranianos. Falta isso tudo. Agora, na minha prática diária, hoje, mas isso decorre da minha especialização no tema, porque os tais prémios e

esclarecidos. E aquilo que eu acho que os jornalistas devem melhorar é a sua capacitação intelectual, ou seja, ler mais, procurar mais, saber onde procurar, que fontes consultar, porque se ficamos reféns da leitura de notícias, eu agora leio a notícia da Ana França, amanhã leio a notícia da Joana Gordão Henrique, se eu não sair da produção de notícias, nós estamos num círculo vicioso, não saímos disto.

Muitas vezes é preciso ir ler relatórios de institutos, ir ler dissertações, ir ler teses, ir ler artigos de opinião, procurar um bocadinho mais além. Temos de ir mais além do que é o básico e isso não acontece.

Eu acho que se começarmos a fazer isto, cada um na sua área de interesse, um nas migrações, o outro nos offshores, alterações climáticas, se cada jornalista, eu uso muito esta ideia quando falo aos alunos, for uma espécie de polvo, que depois vai largando e espalhando os seus tentáculos, esses tentáculos vão trazer, agarrados a si, conhecimento específico. É preciso saber quem entrevistar, quem é que pensa de certa forma, o que é proibido e é isso que falta, é isso que eu sinto que falta. É

		<p>distinções também permitem ter mais espaço de manobra, maior capacidade de pressão, sinto que consigo, com muito maior facilidade do que há 10 anos, fazer um trabalho relacionado com migrações.”</p>	<p>o jornalista saber do que é que gosta, porque se se vai dedicar a um tema, tem de gostar dele e depois tem de ler fora. É preciso uma maior ligação com as organizações independentes, com as organizações governamentais, com, enfim, a academia, isso não existe e o conhecimento vem daí. O conhecimento não vem da reprodução de discursos políticos ou da reprodução de opiniões escolhidas na rua, na via pública. Há pessoas que não são especialistas em coisa nenhuma e é isso que falta na produção jornalística.”</p>
<p>Entrevistado nº 11</p>	<p>“Acho que existe falta de espaço e de profundidade ao tratar os temas. Estou a lembrar-me do trabalho incrível que a Susana André fez com albinos em Moçambique. Um trabalho incrível e que é pouco conhecido. No entanto a SIC mandou-a na mesma, porque tem espaço para aquilo. Sabem que se puserem no horário nobre todos os anúncios que entrarem antes e depois daquela reportagem vão ser, sei lá, 10</p>	<p>“Nestes anos não noto uma grande alteração, acho que em Portugal o tema sempre foi tratado da mesma forma, pouco profunda e insuficiente.”</p>	<p>“A crise dos refugiados não é uma emergência na Europa, a crise dos refugiados é a realidade europeia. E até se perceber isso e se tratar a crise dos refugiados como tratamos, eu sei lá, o preço das casas, ou, por exemplo, se não tratarmos as crises dos refugiados como as alterações climáticas, que é uma coisa que não vai desaparecer, não é? Também não vai desaparecer a poluição, não vai desaparecer, sei lá, a carestia de vida, não vai desaparecer, não sei, olha, a natalidade baixa na Europa. São problemas estruturais e os refugiados também, só que como não estamos sempre a tratar como emergência,</p>

mil euros o segundo ou o minuto, ou o que seja, não faço ideia. Mas, portanto, há mais capital na televisão do que no papel. Muito mais. E então, se se constatar, por exemplo, o André fez agora uma reportagem sobre imigração, em que ele foi a Bruxelas e que as pessoas estavam a dormir narua e tudo mais. Não é que aquilo demore assim tanto tempo, eu acho que ele teve para ir quatro ou cinco dias fora. Mas é um documentário que, sendo muito bom, não justifica para um jornal passar quatro dias em Bruxelas.

Para uma televisão sim, porque a imagem vende mais. As pessoas a dormir naquelas tendas ali numa ponte bonita, com o Parlamento Europeu quase a dois quilómetros e toda a contextualização. Para um jornal é mais difícil, porque a internet ainda não dá a

justifica também leis ridículas, como decretar Estado de Emergência na Letónia porque entraram 12 pessoas num dia, ou qualquer coisa assim.

Portanto, o que deve ser melhorado é ganhar consciência que este problema não via passar e tratá-lo desse modo, com a devida atenção. E isto não se aplica apenas ao jornalismo.”

	<p>publicidade por clique, ainda é muito insuficiente nesse aspeto... e nem sei se vai chegar a ser, ainda não dá muito dinheiro. Os preços em papel são cada vez menos. Essa é a principal dificuldade. É horrível. Eu não fico nada contente.”</p>		
<p>Entrevistado nº 12</p>	<p>“ A falta de tempo, espaço e meios, nomeadamente de recursos humanos, para tratar esta matéria com profundidade.”</p>	<p>“Acho que sim, apesar de tudo, existe uma sensibilidade diferente ao tratar este tema.”</p>	<p>“ Poderia ser dado mais tempo aos jornalistas para tratarem esta matéria e formar os mesmos no que diz respeito à investigação e grande reportagem.”</p>

